

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA E
DESENVOLVIMENTO



ANAIS

**IX SEMINÁRIO DE JOVENS
PESQUISADORES EM ECONOMIA E
DESENVOLVIMENTO**

Sibele Vasconcelos de Oliveira

Jéssica Antunes de Oliveira

Adriano José Pereira

Paulo Ricardo Feistel

Júlio Eduardo Rohenkohl

Orlando Martinelli Júnior

(Orgs. Geral)



IX SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Santa Maria RS, 21 e 22 de novembro de 2022.

Docentes Colaboradores

Prof. Dr. Clailton Ataídes de Freitas
Prof. Dr. Daniel Arruda Coronel
Prof. Dr. Dieison Lenon Casagrande
Profª Drª Kalinca Leia Becker
Prof. Dr. Paulo Henrique Hoeckel *Prof.*
Dra Rita Ines Paetzhoid Pauli

Discentes Colaboradores

Adelqui Luca Possamai
André Ant3nio Francisco
Debora Anson Lima
Gabriel Bonora Huppel
Jaqueline Gomes Pereira
J3ssica Antunes de Oliveira
Jessika Kelly Jeremias Silva
Karina Machado da Silva
R3mulo C3sar Reisdorfer da Silva
Soraia Moh'D Khalil Salameh Ahmad
Thiago Santos da Silva
Paulo Afonso de Mello Corr3a



Universidade Federal de Santa Maria

Reitor: Prof. Luciano Schuch
Vice-Reitora: Prof^ª. Martha Adaime

ANAIS

IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento
21 e 22 de novembro de 2022

ISSN: 2318-5627

Organização

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

CONCEITO 4 CAPES



Coordenador PPGE&D
Júlio Eduardo Rohenkohl

Coordenador substituto PPGE&D
Orlando Martinelli Júnior

APRESENTAÇÃO

O Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento (SJPE&D) caracteriza-se por ser um importante espaço de construção e compartilhamento de conhecimentos no âmbito regional, atraindo acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campi Sede e Palmeira das Missões, bem como o público da Universidade Franciscana de Santa Maria, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Pontifícia Universidade Católica do RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e demais instituições de ensino e pesquisa da região Sul do Brasil. Ao longo da promoção de suas oito edições (realizadas nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021), os participantes vivenciaram um momento ímpar de intercâmbio científico, uma vez que puderam partilhar experiências científicas com estudantes e professores pesquisadores de outros Estados da federação.

Em atendimento às demandas sociais e ao aprimoramento às ações desenvolvidas pelo PPGE&D, a nona edição do Seminário Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento buscou dar nova dinâmica aos trabalhos realizados entre os dias 21 e 22 de novembro de 2022 no Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM. O evento teve caráter extensionista, ao promover espaços plurais de interrelação da Universidade com os demais setores da sociedade.

Neste sentido, foram incentivadas as interações entre pesquisadores, sociedade civil organizada, movimentos sociais, entidades representantes de classes, entre outros. A ideia foi incentivar os debates sobre temas de interesses e necessidades da maioria da população, de forma a pensarmos coletivamente acerca das estratégias passíveis de serem implementadas rumos ao desenvolvimento social e regional e, também, para o aprimoramento das políticas públicas.

A publicação dos Anais do IX SJPE&D concretiza este esforço de comunicação e promoção de debates. Os trabalhos apresentados durante o evento de 2022 estão aqui publicitados, de forma que possamos interagir e incentivar novas ações em pesquisa e extensão. Ao todo, são dezesseis trabalhos completos publicados, de pesquisadores e extensionistas de várias regiões do Rio Grande do Sul.



Convidamos a todos a conhecer mais sobre as ações em andamento. Obrigada aos participantes deste ano e a todos que apoiaram a realização de mais uma edição do Seminário Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento. Até logo, 2023 teremos mais!

TRABALHO COMPLETO

Linha (1): Inovação, Instituições E Desenvolvimento

A SELEÇÃO ARTIFICIAL EM JOHN ROGERS COMMONS

Adelqui Luca Possamai¹

Resumo: O artigo tem o objetivo de apresentar o conceito de seleção artificial de John Rogers Commons, institucionalista original americano, de modo que a partir de tal conceito seja possível compreender como a evolução social acontece na sua teoria. O desenvolvimento do conceito também serve para mostrar que o ambiente social e econômico é construído artificialmente e não de forma natural, conforme defendido pelos ortodoxos. No texto é desenvolvido os conceitos de transações, regras de operação e Going Concerns. Está última como unidade de análise da economia. Por fim é apresentado a teoria do valor razoável de Commons, de forma a desenvolver ainda mais a ideia de seleção artificial, uma vez que o valor razoável é uma teoria sobre a valorização social, que está na base da compreensão da seleção artificial.

Palavras-chave: Institucionalismo Original; seleção artificial; valor razoável.

1 INTRODUÇÃO

O institucionalismo original, da qual John Rogers Commons (1862-1945) foi um dos pioneiros, foi uma escola econômica que surgiu no final do século XIX e se desenvolveu no início do século XX. Por defender que a ciência econômica acompanhasse o progresso científico, incorporou as contribuições das demais ciências da sua época à análise econômica, em especial as relacionadas ao direito, antropologia, filosofia e psicologia. Com as descobertas científicas advindas da biologia, principalmente as relacionadas à Darwin, após a publicação pelo autor de *A Origem das Espécies*, no ano de 1859, o institucionalismo defendeu uma perspectiva evolucionária, e, portanto, dinâmica, para compreender a economia, em contraposição a perspectiva estática das teorias ortodoxas.

¹ Mestrando em Economia e Desenvolvimento / PPGED. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: adelquiluca@gmail.com

O início da escola Institucionalista Original se deu a partir do artigo seminal de Thorstein Veblen (1857 - 1929) intitulado “*Why is Economics Not An Evolutionary Science?* (1898)”, mesmo que alguns argumentos estivessem presente em trabalhos de outros escritores e escolas como a Escola Histórica Alemã (BIDDLE, 2017), neste artigo, Veblen (1898) discute as razões do porquê que a ciência econômica estaria se tornando obsoleta cientificamente, além de argumentar em defesa das instituições como unidade de análise na economia.

Em geral, os argumentos teóricos dos institucionalistas estão na oposição à teoria clássica (e neoclássica), em especial na defesa, por parte dos clássicos, do individualismo metodológico. Outras características que podem definir tal vertente é a visão dinâmica e sistemática da economia, além de o objeto de análise econômica ser as instituições, em detrimento do indivíduo apenas (HARTER JR, 1965).

A teoria institucional, mesmo que heterogênea, possui algumas ideias comuns entre seus autores, por exemplo a de que os indivíduos moldam e são moldados pelas instituições, especialmente através dos hábitos e costumes compartilhados, e que por conta dessa interação, o comportamento econômico é, em alguma medida, determinado pelas instituições (GUEDES, 2019).

As teorias subjacentes à teoria institucional são especialmente o pragmatismo filosófico e a teoria evolucionária. Elas podem ser vistas como base para a explicação de como os hábitos e costumes influenciam no comportamento individual e coletivo e como e como as instituições econômicas se originam e como se transformam, respectivamente (HODGSON, 2003). Commons é entendido como institucionalista na medida em que vê a economia a partir dessa perspectiva dinâmica.

Ele propôs uma teoria econômica da vontade, ou volitiva. Seu objetivo era o de aproximar o direito e a economia. Fez isso estudando os processos julgados pela Suprema Corte, nos quais percebeu que a escassez, além de ser uma preocupação com a alocação eficientes de recursos, era a preocupação dos juízes nos casos decididos no tribunal, uma vez que ela era causa de conflito de interesse nas relações humanas. Assim, diferente de Adam Smith, que a resultante das ações espontânea dos indivíduos é a harmonia, para Commons a resultante é o conflito (RUTHERFORD, 2003).

Como visto, o institucionalismo se apoia em alguns pilares, pragmáticos e evolucionários, Hodgson (2003) argumenta que a economia institucional perdeu lugar em razão do colapso de seus principais pilares, o psicológico, o filosófico e o evolucionário. Isso se deu em razão do advento do positivismo lógico com John B. Watson e que, em razão disso, houve o rompimento com o pilar

psicológico e filosófico da vertente pragmática, a partir do argumento de que os instintos, aspecto importante para a explicação institucional, não poderia ser testado empiricamente.

O mesmo ocorre com o pilar evolucionário, que colapsa pela associação equivocada das ideias do darwinismo com o eugenismo (racismo e nacionalismo) após a Primeira Guerra Mundial (Degler, 1991; Camic & Hodgson, 2011).

Mas no alvorecer da teoria institucionalista, o darwinismo era tido uma ruptura metodológica e epistemológica no pensamento econômico clássico, já que tal pensamento defendia ou o equilíbrio mecanicista em analogia à física clássica ou a dialética de Marx e Engels como perspectiva para analisar a economia. Com a ruptura, o institucionalismo, ao aderir a ideia de processo, passou a analisar a evolução social como um processo histórico, indeterminado, cumulativo e irreversível (BAZZOLI, 2000).

John Rogers Commons foi um economista norte-americano, homem prático e teórico, considerado um reformista, de modo que sua atuação o notabilizou como um dos indivíduos mais influentes no início do século XX (GUEDES, 2019). Seu senso reformista possibilitou vivenciar as instituições de sua época e, derivado da sua vivência, propor uma teoria baseada na ação coletiva (COMMONS, 2018).

Sua atividade como intelectual foi desempenhada principalmente na Universidade de Wisconsin, onde pode desenvolver ideias próprias e escrever sobre a história do trabalhismo nos Estados Unidos (GUEDES, 2019) e também seus três principais livros, *The Legal Foundations of Capitalism* (1924), *Institucional Economics* (1934) e *The Economics of collective Action* (1950). Sobretudo, é no primeiro livro que Commons (2017) apresenta as bases de seu método de investigação sobre o capitalismo.

Na sua teoria, Commons analisa a ação como fundamentada nas expectativas futuras de controlar o ambiente, característica também presente no pragmatismo de Dewey (GUEDES, 2019), fato que o distanciava da ideia de seleção natural de Veblen, uma vez que Veblen argumentava que o ambiente econômico não poderia ser controlado pelo homem, diferente do que Commons defende quando usa a analogia da seleção artificial, que coloca na inteligência humana a capacidade de interferir e influenciar a construção do ambiente, no caso, o ambiente social e econômico.

A partir do livro *The Legal Foundations of Capitalism*, Commons (2017) analisa os casos julgados pela Suprema Corte dos Estados Unidos e percebe que os casos julgados eram oriundos dos conflitos nas relações humanas, produzidos pela escassez, de modo que os juízes punham termo ao

conflito selecionando as práticas de acordo com o que classificam como boa ou má prática, ou prática razoável, de modo que as práticas selecionadas, se estendiam aos demais membros da sociedade e o conflito em questão estaria resolvido, pelo menos momentaneamente.

Desse modo, o problema que se coloca é o de explicar como Commons usa a analogia da seleção artificial para explicar o processo de evolução social, uma vez que percebe como as práticas são selecionadas pelas figuras de autoridade ou soberania, por exemplo a Suprema Corte, e, portanto, que há uma artificialidade na construção social das quais os valores sociais são integrantes importantes para a análise.

2 METODOLOGIA

O método empregado é o de pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002) é uma metodologia que busca levantar o maior número possível de informações a respeito de um determinado tema, fazendo-se claro em objetivos e intenções, com vistas a apresentar uma resposta à inquietação que motivou a pesquisa. Vale destacar que pesquisa bibliográfica difere da revisão bibliográfica, uma vez que essa busca uma contextualização teórica de um assunto a ser debatido ou esclarecido (GIL, 2002).

O objetivo a ser debatido, como já mencionado, é discutir acerca do entendimento de Commons da evolução institucional, a partir da descrição de seus conceitos e argumentos, e a forma pela qual ele entende o indivíduo no surgimento de novos costumes e instituições. Para tal, o tipo de pesquisa será explicativo, onde serão utilizados os artigos e livros publicados pelo autor, assim como os de seus comentadores.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Será apresentado os aspectos conceituais que Commons usou para elaborar sua teoria de modo a representar a sociedade na qual vivia. Desse modo, será trabalhado o conceito de instituição como ação coletiva, principalmente a representação de Going Concerns. Também será desenvolvido os conceitos de transações e regras de operação, que são elementos importantes para compreender como a interação entre indivíduos e instituições acontece. Por fim, será desenvolvido o conceito de valor razoável.

Interesses Contínuos (Going Concerns), Transações e Regras de operação

Commons (1931) define instituição como a ação coletiva em controle, liberação e expansão da ação individual. Para ele há duas formas de instituições, as que ele chamou de costumes desorganizados e as Going Concerns, ou, interesses contínuos coletivos. Commons (1931) atenta prioritariamente para a ação coletiva organizada, isto é, as Going Concerns, que podem ser tais como a família, o sindicato, a igreja, o Estado, etc. de modo que é dentro das Going Concerns ou interesses contínuos coletivos, que a vida cotidiana acontece. O indivíduo, segundo Commons (1931), ao longo de toda vida, participa de várias Going Concerns, por exemplo, o hospital quando nasce, a escola na infância e adolescência, o trabalho na vida adulta, e o cemitério, que possui suas próprias regras, quando morre.

A ação individual, portanto, que é a participação nas transações, acontece dentro das Going Concerns, sendo que as transações podem se dar de três formas, quais sejam, as transações de barganha, as gerenciais e as distributivas.

As transações dos tipos gerenciais e distributivas são aquelas que ocorrem entre partes em desigualdade jurídica, sendo uma relação entre superior e inferior. As distributivas envolvem a transferência de riqueza ou de poder de compra por uma autoridade, exemplo disso são as formas de legislação tributária ou de transferência de renda, nas quais o legislativo (superior) impõe aos indivíduos e empresas (inferiores) regras que precisam ser acatadas, sem que haja negociação ou poder de barganha entre as partes. Já as transações gerenciais envolvem o controle do processo de produção dentro das organizações, assim, o que ocorre é uma relação de comando e obediência, por exemplo entre empregador e empregado. Por fim, as transações de barganha envolvem a transferência de direitos de propriedade entre indivíduos e coletivos com o mesmo status jurídicos, não havendo disparidade de poder, com exceção do poder econômico (COMMONS, 1931).

O poder econômico, como apresentado por Rutherford (1983) são as oportunidades alternativas e o poder de barganha disponível que cada parte possui na transação. Assim, nas transações distributivas e gerenciais há o uso do poder jurídico, já nas de barganha não, mas pode haver o uso do poder econômico.

Diferentemente da economia clássica ou hedônica, que estava preocupada com a troca de mercadorias, com o controle físico dela, Commons estava preocupado com o controle legal, sendo que o controle legal é o controle físico futuro. Para Commons, a troca entendida como a transferências física de mercadorias é um momento da transação (COMMONS, 2017;1931), de modo que nessa situação o status não é importante, dado que todas as trocas ocorrem entre agentes com o mesmo status jurídico (RUTHERFORD, 1983).

As transações ocorrem de acordo com as regras de operação da ação coletiva. Essas regras dizem o que o indivíduo pode, deve, tem liberdade ou não para fazer. Elas podem ser as normas, regulamentos, práticas, etc., que determinam em que condições as transações podem ser realizadas. Para Rutherford (1983), as regras de operação determinam o comportamento econômico, determinam os termos nos quais as transações devem ocorrer, sejam elas de barganha, gerencial ou distributiva.

Assim, a importância de integrar e compreender as instituições na análise econômica é que Commons (1931) vai dizer que os indivíduos e coletivos podem ou não podem porque a ação coletiva virá em seu auxílio, que eles devem ou não devem porque a ação coletiva o impelirá. Eles poderão porque a ação coletiva o permitirá ou protegerá. Eles não poderão porque a ação coletiva os impedirá. Mesmo que Commons entenda que essas regras de operação estejam mudando a todo instante, uma vez que o processo é dinâmico, elas sempre indicarão o que os indivíduos podem, devem, poderão ou não fazer.

Assim, o ponto de Commons é que as relações humanas possuem conflitos de interesses, e esse conflito são resolvidos pelos agentes com poder dentro das Going Concerns, a exemplo do Estado, que é uma Going Concerns especial porque detém o poder da força física, e através das decisões do judiciário as práticas conflituosas são dirimidas de acordo com aquilo que os juízes entendem como sendo a prática razoável. Esse é o método do direito comum ou consuetudinário de selecionar as práticas mais razoáveis de modo a transformar em leis. As decisões, quando se tornam precedentes, tornam-se regras de operação.

As transações também são divididas entre as rotineiras e estratégicas, com fatores limitantes e complementares. Lembrando que o indivíduo busca, nas suas ações, controlar o ambiente, ou fatores limitantes, com vistas a atingir seus objetivos no futuro. Assim, a transação estratégica é aquela que busca controlar o fator limitante. Se a transação estratégica lograr êxito, ela se torna uma transação rotineira, que são aqueles habituais, que não requer reflexão, passando a lidar não mais com fatores limitantes, mas com os fatores complementares (GUEDES, 2019).

Para Commons, as transações estratégicas e rotineiras são instrumentos de investigação, o que altera a analogia de equilíbrio para a analogia evolucionária de processo. Confiando na razão humana a habilidade de controlar, por meio das transações, o meio físico e social. Assim, são as transações estratégicas que representam o elemento dinâmico do processo institucional (RUTHERFORD, 1983).

Commons (1931) alega que para além do controle, as instituições também liberam e expandem a ação individual. Ou seja, quando uma instituição controla o comportamento de um indivíduo, tal controle pode resultar num ganho para os demais. O controle também pode ser de

proibição de certos atos, de modo que essa proibição pode gerar uma situação econômica de liberdade para outra pessoa. A situação econômica criada é a de exposição à liberdade do outro. Por exemplo, um empregador está exposto à liberdade do empregado de aceitar o emprego, e o empregado está vulnerável à liberdade do empregador de admitir ou demitir.

Assim, as regras de operação estabelecem relações de direitos, deveres e ausência de direitos e deveres. Essas regras, para o comportamento na atividade econômica, resultam em segurança de expectativa, conformidade, liberdade e exposição, porque elas dizem o que os indivíduos podem ou não podem, devem ou não devem fazer e poderão ou não fazer (COMMONS, 1931)

A preocupação de Commons era que os ortodoxos estavam pouco preocupados com as instituições, dando a elas um papel marginal, apenas de restrição do comportamento individual, sendo que para ele, como demonstrado acima, elas também liberam e expandem.

Mas Rutherford (1983) aproxima a abordagem de Commons da ortodoxia, especialmente no que tange a escassez, uma vez que para os ortodoxos a escassez gera preocupação no uso eficiente dos recursos. Commons não nega essa preocupação com a escassez, mas acrescenta que além dos problemas relacionados entre homem-natureza, ela gera conflitos de interesses, relação homem-homem, conflitos esses que sem um controle institucional, os problemas seriam resolvidos por meio da violência privada.

Assim, é necessário um sistema institucional de regras que criem segurança de expectativa, sem as quais não haveria nenhuma transação presente. As regras de operações estabilizam as expectativas. Os indivíduos agem tentando controlar o ambiente sempre com vistas a propósitos futuros. As regras de operação auxiliam nas expectativas uma vez que dá aos indivíduos um norte de como os indivíduos agirão no futuro, ou seja, os indivíduos agem prevendo que os demais agirão conforme as regras de operação, sabendo que do contrário o Estado, como autoridade, garantirá o seu direito.

A concepção de que a atividade humana é uma tentativa contínua de controlar ou influenciar o curso de eventos futuros é parte da teoria de Commons que se assemelha aos pragmático. Essa visão da ação humana está incorporada, por exemplo, na ideia de transação, um conceito projetado para explorar as implicações do fato de que, na maioria das situações, os principais fatores ou consequências sobre os quais as expectativas devem ser formadas são as ações propositais de outros indivíduos.

Valor razoável

Como dito anteriormente, Commons propôs uma teoria do valor volitiva. A economia era vista por ele como um ambiente de valorizações ou valorações. Mas o foco principal de Commons era a valorização social. Diferente da teoria do valor das demais teorias econômicas, Commons estava interessado nos valores dos grupos sociais que se refletiam nas regras de operação. Commons desenvolveu um conceito denominado por valor razoável, esse conceito refletiu sua percepção de como as transações aconteciam.

As regras de operação, como visto, auxiliam nas expectativas dos agentes, pois elas dão segurança de expectativa para os agentes agirem no presente com vistas ao futuro (BIDDLE, 2017). A partir da compreensão de como os indivíduos agem na sociedade, Commons usa o conceito de transação para demonstrar que os indivíduos agem de acordo com seus propósitos e atentando para os dos demais, com vistas a perseguir seus objetivos. Entendendo desse modo, as transações econômicas somente podem ocorrer se estiverem de acordo com as regras de operação. Mas como visto, Commons percebeu que essas regras eram, além de pelas Going Concerns, escolhidas e selecionadas pela Suprema Corte dos Estados Unidos.

Commons (2017) demonstra que as decisões da Suprema Corte são decisões baseadas no que é considerado como boa ou má prática econômica ou social, ou uma prática razoável. Assim, razoáveis seriam aquelas práticas que harmonizariam o conflito estabelecido, e para que essa ordem fosse alcançada a decisão deveria estar de acordo com aquilo que a sociedade acreditava como uma prática razoável.

O conceito de seleção artificial abrange essa questão. Qual seja, a de que o ambiente é construído artificialmente e não naturalmente, a partir da seleção das regras de operação, que determinarão de que forma as ações devem se desenvolver. Sendo assim, as ações humanas acontecem de acordo com as regras de operação, e essas regras de operação são selecionadas pelas figuras de autoridade, neste caso a Suprema Corte. Então, aqueles que estão agindo como figuras de autoridade decidem, em nome de um propósito público, por exemplo da constituição, o que é uma boa ou má prática ou o que é uma prática razoável (BIDDLE, 2017).

Portanto, é importante destacar que os valores sociais afetam as relações econômicas. Não obstante, essa percepção fez com que Commons erigisse políticas reformistas, de caráter progressista, uma vez que ele, compreendendo o ambiente social e os valores em jogo, propôs aquilo que seria considerado como algo razoável. Por exemplo, ao perceber que as relações entre empregado e empregador eram desiguais economicamente, propôs a negociação sindical como forma de equiparar o poder de negociação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou apresentar o conceito de seleção artificial elaborado por John R. Commons, de modo a perceber como o autor via a dinâmica da evolução social. Além do conceito de seleção artificial, os demais conceitos relevantes desenvolvidos pelo autor para construir sua teoria do valor volitivo, como o de transação, regras de operação, Going Concerns, entre outros, são apresentados. Outras características relevantes e desenvolvidas no texto foram àquelas teorias subjacentes a de Commons, como o pragmatismo e a teoria evolucionária.

No artigo, também é apresentado a visão de Commons sobre a importância das instituições como alicerce das expectativas para os indivíduos agirem, uma vez que os indivíduos agem no presentes com vista a objetivos futuros, e assim demonstrando que a ordem econômica não é uma ordem espontânea, mas uma ordem construída a partir da seleção das práticas razoáveis e da presença do Estado como o seu poder de garantir que as regras sejam cumpridas.

Por fim, a partir do conceito de transação artificial é possível perceber a ontologia do econômico defendido por Commons, em especial a de que o ambiente social e econômico é construído, através da seleção das práticas consideradas razoáveis pela figura de autoridade, por exemplo o judiciário. Essa percepção coloca ênfase na sua teoria do valor social, uma vez que importa para a análise econômica os valores que definem quais regras de operação serão selecionadas, uma vez que essas regras ditarão as formas pelas quais as transações econômicas devem acontecer.

REFERÊNCIAS

BAZZOLI, Laure. Institutional economics and the specificity of social evolution: about the contribution of JR Commons. **Is economics an evolutionary science**, p. 64-82, 2000.

BIDDLE, Jeff. Apresentação de Legal Foundations of Capitalism: With a new introduction by Jeffe. Biddle & Warren J. Samuels. **Routledge**, 2017

CAMIC, Charles; HODGSON, Geoffrey Martin (Ed.). The essential writings of Thorstein Veblen. London: **Routledge**, 2011.

COMMONS, J. Institutional economics. **American Economic Review**, v.21, p.648-57, 1931.

COMMONS, John R. Legal Foundations of Capitalism: With a new introduction by Jeffe. Biddle & Warren J. Samuels. Routledge, 2017.

COMMONS, John R. My self. **Pickle Partners Publishing**, 2018.

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: **Atlas S.A**, 2002

GUEDES, S.N.R. Introdução à Teoria Econômica de John Rogers Commons, 1. Ed. Curitiba: **Appris**, 2019.

HARTER JR, L.G. John R. Commons: Social Reformer and Institutional Economist. **The American Journal of Economics and Sociology**, Vol. 24, No.1, pp. 85-961, jan.1965.

HODGSON, G. M. John R Commons and the foundations of institutional economics. **Journal of Economic Issues**, California, v. 37, n. 3, p. 547-575, 2003.

RUTHERFORD, M. (1983) – “J.R. Commons’s Institucional Economics”. **Journal of economics**, 17(2): 721-744.



SJPE&D | IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento

TRABALHO COMPLETO

Linha 1: Inovação, Instituições e Desenvolvimento

PARADIPLOMACIA E O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA

Barbara Silveira Inácio Rocha¹

Elisa Diniz Giacomelli¹

Laura Brand Fabrizio¹

Sibele Vasconcelos de Oliveira²

Resumo: O presente estudo objetiva analisar a Economia Criativa à luz das Relações Internacionais. Através de revisão bibliográfica e documental, avaliam-se as potencialidades das ações relacionadas à atuação de entes subnacionais e exercidas por meio da paradiplomacia. Por conseguinte, foram propostas atividades de cunho internacional com aplicabilidade à área de Economia Criativa. Dentre os resultados preliminares, destaca-se a atuação da paradiplomacia como propulsora do setor criativo e desenvolvimento econômico no âmbito regional e local.

Palavras-chave: *Soft Power*; Paradiplomacia; Economia Criativa; Relações Internacionais.

1 INTRODUÇÃO

A Economia Criativa é um termo que ganhou força nas últimas três décadas e que vem sendo introduzido nas políticas públicas nacionais e locais. O pesquisador John Howkins (2007) publicou uma das obras mais completas sobre o tema - *The Creative Economy* -, no qual explica que a expressão deriva da produção de bens e serviços caracterizados pelo seu conteúdo intangível, assim como negócios e serviços relacionados à preparação, criação e preservação de produtos considerados artísticos ou culturais.

Por suas especificidades, a Economia Criativa engloba um conjunto amplo de atividades produtivas e comerciais que usam a criatividade e ativos intelectuais como insumos fundamentais

¹ Acadêmicas do curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mails: barbara.rocha@acad.ufsm.br; elisa.giacomelli@acad.ufsm.br; laura.fabrizio@acad.ufsm.br.

² Docente do Departamento de Economia e Relações Internacionais, UFSM. E-mail: sibele.oliveira@ufsm.br.



(CAIADO, 2011). Alicerça-se sobre o capital intelectual e o conhecimento, adicionando valor a eles por meio da criatividade técnica, estética e de negócios, na geração de produtos e serviços criativos (FIRJAN, 2022).

Em relatório técnico sobre a Economia Criativa, a Organização das Nações Unidas (2012) evidencia que o setor é determinante para a construção das histórias e identidades culturais das diferentes regiões do planeta, além de ser fonte de crescimento econômico, geração de trabalho e inclusão social. Para o Brasil, país caracterizado pelos altos índices de desigualdades sociais, a Economia Criativa apresenta-se como alternativa às recorrentes problemáticas urbanas, como o desemprego, a exclusão social e a pobreza (OLIVEIRA et al., 2021; SILVA et al., 2019).

Dados disponibilizados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) estimam que, em 2020, o Produto Interno Bruto Criativo no Brasil foi de R\$217,4 bilhões. No mesmo período, mais de 935 mil profissionais criativos estavam formalmente empregados (FIRJAN, 2022). Em que pese o fato de parte expressiva dos empreendedores criativos atuarem em mercados informais no Brasil, infere-se sobre o potencial da Economia Criativa em promover desenvolvimento socioeconômico.

Em consonância, a fim de dinamizar e potencializar a Economia Criativa nas cidades, entende-se o papel crucial da paradiplomacia. O fenômeno surge como um conjunto de atividades desenvolvidas pelas unidades subnacionais que visam sua inserção internacional (FRONZAGLIA, 2005, p. 50). Evidencia-se que o encontro paradiplomático com as cidades criativas, em matéria de cooperação descentralizada entre governos locais, possibilita iniciativas a favor da paz, políticas locais sobre migração, promoção econômica e atratividade territorial em forma de turismo, esportes, preservação do patrimônio cultural e histórico (DE JESUS, 2016, p. 65). Nesse sentido, a proliferação das atividades criativas de forma a integrar e potencializar atores de diferentes esferas para atuar coletivamente na geração de valor em polos regionais.

Tendo em vista a relevância de ações paradiplomáticas para o desenvolvimento de regiões subnacionais, o principal objetivo deste trabalho produzido no âmbito do projeto de extensão denominado “Santa Maria, Cidade Cultura no coração do Rio Grande: Economia Criativa e as Dinâmicas de Desenvolvimento Local”, da Universidade Federal de Santa Maria, é de propor um estudo sobre o papel da paradiplomacia na construção e ampliação das ações relacionadas a Economia Criativa.

Assim sendo, desenvolveu-se inicialmente levantamento bibliográfico, com a finalidade de compreender as relações potenciais entre a Paradiplomacia e a Economia Criativa. Em seguida, analisou-se como a Paradiplomacia pode contribuir para o desenvolvimento econômico de polos



criativos, através da coleta de dados de forma qualitativa sobre as iniciativas realizadas por entes subnacionais, com foco em questões de desenvolvimento regionais e locais. Posteriormente, desenvolveu-se uma análise de iniciativas criativas, compreendendo sua aplicação ao contexto atual e permitindo explorar as oportunidades acerca da atuação no setor. Por fim, são propostas diversas ações em forma de uma agenda de política externa para a internacionalização de atividades ligadas à Economia Criativa em um recorte paradiplomático.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em progressivo crescimento devido à internacionalização dos mais diversos aspectos econômicos do cotidiano da humanidade contemporânea, a diversidade dos serviços nas organizações econômicas e a complexidade das relações comerciais e políticas têm refletido na necessidade de internacionalização de governos e mercados subnacionais. Nesse sentido, como constatado por Onuki e Oliveira (2013), governos municipais e estaduais recentemente passaram a mobilizar-se na implementação de órgãos governamentais através de atividades paradiplomáticas, com o objetivo de internacionalização de demandas específicas, bem como importação de novas tecnologias, intercâmbios culturais e contratação de serviços especializados.

Neste contexto, “grande parte das cidades que implementaram processos de internacionalização procurou estimular áreas atrativas para empreendimentos criativos” (DE JESUS, 2016. p. 53), pela significativa expansão das atividades econômicas criativas, as quais possuem plasticidade de mercados e passaram ter mais relevância no sistema internacional após o fim da Guerra Fria. Tal fato se dá pelo progressivo fortalecimento de políticas de obtenção de capital político por meio de estratégias de influência cultural e dominação não militarizada, o denominado *soft power*.

Bendassolli et al. (2009) explica que essas alterações ocorreram devido a transição de uma sociedade baseada em valores materialistas para os pós-materialistas, os quais são caracterizados por produções estéticas e intelectuais. Para tanto, produtos que incorporam propriedade intelectual, empreendimentos envolvendo artes plásticas, audiovisuais, literárias e de *softwares* tornam-se protagonistas dos mercados internacionalizados.

Destarte, fica evidente que o setor econômico criativo - por se basear na indústria de materiais subjetivos e agregados de identidade pessoal - assume protagonismo nos espaços delimitados pelo novo mercado internacional de produção intelectualizada e de gerenciamento de símbolos e significados tecnológicos. No estímulo à Economia Criativa, produzem-se oportunidades de desenvolvimento social e econômico no âmbito regional/municipal por meio da internacionalização dos espaços criativos, pela diversificação de parceiros comerciais e de trocas culturais.



De Jesus (2016, p. 66) argumenta que a Economia Criativa tem despertado o interesse de *policymakers* para a adoção de agendas de política externa que vão ao encontro das potencialidades desse novo setor, tendo em vista que ela pode fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável dos Estados que a adotem. Considera-se que a Economia Criativa tem se tornado uma alternativa frente aos modelos clássicos de organização das atividades econômicas, ao passo em que é capaz de atender as necessidades dos principais agentes e cidadãos que se especializam e trabalham com serviços de natureza intangível. Ainda, a Economia Criativa estimula a implementação de ações e políticas para revitalização dos serviços e produtos culturais em territórios, cidades e infraestruturas locais subvalorizados.

Cabe evidenciar que o reconhecimento das unidades subnacionais como atores externos ainda é um campo recente nos estudos de Relações Internacionais. Contudo, a paradiplomacia figura como novo mecanismo diplomático, com forte potencial de geração de sinergias e transbordamentos políticos e econômicos. Definida como “o envolvimento do governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc) com entidades estrangeiras públicas ou privadas” (PRIETO, 2004, p. 51), a paradiplomacia mostra-se como um caminho fortuito de atuação internacional dos municípios com vistas a promover resultados políticos e socioeconômicos em esforços para transformação da realidade local.

Ao definir o conceito de paradiplomacia, Soldatos (1990) percebeu que a globalização oportunizou com que unidades subnacionais dos Estados buscassem no plano doméstico e internacional, de forma independente, recursos para o desenvolvimento local, tanto na promoção do fluxo econômico e financeiro como na articulação política e social. Ainda, Paquin (2004) elucida que os atores paradiplomáticos tem um alto grau de autonomia e que possuem, em alguns casos, mais recursos do que os próprios Estados nacionais para o desenvolvimento local por meio da internacionalização.

Para Mallmann e Clemente (2016), a paradiplomacia subnacional tem a função de viabilizar interesses locais ou regionais específicos, em estabelecimento de relações, cooperações e inserções internacionais de forma paralela e não concorrencial às iniciativas do Estado nacional. Outrossim, a análise de experiências empíricas demonstra que a paradiplomacia é um fenômeno urbano e muitas cidades conseguiram desenvolver diversas estratégias internacionais, especialmente de natureza econômica. Garcia, Morini e Capitani (2020), que analisaram a relação entre as dimensões de internacionalização, inovação e empreendedorismo das cidades do estado de São Paulo, verificaram que tais dimensões são importantes instrumentos de geração de riqueza e aumento do nível de



emprego. No mesmo sentido, o trabalho de Procopiuck e Freder (2013) apresenta o fomento à Economia Criativa de Curitiba, em atuação local e internacional, como perspectiva central para potencializar o desenvolvimento socioeconômico do município. Tais resultados legitimam a relevância dos formuladores de políticas públicas de se desafiarem a desenvolver meios e apoiar atividades internacionais.

Com o propósito de contribuir com o processo de internacionalização das atividades criativas, este trabalho apresenta diversas ações passíveis de serem implementadas em forma de uma agenda de política externa para o exercício da paradiplomacia no âmbito da Economia Criativa.

3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho tem como finalidade analisar como a Paradiplomacia e a Economia Criativa podem se relacionar e contribuir para o fomento do setor criativo, através da coleta de dados de forma qualitativa sobre as iniciativas realizadas por entes subnacionais, com foco em questões de desenvolvimento regionais e locais. Para isso, o estudo parte da realização de um levantamento bibliográfico, com o objetivo de compreender a literatura disponível sobre ambas as temáticas e identificando como esta relação é discutida no âmbito internacional. Além disso, a realização de um mapeamento das iniciativas abordadas, analisando sua aplicação ao contexto atual e permitindo explorar as oportunidades acerca da atuação no setor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Utilizando-se do recorte territorial brasileiro, pode-se apontar que a rede de interações econômicas que possuem, em alguma esfera, possibilidades para a internacionalização por meio da paradiplomacia é ampla e prolífera. Tendo em vista o perfil da Economia Criativa no Brasil, conclui-se que a agenda de política externa proposta neste estudo, pode focalizar ações em três eixos: cooperação, captação e intercâmbios.

Ressalta-se que a cooperação pode ocorrer nos campos técnicos, científicos, culturais, econômicos e políticos, com o objetivo principal de compartilhamento de boas práticas e resolução de problemas conjuntos, sendo realizadas muitas vezes através de organizações compostas por entes subnacionais de diversas nacionalidades, facilitando a inserção internacional do município e propiciando a negociação de acordos que tenham impacto positivo nas trocas comerciais. Recomenda-se a participação em redes internacionais de cidades, sendo o seu propósito gerar conexão e cooperação entre os atores, sendo os agentes públicos municipais os responsáveis por buscar e



articular as oportunidades em diversos setores, impactando diretamente outros agentes do ecossistema do município.

Como pontos estratégicos com potencial de atuação via cooperação, destaca-se o aumento do engajamento de atores e a atuação conjunta. Nesse sentido, através da inserção dos agentes públicos municipais em redes internacionais de cidades como articulador de ações, é possível elevar o engajamento coletivo pela representação que estará sendo feita em busca de oportunidades em diversos setores públicos e privados, necessitando da participação conjunta para formulação. Na América do Sul, a Rede Mercocidades é uma das principais articuladoras de ações nesse âmbito, contando com 15 unidades temáticas com possibilidade de participação, dentre elas, uma específica para tratar de modernização administrativa e estratégias de inserção dos cidadãos nas questões municipais, chamada de Autonomia, Gestão e Participação (MERCOCIDADES, 2022). Logo, os gestores públicos podem receber orientações e capacitações para atuar de forma mais efetiva nessas ações e possibilitar aos criativos exercer não só participação, mas geração de engajamento na agenda municipal.

Um segundo eixo paradiplomático possível trata-se de captação, com a possibilidade de atração de investimentos ou busca por recursos internacionais para financiamento de projetos em diferentes áreas, garantindo sua viabilidade de execução e posterior sustentabilidade. Sabendo que grande parte das ações é dificultada pela indisponibilidade de recursos financeiros, torna-se atrativa a busca internacionalmente através de novos formatos, menos burocráticos e de menor prazo, como a participação de editais de instituições financiadoras ou promoção de projetos conjuntos com entes subnacionais. Nesse caso, aumenta-se a abrangência de atores aptos à realização das iniciativas e ao recebimento dos investimentos em, por exemplo: organizações não governamentais, empresas, associações da sociedade civil e o próprio município.

Existem diversas instituições financiadoras e que podem ser fontes de captação de recursos para aplicação em atividades criativas exercidas no território brasileiro. Cita-se o Consulado Geral do Japão em São Paulo, que possui um programa de apoio a projetos de organizações sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades de desenvolvimento sócio-econômico junto à comunidade (CONSULADO GERAL DE SÃO PAULO, 2022). Desse modo, abre-se a possibilidade dos atores não governamentais buscarem recursos para suas ações.

O último eixo a ser trabalhado diz respeito aos intercâmbios, tendo uma grande pluralidade de atividades e atores envolvidos, permeando diversos assuntos e oferecendo uma gama de oportunidades para fomentar o desenvolvimento local. Abarcando questões turísticas e de patrimônio histórico, é recomendado o irmanamento, isto é, parcerias e intercâmbios culturais entre cidades com



características comuns, possibilitando o compartilhamento de boas práticas entre os atores. Além disso, a organização ou participação de eventos, feiras e exposições internacionais, trazem maior visibilidade à cidade, fomentando as áreas culturais, econômicas e turísticas, e apresentando novas possibilidades de atuação e parcerias para os setores públicos e privados.

Havendo a necessidade de busca por parcerias estratégicas que possuam essa expertise no assunto e tenham potencial para facilitar a formação empreendedora. É possível iniciar essa capacitação recorrendo ao ecossistema do município, as iniciativas privadas e as universidades. Contudo, os benefícios de uma formação interdisciplinar e multicultural, trazendo um novo olhar aos empreendimentos criativos e os projetando no cenário internacional, são de grande valia.

Os municípios, em geral com planejamento e poucos recursos financeiros, conseguem viabilizar a participação de pequenos grupos de empreendedores criativos em eventos, feiras ou exposições internacionais. Os intercâmbios com outros países da América Latina são os mais recomendados, tendo em vista a proximidade geográfica e as questões logísticas. Ao subsidiar os intercâmbios, existe a possibilidade de criação de mecanismos para que os contemplados com recursos sejam responsáveis por repassar o conhecimento obtido aos interessados após seu retorno.

Novamente, considerando a possibilidade de exploração da Rede Mercocidades, existe a possibilidade de participação de polos criativos regionais em duas unidades temáticas, a primeira delas sobre Economia Social e Solidária, buscando fomentar o intercâmbio de informação e de boas práticas (MERCOCIDADES, 2022). Além disso, recomenda-se o enfoque à unidade temática de Fomento de Negócios, que busca novamente intercâmbios de boas práticas e incentivar o desenvolvimento de ferramentas e metodologias que promovam a captação de investimento (MERCOCIDADES, 2022).

Evidentemente, as demandas por trocas internacionais entre empresas privadas e organizações da sociedade civil são extensas e diversificadas para as possibilidades do Estado nacional, confirmando, assim, a explícita necessidade da participação de todos os agentes socioeconômicos. A promoção de cooperação, captação e dos intercâmbios da Economia Criativa deve favorecer a todos os diferentes criativos, além de estimular o empreendedorismo, a criatividade e o desenvolvimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperação descentralizada, isto é, a paradiplomacia entre governos locais e ações no âmbito de cidades, pode abarcar iniciativas com potencial de gerar políticas locais sobre promoção econômica, migrações e em matéria de turismo, de forma a valorizar o patrimônio histórico e cultural



de determinada localidade. Reconhecendo a importância das atividades criativas, a paradiplomacia das cidades pode consolidar ambientes criativos via procura de financiamento em programas de cooperação internacional que viabilizem a integração fronteiriça, o intercâmbio cultural, a inclusão social, a democracia, a maior circulação de pessoas e atividades econômicas.

Em decorrência da análise das possibilidades de uma agenda externa e paradiplomática para o planejamento e o desenvolvimento da Economia Criativa, foram formuladas sugestões de investimentos nos eixos de **cooperação** (com o aumento do engajamento entre atores, busca de investimentos públicos e privados, divulgação das iniciativas locais a nível internacional e busca de visibilidade dos criativos para além dos seus territórios); **captação** (através da busca por recursos e financiamentos internacionais para iniciativas envolvendo os criativos) e **intercâmbios** (por iniciativas entre agentes paradiplomáticos que viabilizem a participação dos criativos em eventos, feiras e exposições internacionais).

Como meio para a efetivação dessas propostas de fomento à Economia Criativa no âmbito internacional, destaca-se a relevância do desenvolvimento de um órgão governamentais nas Prefeituras Municipais brasileiras, que realizem negociações paradiplomáticas e sejam responsáveis pelas ações em internacionalização. A realização de parcerias interinstitucionais também é importante para a concepção da agenda de política externa do município, a exemplo as possibilidades de intercâmbio entre prefeituras e cursos de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de cada localidade. Assim, os esforços para estimular a Economia Criativa e os seus criativos tendem a criar transbordamentos perceptíveis sobre o desenvolvimento econômico sustentável de cidades.

REFERÊNCIAS

BENDASSOLLI, Pedro; WOOD JR, Thomaz; KIRSCHBAUM, Charles; PINA E CUNHA, Miguel. Indústrias Criativas: definição, limites e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 10-18, jan./mar., 2009.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. **Economia Criativa na cidade de São Paulo: Diagnóstico e Potencialidade**. São Paulo: FUNDAP, 2011.

CARVALHO, Sara Moreno Cyrino. **A democratização dos assuntos internacionais na cidade de Santa Maria**: a paradiplomacia como instrumento e a rede mercocidades como ambiente deste



processo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

CONSULADO GERAL DE SÃO PAULO. **APC - Programa de Assistência para Projetos Comunitários**. Disponível em: <https://www.sp.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/apc.html>. Acesso em: 19 de Nov. de 2022.

DE JESUS, Diego Santos Vieira. **A arte do encontro: a paradiplomacia e a internacionalização das cidades criativas**. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 25, n. 61, p. 51-76, 2017.

GAMBINI, Priscila T. H. Rede Mercocidades: Paradiplomacia de Cidades no Mercosul. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, Brasília, v. 2, p. 597-629, 2008.

GARCIA, Beatriz; MORINI, Cristiano; CAPITANI, Daniel Henrique Dario. Internacionalização, inovação, empreendedorismo e sua relação com desempenho econômico de cidades: um estudo com cidades do estado de São Paulo. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS*, 11. 2020, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Campinas: EGEP, 2020.

FIRJAN, FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2022.

FRONZAGLIA, Mauricio Loboda. **Unidades Subnacionais: um estudo de caso sobre a cidade de São Paulo – de 2001 a 2004**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2005.

HOWKINS, John. **The creative economy: how people make money from ideas**. London: Penguin, 2007.

MALLMANN, Maria Izabel; CLEMENTE, Isabel. Transnacionalismo, Paradiplomacia e Integração Regional: O Caso Do Brasil E Uruguai. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, v. 16, p. 417-436, 2016.

MERCOCIDADES. **Unidades Temáticas, Grupos e Comissões**. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/estrutura-e-autoridades/tematicas/>>. Acesso em: 19 de Nov. de 2022.



OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos de; ASSIS, Anisete Paim; BECKER, Kalina Leila. Empreendedorismo e cooperação: retratos da economia criativa em Santa Maria (RS). *In*: Fórum Internacional Ecoinnovar, 10.; FÓRUM INTERNACIONAL ECOINNOVAR, 10., 2021, Santa Maria. **Anais** [...]. Santa Maria: UFSM, 2021.

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa, uma opção de desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge. **Paradiplomacia e Relações Internacionais: a experiência da cidade de São Paulo**. São Paulo: Centro de Estudos das Negociações Internacionais, 2013.

PAQUIN, Stéphane. **La paradiplomatie identitaire: Le Québec, la Catalogne et la Flandre en relations internationales**. *Politique et Sociétés*, Montréal, v. 23, n. 2-3, p. 203-238, 2004.

PRIETO, Noé Conargo. O outro lado do novo regionalismo pós soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. *In*: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês; MARIANO, Marcelo Passini (Org.), **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Editora da PUC, 2004.

PROCOPIUCK, Mario; FREDER, Schirlei, M. Políticas Públicas de Fomento à Economia Criativa: Curitiba e contexto nacional e internacional. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-29, jul./dez., 2013.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e Novos Atores: As Cidades Brasileiras e o Desenvolvimento da Paradiplomacia**. Salvador: UFBA, 2008

ROMERO, Marlyn H. Poder local y relaciones internacionales en contextos de integración regional. El caso de la red de Mercociudades y la Reunión Especializada de Municipios e Intendencias (Grupo Mercado Común). *In*: VIGEVANI, Tullo; Wanderley, Luiz Eduardo ; BARRETO, Maria Inês; MARIANO, Marcelo Passini (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Editora UNESP, p. 403-440, 2004.



SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; VIEIRA, Mariella Pitombo; FRANCO, Bárbara Lopes. **A economia criativa sob medida: conceitos e dinamismo das classes criativas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. *In*: HANS, J. Michelmann, SOLDATOS, Panayotis (Orgs.). **Federalism and international relations: The role of subnational units**. New York, Oxford University Press, 1990.

UNIK, Janaina. **Paradiplomacia e Relações Internacionais: a experiência da cidade de São Paulo**. São Paulo: Centro de Estudos das Negociações Internacionais, 2013.

ARTIGO COMPLETO

Linha 1: Instituições, Inovação e Desenvolvimento

Volume e proporção da produção acadêmica da concorrência em preços frente à concorrência em qualidade das mercadorias

Daniel César Stumm¹, Júlio Eduardo Rohenkohl²

Resumo: Após décadas de melhorias de produtividade ocorridas pela expansão do capitalismo, que possibilitaram o acesso a volumes e variedades crescentes de mercadorias, o pensamento econômico, em geral, segue moldado pela escassez material e pela concorrência em preços. Esse trabalho, entendendo a centralidade da qualidade das mercadorias no processo de concorrência, tem por objetivo obter um conjunto sistemático de informações de artigos científicos que contemplaram esse âmbito qualitativo das mercadorias, agrupando-os por semelhanças epistêmicas e teóricas. Além disso, procura dar uma dimensão relativa da produção acadêmica que trata da concorrência em qualidade, frente aos trabalhos que focalizam na concorrência em preço das mercadorias. Os resultados preliminares indicam a preponderância na produção acadêmica das relações de preço e quantidade das mercadorias.

Palavras-chave: concorrência; produtos; preço; qualidade.

1 INTRODUÇÃO

Anteriormente às Revoluções Agrícolas e Industriais ocorridas na Europa entre os séculos XVI e XIX, a produção e a produtividade agropecuária e manufatureira eram poucas frente às necessidades da maioria da população. O pensamento econômico daquele continente forjou-se em torno de preocupações de aumentar a oferta de itens de consumo, baixar os custos de oferta e entender as oscilações dos preços das mercadorias. As consequências sociais da dificuldade de obter itens materiais suficientes não escaparam da atenção dos

¹ Graduando em Ciências Econômicas. UFSM. E-mail: danielcesarstumm@gmail.com

² Professor Associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais. UFSM. E-mail: julio.rohenkohl@ufsm.br

precursores da ciência econômica; a escassez recorrente da realidade econômica deu ensejo à alcunha de ciência lúgubre (Galbraith, 1987; Mazoyer e Roudart, 2010).

A matriz de pensamento voltada para a superação da escassez material mediante a produção é muito forte nas ciências econômicas e disseminou-se pelo mundo conjuntamente às vagas de colonização territorial e cultural europeia. A preocupação com o aumento do volume de produção é característica desta tradição. No entanto, aquelas duas revoluções produtivas, a Primeira Revolução Agrícola dos Tempos Modernos e a Revolução Industrial, geraram uma capacidade de aumento de produtividade e de transformação material que se renova desde então. Conforme Mazoyer e Roudart (2010), a Primeira Revolução Agrícola consistiu na disseminação de um sistema de rotação de plantio de leguminosas, tubérculos e cereais que proporcionou uma maior disponibilidade de nutrientes para as plantas e alcançou a duplicação da produção e da produtividade do trabalho comparativamente ao sistema de alqueive anteriormente utilizado; como consequência, a agricultura do velho continente passou a gerar, de maneira estável, um excedente comercializável de mais da metade da produção agrícola total, volume capaz de nutrir o aumento da população dedicada a outras atividades.

A primeira e a segunda vagas da Revolução Industrial resultaram em uma produção em larga escala de manufaturados, oferecidos por empresas dispostas em estruturas de mercado oligopolistas e com capacidade de planejamento de produção e de estímulo de suas vendas. E a Revolução Verde aumentou novamente a produtividade dos fatores aplicados à produção agrícola. Em obra publicada em 1958, Galbraith (1987) identifica que o efeito cumulativo destas melhorias resultou em uma Sociedade Afluente na Europa e nos Estados Unidos, de maneira que um significativo segmento daquelas sociedades tivesse acesso a um grande volume e a uma crescente variedade de mercadorias.

O impulso desta lógica capitalista de organização social reverberou pelo restante do mundo. Embora existam bolsões de pobreza e de miséria, vigentes em diferentes partes do planeta, a concorrência entre capitais produtivos alocados na oferta de produtos e de serviços dedicou-se a capturar o poder de compra dos segmentos sociais abastados. A concorrência que cria, divulga e cobra por diferenças qualitativas em produtos e serviços é uma adaptação ao novo patamar produtivo. Os padrões de consumo de comunidades afluentes são emulados em países subdesenvolvidos e os modos de concorrência de um capitalismo de mercados afluentes impõem-se pela interligação produtiva e financeira transnacional. No entanto, o pensamento econômico continua moldado pela escassez material.

Entre as heranças de milênios de pobreza e de centenas de anos de atenção para a escassez, encontram-se as preocupações com a maximização dos volumes ofertados, os pressupostos de que o desejo de consumo se renova automaticamente e de haja uma soberania da vontade do consumidor no mercado (Galbraith, 1987). Um conservadorismo ligado ao costumeiro preceito de escassez material resulta em um enfoque de concorrência restrita às variáveis de preço e quantidade ofertada, com pouca atenção a outros âmbitos da concorrência entre capitais na oferta de mercadorias. Os requisitos qualitativos das mercadorias utilizados para conseguir lucros e acumular capital são secundarizados por boa parte dos esforços teóricos dos economistas. Porém, uma revisão bibliográfica narrativa (Rohenkohl e Martinelli, 2018) apontou que existem diversos aportes teóricos que tratam deste âmbito da concorrência. O levantamento preliminar indicou que a centralidade da concorrência em qualidade das mercadorias no corpo conceitual e a clareza de abordagem do tema variam bastante entre as teorias que lhe dirigiram atenção. Complementar aquele esforço inicial (Rohenkohl e Martinelli, 2018) de identificação de teorias que abordam aspectos da concorrência mediante a qualidade das mercadorias é relevante. Igualmente importante é identificar e avaliar o volume de produção teórica da ciência econômica que inclui a concorrência em qualidade das mercadorias frente aquela outra que aborda a concorrência com um enfoque de relação entre preços e quantidades de mercadorias (em completa sintonia com a atenção à escassez e ao aumento de volumes ofertados). O problema de pesquisa consiste em obter um conjunto sistemático de informações de teorias econômicas que contemplaram o âmbito qualitativo das mercadorias na concorrência capitalista de maneira a) a lhes dar uma dimensão relativa à produção do recorte tradicional que resume a concorrência a uma relação de escassez e preços de mercadorias de qualidade homogênea entre si e b) agrupar tais contribuições por semelhanças epistêmicas e teóricas.

Este artigo apresenta a organização inicial da pesquisa. Para tanto, após a seção introdutória, são expostas as abordagens econômicas alternativas à tradição escassez/produção e concorrência em preços identificadas pelos esforços de pesquisa bibliográfica narrativa. Na terceira parte do texto, informam-se os aportes metodológicos da investigação. A quarta seção descreve os primeiros procedimentos de revisão bibliográfica sistemática e sintetiza as informações da pesquisa bibliográfica obtidas até o momento. O artigo encerra com um conjunto de considerações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A visão mais convencional de microeconomia estabelece que a determinação do preço de uma dada mercadoria normal é regida pelo princípio da escassez associado à utilidade marginal dessa mercadoria. No plano analítico individual, o sujeito econômico é capaz de ordenar, sem ambivalências, qualquer número de mercadorias de acordo com as suas preferências. As variações de qualidade são perfeitamente distinguidas e compreendidas. Cada sujeito, no entanto, percebe uma utilidade diferente para cada mercadoria qualitativamente distinta das demais. Assim, por exemplo, a manifestação de um aumento da demanda relativamente à oferta induz logicamente a uma elevação do preço a ser pago por quantidades adicionais, dada a maior percepção de escassez relativa da mercadoria associada ao seu mapa de preferências. É possível derivar a sua curva de demanda individual e estabelecer o preço relativo a outras mercadorias. Deste modo, cada mercadoria apresenta uma única relação entre preço e quantidade demandada ou ofertada. Uma variação qualitativa em uma mercadoria origina outra relação entre preço e quantidade (Rohenkohl e Martinelli, 2018).

Simetricamente à face da demanda dos consumidores, o lado da oferta das firmas na teoria econômica neoclássica incorpora a mercadoria homogênea, a informação perfeita e as decisões sem ambivalência, focalizando a atenção em variações marginais nos custos (Rohenkohl e Martinelli, 2018).

Ao longo do século XX, houve contribuições que deram atenção às variações qualitativas das mercadorias. A seguir, é elencado um conjunto de proposições, identificadas a partir de uma revisão bibliográfica narrativa. Várias delas são variações teóricas que têm por pano de fundo a microeconomia neoclássica, como é o caso da abordagem de assimetria de informações, a proposta de multiplicidade de utilidades de Lancaster e o modelo de concorrência monopolística de Chamberlin. É interessante mencionar que os desdobramentos destas variantes repercutem diferentemente; enquanto a assimetria de informações converge com o marco epistêmico subjacente ao neoclassicismo, as propostas de Lancaster e de Chamberlin parecem forçar os limites do mesmo. Por outro lado, há proposições delineadas a partir de fundamentos epistêmicos muito diferentes do pensamento marginalista e neoclássico, tais como a incorporação das convenções de qualidade das mercadorias e a classe de produtos criativos.

A primeira contribuição identificada com aspectos de qualidade dos produtos é a assimetria de informação. Trata-se de um incremento no arcabouço neoclássico. Nesta abordagem, admitem-se dificuldades de objetivação da qualidade da mercadoria decorrentes da assimetria de informações e da incerteza inerente à avaliação qualitativa de bens e serviços transacionados nos mercados. Destacam-se as formulações de Akerlof (1970) e de Stiglitz (1987).

Akerlof (1970) limita o escopo de sua proposição a situações que combinam assimetria de informações e desonestidade. A teoria não pode ser estendida a casos de dinâmica industrial em que, em diversos segmentos e em diferentes graus, há a criação deliberada de diferenciais qualitativos nas mercadorias em meio a processos concorrenciais regidos pelo lucro extraordinário e sobrevivência em longos horizontes de tempo. A redução da variação qualitativa à dicotomia bom ou ruim decorrente da assimetria de informações enquadra o problema teórico na potencialidade de resolução das variações marginais infinitesimais.

A contribuição de Stiglitz (1987, 9-11) avançou na relação entre preço e qualidade ao romper com a chamada “Lei do Preço Único”, e conceber explícita e formalmente o preço como sinalizador da qualidade e, também, dois preços (salários ou taxas de juros) atrelados à mesma quantidade (de produtividade do trabalho ou retorno dos empréstimos), porém pagos a grupos qualitativamente diferentes (de trabalhadores ou de tomadores de empréstimos). Sua discussão, no entanto, limita a variação qualitativa a risco moral e seleção adversa nos mercados de trabalho, de seguros e de capitais. Sua extensão ao mercado de produtos (1987, 23) não incorpora os aspectos endógenos e multifacetados (vários atributos qualitativos na mesma mercadoria) inerentes ao processo de concorrência entre as firmas e à diversidade avaliativa dos consumidores. A qualidade permanece dicotômica, ou a mercadoria é de boa qualidade, ou é de má qualidade.

Outro conjunto de contribuições que dá atenção à qualidade das mercadorias é de autores precursores da Organização Industrial. O papel referencial da concorrência perfeita e o axioma de homogeneidade das mercadorias foram fortemente criticados nos textos de Sraffa (1982) e de Edward Chamberlin (1953).

A incorporação da evidente heterogeneidade dos produtos transforma e engrandece a teoria econômica. A quantidade vendida de um produto depende em parte do preço solicitado e em parte dos atributos do produto e do montante gasto em persuadir o cliente. O produto é uma composição de inúmeros aspectos, tais como localização, tamanho, desenho, valor

nutritivo, habilidade manufatureira, entre outros. Os produtos são o elemento mais volátil do sistema econômico – muito mais instáveis que os preços (Chamberlin, 1953, 2-8).

Conforme Chamberlin (1953, 6), é elemento do senso comum de que há uma forte correlação entre a qualidade do produto e seu preço, embora a análise convencional da concorrência restrinja-se à variação de preços para produtos dados (homogêneos entre si e constante no tempo de análise).

“If products were actually “given”, people would rush to buy from the seller whose price was cheaper because they would know they were getting the same thing for less money. Since products in the real world are not “given”, people will naturally recognize that the lower price may be accompanied by poorer quality and their response to it will be diminished; it may be negative.” (Chamberlin, 1953, 6).

Houve outras tentativas que, na esteira de Chamberlin, tentaram formalizar “concorrência exceto preços”. Tais modelagens foram resenhadas por Koutsoyiannis (1982, 12- 33) Os limites de uma episteme de precisão e previsão, inerentes ao instrumental dedutivo marginalista e neoclássico, ficam evidentes ao passo em que a concorrência capitalista incorpora variações de qualidade das mercadorias e o ambiente econômico fica repleto de variações de atributos percebidos por consumidores e explorados pelas empresas (Rohenkohl e Martinelli, 2018).

Uma terceira abordagem teórica identificada na revisão narrativa introduz a discussão de convenções de qualidade das mercadorias. A definição de qualidade é um ponto sensível de coordenação por parte do mercado. A introdução de situações em que a qualidade dos bens é mal definida ou envolve critérios não mercadológicos perturba profundamente a análise de mercados, apontando para a consideração de formas alternativas de coordenação. Em diversos mercados, os preços não são mais uma variável determinante para garantir a coordenação, mas um dos elos da organização industrial, e são estabelecidos a partir de regras convencionais. Em outros ambientes, as mercadorias têm seus atributos valorados durante o processo de troca. Há coevolução entre a alteração das características dos produtos, provocada pela tecnologia aplicada aos mesmos, concomitantemente com mudanças de percepção de qualidade das características por parte dos usuários e produtores das mercadorias. Nesta perspectiva, diferentes características e diferentes valorações de características das mercadorias devem ser consideradas e analisadas conjuntamente com o processo de efetivação da troca (Eymard-Duvernay, 1989; Tordjman, 2004).

Há um quarto conjunto de proposições de teoria econômica que se ligam indiretamente à concorrência entre capitais na medida em que discute experiências de uso e de aprendizado de consumo. Tal enriquecimento de significados projetados nas mercadorias amplia o escopo de oportunidades para os ofertantes diferenciarem produtos e serviços e agregarem valor às mercadorias.

Como já afirmado, a teoria neoclássica propõe a maximização de utilidade do consumidor, valendo-se do pressuposto de preferências constantes no tempo de análise. Todas as características intrínsecas às mercadorias, e que tornam óbvia a diferença, por exemplo, entre um diamante e uma fatia de pão, foram suprimidas na teoria neoclássica do consumidor. No entanto, estudiosos dos mercados, publicitários e industriais – e até escritores de manuais de economia nas páginas nas quais exemplificam manteiga e margarina como bens substitutos e automóveis e gasolina como bens complementares - agem como se acreditassem que as propriedades intrínsecas das mercadorias afetam a sua substitutibilidade e complementaridade e são relevantes para os consumidores (Lancaster, 1966; Rohenkohl e Martinelli, 2018).

A inovação teórica está em derivar utilidade das diversas características de uma mercadoria em lugar de ligá-la diretamente ao consumo do bem ou serviço em si. Uma mercadoria é concebida como um *input* para suprir a satisfação de um conjunto de características desejadas pelo consumidor. Um ordenamento de utilidade, então, está ligado diretamente a conjuntos de características e apenas indiretamente a mercadorias que as satisfazem. Exemplificando, um alimento como a carne possui um conjunto de características nutricionais, e também uma série de propriedades estéticas e um grupo de aspectos sanitários. Outros alimentos contemplam estas características de maneira e em proporções distintas (Lancaster, 1966; Rohenkohl e Martinelli, 2018).

A proposta de Lancaster (1966) preserva a utilidade como alicerce teórico e ancora-se em quatro pressuposições: a) a mercadoria em si não proporciona utilidade, mas possui características que o fazem; b) em geral, uma mercadoria possui mais de uma característica, cada característica percebida em proporção fixa pelos consumidores, e várias características são contempladas por diferentes mercadorias; c) mercadorias consumidas conjuntamente oferecem características distintas comparativamente ao seu uso individualizado; e d) as características de uma mercadoria são percebidas da mesma forma por todos os consumidores, a idiosincrasia está na escolha entre diferentes conjuntos de características.

Para Scitovsky (1992), o utilitarismo subjacente à economia estaria ultrapassado frente aos desenvolvimentos da psicologia do século XX. Como ponto de apoio para uma revisão da teoria do consumo, ele recupera a classificação de Hawtrey (1925).

Hawtrey (1925, p. 189) voltara sua atenção para os produtos finais e propusera duas classes, a de produtos defensivos e a de produtos criativos. Os produtos defensivos mitigariam sofrimentos e prejuízos do indivíduo e os produtos criativos acrescentariam satisfações positivas. O consumo de um alimento, por exemplo, teria um efeito defensivo ao mitigar a fome e evitar a desnutrição, e poderia ter um efeito criativo ao desenvolver o paladar do consumidor. Estas classes não são mutuamente exclusivas porque um produto defensivo pode possuir atributos criativos. A faceta defensiva do consumo não implica a imaginação do consumidor. Os atributos criativos, pelo contrário, requerem uma projeção imaginativa; para tanto, a experiência própria e a de pessoas próximas, a ser emulada, é importante.

Mais recentemente, Witt (2001 e 2016) avançou nesta ótica de aprendizado de consumo ao argumentar que uma mercadoria possui diversas características qualitativas que proporcionam serviços para a satisfação de desejos ou percepções sensoriais dos consumidores. Uma particular necessidade pode ser atendida pelo consumo de diferentes mercadorias ou diferentes combinações de mercadorias; por outro lado, o consumo de uma mercadoria pode atender diversas necessidades simultaneamente.

A evolução de valores, as manifestações socioculturais, a projeção de *status* social pelo consumo e o aprendizado de consumo também introduzem novas perspectivas de avaliação das características das mercadorias. O aprendizado de consumo não envolve necessariamente o conteúdo e a maneira de fabricação dos produtos, mas a exploração de novos serviços das mercadorias. Assim, indivíduos podem manifestar diversas necessidades e desejos, satisfeitos parcialmente por diferentes *inputs* (serviços das mercadorias). O aprendizado implica o consumidor explorar novos serviços acessados no uso de uma mercadoria. Todos estes elementos de aprendizagem levam a uma não-saciedade do consumo de certas mercadorias (Witt, 2001 e 2016).

3 METODOLOGIA

2.1 Pesquisa Bibliográfica

Fundamentada nos conhecimentos da Biblioteconomia, a pesquisa bibliográfica é um procedimento de investigação científica de busca por referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre um problema de pesquisa. Esse tipo de pesquisa traz subsídios para identificar como e sob que enfoque foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Permite atualizar e desenvolver o conhecimento sobre um tema por meio de uma análise crítica de diversas posições acerca de um problema. A pesquisa bibliográfica utiliza de livros, teses, artigos e outros documentos publicados que contribuem para a resolução do problema (Bocato, 2006; Queiroz e Cruz, 2020; Sousa, Oliveira e Alves, 2021; Gehardt e Tolfo, 2009).

A pesquisa bibliográfica combina a revisão bibliográfica com procedimentos de seleção de publicações, bem como de organização e comparação de seu conteúdo (Queiroz e Cruz, 2020; Sousa, Oliveira e Alves, 2021).

2.2 Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica é uma parte importante da pesquisa bibliográfica que engloba a fundamentação teórica do assunto pesquisado. Há dois tipos de revisões bibliográficas que diferem entre si pelo grau de sistematização da busca de informações (Queiroz e Cruz, 2020).

2.2.1 Revisão bibliográfica narrativa

A revisão bibliográfica narrativa dificilmente parte de um problema bem definido. Constitui um estudo exploratório e sedimenta associações que ajudam a definir um problema de pesquisa. Neste sentido, prescinde de critérios sistemáticos para a busca e análise de informações. A busca não almeja abarcar todas as fontes disponíveis segundo algum critério de delimitação explicitado. É adequada para a fundamentação de artigos, teses e dissertações (Queiroz e Cruz, 2020, Unesp, 2015).

Este tipo de revisão foi empreendido nas primeiras seções de Rohenkohl e Martinelli (2018). Posteriormente, foi ampliada com a leitura de Galbraith (1982 e 1987), Scitovsky (1992) e Hawtrey (1925), bibliografias adicionadas para a delimitação do problema de pesquisa acima apresentado.

2.2.2 Revisão bibliográfica sistemática

É um procedimento de investigação científica. Busca responder a uma pergunta de pesquisa claramente formulada. Recupera, seleciona e avalia os resultados de estudos publicados segundo métodos sistemáticos, explícitos e reprodutíveis. Reúne e sistematiza os dados de outros estudos, que são as unidades de análise (Galvão e Pereira, 2014; Queiroz e Cruz, 2020; Unesp, 2015).

2.2.3 Bases bibliográficas e estratégia de buscas

A base bibliográfica utilizada é a *Web of Science* em combinação com acessos a artigos pelo Portal da CAPES.

Utiliza-se o operador booleano *and* para encontrar termos de uso combinado, e o operador *or* para dar conta de busca que inclua sinônimos. O operador *not* é utilizado para excluir um termo da busca. É recomendado iniciar com poucos termos de busca e ampliar, se necessário, ao longo da pesquisa. O importante é a relevância do termo para o problema de pesquisa (Pereira e Galvão, 2014). Os termos selecionados para a busca desta pesquisa decorrem da revisão bibliográfica narrativa e serão combinados por operadores booleanos (*and*, *or*, *not*). É utilizado o idioma inglês nas buscas por ser o de maior uso em publicações científicas de impacto internacional. O horizonte temporal, em princípio, é o disponibilizado pelo Portal da Capes para a *Web of Science*, de 1991 a 2022.

As publicações identificadas pelos buscadores são catalogadas a partir das leituras de títulos, resumo e palavras-chave. O software *Endnote* auxilia na catalogação e gerenciamento das referências. Tendo por base o objetivo b desta pesquisa, de 15 a 20 publicações identificadas com a concorrência por meio da qualidade das mercadorias serão selecionadas para a leitura de texto completo e comparação de bases epistêmicas e teóricas. Esta seleção será efetuada por dois revisores, de forma independente. As divergências serão equacionadas por consenso ou por consulta a um terceiro revisor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas tabelas que seguem, informam-se os resultados preliminares obtidos através de pesquisa na plataforma *Web of Science*.

As palavras-chave utilizadas nas buscas foram escolhidas a partir da revisão narrativa. A Tabela 1 apresenta uma comparação entre “*product quality and competition*” e “*product price and competition*”.

A “Razão” expressa na última coluna deixa claro que a produção e as citações da tradição da escassez e concorrência em preços é próxima do dobro das publicações voltadas para a concorrência em qualidade das mercadorias. Outra informação de relevo é a grande produção de autores radicados nos Estados Unidos frente aos de outras nacionalidades.

Tabela 1 - Concorrência em qualidade X Concorrência em preços

Classe de Produção	<i>Product quality (q) and competition</i>		<i>Product price (p) and competition</i>		Razão (p/q)
Publicações	1515		3191		2,11
Citações totais	27026		67719		2,51
Citações (em artigos)	19593		42878		2,19
Artigos	1351		2984		2,21
Artigos de Revisão	13		22		1,69
Capítulos de livro	4		11		2,75
Nacionalidade dos autores	EUA	455	EUA	1100	2,42
	China	195	China	328	1,68
	Inglaterra	145	Inglaterra	342	2,36
	Itália	113	Itália	212	1,88
	Alemanha	112	Alemanha	254	2,27
	França	107	França	213	1,99
	Brasil	9	Brasil	14	1,56

Fonte: Elaboração própria com informações de <https://www.webofscience.com/wos/woscc/basic-search>

Tendo em vista a grande produção dos autores radicados nos EUA, a Tabela 2 apresenta o Indicador Relativo da Nacionalidade (IRC), que demonstra, a partir da “Razão Final”, que a dimensão relativa da produção acadêmica estadunidense na concorrência em preço do produto (1,04) é superior ao da concorrência em qualidade do produto (0,91). Ou seja, os EUA têm predominância maior nesse âmbito da concorrência.

Na Tabela 2, “p” representa as pesquisas em “*product price and competition*” e “q” representa as pesquisas para “*product quality and competition*” As fórmulas utilizadas para

obter o Indicador Relativo de Nacionalidade, aplicada para a posição de autores dos EUA, nacionalidade com autoria mais frequente, frente ao total de publicações, foram:

$$\left\{ \frac{(\text{EUA } p)}{(\text{Total } p)} \right\} / \left\{ \frac{(\text{EUA } p+q)}{(\text{Total } p+q)} \right\} = \text{Indicador Relativo EUA}$$

[1]

e

$$\left\{ \frac{(\text{EUA } q)}{(\text{Total } q)} \right\} / \left\{ \frac{(\text{EUA } p+q)}{(\text{Total } p+q)} \right\} = \text{Indicador Relativo EUA}$$

[2]

Tabela 2 - Indicador Relativo da Nacionalidade (IRC)

	Nº de publicações	Razão Parcial	Indicador Relativo EUA
EUA (p)	1100	0,34	1,04
Total (p)	3191		
EUA (p+q)	1555	0,33	
Total (p+q)	4706		
EUA (q)	455	0,30	0,91
Total (q)	1515		
EUA (p+q)	1555	0,33	
Total (p+q)	4706		

Fonte: Elaboração própria com informações de <https://www.webofscience.com/wos/woscc/basic-search>

Se a participação relativa de autores dos EUA em artigos sobre concorrência em preço (p) fosse equivalente à participação da publicação de estadunidenses no total de artigos selecionados nas buscas, o indicador seria igual a 1. Como o indicador foi 1,04, há uma ligeira propensão a autores dos EUA discutirem concorrência em preços. Por outro lado, a sua participação em artigos que relacionam concorrência com a qualidade de mercadorias foi de apenas 0,91.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se em execução. Buscas com outros termos serão efetivadas e comporão um quadro mais amplo de informações. O número de citações e uma linha do tempo das produções enriquecerão a pesquisa bibliográfica. Uma vez concluída a tabulação, a etapa seguinte consistirá na leitura de uma seleção de artigos de alta citação para a apuração comparativa das bases teóricas e epistêmicas utilizadas.

REFERÊNCIAS

- AKERLOF, George A.. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism”. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 84 (1970):488-500
- ARAUJO, Luciana D.; QUEIROZ, Claudete F.. Pesquisa Bibliográfica, Estratégias de Busca e Fontes de Informação: conceitos e abordagens, 2020 Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/43528/2/Pesquisa%20Bibliogr%C3%A1fica%20%20estrat%C3%A9gias%20de%20buscas%20e%20fontes%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%93%20conceitos%20abordagens.pdf>. Acesso 14 mar 2022.
- BOCCATO, Vera R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo, 18 (3), p. 265-74, set-dez 2006.
- EYMARD-DUVERNAY, F. Conventions de qualité et formes de coordination. Revue économique, volume 40, n°2, 1989. pp. 329-360;
- HAWTREY, R. G. The Economic Problem. London: Longmans, Green and Co., 1925.
- GALBRAITH, John K.. A Sociedade Afluente. Tradução: Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Pioneira, 1987.
- GALVÃO, Taís F.; PEREIRA, Maurício G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 23 (1), p. 183-184, jan-mar 2014.
- GERHARDT, Tatiana E; TOLFO, Denise S. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- KOUTSOYIANNIS, Anna. Non-Price Decisions: The Firm in a Modern Context. Hong Kong: The Macmillan Press Ltd., 1982.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP; Brasília, NEAD, 2010.

ROHENKOHL, Júlio E.; MARTINELLI, Orlando. A relação entre preço e qualidade: uma contribuição metodológica utilizando lógica fuzzy. *Revista Textos de Economia*, v. 21, nº 2, p. 97-123, abr/out 2018.

STIGLITZ, Joseph E.. The Causes and Consequences of the Dependence of Quality on Price. *Journal of Economic Literature*, v. 24 (1987):1-48.

SCITOVSKY, T. *The Joyless Economy: the psychology of human satisfaction*. Revised Edition. New York: Oxford University Press, 1992.

SOUSA, Angélica S.; OLIVEIRA, Guilherme S. ; ALVES, Laís H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20. nº 43, p. 64-83, 2021.

TORDJMAN, H. How to study markets? An institutional point of view. *Revue d'Economie Industrielle*, n. 107, 3ème 2004.

UNESP. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. *Tipos de Revisão de Literatura*. Botucatu, 2015.

WEB OF SCIENCE. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/basic-search>. Acesso em: 20 jul 2022

WITT, Ulrich. Learning to consume – A theory of wants and the growth of demand. *Journal of Evolutionary Economics*, v. 11 (2001): 23-36.

WITT, Ulrich. The evolution of consumption and its welfare effects. *Journal of Evolutionary Economics*, (2016): 1-21. Accessed August 23, 2016. doi:10.1007/s00191-016-0459-3.

SJPE&D | IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento

RESUMO EXPANDIDO

LINHA 1: INOVAÇÃO, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS DINÂMICAS DO TRABALHO CRIATIVO

Mateus Portella Alvez Rodriguez¹
Guilherme Vijande Garbin¹
Rita Inês Paetzhold Pauli²
Sibele Vasconcelos de Oliveira²

Resumo: As Indústrias Criativas constituem importante setor econômico, responsável pela geração de trabalho e renda nas diferentes regiões do Brasil. Destarte, o presente estudo objetiva a identificar as contribuições do trabalho criativo ao desenvolvimento econômico. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, além da análise de dados estatísticos sobre o setor. Como resultados, destaca-se que são cerca de 935 mil trabalhadores criativos no Brasil. Apesar da queda nos rendimentos médios no período pandêmico, os profissionais criativos são mais valorizados do que a média dos trabalhadores brasileiros. Sobretudo, com a diversidade das atividades desenvolvidas pela indústria criativa, infere-se seu potencial para promoção do desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Criatividade; Emprego; Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Os debates sobre a economia criativa vêm ganhando espaço na academia, não apenas pelo crescente interesse dos agentes econômicos, governos, organizações e sociedades, mas também por oportunizar a detecção de estratégias para para superação das vulnerabilidades econômicas e para a consolidação de *soft power*. Sobretudo, a discussão sobre a conexão entre criatividade, economia e desenvolvimento começou a ganhar força em 1994 com a publicação do documento *Creative Nation* pelo governo australiano (NEWBIGIN, 2010). Baseando-se na política australiana, o Reino Unido

¹ Acadêmicos do Curso de Ciências Econômicas (UFSM). Grupo de pesquisa DISGOS. E-mail: garbingui@hotmail.com e mateusrodriguesalves123@gmail.com.

² Docente do Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFSM). Grupo de pesquisa DISGOS. E-mails: rita.pauli@gmail.com e sibele.oliveira@ufsm.br.

publicou o primeiro registro sistemático das indústrias criativas, especificando sua natureza, valor e atividades componentes (UNCTAD; PNUD, 2012).

Em suma, a economia criativa é percebida como uma opção de desenvolvimento sustentável, pois está alicerçada em atividades com alta repercussão inovativa, em geração de trabalho e renda (UNCTAD; PNUD, 2012). Apesar do conceito ainda estar em construção, as diferentes abordagens o associam às indústrias criativas, que são como centros de desenvolvimento e distribuição de bens tangíveis e serviços intangíveis, com valores artísticos, intelectuais, econômicos e objetivos de mercado (UNCTAD; PNUD, 2008).

Tendo em vista as interfaces entre a criatividade e desenvolvimento, o presente estudo objetiva a avaliar as dinâmicas da economia criativa em esforços de geração de trabalho e renda.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No livro *“Economia Criativa: Como Ganhar Dinheiro com Ideias Criativas”*, Howkins (2001) sustenta a ideia de que a economia criativa tem ligação direta com a criatividade, o simbólico e a economia. Assim, consiste de um misto de atividades econômicas que possuem significado atribuído a criatividade, fator importante para a produção de bens e serviços. O autor argumenta que a economia criativa fomenta a diversificação econômica e pode se relacionar com as novas tecnologias.

Ao definir as indústrias criativas como aquelas atividades que estão fundamentadas na criatividade, habilidade e talento individual e, por conseguinte, potencializam o crescimento econômico por meio da empregabilidade e exploração da propriedade intelectual (NEWBIGIN, 2010), vislumbram-se grandes possibilidades ao desenvolvimento econômico com base no trabalho criativo. Desse modo, a economia criativa é vista como uma ferramenta de geração de empregos, renda e ganhos em exportação, ao mesmo tempo que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano (UNCTAD; PNUD, 2008).

3 METODOLOGIA

Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, além do levantamento de dados estatísticos sobre o setor. As informações empíricas manipuladas são derivadas do Mapeamento da Indústria Criativa, realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, o último mapeamento de classificação da indústria criativa realizado pela FIRJAN (2022), apresenta dados sobre duas óticas (produção e mercado de trabalho), e referente a quatro macro áreas criativas (consumo, cultura, mídias e tecnologia). Em 2004, a indústria criativa representava 2,09% do PIB Brasileiro, esse valor continuou aumentando e entre 2017 e 2020 a participação do PIB criativo no PIB do país cresceu de 2,61% para 2,91%. Esse valor representa R\$ 217,4 bilhões, valor comparável ao setor de construção civil e maior que o setor de extrativismo mineral no país (FIRJAN, 2022).

Os profissionais criativos são mais valorizados do que a média dos trabalhadores brasileiros, pois registraram média salarial de R\$ 6.926,00 em 2020, valor cerca de 2,4 vezes maior que a média salarial da economia brasileira. São Paulo e Rio de Janeiro são os estados com mais trabalhadores criativos em 2020, responsáveis por 50,9% dos trabalhadores dessa área. Apesar dos grandes salários, ocorre muita concentração de renda nesse setor. Cerca de 10% dos profissionais recebem 13,6% da renda, enquanto os 80% com os menores rendimentos correspondem a 57,5% da renda (FIRJAN, 2022).

Tabela 1 - Profissionais Criativos e Salário Médio (2020)

Segmento	Santa Maria		Rio Grande do Sul		Brasil	
	Número de Profissionais	Salário Médio	Número de Profissionais	Salário Médio	Número de Profissionais	Salário Médio
Arquitetura	143	R\$ 9.446,79	6.290	R\$ 7.828,26	97.424	R\$ 8.238,71
Artes cênicas	2	R\$ 506,34	278	R\$ 1.972,89	7.930	R\$ 1.972,89
Audiovisual	117	R\$ 1.516,39	3.617	R\$ 2.128,74	38.486	R\$ 3.578,93
Biotecnologia	41	R\$ 5.102,01	1.857	R\$ 4.742,79	38.044	R\$ 5.349,23
Design	138	R\$ 2.164,23	7.959	R\$ 3.239,07	81.458	R\$ 3.239,07
Editorial	101	R\$ 3.975,65	3.072	R\$ 3.452,91	46.815	R\$ 5.145,41
Expressões culturais	46	R\$ 1.699,82	1.785	R\$ 2.213,96	30.621	R\$ 2.097,29
Moda	31	R\$ 1.132,16	4.177	R\$ 2.251,52	37.138	R\$ 2.030,25
Música	8	R\$ 3.827,61	614	R\$ 3.210,66	10.369	R\$ 3.534,40
Patrimônio e Artes	13	R\$ 4.509,56	565	R\$ 5.439,52	11.246	R\$ 5.728,01
P&D	99	R\$ 8.413,72	7.256	R\$ 10.552,07	166.023	R\$ 12.220,95
Publicidade e Marketing	244	R\$ 2.831,21	9.661	R\$ 4.690,26	223.497	R\$ 6.302,84
TIC	238	R\$ 3.772,10	12.386	R\$ 5.748,88	146.263	R\$ 7.606,01
Total	1.221	R\$ 4.081,06	59.517	R\$ 4.420,89	935.314	R\$ 5.157,23

Fonte: FIRJAN (2022).

Observou-se que as Indústrias Criativas empregaram 935 mil pessoas no Brasil no ano de 2020. Segundo o último Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, estudo coordenado pela FIRJAN (2022), as áreas da Tecnologia e Consumo têm se destacado no período mais recente, apresentando forte crescimento econômico, com taxas de expansão de 20,0% e 12,8% no interstício

2017 a 2020, respectivamente. Sobretudo, percebeu-se que o salário do trabalhador criativo caiu entre 2017 e 2020 em torno de 10%, movimento também observado no mercado de trabalho brasileiro como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando as dinâmicas da economia criativa no Brasil, foi possível notar a sua importância e o seu desenvolvimento para geração de empregos e revoluções no mercado de trabalho, fomentando a diversificação econômica e se relacionando com as novas tecnologias. Exemplo disso, são as Indústrias Criativas empregando 935 mil pessoas no Brasil no ano de 2020 e com um crescimento no número de empregos formais em 11% entre 2017 e 2020, enquanto o mercado de trabalho decresceu em 0,1% no mesmo período (FIRJA, 2022).

Ao passo que os mercados criativos apresentam tendência de crescimento, vislumbram-se possibilidades de expansão do trabalho e renda para os trabalhadores do setor. Sobretudo, com a diversidade das atividades desenvolvidas pela indústria criativa, infere-se positivamente sobre seu potencial para promoção do desenvolvimento socioeconômico e inclusão social.

REFERÊNCIAS

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2022.

HOWKINS, J. **A economia criativa: um guia introdutório**. London: British Council, 2010.

UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa, uma opção de desenvolvimento viável**. Brasília: Itaú Cultural, 2012.

SJPE&D| IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento

TRABALHO COMPLETO

Linha 2: RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

(RE) DISCUTINDO O PLANO REAL: do processo inflacionário brasileiro à viabilização através dos ajustes nas políticas cambial e monetária e suas implicações sócio-econômicas

Eduardo Buchmann Godinho¹
Rita Inês Paetzhold Pauli²

Resumo: O plano real foi a mais bem sucedida e duradoura tentativa de combate à inflação empreendida na economia brasileira. Consistiu em um conjunto de reformas econômicas implementadas em três fases com o objetivo de fazer frente à hiperinflação e ao descontrole fiscal no país, além de instituir uma nova moeda. Esta pesquisa classifica-se como descritiva e quanto aos meios de investigação, como bibliográfica privilegiando a corrente institucionalista de análise, documental e de levantamento de dados. Visando atingir ao objetivo de descrever e deslindar o plano e suas implicações, foi realizada uma revisão literária que aliado aos demais elementos metodológicos permitiu concluir que embora o plano real tenha cumprido o objetivo de estabilização da economia, ficou limitado a esse quesito, não eliminando a instabilidade do lado real da economia e sem consolidar um crescimento sustentável ao país.

Palavras-chave: Plano Real. Inflação. Política cambial

1 INTRODUÇÃO

O plano real foi a mais bem sucedida e duradoura tentativa de combate à inflação empreendida na economia brasileira. Consistiu em um conjunto de reformas econômicas implementadas em três fases com o objetivo de fazer frente à hiperinflação e ao descontrole fiscal no país, além de instituir uma nova moeda, o real.

¹Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas (UFMS). E-mail: Eduardo.godinho@ufsm.acad.br

²Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFMS). Grupo de pesquisa DISGOS. E-mail: rita.pauli@gmail.com

Com isso, o presente estudo aborda uma contextualização histórica do problema econômico predominante no Brasil, a instabilidade econômica, vetor de inúmeras mazelas sociais, e a análise da situação que propiciou o choque de diversas correntes do pensamento econômico na tentativa de solução, que invariavelmente encontravam o fracasso como resultado.

Para tanto, fora imprescindível a mudança observada no cenário econômico do início dos anos 1990, que para Conceição e Lopes (2016) vai ao encontro do ideário presente no institucionalismo de Veblen, que assegura que as formas institucionais contribuíram para consolidar o que se denominou de hábito inflacionário, fortemente presente no cotidiano dos brasileiros desde a década de 1980, e que cessou com a nova configuração macroeconômica, onde foi possível atingir a estabilidade monetária.

No período recente, o Brasil vem sendo assolado pelo retorno do quadro inflacionário que trouxe tantas consequências nocivas à economia e sociedade. Tal realidade remete à necessidade de promover uma retomada do debate em torno da temática da inflação, buscando na história recente do país, tentativas bem sucedidas de controle inflacionário.

Destarte, vale lembrar que após diversas tentativas de controle da inflação que impingia à população conviver com a alta permanente dos preços corroendo diariamente seu poder aquisitivo, surge em meados de 1994 um marco recente na história do Brasil: o plano real. Com isso, o presente estudo pretende responder a questão central: teria o plano real atingido o seu objetivo de estabilizar a economia do país?

Para responder à questão, a pesquisa delimitou-se a analisar o arcabouço teórico disponível na literatura acerca do tema, contemplando desde as raízes do processo inflacionário brasileiro, passando pela busca de alternativas ao combate do mesmo e suas consequências, chegando enfim ao plano real. A partir disso, com o objetivo geral de descrever e deslindar o plano real e seus impactos na economia, intercorre-se em revisão às medidas adotadas para a execução do plano, a posterior manutenção da viabilidade da estratégia e as suas eventuais implicações.

A presente pesquisa manifesta-se dividida em quatro capítulos: o primeiro capítulo apresenta a introdução, com um breve resumo do estratagema do trabalho, onde encontra-se inserido o tema do artigo e o objetivo do mesmo. O segundo capítulo aborda a revisão bibliográfica, abordando desde os aspectos referentes à inflação e ao processo inflacionário até as estratégias de combate adotadas, culminando na concepção e execução do plano real.

Por fim, os últimos três capítulos, começando com a metodologia aplicada para consecução dos resultados, passando pelos resultados e discussões e por fim, com a conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Franco (1995), a inflação é como uma decomposição da moeda, que debilita primeiramente sua capacidade de servir como reserva de valor e em seguida prejudica sua utilidade como unidade de conta, na medida em que se dissemina a indexação, até reduzir sua capacidade como meio de pagamento. Já para Souza (1992) a inflação é um processo de alta generalizada e continuada do índice geral de preços, que se traduz na diminuição gradativa do poder de compra interno da moeda.

O Brasil apresentou taxas de inflação de pelo menos dois dígitos em todos os anos entre 1953 e 1995³. Na década de 1970, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu de modo acelerado (milagre econômico), enquanto a taxa de inflação se mantinha relativamente baixa (15,7% ao ano, em 1972). Então ocorreram os dois choques do petróleo e as políticas monetárias e fiscais a eles relacionados, contribuíram de maneira incisiva para a elevação da taxa de inflação para 40,8% ao ano em 1978 (SOUZA, 1992).

Em 1979, no início do governo de João Baptista Figueiredo, foram criados novos impostos para os exportadores (VERSIGNASSI, 2019), e foi devido ao protesto destes que ocorreu um grande corte no valor do cruzeiro, algo em torno de 30% de desvalorização. Essa medida, se por um lado aumentou as exportações e o saldo positivo da balança comercial, por outro dobrou a inflação de 55% ao ano para 110% ao ano em meados de 1980, quando os ajustes salariais, aponta Souza (1992), passaram de anual para semestral.

Em 1986, no governo de José Sarney, como parte do plano Cruzado, foram congelados os preços. Houve um aumento do salário mínimo, e conforme Versignassi (2019) o suporte da população (“os fiscais de Sarney”) fez com que o congelamento funcionasse por alguns meses. A congruência das medidas citadas, e uma taxa de juros baixa que fazia com que não fosse vantajoso deixar o dinheiro aplicado, contribuíram para que a população passasse a consumir profusamente (VERSIGNASSI, 2019). Como conseqüência da estabilização

³ Nesse aspecto, faz todo o sentido o argumento de Keynes (1978, p. 4): “em todo o país com história, desde o mais remoto alvorecer dos registros econômicos, existe a crônica quase ininterrupta da progressiva deterioração do valor real de todos os padrões legais que representam a moeda.

momentânea, seguiu-se um superaquecimento da demanda⁴. A indústria brasileira não possuía capacidade para suprir o crescimento da economia no curto espaço de tempo e começaram a faltar itens nas prateleiras dos supermercados. Segundo Versignassi (2019), as tarifas dos serviços públicos também haviam sido congeladas e as estatais gastavam mais do que faturavam. Para evitar a falência das mesmas, o governo passou a imprimir mais dinheiro, que desencadeou em mais inflação.

Souza (1992) explica que no ciclo de ascensão da inflação ocorre concentração da renda em favor dos setores mais oligopolizados, em detrimento dos setores concorrenciais. Se os preços crescerem mais rápidos do que os salários nominais, ocorre a transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas, muito devido à queda dos salários reais. Souza (1992) elenca diversos fatores determinantes ao fenômeno inflacionário, entre os quais o crescimento dos meios de pagamento acima da taxa de crescimento do produto real e o excesso de demanda em relação à oferta de bens e serviços. O autor ainda complementa que “a expansão dos meios de pagamento pode ser tanto causa como efeito da inflação”. (SOUZA, 1992, p. 21).

Conceição e Lopes (2016) trazem à luz dentro deste contexto, o institucionalismo de Veblen para demonstrar que as formas institucionais contribuíram para consolidar o hábito inflacionário. Segundo os autores, os hábitos são resultados do comportamento cotidiano dos indivíduos, desempenhando papel fundamental na definição das instituições, que acabam por generalizar dentro de uma dada sociedade os hábitos estabelecidos pelo pensamento comum⁵.

Dessa forma “o fenômeno inflacionário transformou-se em um hábito, constituído a partir de um processo histórico característico de uma economia de industrialização retardatária” (CONCEIÇÃO; LOPES, 2016, P. 160).

A hiperinflação⁶ é um fenômeno que possui por característica apresentar taxas muito elevadas, de acordo com a literatura especializada e endossada por Souza (1992) mais de 50% ao mês. À medida que o processo hiperinflacionário progride, a indexação retroativa torna-se impossível e Souza (1992) reitera sobre a perda substancial de valores, além da recessão

⁴ “Com a economia mais próxima do pleno emprego, qualquer aumento na demanda iria se refletir em pressões inflacionárias” (CONCEIÇÃO; LOPES, 2016, P. 154).

⁵ “Para Hodgson (2007), os hábitos são as matérias que constituem as instituições, proporcionando-lhes maior durabilidade, poder e autoridade normativos. Ao se reproduzir hábitos compartilhados de pensamento criam-se instituições fortes, mecanismos de conformismo e acordos de caráter normativo” (CONCEIÇÃO; LOPES, 2016, P. 157).

⁶ Os fatos de escaparem do controle dos agentes econômicos e dos indexadores perderem a sua função também perfazem propriedades da hiperinflação. Segundo Souza (1992, p. 11) “o público rejeita a moeda nacional e o governo perde suas fontes alternativas de financiamento. A alta de preços é diária e em constante aceleração”.

violenta e a desorganização dos mercados que pressiona a incoerência dos preços e a substituição da moeda nacional por outros ativos, geralmente por moeda estrangeira forte.

Em março de 1990, ao assumir a presidência da República herdando uma inflação que se aproximava dos 2000% ao ano, foi a vez de Fernando Collor de Mello colocar seu plano de combate à inflação em ação. Para Fishlow (2011), a ação combativa prometida por Collor consistia essencialmente na redução da base monetária efetiva, com redução do meio circulante. Após o Plano Collor reduzir a inflação apenas no primeiro mês de vigência, e logo em seguida perder o controle sobre ela, foi lançado o Plano Collor II, que de acordo com Aires (2013), era baseado no neogradualismo, segundo o qual a indexação passa a ser baseada na inflação futura.

Esse plano possibilitou a queda na taxa da inflação por mais meses que o anterior, no entanto, por depender da credibilidade do governo, essa estratégia foi logo inviabilizada pelos escândalos políticos ocorridos na época, que culminaram no processo de *impeachment* do presidente. Quando Itamar Franco assumiu a presidência para completar o mandato de Collor, assistiu a inflação atingir seus maiores patamares absolutos, em 1993, ultrapassando os 2000% ao ano.

Em meados de 1983, os professores economistas André Lara Resende e Pérsio Arida elaboraram um artigo acadêmico que ficou conhecido como Proposta Larida. Souza (1992) afirma que essa proposta chegou a ser apresentada como alternativa no combate à inflação ainda antes do Plano Cruzado, mas foi descartada por ser considerada extremamente complexa.

Também conhecida como Teoria da Moeda Indexada, a proposta segundo Souza (1992), consistia na introdução de uma nova moeda indexada, na época, o novo-cruzeiro ou cruzeiro-ouro, com uma taxa de conversão oficial em relação ao cruzeiro com atualização diária. A proposta previa que as duas moedas teriam curso legal, no qual a nova moeda seria a preferida pelos agentes econômicos, mesmo com a velha moeda continuando válida nos contratos vigentes. Portanto, a “quase moeda” circularia de modo simultâneo com a anterior, a fim de evitar que a inflação da antiga contaminasse a nova moeda. De acordo com Souza (1992, p. 10) “a nova moeda com credibilidade e defendida do imposto inflacionário, acabaria substituindo a moeda antiga nas transações, eliminando a inflação inercial da moeda velha”.

As propostas para reverter o processo de inflação dependem da interpretação do fenômeno inflacionário. Uma corrente do pensamento econômico brasileiro defendia a necessidade da desindexação para que Plano Real obtivesse sucesso, sob o argumento de que

o problema surge basicamente de que “na alta inflação, os preços ainda acompanham movimentos da inflação passada; enquanto na hiperinflação os preços passam a seguir diariamente os movimentos de outra moeda, em geral o dólar”. (GIAMBIAGI ET AL, 2011, p. 160).

Portanto, ainda de acordo com Giambiagi et al (2011) seria preciso retirar os vínculos dos preços com o passado e criar as pré-condições para acabar com a inflação, através de uma nova moeda, sem memória, pois segundo Aires (2013) o primeiro problema da inflação nesse período era a sua memória, ou seja, a inflação de hoje era influenciada pela inflação do mês passado.

Considera-se, por exemplo, o mês vigente ser outubro. A inflação de hoje era influenciada pela inflação de setembro, agosto julho, junho, maio. Ou seja, nesse caso, a inflação no Brasil tinha uma memória longa, onde as inflações acumuladas acabam por influenciar a inflação em outubro, gerando um efeito nefasto na economia presente, podendo ser representado por:

$$\pi_{outubro} = 0,8 * \pi_{setembro} + 0,6 * \pi_{agosto} + 0,4 * \pi_{julho} + 0,2 * \pi_{junho} + 0,1 * \pi_{maio} [\dots]$$

onde π é o símbolo que os economistas utilizam para definir inflação”. (AIRES, 2013, p. 192).

Assim, para zerar a memória da inflação, seria preciso fazer com que as pessoas notassem que a única inflação importante para determinar o nível de preços de hoje, seria a inflação de ontem e para fazer com que a memória inflacionária fosse mais curta, seria preciso simular uma hiperinflação (AIRES, 2013). Conceição e Lopes (2016, p. 160) explanam que a indexação e a teoria da inflação inercial emergem feitas “um reflexo dos hábitos mentais de uma sociedade que aprendeu a conviver com elevados índices de inflação”.

Em maio de 1993, Itamar Franco nomeou como ministro da Fazenda o sociólogo e então senador pelo estado de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso (FHC), o incumbindo da difícil missão de encontrar uma solução para a estabilização monetária e econômica, enquanto o Brasil atingia os índices mais elevados de inflação da história.

Da intervenção de FHC, surge um plano heterodoxo para eliminação da inflação, não desperdiçando a década de pesquisas lideradas por André Lara Resende e Pérsio Arida. Fishlow (2011) recorda que o processo envolveu muitos dos intelectuais anteriormente responsáveis pelo plano cruzado, porém agora contando com as reservas cambiais acumuladas que permitiria uma alta imediata das importações, crucial para o desenvolvimento do projeto.

De acordo com Conceição e Lopes (2016) o período entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 foi marcado por significativas mudanças nas formas institucionais, com

a abertura comercial e financeira que permitiu a inserção do país no regime internacional⁷. De acordo com a teoria da regulação presente na visão institucionalista, é perceptível a contribuição das formas institucionais de estrutura tanto para a persistência quanto para o fim da inflação no Brasil⁸ (CONCEIÇÃO; LOPES, 2016)

O plano real foi concebido como um programa de três fases, de modo a evitar os equívocos e fracassos dos planos anteriores: ajuste fiscal, criação de um padrão estável de valor, como estratégia de desindexação da economia e o estabelecimento de uma nova moeda, o real.

O ajuste fiscal era visto como uma das condições principais para o fim da inflação, segundo Aires (2013). O plano real interpretava o desajuste fiscal sob a concepção de que a inflação possuía um componente de demanda originada nas contas orçadas. Na fase de ajuste fiscal foram elaborados dois programas: Programa de Ação Imediata (PAI) e Fundo Social de Emergência (FSE).

A segunda fase do plano real buscava eliminar o componente inercial da inflação, partindo do princípio, como visto anteriormente, de que seria necessário zerar a memória inflacionária. Mas, ao invés de congelamento de preços, essa fase do plano real introduziu uma “quase moeda” (AIRES, 2013, p.175). Era consenso entre os economistas de que para desindexar a economia era preciso indexar a moeda. Nesse contexto, recorda Mariano (2012), foi estabelecida a Unidade Real de Valor (URV)⁹, um indexador que recuperou primeiramente a função unidade de conta, e em seguida a função reserva de valor. O primeiro passo da equipe econômica montada pelo novo ministro da Fazenda de Itamar foi fixar os preços à URV, indexador que variava de acordo com o dólar¹⁰.

O governo precisava fazer com que os preços subissem todos os dias, pois os preços em cruzeiros reais passaram a ser ajustados diariamente, com base na URV, que possui

⁷ “(...) liberalização comercial com redução da tarifa média de importação que era de 104,97% (...) de 1985-1988, caindo para 34% entre 1989-1993. Após o real, período de 1994-1997, a tarifa média chega a atingir 13,37%. A consequência foi um significativo aumento nas importações”. (CONCEIÇÃO; LOPES, 2016, P. 152).

⁸ De acordo com Conceição e Lopes (2016, p. 148), a “Teoria da Regulação justamente visa interpretar a forma com a qual o capitalismo e o processo de acumulação de capital se reproduz amparado através do conjunto de regulações mediado pelas instituições que permitem manter a consonância social”.

⁹ A Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994 deu embasamento jurídico à URV, conforme Franco (1995), definindo sua função de servir exclusivamente como padrão de valor monetário, ou seja, uma moeda de conta que teria o atributo de servir de meio de pagamento apenas depois de emitida, quando passaria a se chamar Real.

¹⁰ “Se algo custasse CR\$ 2.100 e o dólar estivesse cotado a CR\$ 700, o preço [...] seria 3 URVs” (VERSIGNASSI, 2019, p. 90).

paridade com o dólar americano¹¹. Em junho, o valor do URV já estava em CR\$ 2.500, sob uma inflação de 40%. Os preços e salários eram medidos em URV, mas pagos em cruzeiros reais com correção diária dos valores, encurtando a memória inflacionária, transformando o exemplo anterior, usando o mês de outubro como base, em “ $\pi_{10 \text{ de outubro}} = 0,8 * \pi_{09 \text{ de outubro}}$ ” (AIRES, 2013, p. 193).

Apenas os salários, impostos e contratos eram em URV. Os preços seguiam em cruzeiros reais e sem congelamento. A aceitação popular foi fundamental para o êxito desse projeto, inclusive com o comércio marcando os preços em URV.

Em poucos dias as pessoas deixaram de pensar a sua moeda como cruzeiro real e passaram a considerar a URV como moeda corrente. Nesse sentido, o cruzeiro real era utilizado apenas como meio de pagamento, mas sem valor para a população. Mariano (2012) lembra que paulatinamente todos os contratos migraram para esse novo padrão monetário.

O passo seguinte foi extinguir o Cruzeiro Real e transformar a URV em dinheiro corrente. Então a URV ganhou moedas e cédulas próprias, agora sob o nome de real¹². Em primeiro de julho de 1994 deu-se início à terceira fase do plano, caracterizada pela introdução do real como moeda, e pela fixação da taxa de câmbio.

O governo FHC foi praticamente dominado pelo tema da estabilização e, teve início sob forte pressão em consequência do superaquecimento da economia. De acordo com Aires (2013), temia-se o crescimento do consumo e a escalada da crise no México, em agosto de 1995, que aumentava a suspeita de que o regime de câmbio fixo era inadequado, e a conseqüente queda das reservas internacionais.

A política cambial se manteve no centro da polêmica, tanto no período anterior à desvalorização, como no posterior. Para Solimeo e Troster (1999) a manutenção da política cambial de bandas estreitas por período excessivo, sustentadas por taxas de juros elevadas e endividamento, pode ser considerada em um primeiro momento, o principal equívoco da administração do real, embora considerem também que a falta de ajuste fiscal tenha sido responsabilizada pela inconsistência dessa política.

¹¹ O URV foi criado valendo CR\$ 647, que era o equivalente a US\$ 1 no início de março de 1994, afirma Versignassi (2019).

¹² Segundo Versignassi (2019, p. 91) “no momento da troca oficial da moeda, R\$ 1 equivalia a CR\$ 2.750 – o preço de US\$ 1 no dia 30 de junho de 1994”.

Este estudo é caracterizado como sendo exploratório e promove uma pesquisa documental – incluindo a abordagem de institucionalistas – no intuito de analisar os aspectos estruturais do processo inflacionário brasileiro, passando pela busca de alternativas ao combate da inflação que culminaram na elaboração e execução do plano real.

Esta pesquisa classifica-se também como descritiva e quanto aos meios de investigação como bibliográfica, privilegiando a corrente institucionalista de análise documental e de levantamento de dados.

Visando atingir ao objetivo de descrever e deslindar o plano e suas implicações, foi realizada uma revisão literária que aliado aos demais elementos metodológicos permitiu apresentar uma contextualização histórica da instabilidade econômica brasileira e a análise da situação até a implementação do plano real.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora o sucesso no controle da inflação, Giambiagi et al (2011) pondera que a gestão macroeconômica deixava duas lacunas expostas: um desequilíbrio externo e uma séria crise fiscal. A razão do desequilíbrio externo foi o grande crescimento das importações, paralelo a um fraco desempenho das exportações. Os desequilíbrios eram financiados com novos endividamentos e entradas de Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

O plano foi virtuoso em muitos aspectos, sobretudo em seu primeiro ano de vigência, conseguindo melhorar os principais indicadores econômicos. Nesse primeiro momento, destaca Ferreira (2015), além da interrupção da aceleração inflacionária, houve recuperação da atividade econômica, elevação do salário mínimo e redução do custo de vida, especialmente no que diz respeito aos itens componentes da cesta básica, fatores que permitiram reduzir a concentração de renda no período, conforme bem observou Mariano (2012).

O quadro de estabilidade econômica foi um fator que estimulou o crescimento do crédito pessoal, favorecendo setores que comercializavam bens de consumo duráveis, principalmente, como enfatizado por Mariano (2012), o comércio de automóveis e de eletroeletrônicos. No entanto, a partir do final de 1994 e início de 1995, passa a não existir

mais espaço para o crescimento do consumo, e Mariano (2012) conclui como consequência imediata a retração da renda dos trabalhadores bem como o esgotamento do crédito.

As medidas restritivas ao crédito provocaram forte impacto sobre a atividade produtiva. Mariano (2012) destaca que o esgotamento da capacidade de endividamento da população evidenciou-se nos elevados índices de inadimplência, observados principalmente ao fim de 1996¹³.

O resultado, na percepção de Aires (2013), foi a quase duplicação do déficit de serviços e rendas durante o primeiro governo de FHC. Todos esses fenômenos eram consequência da forte apreciação cambial verificada nos primeiros meses de real. A situação fiscal era caracterizada, de acordo com Fishlow (2011) por déficit primário do setor público consolidado, equivalente a 7% do PIB em termos nominais, e dívida pública crescente.

As autoridades reagiram a esse ambiente por meio de um conjunto de medidas que incluía fundamentalmente, conforme observa Aires (2013) uma desvalorização controlada e uma elevação da taxa nominal de juros, visando interromper o processo de fuga de capitais.

Os efeitos não tardaram a aparecer: a inflação começou a ceder (caindo quatro anos consecutivos) e, em contrapartida, o PIB diminuiu durante o ano de 1995, com maior impacto sobre a indústria. Nas difíceis condições de 1995, o Plano Real foi salvo por dois fatores: a política monetária e a situação do mercado externo. Segundo observado por Aires (2013, p. 196) “difícilmente o plano teria escapado do mesmo destino dos antecessores se não fossem os juros altos, a ampla liquidez e a busca por atratividades dos mercados emergentes”.

Após as três crises externas do período, no México, tigres asiáticos e Rússia, nas quais o Brasil sofreu pelo “efeito contágio” (AIRES, 2013, p. 197), os ajustes que o governo pretendia fazer ao longo de quatro anos tiveram de ser implementados imediatamente. A taxa de juros elevada não se mostrava mais eficiente para combater os ataques especulativos, além de contribuir para o agravamento da questão fiscal. Devido às medidas recessivas adotadas pelo governo, assistiu-se, de acordo com Mariano (2012), uma retomada das taxas de desemprego e a deterioração dos indicadores sociais, logo um ano após a implementação do plano.

Quando os investidores perderam a confiança na capacidade do governo brasileiro garantir a taxa de câmbio fixa e, portanto, a rentabilidade acumulada nas aplicações

¹³ Relata Mariano (2012, p. 31) que “o comércio de bens de consumo duráveis foi um dos primeiros a sentir os impactos desse processo, uma vez que significativa parcela dos itens era vendida por intermédio de financiamento (venda a prazo). Entre junho de 1994 e junho de 1999, decretaram-se 22.733 falências, contra 8.490 verificadas no período de junho de 1989 e junho de 1994”.

financeiras no Brasil, Ferreira (2015) afirma que houve um movimento crescente de saída de capital, que exigiu a contratação pelo Brasil, de empréstimos internacionais juntos ao FMI em 1998. De acordo com Solimeo e Troster (1999) o FMI orientava os países onde atuava a manterem taxas de juros altas, visando conter as pressões inflacionárias, uma vez que a economia do país já se encontrava em recessão e o alto volume da dívida interna causava preocupação aos investidores. Mariano (2012) elenca a valorização do câmbio e a elevação das taxas de juros, até certo ponto os principais pilares do plano real, como os fatores responsáveis pela perda da competitividade das indústrias nacionais.

Desde o início do plano real, o Brasil passou a acumular déficits sucessivos nas transações correntes. Com isso, Mariano (2012) reporta o aumento da dependência externa, principalmente com relação ao capital especulativo. Como meio para suportar os crescentes saldos negativos na balança comercial e de serviços, Mariano (2012) afirma que o Brasil promoveu a entrada de capitais estrangeiros, parte para comprar empresas estatais que foram privatizadas, parte para investidores que montaram negócios no Brasil ou compraram empresas da iniciativa privada brasileira.

No início de 1999, a desvalorização se tornou inevitável, e o governo então deixou o câmbio flutuar, abandonando o regime de câmbio fixo em virtude do esgotamento das reservas internacionais¹⁴. Solimeo e Troster (1999) ressaltam que o plano real permitiu à população brasileira conviver com a estabilidade e avaliar a sua importância, pois influenciou de forma positiva o seu comportamento diante aos reajustes de preços decorrentes da desvalorização cambial. A desvalorização não teve os efeitos inflacionários, conforme Ferreira (2015) em especial devido à desindexação da economia e ao cumprimento sucessivo de metas fiscais acertadas com o FMI, aumentando a confiança e estabilidade econômicas.

Ainda em 1999 é adotado o *inflation targeting* como sinalizador para a economia, ou seja, a definição de metas de inflação como política de controle da inflação no Brasil, como explica Solimeo e Troster (1999).

Conforme ressaltou Solimeo e Troster (1999), a memória inflacionária era ainda recente no país e a grande diversidade de índices de preços existentes tornava improvável para muitos a aplicação dessa política. Estes defendiam a fixação de metas monetárias. “Outros

¹⁴ Entre abril de 1998 e janeiro de 1999 a crise cambial enfrentada pelo Brasil provocou uma perda de 50% de suas reservas. Essa perda de mais de US\$ 38 bi de reservas internacionais provocou o abandono do câmbio fixo e a adoção do câmbio flutuante, diante de um cenário em que o país corria risco de não ter capacidade de converter a moeda nacional em divisas internacionais para permitir a saída em massa de capitais do Brasil. (FISHLAW, 2011).

achavam desnecessária a fixação de metas, quer de inflação, quer de expansão monetária, entendendo que é a política fiscal que deve ser a verdadeira âncora da estabilidade”. (SOLIMEO; TROSTER, 1999, p. X).

Tabela 1 – Histórico das metas para a inflação e inflação efetiva de 1999 a 2020.

ano	Meta (%)	Limites inf. e sup. (%)	Inflação % aa	ano	Meta (%)	Limites (%)	Inflação % aa
1999	8	6 e 10	8,94	2010	4,5	2,5 e 6,5	5,91
2000	6	4 e 8	5,97	2011	4,5	2,5 e 6,5	6,5
2001	4	2 e 6	7,67	2012	4,5	2,5 e 6,5	5,84
2002	3,5	1,5 e 5,5	12,53	2013	4,5	2,5 e 6,5	5,91
2003	3,25	1,25 e 5,25	9,3	2014	4,5	2,5 e 6,5	6,41
2004	3,75	1,25 e 6,25	7,6	2015	4,5	2,5 e 6,5	10,67
2005	4,5	2,5 e 6,5	5,69	2016	4,5	2,5 e 6,5	6,29
2006	4,5	2,5 e 6,5	3,14	2017	4,5	3 e 6	2,95
2007	4,5	2,5 e 6,5	4,46	2018	4,5	3 e 6	3,75
2008	4,5	2,5 e 6,5	5,9	2019	4,25	2,75 e 5,75	4,31
2009	4,5	2,5 e 6,5	4,31	2020	4	2,5 e 5,5	4,52

Fonte: Bacen (2021)

O governo também implementou um rígido programa de ajuste fiscal – uma restrição orçamentária efetiva, baseada em metas fiscais rígidas, como parte do acordo junto ao Fundo. Dessa forma foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)¹⁵.

Em função da necessidade de se alcançar o superávit primário para realizar amortizações da dívida externa, o processo de privatizações, considera Mariano (2012), mostrou-se bastante funcional na medida em que desobrigaria o governo de realizar novos investimentos nos setores de siderurgia, elétrica e telefonia.

As privatizações apresentaram conseqüências positivas como as apontadas por Aires (2013): redução da dívida pública, aumento da eficiência das empresas privatizadas, redução dos preços, principalmente no setor de telefonia, e evolução positiva dos resultados fiscais de empresas estatais¹⁶. Os efeitos negativos foram os resultados do processo, que ficaram aquém do planejado, primeiramente devido à idéia equivocada de que em razão da desestatização o governo teria mais recursos para gastar em áreas sociais, como coloca Ferreira (2015), e em

¹⁵ A LRF, segundo Fishlow (2011, p. 65) “[...] era crucial. Prometido ao FMI como parte do primeiro acordo. O projeto foi aprovado em maio de 2000, e transformou o federalismo brasileiro ao reduzir os déficits do setor público e restringir o acesso a futuras possibilidades de endividamento”.

¹⁶ Com as privatizações caberia às agências reguladoras o papel de fiscalizar os setores dos sistemas elétricos e de telefonia em relação às metas que foram estabelecidas, de modo que prevalecesse a lógica de mercado. A agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Agência Nacional de Eletricidade (Anel) foram algumas das agências reguladoras criadas no âmbito da reforma administrativa.

seguida pela falta de uma regulação clara que incentivasse o setor privado, combinada com a falta de investimentos estatais que acabou provocando uma crise energética.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seus primeiros anos de vigência o Plano Real possibilitou efeitos distributivos significativos, de fundamental importância para atenuar a questão da desigualdade social, tão premente na sociedade brasileira. No entanto, passado algum tempo, evidenciou-se que o legado do plano não se estendeu ao crescimento sustentável, visto que o Brasil passou a alternar momentos de expansão com recessões profundas e, até a atualidade não é possível identificar a construção de estratégias capazes de alavancar um processo de desenvolvimento para o país

A principal contribuição do plano real foi a conquista da estabilidade econômica após décadas de padecimento da economia frente à escalada inflacionária. Giambiagi et al (2011) chama a atenção para o fato de que as condições externas em 1994 eram bem mais favoráveis para a estabilização do que os presentes nos anos 1980. Havia liquidez internacional em abundância, além da gradual abertura na economia brasileira iniciada no começo da década de 1990. Fatores estes que contribuíram para o eficaz funcionamento do câmbio fixo como âncora para a economia.

Com a estabilidade econômica, aumentou a competitividade empresarial. A redução dos preços das importações foi interessante na medida em que deu conta do mercado consumidor interno. Grandes conglomerados de empresas multinacionais passaram a instalarem-se no país o que acabou direcionando a renda despendida para a remuneração da produção e emprego nos países importadores. A consequência foi o aumento das falências de empresas que não conseguiram competir de igual, e do desemprego no território nacional.

No entanto, passados vinte e oito anos do lançamento e execução do plano, é possível concluir que de fato o plano limitou-se à estabilidade dos preços, no entanto com a permanência da instabilidade do lado real da economia.

A quantidade de empréstimos junto ao FMI para suprir a diferença da nossa capacidade de produção para a economia que produz o dólar foi aumentando e gerou novamente diferença entre o valor do Real e o valor do Dólar. O governo brasileiro precisou recorrer a novos empréstimos para suprir a diferença econômica da parceria entre as moedas, passando a pagar altíssimos juros.

O Real hoje não possui a valorização de seus anos iniciais, porém a inflação nunca mais atingiu os patamares exorbitantes no período pré-Plano, no entanto segue sendo pauta permanente de todos os governos, afinal o controle da inflação é crucial para o desenvolvimento social da Nação.

REFERÊNCIAS

A economia da inflação / organizado por Nali de Jesus de Souza. – Porto Alegre: UFRGS, 1992

AIRES, Amanda. **Economia brasileira para concursos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BACEN Banco Central do Brasil. **Metas para a inflação**. 2021. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

LOPES, H. C; CONCEIÇÃO, O. A. C. A inflação e os Planos Cruzado e Real: uma interpretação institucionalista. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 147-172, abr. 2016.

FERREIRA, Paulo Vagner. **Análise de cenários econômicos**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

FISHLOW, Albert. **O novo Brasil**: as conquistas políticas, econômicas, sociais e nas relações internacionais. São Paulo: Saint Paul, 2011

FRANCO, Gustavo H. B. **O Plano real e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

GIAMBIAGI, Fabio. et al. **Economia brasileira contemporânea: 1945 – 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KEYNES, John Maynard; **Inflação e deflação**. Seleção de textos de Paul Israel Singer; traduções de Rolf Kuntz e Paulo de Almeida. – São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

TROSTER, Roberto Luis; SOLIMEO, Marcel. **Plano real: acabou?**. São Paulo: Makron Books, 1999.

VERSIGNASSI, Alexandre. **CRASH**: uma breve história da economia. 1. ed. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

SJPE&D| IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento

TRABALHO COMPLETO

Linha 2: RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

A PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO PIB BRASILEIRO NO ÚLTIMO QUARTO DE SÉCULO

Eduardo Buchmann Godinho¹
Rita Inês Paetzhold Pauli²

Resumo: O agronegócio constitui-se em um dos principais pilares do crescimento econômico brasileiro e, vem promovendo sucessivos aumentos na participação do Produto Interno Bruto nacional, atingindo o patamar de terceiro maior produtor e exportador do agronegócio mundial. O presente artigo promove uma síntese acerca da participação do agronegócio no PIB no último quarto de século (1997 a 2021). Os resultados mostram que a atividade agropecuária, que apresentou seu maior crescimento no ano de 2021, com participação de 27,6% no PIB nacional, supere nos próximos anos, o percentual dos 30% de participação no PIB. Os prognósticos para o aumento da produtividade são otimistas considerando a necessidade crescente de fornecimento de alimentos e matérias-primas a uma população mundial com alta expectativa de crescimentos para os próximos anos, no entanto, observa-se a necessidade de superar algumas contradições inerentes ao modelo de inserção dependente do comércio internacional, a fim de minimizar impactos indesejados à sociedade.

Palavras-chave: Agronegócio. PIB. Exportações.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira para além de se constituir em um dos principais pilares da economia nacional vem se apresentando como sustentáculo no âmbito da economia global. Portanto, indispensável no processo de disponibilização de alimentos e no fornecimento de matérias-primas à indústria e ao próprio conglomerado agroindustrial, a partir do cultivo do

¹Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas (UFSM). E-mail: Eduardo.godinho@ufsm.acad.br

²Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFSM). Grupo de pesquisa DISGOS. E-mail: rita.pauli@gmail.com

solo, por meio de diferentes métodos e técnicas produtivas. No Brasil, a agricultura é atividade geradora de mais de 19 milhões de empregos diretos. (CEPEA, 2021).

O desenvolvimento tecnológico propiciou à agricultura tornar-se não apenas provedora de alimentos, mas também supridora de outros segmentos, tais quais o de bebidas, fibras, energia, tecido, medicamentos, construção, entre outros. Com a modernização e profissionalização, o setor do agronegócio ganhou um impulso em termos de importância na economia nacional, aumentando gradativamente sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Ainda de acordo com o Centro de Pesquisas em Economia Aplicada (CEPEA), o Brasil é hoje o terceiro maior produtor e exportador de alimentos e fibras do mundo, atrás apenas da China e dos EUA, o que atribui ao setor o status de propulsor da economia nacional (CEPEA, 2021). No entanto, para atingir tal patamar é necessário compreender o papel por ele desempenhado dentro da nova divisão internacional do trabalho, que o situa como um país periférico em uma relação econômica estritamente dependente dos países capitalistas centrais (DELGADO, 2012).

Com isso, o presente estudo apresenta os resultados numéricos da produção bruta do setor no período de 1997 a 2021, abstraindo a demonstração direta do quantitativo dos segmentos da produção primária, de processamento e de serviços, mas considerando os valores de todos estes na composição de cada um dos setores (agrícola e pecuária) que compõe o agronegócio.

O objetivo central do artigo consiste em analisar a participação do agronegócio no PIB do Brasil e seus ramos componentes. Para tal, utilizou-se dos indicadores PIB-renda e PIB-Volume, elaborados pelo Cepea/CNA, a variação anual da produção dentro do período estabelecido do estudo sob a ótica dos dois indicadores e breve abordagem acerca da dinâmica das exportações no período recente.

Apesar de não se aprofundar nas críticas, subsidiariamente são apontadas algumas contradições inerentes a esse processo de inserção brasileira primária no comércio internacional. Ao mesmo tempo em que se consolida como grande abastecedor mundial de *commodities*, o país aumenta de forma exponencial a utilização de agrotóxicos (DELGADO, 2012), com graves consequências às áreas econômicas e sociais, delegando ao trabalhador do campo, o ônus devido à superexploração de sua mão-de-obra, e ao Estado devido aos agravos concernentes à saúde do trabalhador. A mão-de-obra empregada no campo é um aspecto a ser considerado dentro do contexto de expansão horizontal das áreas cultivadas. As taxas de

salários e de emprego apresentam relações inversas com a produtividade crescente verificada no setor, forçando o êxodo rural e formação de verdadeiros exércitos industriais de reserva despejados anualmente nos grandes centros urbanos.

O artigo apresenta-se dividido em cinco seções: a primeira apresenta a introdução, o segundo aborda particularidades do agronegócio brasileiro, PIB, Balanço de Pagamentos (BP), mais precisamente da balança comercial, onde encontra-se o resultado das transações comerciais com o exterior, tendo o agronegócio papel fundamental para o equilíbrio das contas através da sua pauta de exportações. A terceira seção aborda os aspectos metodológicos adotados para o levantamento da pesquisa. A penúltima seção contempla os resultados e discussões e, por fim, o quinto e último capítulo apresenta a conclusão do artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento da agricultura brasileira confunde-se com a história do país, que se industrializa em moldes especificamente capitalista a partir da década de 1960 industrializando e subordinando a própria agricultura dentro do processo de acumulação global. Nos anos que sucedem à Segunda guerra mundial o país iniciava um processo de modernização da agricultura, todavia até final da década de 1950, os elementos modernizantes eram majoritariamente importados. Esse processo culminou com a formação de complexos agroindustriais no final da década de 1960. No início de 1970 passou então a receber maior atenção do Estado, que desenvolve um amplo sistema de crédito agrícola subsidiado³.

No mesmo período, houve alterações no setor energético, que passava pela produção de álcool, tornando-se uma das prioridades nacionais. Tal mudança impulsionou ainda mais o desenvolvimento agrícola, embora esse incentivo tenha forçado a expulsão dos cultivos domésticos em benefício da cultura subsidiada de cana-de-açúcar, o que foi crucial na redução da oferta de alimentos. É nesse período que, segundo observa Bresser Pereira (1987), a agricultura entra em sintonia com o processo de industrialização e a urbanização do país e passa a ser vista como estratégica, atraindo investimento em pesquisa, embora, conforme pondera Delgado (2012, p. 116) “é a demanda externa o fator causal do aumento da produtividade e não o progresso técnico”.

³ “A formação de uma estratégia de capital financeiro na agricultura brasileira estrutura-se com a modernização técnica dos anos 1970. Essa modernização dissemina relações interindustriais com a agricultura, mediadas pelo crédito rural subsidiado”. (DELGADO, 2012, P. 94)

O resultado dos gastos governamentais em subsídios na agricultura não foi satisfatório em relação aos produtos de consumo doméstico, que tiveram um crescimento bastante inferior quando comparado ao ritmo de crescimento dos produtos exportáveis⁴. Um dos aspectos que ficou evidente a partir desta constatação é o de que a agricultura voltada para o mercado interno, como constatado por Bresser Pereira (1987), não se desenvolveu suficientemente devido à concentração de renda que alijava o poder aquisitivo da grande massa, que teve na estagnação dos seus salários, o motivo para a retração do mercado.

Nos anos da década de 1990, o setor agropecuário se destacou dentro de uma nova conjuntura econômica, por sua contribuição ao crescimento da economia local, apesar dos entraves macroeconômicos, a exemplo da prática da política de juros elevados (HOMEM DE MELO, 2005). Todavia, a crise de liquidez internacional, no final de 1998, acaba por afetar a economia brasileira, com a fuga considerável de capital, o que força a mudança do regime cambial. Em decorrência da desvalorização no câmbio, a partir de 1999, a atividade exportadora passa a receber incentivos e, o crescimento das exportações brasileiras de produtos agrícolas neste período, torna competitiva a denominada “economia do agronegócio” junto ao mercado internacional e, de fundamental importância para os necessários ajustes macroeconômicos almejados pelo governo (DELGADO, 2012). Devido a tais circunstâncias, é que o agronegócio encontra um comércio mundial altamente receptivo na década seguinte. Tal processo torna-se vantajoso, especialmente “para meia dúzia de *commodities* em rápida expansão”, e somente devido aos “ganhos de produtividade no setor primário” (DELGADO, 2012, p. 115) que o Brasil alicerça a sua reinserção especializada no comércio mundial.

No início dos anos 2000, é reativada a provisão do crédito rural nos planos de safra, estimulando ainda mais a pressão pelos ganhos de produtividade por meio dos recursos naturais, seja através da incorporação de novas áreas para exploração, ou pressionando as zonas agrícolas consolidadas, que segundo Delgado (2012), se dá por meio de, no primeiro caso, a adoção de tecnologias já em uso, associada ao consumo à exaustão dos recursos naturais, e na segunda situação, com a utilização ainda mais intensa dos pacotes agroquímicos.

⁴Conforme Delgado (2012, p. 118): “A forma monocultura e de grande exploração contínua dessa expansão agrícola tem necessária implicação negativa sobre dois princípios de equilíbrio ambiental, muitos caros à ecologia – o princípio da biodiversidade e a contribuição negativa da agricultura moderna à emissão de dióxido de carbono na atmosfera”.

2.1 A COMPOSIÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Genericamente, o agronegócio, ou *agrobusiness* segundo a Fundação Instituto de Administração (FIA), (2021), engloba todas as atividades econômicas relacionadas ao comércio de produtos agrícolas. Na acepção brasileira do termo, o agronegócio é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária (DELGADO 2012). O autor alerta para a captura de renda proveniente da terra, arbitrariamente regulada como propriedade privada e transformada em mercadoria, explicitando um evidente monopólio dos recursos naturais, enquanto a expansão horizontal das áreas exploradas para a produção de determinadas culturas, torna-se estratégica para a consecução dos objetivos econômicos.

O ciclo do agronegócio é dividido em três etapas, cada qual ligada diretamente a um setor econômico correspondente. O ciclo da produção rural integra o setor primário, no qual estão incluídos produtores rurais, agricultores e pecuaristas. É este setor que, segundo Delgado (2021, p.114), “fica escalado para produzir a qualquer custo o equilíbrio inviável, ou minimizar o déficit, financiável por ingresso de capital ou dívida nova”. Importante frisar que, em relação à grande massa de trabalhadores empregada neste setor, além de incidirem sobre estes frequentes problemas de saúde relacionados à exposição ao intenso uso de agrotóxicos, o que acarreta em um alto volume de afastamento do trabalho, onerando o sistema previdenciário do país, também existe a relação inversa entre o aumento da produtividade física no setor e o aumento dos salários⁵.

O ciclo da agroindústria corresponde ao setor secundário, que engloba, além das agroindústrias, os produtores de insumos, e enfim, o terceiro ciclo, que envolve o comércio e a logística, atrelados ao setor terciário, que inclui a cadeia de distribuição, abastecimento e comércio e as exportações.

2.2 O PRODUTO INTERNO BRUTO E O BALANÇO DE PAGAMENTOS

O PIB é definido por Aires (2013, p. 76) “como o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um dado período de tempo”. Ressalta-se que todos

⁵ “(...) a taxa de salário, o emprego e a massa salarial geradas no processo de produção e exportação de bens primários não crescem, ou até decrescem, enquanto que a produção e a exportação das principais cadeias agroindustriais se expandem a elevadas taxas de 8 a 10%”. (SILVA, 2012, P. 116).

os bens contabilizados no PIB devem ser aqueles destinados ao consumo final, descontados os bens intermediários⁶, uma vez que esses bens já são considerados nos valores dos bens finais.

Para a aferição do PIB parte-se do princípio que toda a produção de uma dada economia será consumida por um dos quatro agentes econômicos (famílias, empresas, governos e resto do mundo), sendo necessário haver renda para que esses agentes possam adquirir tais bens. Grosso modo, quanto mais os agentes consumirem, mais as empresas produzirão e mais a economia crescerá. Esse crescimento reflete-se em uma variação positiva do PIB.

Quando o PIB aumenta, a arrecadação do governo acompanha a variação, e também aumenta. Da mesma forma, quando cai o PIB, a arrecadação cai. Isso ocorre porque a relação dívida – PIB é um indicador de capacidade financeira do governo, pois as receitas públicas são arrecadadas em função da geração do PIB. O PIB também se relaciona diretamente com a balança comercial, pois o aumento da produção e da exportação de um país é acompanhado pelo crescimento do seu PIB, assim como o declínio das exportações implica em uma queda no produto interno bruto do país.

A balança comercial nada mais é que uma das subcontas da conta transações correntes, onde são registrados os fluxos de capitais no balanço de pagamentos. A balança comercial apresenta a diferença entre os valores das exportações e importações de um país em um determinado período. A Balança de Pagamentos (BP) de um país, segundo Ferreira (2015, p. 157) é “um instrumento de contabilização de todos os fluxos de entrada e de saída de divisas internacionais da economia”. Quando o saldo do BP é positivo, há um acréscimo de reservas e, quando o saldo é negativo, ocorre uma perda de reservas internacionais.

No Brasil existe um déficit crônico na conta transações correntes, devido, principalmente, a grande remessa de lucros ao exterior devido à boa parte da estrutura produtiva do país ser de propriedade de estrangeiros. Por isso existe a dependência constante de uma balança comercial positiva para equilibrar ou positivar as contas do BP. Em virtude dessa situação que, com demasiada frequência, como pontuou Delgado (2012), recorrera-se ao setor primário-exportador para a geração de saldo comercial para livrar o país do déficit em

⁶ De acordo com Silva (1998, p. 21): “O consumo intermediário é o valor de todos os insumos que entram no processo de produção (excetuando a força de trabalho). Inclui as despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros itens que possam ser considerados matérias-primas ou insumos produtivos”.

Conta Corrente⁷. Tal artifício cria uma pressão proveniente de fatores internos (endógenos) para uma superexploração dos recursos naturais (DELGADO, 2012), com a consequente concentração da propriedade fundiária, impactando negativamente o meio ambiente.

2.2.1 O PIB brasileiro e a participação do agronegócio no último quarto de século

A aplicação da metodologia utilizada pela Cepea/Esalq – USP para mensuração do PIB, somada a outros processos adicionais a ser empregado de acordo com o tipo de análise resulta em dois indicadores principais para mensuração da produção do agronegócio brasileiro: o PIB-Renda e o PIB-Volume. O indicador PIB-Renda do Agronegócio considera em seu cálculo variações de volume e de preços reais, sendo estes deflacionados através da razão entre o PIB Nominal e o PIB real (deflator implícito do PIB nacional), refletindo a renda real do setor.

O indicador PIB-Volume do Agronegócio é estabelecido pelo critério de preços constantes que resulta a variação apenas do volume de produção. Este indicador é o que mais se aproxima das variações calculadas pelo IBGE. A metodologia para a análise da produção da Cepea/CNA, portanto, engloba todo o agronegócio, considerando conjuntamente as evoluções de volume e de preços reais, enquanto a metodologia utilizada pelo IBGE considera apenas a evolução de volume “dentro da porteira”⁸.

⁷ “Mas o sucesso mais imediato da opção primário-exportadora caberá ao governo Lula no período 2003/2007, quando vigorosos saldos comerciais, oriundos dessas exportações, superaram o déficit de serviço da “Conta Corrente” tornando-a superavitária. A partir de 2008, contudo, recrudescerá o déficit na “Conta Corrente”, tornando frágil o argumento da via primária como solução estrutural para o desequilíbrio externo”. (DELGADO, 2012, p. 95).

⁸ Taguchi (2015) define “dentro da porteira” como sendo o que acontece dentro dos limites da fazenda em relação à produção, como o plantio, o manejo, a colheita, o beneficiamento, a manutenção do maquinário, a estocagem dos insumos e a mão – de – obra.

Tabela 1 – PIB-Renda do agronegócio brasileiro, 1997 a 2021, em R\$ milhões de março de 2022 e a variação real anual (em %) nos ramos agrícola e pecuário.

Ano	Ramo Agrícola			Ramo Pecuário			Agronegócio Total	
	Em R\$ Mi de mar/2022	Partic. (%)	Var. REAL anual	Em R\$ Mi de mar/2022	Partic. (%)	Var. REAL anual	Em R\$ Mi de mar/2022	Var. REAL anual
1997	1.389.145	77,5	-7,53	403.708	22,5	-4,83	1.792.852	-6,94
1998	1.337.086	78,3	-3,75	370.241	21,7	-8,29	1.707.326	-4,77
1999	1.330.225	78,5	-0,51	363.734	21,5	-1,76	1.693.959	-0,78
2000	1.442.409	78,6	8,43	392.581	21,4	7,93	1.834.990	8,33
2001	1.409.130	76,7	-2,31	427.101	23,3	8,79	1.836.230	0,07
2002	1.492.679	78,9	5,93	399.473	21,1	-6,47	1.892.152	3,05
2003	1.545.624	79,8	3,55	390.066	20,2	-2,35	1.935.690	2,30
2004	1.453.654	78,4	-5,95	399.808	21,6	2,50	1.853.462	-4,25
2005	1.324.886	78,2	-8,86	369.075	21,8	-7,69	1.693.961	-8,61
2006	1.375.255	81,4	3,80	315.174	18,6	-14,60	1.690.429	-0,21
2007	1.333.120	76,8	-3,06	403.144	23,2	27,91	1.736.265	2,71
2008	1.341.260	73,8	0,61	476.401	26,2	18,17	1.817.662	4,69
2009	1.272.544	74,2	-5,12	441.394	25,8	-7,35	1.713.937	-5,71
2010	1.369.405	73,8	7,61	485.823	26,2	10,07	1.855.228	8,24
2011	1.415.286	76,1	3,35	444.966	23,9	-8,41	1.860.252	0,27
2012	1.355.613	77,6	-4,22	392.215	22,4	-11,86	1.747.828	-6,04
2013	1.301.756	73,8	-3,97	463.331	26,2	18,13	1.765.088	0,99
2014	1.239.709	70,2	-4,77	525.924	29,8	13,51	1.765.633	0,03
2015	1.276.778	69,7	2,99	554.185	30,3	5,37	1.830.963	3,70
2016	1.404.836	71,8	10,03	550.910	28,2	-0,59	1.955.747	6,82
2017	1.322.386	71,6	-5,87	524.585	28,4	-4,78	1.846.971	-5,56
2018	1.359.962	74,4	2,84	468.792	25,6	-10,64	1.828.754	-0,99
2019	1.322.480	70,3	-2,76	558.780	29,7	19,20	1.881.259	2,87
2020	1.636.650	69,7	23,76	710.846	30,3	27,21	2.347.496	24,78
2021	1.905.355	74,4	16,42	654.945	25,6	-7,86	2.560.300	9,07

Elaboração do autor.
Fonte: Cepea/CNA (2021).

Tabela 2 – Participação do agronegócio no PIB total do Brasil, em milhões de reais correntes e em percentual, de 1997 a 2021, com a participação (em %) dos ramos no PIB-Volume do agronegócio (com variação anual) e no PIB total do país

Ano	PIB total_BR (a preços de mercado em R\$ milhões correntes - ref 2010)	Ramo Agrícola				Ramo Pecuário				Agronegócio Total		
		Em R\$ Mi correntes	Partic. (%) no Agro Total	Var. anual	Part. (%) no PIB total	Em R\$ Mi correntes	Partic. (%) no Agro Total	Var. anual	Part. (%) no PIB total	Em R\$ Mi correntes	Var. anual	Part. (%) no PIB total
1997	952.089	231.008	77,5	0,43	24,3	67.135	22,5	-3,21	7,1	298.143	-0,37	31,3
1998	1.002.351	233.301	78,3	-1,86	23,3	64.601	21,7	-7,51	6,4	297.902	-3,13	29,7
1999	1.087.710	250.696	78,5	0,89	23,0	68.550	21,5	0,48	6,3	319.246	0,80	29,4
2000	1.199.092	287.078	78,6	3,94	23,9	78.134	21,4	4,34	6,5	365.212	4,03	30,5
2001	1.315.755	303.522	76,7	0,69	23,1	91.996	23,3	5,13	7,0	395.518	1,64	30,1
2002	1.488.787	353.021	78,9	3,04	23,7	94.476	21,1	4,24	6,3	447.497	3,32	30,1
2003	1.717.950	417.052	79,8	3,06	24,3	105.251	20,2	0,23	6,1	522.302	2,46	30,4
2004	1.957.751	422.642	78,4	3,32	21,6	116.242	21,6	8,74	5,9	538.884	4,41	27,5
2005	2.170.585	413.829	78,2	-0,57	19,1	115.281	21,8	-1,19	5,3	529.109	-0,71	24,4
2006	2.409.450	458.661	81,4	4,05	19,0	105.114	18,6	0,92	4,4	563.775	3,37	23,4
2007	2.720.263	473.237	76,8	4,74	17,4	143.110	23,2	-4,75	5,3	616.347	2,97	22,7
2008	3.109.803	517.924	73,8	2,45	16,7	183.961	26,2	3,04	5,9	701.885	2,59	22,6
2009	3.333.039	527.327	74,2	-2,15	15,8	182.908	25,8	-1,03	5,5	710.235	-1,86	21,3
2010	3.885.847	615.264	73,8	7,29	15,8	218.277	26,2	5,71	5,6	833.541	6,88	21,5
2011	4.376.382	688.775	76,1	0,67	15,7	216.551	23,9	-3,31	4,9	905.326	-0,38	20,7
2012	4.814.760	712.137	77,6	-1,36	14,8	206.040	22,4	1,51	4,3	918.177	-0,68	19,1
2013	5.331.619	735.165	73,8	4,17	13,8	261.665	26,2	11,95	4,9	996.830	5,92	18,7
2014	5.778.953	755.060	70,2	-0,56	13,1	320.321	29,8	-0,13	5,5	1.075.381	-0,45	18,6
2015	5.995.787	836.475	69,7	-0,60	14,0	363.072	30,3	-4,56	6,1	1.199.546	-1,78	20,0
2016	6.269.328	994.955	71,8	-4,39	15,9	390.174	28,2	-1,89	6,2	1.385.129	-3,63	22,1
2017	6.585.479	970.945	71,6	8,59	14,7	385.170	28,4	-0,67	5,8	1.356.115	5,98	20,6
2018	7.004.141	1.043.404	74,4	1,56	14,9	359.672	25,6	4,25	5,1	1.403.076	2,33	20,0
2019	7.389.131	1.057.508	70,3	0,72	14,3	446.823	29,7	3,74	6,0	1.504.331	1,50	20,4
2020	7.467.616	1.376.003	69,7	-0,90	18,4	597.639	30,3	-3,34	8,0	1.973.642	-1,63	26,4
2021	8.679.490	1.779.670	74,4	1,56	20,5	611.742	25,6	-4,03	7,0	2.391.412	-0,14	27,6

Elaboração do autor.
Fonte: Cepea/CNA (2021).

2.3 EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E PARTICULARIDADES DA AGROPECUÁRIA NO PERÍODO RECENTE

Dos itens importantes de exportações agropecuárias, o Brasil exerce papel de um dos principais ofertantes de açúcar, ao lado na União Europeia (UE) e da Índia, de soja e derivados, ao lado de Argentina e EUA, de suco de laranja, ao lado dos EUA, e de café (junto da Colômbia). Em termos de destinos dos produtos brasileiros, as participações mais

relevantes são de países como os Estados Unidos e os da Europa (Alemanha, Reino Unido, Países Baixos, Rússia, Itália, etc.).

A partir do início da década passada, tem crescido exponencialmente o comércio internacional dos principais grupos agropecuários brasileiros com países da Ásia e do oriente médio, como Arábia Saudita, Índia e principalmente com a China. Em sentido oposto à participação chinesa na aquisição de agro brasileiro, a UE tem reduzido o ritmo de importação ao longo dos últimos anos enquanto os EUA, apesar de uma leve oscilação nas importações, mantiveram-se de certa forma estável nas relações comerciais com o agro brasileiro, conforme é possível constatar na tabela 3.

Tabela 3 - Dados de importação do agro do Brasil, em bilhões de dólares, da China, UE e EUA, entre janeiro e abril de 2012 a 2021.

Ano	China		UE		Estados Unidos	
	US\$, BI	Var.	US\$, BI	Var.	US\$, BI	Var.
2012	\$4,91	-	\$6,64	-	\$1,71	-
2013	\$6,08	23,8%	\$6,12	-7,8%	\$2,24	31,2%
2014	\$8,10	33,1%	\$5,85	-4,4%	\$2,02	-10,0%
2015	\$5,36	-33,8%	\$5,25	-10,3%	\$2,06	2,0%
2016	\$7,52	40,3%	\$4,92	-6,3%	\$1,93	-6,0%
2017	\$9,42	25,2%	\$4,64	-5,7%	\$1,97	1,8%
2018	\$9,46	0,5%	\$5,46	17,6%	\$2,23	13,4%
2019	\$9,39	-0,8%	\$5,03	-7,9%	\$2,24	0,4%
2020	\$11,38	21,3%	\$4,68	-7,0%	\$1,90	-15,0%
2021	\$13,94	22,5%	\$5,34	14,2%	\$2,34	23,3%

Fonte: MDIC (2021)

O setor agropecuário foi responsável por praticamente a metade das exportações do país em 2020, com participação recorde de 48%, um superávit de US\$ 87,76 bilhões, e a expectativa é que o país tenha protagonismo ainda maior no mercado mundial nos próximos 10 anos (MAPA, 2021).

Tabela 4 – Os produtos do agronegócio mais exportados em 2020

Produto	Total exportado (em toneladas)	Participação	Variação	Valor total (em dólares)	Estados produtores
Soja	82.973.424	13,7%	9,5%	28,564 bi	MT, PR, RS, GO, SP
Açúcares e melaços	30.675.663	4,2%	68,8%	8,758 bi	SP, MG, PR, AL, GO
Carne bovina	1.724.404	3,6%	13,8%	7,446 bi	MT, SP, GO, MG, MS
Farelo de Soja	17.466.627	3,0%	1,5%	6,331 mi	MT, PR, RS, GO, BA
Celulose	16.213.437	2,9%	-19,9%	5,984 mi	MS, BA, RS, ES, SP
Milho	34.431.937	2,8%	-19,7%	5,984 mi	MT, GO, PR, MS, MA
Carne de aves	3.941.203	2,7%	-14,4%	5,554 mi	PR, SC, RS, GO, MS
Café não torrado	2.372.603	2,2%	8,7%	4,973 mi	MG, ES, SP, BA, PR

Elaboração do autor

Fonte: IEDI/ OMC / MDIC

3 METODOLOGIA

O presente artigo, quanto à sua finalidade, classifica-se como exploratória e descritiva, baseada em investigação bibliográfica, documental e de levantamento de dados. A análise da participação do agronegócio no PIB foi realizada a partir de procedimentos metodológicos utilizados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

O PIB do agronegócio é avaliado de forma segregada em quatro segmentos, sendo estes os insumos, o agropecuário, o de agroindústria e o de agrosserviços, com estes segmentos compondo os ramos agrícola (produção vegetal) e pecuário (produção animal), que somados perfazem o total do agronegócio (CEPEA, 2021). A partir da análise destes itens, valendo-se de critérios metodológicos específicos, é que a Cepea/Esalq-USP mensura o PIB do agronegócio, mais precisamente, sob a ótica do valor adicionado avaliado a preços de mercado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Corroborando com os dados apresentados, Da Mata e Freitas (2008) destacam que ao final da primeira década do século XXI, as exportações de produtos agropecuários correspondiam a cerca de 30% das divisas de exportações do país, sendo o setor o principal responsável pelo equilíbrio das contas externas, respondendo até então por parcela significativa do superávit comercial brasileiro.

No início do século, Maia et al (2005) analisou que as cadeias de produtos agropecuários respondiam então por parcela importante do PIB sendo que em 2003, por exemplo, chegou a 30,4% da renda total da economia brasileira a participação do agronegócio.

A partir da análise da tabela 2, é possível constatar o crescimento da participação do agronegócio no PIB total do país, a partir de 2014. Segundo Bacha e Brugnaro (2009, p. 127) “de acordo com a experiência internacional, a importância da agropecuária no PIB de um país apresenta tendência declinante ao longo do tempo”. De acordo com os autores, este fato se deve ao aumento da importância de outros setores da economia, como a indústria e os serviços. Isso ocorreu no Brasil até meados dos anos 90. No início dos anos 2000, a participação do agro experimentou uma crescente, com breves oscilações de um ano para outro, quando tornou a seguir o padrão mundial e declinou a partir de 2004 até 2014, quando a situação reverteu-se de forma consistente até o último ano registrado na série histórica⁹.

Contribui para esse crescente aumento da participação do agro no PIB do país, o fraco desempenho do setor industrial no que concerne à produtividade total dos fatores neste período (BACHA E BRUGNARO, 2009). O crescimento de outros setores da economia só é possível quando há uma liberação de mão-de-obra do campo para a cidade, em decorrência do aumento de produtividade do trabalho na agropecuária devido, especialmente, às inovações tecnológicas empregadas e ao crescimento do estoque de capital (tratores) e, conforme Bacha e Brugnaro (2009) à exponencial utilização de insumos promovida pelos investimentos realizados no agro, seja por meio de pesquisa e extensão rural, ou através da concessão de crédito subsidiado.

Segundo a Associação Brasileira de Indústria de Alimentos (ABIA, 2021), o Brasil exportou alimentos para mais de 180 países no decorrer de 2020. De acordo com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) a participação do Brasil no mercado mundial de alimentos nos últimos dez anos teve um incremento de quase oitenta bilhões de dólares, saindo dos US\$ 20,6 bi de 2010 para US\$ 101 bi em 2020 (EMBRAPA, 2021). Se analisado os últimos vinte anos, constata-se um crescimento na produção de grãos na ordem dos 210%, enquanto a produção mundial cresceu 60%. No ano de 2021 o Brasil foi o maior exportador mundial de soja do planeta, com 91 milhões de toneladas exportadas. O

⁹ Bacha e Brugnaro (2009, p. 128) atribui o fenômeno a “três fatores: aumento da produtividade na agropecuária, aumento na relação de preços agrícolas/preços industriais e aumento da relação de preços recebidos/preços pagos pela agropecuária”.

país ainda foi o terceiro maior produtor de milho e feijão, além de ser responsável pela geração de mais de um terço da produção mundial de açúcar (EMBRAPA, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos do artigo, que se propôs em analisar a participação do agronegócio no PIB do Brasil e seus ramos componentes, nos últimos 25 anos e, observou-se que: (i) o crescimento médio anual de crescimento foi de 23,16%, sendo que os anos de ápice na participação do agronegócio sobre o PIB total ocorreu, coincidentemente naqueles que se seguiram à desvalorização cambial (pós 1999). Disso resulta que o fator causal de explicação para o aumento desta participação não se vincula - como bem lembrado por Delgado (2012) - a uma pretensa incorporação de progresso técnico. Portanto, o país vem se firmando no cenário mundial como grande potência produtora e exportadora de commodities no comércio internacional, todavia, essa relação é, também caracterizada pela preponderante dependência ante ao capital estrangeiro dominante.

No período recente, especialmente em 2020, o PIB-renda do agronegócio brasileiro apresentou um crescimento recorde, superior a 20% de incremento em relação a 2019, apesar do crescimento substancial dos custos dos insumos, e esta elevação serviu para alavancar o avanço do PIB do segmento de insumos agrícolas. Ressalta-se, ainda que foram em poucos anos, nos últimos vinte e cinco analisados, a participação do agro na composição do PIB, não atingiu a casa dos 20% (triênio 2012/2014).

Os números da participação do setor no PIB nacional comprovam que o agro, embora inserido em um contexto de relação de dependência dos países desenvolvidos, segue sustentando a economia e as exportações brasileiras. O prognóstico é de que nas próximas décadas as oportunidades de crescimento se ampliem ainda mais, tendo em vista que as estimativas das Organizações das Nações Unidas (ONU, 2013) sugerem uma população mundial de 8,6 bilhões até 2030, uma situação que, como sugerido por Delgado (2012), considerando as contradições do modelo atual, abre uma excelente oportunidade para que o país altere o seu perfil de inserção nas relações exteriores.

REFERÊNCIAS

- ABIA Associação Brasileira da Indústria de Alimentos. **Balança Comercial**: exortações x importações. Disponível em: <https://www.abia.org.br/downloads/balanca-comercial-ABIA2020.pdf> . Acesso em: 18 jul. 2021.
- AIRES, Amanda. **Economia brasileira para concursos**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- BACHA, C.J. C.; BRUGNARO, R. Análise da Participação da Agropecuária no PIB do Brasil de 1986 a 2004. *Revista Est. Econ.*, São Paulo. V. 39, n. 1, p. 127 – 159, jan. / mar. 2009.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Economia Brasileira**: uma introdução crítica. São Paulo: Brasiliense, 1987
- CEPEA. Centro de Pesquisas em Economia Aplicada. **OPIB do Agronegócio Brasileiro. 2021**. Disponível em: <<https://cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- _____. Centro de Pesquisas em Economia Aplicada. **Impulsionado por ramo agrícola, PIB do agronegócio cresce 5,35% no 1º trimestre de 2021**. Disponível em: <[https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/dtec.pib_mar_2021.10jun2021vf-1\(1\).pdf](https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/dtec.pib_mar_2021.10jun2021vf-1(1).pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- DA MATA, D.; FREITAS, R. E. Texto para discussão nº 1321. Produtos Agropecuários: Para quem exportar. Rio de Janeiro: Ipea. 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1321.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). 1. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- FERREIRA, Paulo Vagner. **Análise de cenários econômicos**. Curitiba: InterSaberes, 2015.
- HOMEM DE MELO, F. B. A abertura comercial e o papel dos aumentos de produtividade na agricultura brasileira. Mimeo (s.d.). Disponível em: <<http://www.ifb.com.br/documentos/hdemelo.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2021.
- MAIA, A. G.; DEDECCA, C. S.; VIEIRA FILHO, J. E.; SILVEIRA, J. M. F. J. A evolução recente da ocupação e do rendimento no setor agrícola. In: CONGRESSO DA SOBER, 43., Ribeirão Preto, 2005, Anais ..., Ribeirão Preto: Sober, 2005. 19p.
- MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Desempenho**: PIB do setor agropecuário registrou alta de 5,7% no primeiro trimestre. 01 jun. 2021. Disponível em:

<<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/pib-do-setor-agropecuário-registrou-alta-de-5-7-no-primeiro-trimestre>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MARIANO, Jefferson. **Introdução à economia brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Barreiras externas às exportações brasileiras 2001. Brasília: MDIC, 2001. 86p. Disponível em <<https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/Exporta%C3%A7%C3%B5es-1%C2%BA-Quad-2020.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2021

ONU Organização das Nações Unidas. População mundial deve atingir 9,6 bilhões em 2050, diz novo relatório da ONU. 13 jun. 2013. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/62954-populacao-mundial-deve-atingir-96-bilhoes-em-2050-diz-novo-relatorio-da-onu>. Acesso em: 18 jul. 2021.

PORTAL EMBRAPA. **Estudos socioeconômicos e ambientais**: Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo. 01 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

_____. Brasil pode superar a Índia em 2023 na produção de grãos. 22 set. 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/73611968/brasil-pode-superar-a-india-em-2023-na-producao-de-graos>. Acesso em: 20 out. 2022.

PORTAL FIA. **Agronegócio**: O que é, como funciona e setores. 10 jun.2021. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/agronegocio>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 Ed. rev. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998.

TAGUCHI, Viviane. O que quer dizer “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “depois da porteira”? **Globo Rural**, Rio de Janeiro, Jul. 2015. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Colunas/fazenda-sustentavel/noticia/2015/07/100-o-que-quer-dizer-antes-da-porteira-dentro-da-porteira-e-depois-da-porteira.html>>. Acesso em: 20 jul. 2021

SJPE&D | IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento

Linha 2: Relações econômicas internacionais

**EVOLUÇÃO DA FRAGILIDADE FINANCEIRA EXTERNA NO BRASIL DURANTE
A DÉCADA DE 1990: algumas considerações a partir de Hyman Minsky**

Gabriel Bonora Huppel¹

Resumo: O presente trabalho trata da evolução da fragilidade financeira externa no Brasil durante a década de 1990 a partir de alguns conceitos de Hyman Minsky e do modelo de Paula e Alves Jr. (1999). Com efeito, o período em questão teve por característica a multiplicidade de eventos de natureza cambial-financeira que afetaram a economia brasileira e sua relação com o exterior. É, sobretudo, frente a tal perspectiva que se procura compreender a relação entre tais eventos e a evolução do grau de vulnerabilidade financeira externa no país.

Palavras-chave: Brasil, fragilidade financeira externa, Minsky.

1 INTRODUÇÃO

A década de 1990 é um período notavelmente relevante para o estudo da economia brasileira e de seu desenvolvimento histórico. Trata-se de um período de transformações consideráveis, seja no plano financeiro, monetário, cambial ou produtivo-organizacional. O abandono do modelo de substituição de importações e os novos processos de abertura comercial, as múltiplas variações de regime ou atitudes governamentais frente ao câmbio, os novos processos de desestatização, os sucessivos planos de estabilização junto a multiplicidade de consequências atrelados a cada um deles em diferentes dimensões da economia são algumas das transformações mais notáveis do período que poderiam ser mencionadas (ALMEIDA e BACHA, 1999; BRUM e ZÍLIO, 2013; CASTRO, 2011; GIAMBIAGI, 2011). Poder-se-ia,

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGE&D/UFSM), bolsista CAPES. E-mail: gabrielbhuppel@gmail.com.

ainda, citar vários eventos de origem exterior, que amplificam sobremaneira a relevância do período, tal como as mudanças no plano “ideológico-convencional” atreladas a instituições como o FMI, a frequência de ataques especulativos ou, ainda, os efeitos das crises internacionais (mexicana, asiática e russa) sobre a economia brasileira (GIAMBIAGI, 2011).

Dentro tal perspectiva, o presente trabalho se propõe a investigar o período em destaque sob o prisma da fragilidade financeira externa e de sua evolução histórica no Brasil. O conceito de fragilidade financeira externa encontra suas raízes no trabalho de Paula e Alves (1999), cujo objetivo pode ser descrito como um esforço de ampliação do modelo minskyano de fragilidade financeira para economias abertas e, sobretudo, para a sua subsequente aplicação à análise dos efeitos do Plano Real sobre a evolução da vulnerabilidade financeira do país frente ao exterior durante o seu período de implantação. O presente trabalho, por sua vez, pretende fazer uso de tal modelo para o estudo de toda a década de 1990, sob a intenção de acompanhar a evolução da fragilidade financeira externa junto à multiplicidade de eventos que marcaram a década e, com isso, esboçar algumas considerações acerca dos resultados à luz de alguns dos principais eventos do período em recorte.

O presente trabalho é subdividido cinco secções. Além desta primeira secção introdutória e de algumas considerações finais na última parte, destacam-se ainda uma segunda secção, onde é realizada uma breve revisão bibliográfica acerca do conceito de fragilidade financeira, uma terceira, onde a metodologia de estudo é abordada e, ainda, uma quarta parte, onde são expostos e comentados os resultados encontrados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O economista norte-americano Hyman Minsky (2008a, 2008b) elaborou uma hipótese em ordem a abarcar a instabilidade experimentada pelos sistemas capitalistas modernos, onde a ocorrência de crises e disrupções de carácter financeiro seriam algo frequente dentro de sua ótica. Segundo o autor, a instabilidade provém de um movimento endógeno do próprio sistema e a tendência à fragilização é um elemento estrutural (MINSKY, 2008a).

Em sua análise, Minsky (2008a) parte de uma classificação das unidades econômicas (famílias, firmas e governo) segundo seus fluxos de pagamento. A aquisição de qualquer bem ou ativo implica em gastos ou, em raciocínio inverso, não se assume nenhum compromisso de

pagamento sem ter em perspectiva a obtenção de algum bem de valor correspondente. Não obstante, para além de despesas pequenas e de natureza corriqueira, o financiamento deve ser considerado como um elemento fundamental nas economias capitalistas modernas, dada a magnitude dos gastos necessários para o sustento do sistema (MINSKY, 2008b; SCHUMPETER, 1983). Assim, dentro de uma lógica contábil, a composição de um ativo por parte das unidades deve necessariamente estar acompanhada pela formação de uma estrutura de endividamento (passivo) (MINSKY, 2008a).

Partindo dessa noção, Minsky (2008b) construiu uma tipologia das unidades econômicas segundo seus graus de endividamento partindo de dois elementos fundamentais: os compromissos de pagamento e os fluxos de receita. Assim sendo, o autor divide a postura financeira das unidades em três categorias, a saber (1) *hedge*, (2) especulativa e (3) *Ponzi*. A primeira diz respeito às unidades cujo fluxo de receitas é capaz de garantir o pagamento do total de compromissos assumidos, tanto referente a amortizações quanto a juros; as unidades do segundo grupo são aquelas cujo o fluxo de receitas é capaz de garantir o pagamento dos juros, conquanto não sejam capazes de arcar com o principal (o que impõe uma constante necessidade de refinanciamento); por fim, as unidades referentes ao terceiro grupo não são capazes de arcar com os compromissos associados nem ao principal nem aos juros (MINSKY, 2006). As unidades de tipo 1 podem ser tidas por parcimoniosas ou “conservadoras”; as unidades de tipo 2 e 3, por outro lado, devem ser tidas por “arrojadas”, elas operam em alavancagem, trabalham com margens de segurança menores e são especialmente sensíveis a variações nas condições de financiamento.

Em sequência a tais notas, ao considerarmos as unidades financeiras em plano global ou agregado, cada qual segundo seus graus de endividamento, alcançasse a noção de fragilidade financeira das economias. Segundo Paula e Alves (1999), o conceito de *fragilidade financeira* em Minsky faz referência à “capacidade de um sistema enfrentar choques nas condições de financiamento sem que haja uma desarticulação generalizada nos fluxos de pagamento”. Assim, pode-se ter por frágil uma economia cuja menor variação nos meios de financiamento (aumento da taxa de juros, por exemplo) for capaz de colocá-la em situação de iliquidez ou insolvência. A capacidade global de uma economia de enfrentar tais choques, portanto, é fundamental para a robustez financeira do sistema.

Com base no trabalho desenvolvido por Minsky, Paula e Alves (1999) vieram a elaborar o conceito de *fragilidade financeira externa*. Dado que Minsky apenas esboçou modelos

aplicáveis a economias abertas, os autores buscaram suprir essa lacuna ao estender a hipótese minskyana para economias globalizadas, onde as transações internacionais e o financiamento externo não são negligenciáveis. Paula e Alves (1999, p. 78) a define como “o grau de vulnerabilidade de uma economia às mudanças nas condições de financiamento oriundas de alterações nas taxas de juros externas ou ainda nas taxas de câmbio”. Assim, a fragilidade/robustez de uma economia aberta seria diretamente proporcional a sua capacidade de enfrentar choques nas condições de financiamento, tanto internos quanto externos, sem desembocar em uma desarticulação generalizada nos fluxos de pagamentos. Tal noção será o ponto da partida para a nossa análise da economia brasileira durante o período em recorte.

3 METODOLOGIA

Sob a intenção de dar certo grau de mensurabilidade aos conceitos acima expostos, Paula e Alves (1999) vieram a desenvolver o índice da fragilidade financeira externa (IFE), cuja lógica de relação compara, em moeda estrangeira, as obrigações potenciais e reais de um país frente a sua capacidade de pagamento. Tal índice pode nos informar acerca do grau de dependência de uma economia frente aos mercados financeiros internacionais diante das necessidades de negociar, sustentar ou renegociar suas posições financeiras. Trata-se, portanto, de uma medida macroeconômica, que oferece informação acerca da capacidade global de uma economia de arcar com as suas obrigações em moeda estrangeira. O índice é composto tal como segue abaixo,

$$IFE = (M + D_j + D_{os} + A + CCP_{-1} + PLA_{-1}) / (X + R_j + R_{os} + RE_{-1} + I_d + E_{ml})$$

Onde:

M = importações;

X = exportações;

D = despesas com juros j e outros serviços OS ;

R = receitas com juros j e outros serviços OS ;

A = amortizações;

CCP_{-1} = estoque de capitais de curto prazo, defasado em um período;

PLA_{-1} = estoque de investimento líquido em portfólio, defasado em um período;

RE_{-1} = reservas internacionais acumuladas até o período anterior;

I_d = entradas de divisas correspondentes aos investimentos diretos;

E_{ml} = empréstimos de médio e longo prazo.

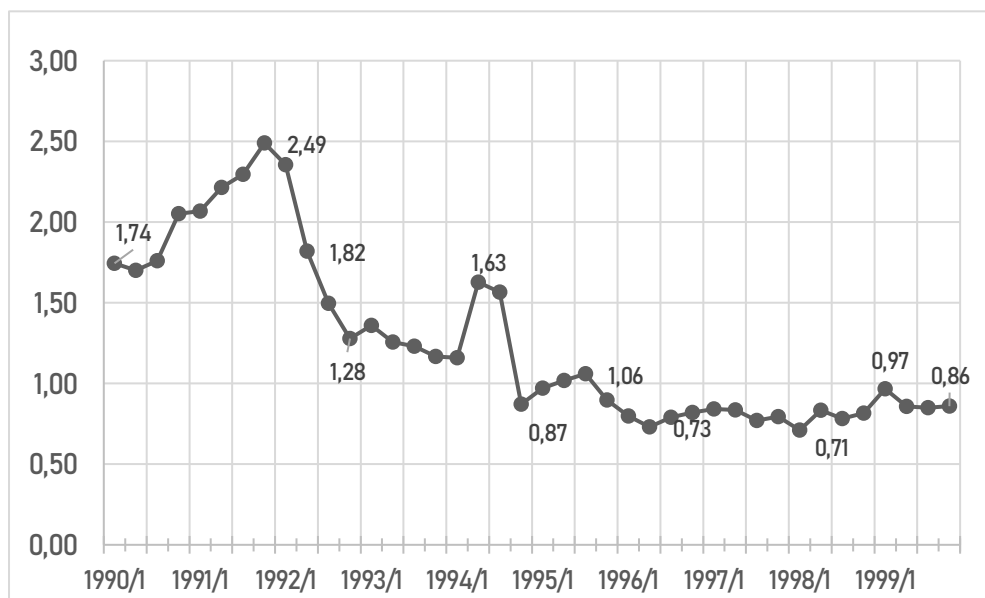
As obrigações de pagamento reais são compostas pelas despesas com importação de bens e serviços junto às despesas e amortizações de empréstimos e as obrigações potenciais estão associadas aos estoques de capital de curto prazo e de investimentos em portfólio (PAULA e ALVES, 1999). O passivo do país frente ao exterior é “contrabalanceado” por um ativo, sendo esse composto pelo volume de reservas, receitas com a exportação de bens e serviços, dos empréstimos a médio e longo prazo e dos investimentos diretos (PAULA e ALVES, 1999). Quanto maior o valor do índice, maior é a propensão de um país de ser afetado por dificuldades financeiras internacionais e menor a sua capacidade de honrar seus compromissos financeiros mais imediatos, o que, por sua vez, colocá-lo-ia numa maior dependência de refinanciamento externo ou de dispêndio de suas reservas (PAULA e ALVES, 1999). Com base no resultado final do índice, seria possível classificar a economia em análise segundo à taxonomia minskyana.

Para o cálculo do índice acima exposto, foram utilizados os dados trimestrais disponibilizados pelo BACEN e pelo IPEA acerca do mercado externo brasileiro, tal como segue no capítulo subsequente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segue abaixo o gráfico da evolução do índice de fragilidade financeira externa para o período em questão, calculados com base na periodicidade trimestral dos dados do mercado externo brasileiro.

Gráfico I – Trajetória histórica do IFE (1990-1999)

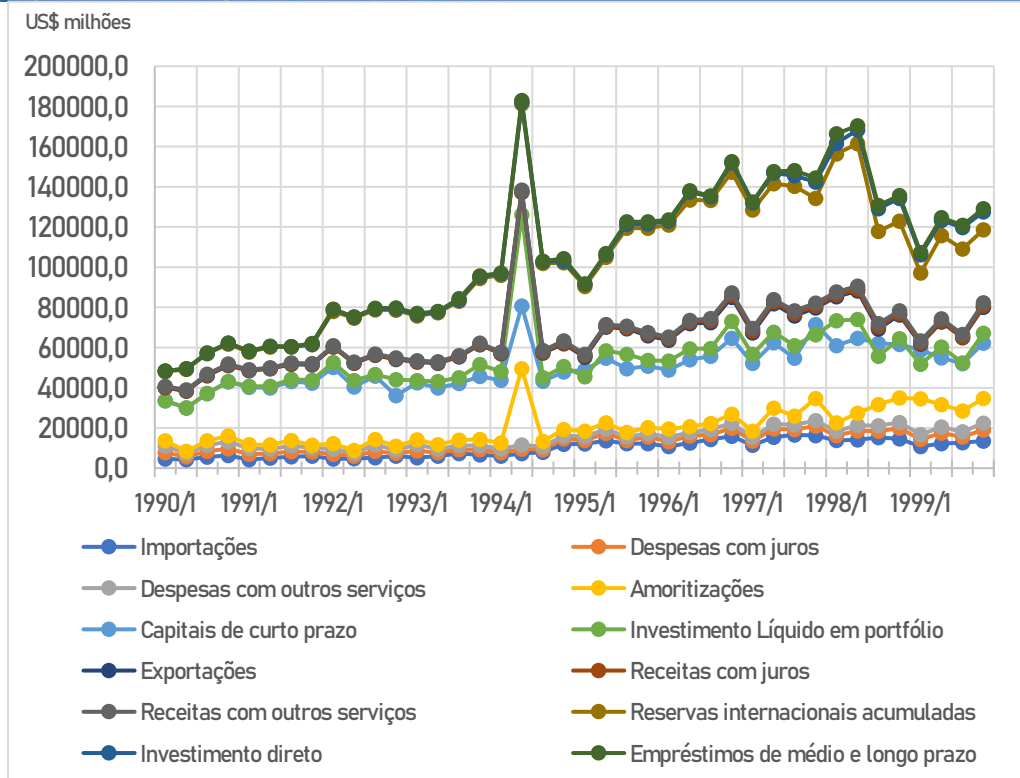


Fonte: confecção própria

Com base no gráfico acima, é possível subdividir a evolução histórica da fragilidade financeira externa brasileira em quatro blocos. O primeiro intervalo, compreendido entre o primeiro trimestre de 1990 até o segundo trimestre de 1992, podendo ser classificado como especulativo ou *Ponzi*; denota um alto grau de vulnerabilidade externa e uma tendência à elevação do índice que alcança o patamar histórica de 2,49 no quarto trimestre de 1991. O segundo intervalo, compreendido entre o terceiro trimestre de 1992 até o primeiro trimestre de 1994, denota um movimento de queda do índice e redução dos níveis de vulnerabilidade externa; não obstante, o índice apresenta um resultado ainda relativamente alto, podendo ser facilmente classificado como especulativo. O terceiro intervalo, compreendido entre o segundo e terceiro trimestre de 1994, é caracterizado por um movimento de brusca elevação do grau de vulnerabilidade externa, onde o índice supera o patamar de 1,5, o que aponta para um comportamento de cunho especulativo. Por fim, quanto ao intervalo restante, compreendido entre o quarto trimestre de 1994 até o último trimestre de 1999, podê-lo-íamos classificar como *hedge*, cujos resultados indicariam menor vulnerabilidade externa, dado que o índice ultrapassou levemente a paridade 1 em apenas duas ocasiões.

Segue abaixo uma representação gráfica da trajetória histórica das principais variáveis componentes do IFE para o período em recorte, cuja evolução pode nos servir de indicativo para a explicação do comportamento do índice.

Gráfico II - Evolução histórica das principais variáveis do IFE



Fonte: confecção própria a partir dos dados disponibilizados pelo BACEN e IPEA

No primeiro intervalo (1990/1-1992/2), notável pelos elevados patamares alcançados pelo índice, tem tais características explicadas (i.) pelo aumento considerável de importações e (ii.) pela elevação sistemática nas contas de capitais de curto prazo e de investimentos líquidos em portfólio, associado a uma relativa estabilidade das contas componentes do ativo, tal como evidenciado pelo Gráfico II. Assim, houve um aumento considerável nas contas do passivo em contraposição à relativa estabilidade das contas do ativo. Tal intervalo, por sua vez, coincide temporalmente com a implantação de políticas de “liberalização” do setor externo, tais como a extinção das listas de produtos com emissão de guias de importação, de vários regimes especiais e da redução gradual de alíquotas (CASTRO, 2011), assim como a adoção de um regime de câmbio flexível (BRUM e ZILIO, 2013). Ademais, a magnitude do patamar apresentado durante o período pode também ser explicado (i.) pela instabilidade monetária, associada aos crescentes níveis de inflação (CASTRO, 2011), que têm por características reduzir consideravelmente a capacidade de os agentes arcarem com os seus compromissos internacionais em moeda estrangeira, e (ii.) pela instabilidade financeira, associada ao bloqueio de recursos financeiros (CASTRO, 2011); com efeito, ambas as notas podem seguramente ser relacionadas com a perda de confiança no sistema financeiro nacional.

O segundo intervalo assinalado (1992/3-1994/1) se destaca pela queda quase ininterrupta dos níveis de vulnerabilidade externa, conquanto ainda apresentando elevados patamares. Tal fato pode ser explicado (i.) pelo formidável crescimento do volume de reservas internacionais e (ii.) pela elevação, ainda que modesta, do investimento estrangeiro direto. Embora a conta de capitais de curto prazo tenha apresentado continuidade em seu processo de elevação sistemática e os investimentos em carteira apresentarem considerável aumento, tal tendência foi mais que contrabalançada pelo aumento no volume de reservas internacionais, cujo valor quase dobrou durante o período. Tais tendências, por sua vez, podem ser explicados pela guinada no comportamento dos fluxos de capitais internacionais durante o período. Segundo Castro (2011), a assinatura do Plano Brady trouxe consigo a estabilização e elevação dos juros domésticos, o que, por sua vez, certamente serviu para tornar o país mais “atrativo” ao capital estrangeiro, desejoso de novas oportunidades de ganho nas economias emergentes.

Já o terceiro intervalo (1994/2-1994/3) é marcado por uma brusca elevação do grau de vulnerabilidade externa, o que, por sua vez, guarda algo de curioso, em razão da tendência de queda que se afirmara sistematicamente durante o período anterior. Tal movimento se explica, sobretudo, pela violenta elevação nas contas das amortizações e do investimento líquido em portfólio, cuja variação entre o primeiro e o segundo trimestre de 1994 foi superior a 1000% em ambos casos. Malgrado a melhora de todas as contas do ativo, tal movimento foi mais que compensado pela variação das duas contas anteriores, componentes do passivo. Com efeito, poder-se-ia traçar alguma relação entre o comportamento das contas componentes do índice e a política econômica do período; trata-se, justamente, do início da implantação do Plano Real, que teve por uma de suas características próprias a necessidade de captar recursos externos afim de financiar o programa, tal como nos sugere o comportamento da conta de reservas internacionais, que, após um período de acúmulo sistemático, mudou a direção de sua trajetória a partir do quarto trimestre de 1994. Ademais, o intervalo em questão não pode ser dissociado do plano internacional, marcado por um estado de ampla liquidez e por certa inclinação do capital estrangeiro em direção às economias emergentes (GIAMBIAGI, 2011), o que explica, por exemplo, a variação da conta de investimentos em carteira.

Por fim, o último período (1994/4-1999/4) tem por característica própria os baixos resultados do índice; com efeito, somente em duas ocasiões os valores calculados foram levemente superiores a 1, permanecendo em todos os trimestres restantes inferior ao nível de paridade. Tal resultado, por sua vez, não deixa de ter algo de inquietante, dado o intervalo em

questão coincidir, justamente, com o período de notáveis desbalanços quanto ao setor externo e de frequentes dificuldades enfrentadas pelo país no plano financeiro. O *efeito Tequila* proveniente da crise mexicana de 1994, o desgaste da âncora cambial ao longo do período de implantação do Real, os três ataques especulativos sofridos durante o período e o “efeito de contágio” das crises dos países asiáticos em 1997 e da Rússia em 1998 são algumas das dificuldades mencionadas por Giambiagi (2011); poder-se-ia, ainda, acrescentar à lista o crescimento das despesas com juros e com amortizações e os consecutivos desbalanços em conta corrente (Ver Gráfico II). Segundo uma análise puramente contábil, é possível afirmar que o crescimento do passivo externo foi mais que contrabalançado (i.) pelo aumento do volume de reservas internacionais, cuja variação em relação ao último trimestre do período anterior chegou a apresentar um aumento de mais de 60% em junho de 1998, e, ainda, (ii.) pela formidável elevação dos níveis de investimento estrangeiro direto, cuja variação foi superior a 1000% quando comparada ao último trimestre do intervalo anterior. O primeiro está possivelmente atrelado a maior estabilidade no plano monetário brasileiro pós-Real, ao alinhamento à cartilha de reformas do FMI e/ou ao interesse de investidores estrangeiros em mercados emergentes, sobretudo do “capital especulativo” em relação ao retorno dos juros. O segundo, por sua vez, está certamente atrelado ao progresso dos processos de desestatização em curso durante o intervalo. Não obstante, os resultados do intervalo permanecem guardando algo de disforme ou de desagradável; sob o risco de cair em uma racionalização *ex post facto*, poder-se-ia afirmar (i.) que, caso o índice tivesse apresentado resultados mais elevados, o efeito dos desbalanços no setor externo poderiam ter sido muito superiores, tanto em intensidade quanto em extensão, e, ainda, (ii.) que todas as posturas financeiras estão susceptíveis a sofrerem os efeitos de “choques exógenos”, variando apenas matéria do grau em que são afetadas. Por outro lado, poder-se-ia objetar (i.) que os processos de desestatização em curso durante o intervalo provocaram certa distorção sobre os resultados do intervalo e (ii.) que o índice expressa uma igualdade puramente contábil e passa à margem da “qualidade” das contas em questão; a conta do acúmulo de reservas internacionais, por exemplo, pode em muito variar dependendo de sua fonte e de sua natureza, tal como uma elevação derivada da entrada de capital puramente especulativo – cuja natureza é essencialmente volátil e, portanto, “fragilizante”, apesar de ser causa de aumentos consideráveis no lado do ativo. Não obstante, tais questionamentos sobrepõem em demasia a ambição do presente trabalho, como também a sua capacidade de resposta a tais problemas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se destacar, por fim, que os resultados da aplicação do modelo minskyano de fragilidade financeira externa ao desenvolvimento histórico da economia brasileira durante a década de 1990 indicou que a redução do grau de vulnerabilidade financeira do país frente ao exterior foi a tendência dominante, excetuando os intervalos que compreendem *grosso modo* o governo Collor e o início de implantação do plano Real.

Não obstante, a confrontação com a realidade brasileira nos leva a duvidar da veracidade dos resultados, sobretudo no que diz respeito aos últimos cinco anos da década – quanto aos primeiros cinco anos, porém, cremos ser possível argumentar em contrário. Assim, malgrado a queda do índice, as “turbulências” financeiras compreendidas durante o último intervalo em destaque contradizem tais resultados. Frente a tal dificuldade, poder-se-ia argumentar por diferentes vias e traçar explicações distintas – tal como brevemente esboçado na secção anterior. Contudo, uma resposta para tal impasse sobrepassa em demasia as condições do presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. O.; BACHA, C. J. C. **Evolução da política cambial e da taxa de câmbio no Brasil**: 1961-97. Pesquisa e Debate, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 5-29, 1999.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. c2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas>>. Acesso em 15 jul. 2022.

BRUM, A. L., ZILIO, M. **Aspectos da evolução do câmbio no Brasil**. Perspectiva, Erechim, v. 37, n. 138, p. 69-80, jun. 2013.

CASTRO, L. B. Privatização, abertura e dexindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F. (Org.) et al. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC. In: GIAMBIAGI, F. (Org.) et al. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. c2006. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 15 jul. 2022.

MINSKY, H. P. **Can “it” happen again?**. Nova York: Routledge, 2006. 344 p.

_____. **John Maynard Keynes**. Estados Unidos da América: McGraw-Hill, 2008a. 193p.

_____. **Stabilizing an unstable economy**. Estados Unidos da América: McGraw-Hill, 2008b. 439 p.

PAULA, L. R. F.; ALVES, A. J. J. **Fragilidade financeira externa e os limites da política cambial no Plano Real**. Revista de Economia Política, [s.l.], v. 19, n. 1, p. 72-93, jan./mar. 1999.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**: an inquiry into profits, capital, credit, interest and the business cycle. New Brunswick: Transaction Publishers, 1983. 278 p.

SJPE&D | IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento
Linha 3: Economia Social, Desigualdade e Desenvolvimento Sustentável

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E CULTURAL NA EXPERIÊNCIA DO BRIQUE DA VILA BELGA (SANTA MARIA-RS)

Alcenir João Ribas Garlet¹
Rita Inês Paetzhold Pauli²
Ednalva Felix das Neves²
Sibele Vasconcelos de Oliveira²

Resumo: Considerado um espaço democrático e alternativo para geração de renda para muitos empreendedores sociais e culturais de Santa Maria (RS), o Brique da Vila Belga (BVB) contempla a preservação ambiental e a inclusão produtiva dentre seus princípios. Sendo assim, o presente trabalho visa conhecer as dinâmicas comerciais, sociais e culturais nas experiências promovidas pelo BVB. A metodologia foi baseada na pesquisa bibliográfica, além de técnica de observação in loco, com informações coletadas através da aplicação de um questionário, com a intenção de uma amostra da realidade da população dos expositores. A etapa de campo da pesquisa foi realizada em novembro de 2022, em um evento realizado no local, contemplando a consulta a 30 expositores do BVB. Em suma, destaca-se que o evento movimentou o comércio autônomo e inteligente, além de acolher expositores que promovem a diversidade, tornando a cidade mais humana, acolhedora, inovadora e sustentável. Além dos atrativos na produção artesanal e culinária, que correspondem a mais de 90% dos produtos tangíveis, cada evento do Brique da Vila Belga promove eventos artísticos e culturais. São expostos trabalhos da dança, da música, artesanatos, entre outros. Para mais de 80% dos expositores que alegam que essas atividades culturais servem para atrair visitantes no local e auxiliam na venda dos produtos.

Palavras-chave: Economia Criativa. Desenvolvimento Sustentável. Brique da Vila Belga. Empreendedorismo Social e Cultural.

¹ Graduado em Filosofia pela UFN e Teologia pela FAPAS. Graduando no Curso de Ciências Sociais- Licenciatura na UFSM e do Grupo de pesquisa DISGOS. E-mail institucional: Alcenir.garlet@acad.ufsm.com_e E-mail de uso diário: alcegarlet@yahoo.com.br.

² Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais. Grupo de pesquisa DISGOS. Economia e Relações Internacionais, Mestrado em Economia e Desenvolvimento. Inovação Social, Governança e Sustentabilidade-UFSM. rita.pauli@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Economia e Relações Internacionais: ufsm.br/deri. Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Inovação Social, Governança e Sustentabilidade (DISGOS-UFSM), E-mail: ednalva.felix@ufsm.br.

² Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais e programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento- UFSM sibeleva.oliveira@ufsm.br.

1 INTRODUÇÃO

A economia criativa vem apresentando ampla expansão nas últimas décadas, associada ao empreendedorismo e é responsável pela geração de trabalho e renda nas diferentes regiões do mundo. Destaca-se que os setores criativos podem estar ligados à produção artística cultural, como a música, a dança, o teatro, a pintura, o cinema, entre outros (ENGLER; MOURÃO, 2017, p. 309). Exemplos de empreendedorismo social são percebidos no município de Santa Maria (RS), a citar a realização do Brique da Vila Belga (BVB), evento coletivamente organizado e que reúne centenas de trabalhadores criativos atraindo milhares de visitantes a cada evento.

Destaca-se que o BVB ocorre no território do Distrito Criativo Centro-Gare, geralmente nos primeiros e terceiros domingos de cada mês. A experiência do Brique da Vila Belga, em menos de 7 anos, conseguiu reunir mais do que 300 empreendimentos criativos, destes aproximadamente 70% integraram a lista de expositores nos eventos após a pandemia do COVID-19. A principal intenção com a organização do BVB foi a criação e organização de um espaço de convivência, valorizando a diversidade do patrimônio histórico, acolhendo as diferentes classes, raças, sexos etc, em um espaço para a socialização, respeito e acolhimento.

O primeiro evento foi realizado no dia 8 de março de 2015, promovido em esforços de resgatar a memória histórica da viação férrea do local e da Vila Belga, construída entre os anos de 1905-1907 como um conjunto residencial de 40 moradias e 84 habitantes. O local é considerado desde 1988 como patrimônio histórico e cultural da cidade e também do estado do Rio Grande do Sul. Em 2012 passou por revitalização através de um projeto da Sul Cores e, desde então, várias iniciativas vem sendo realizadas em esforços de interação entre o poder público local, entidades sociais e trabalhadores individuais em promoção de trabalho, renda, progresso social e preservação do patrimônio histórico e arquitetônico do município.

Nos eventos do BVB percebe-se a promoção de uma nova realidade e incentivo ao desenvolvimento econômico, um local para exposição e criação de produtos tangíveis e não tangíveis, contribuindo com o desenvolvimento da economia criativa no município. O empreendedorismo social remete à ação de fazer algo inédito ou diferente, romper um *status quo* e procurar insistentemente novas oportunidades de negócio, focando na inovação. Devido à grande demanda de atividades criativas, além da necessidade de encontrar alternativas para

peças de baixa renda, a Associação dos Moradores do local e a Prefeitura de Santa Maria organizam os eventos mensais.

A experiência que é protagonizada nos eventos mensais é considerada uma das primeiras atividades concretas de economia criativa no município de Santa Maria (RS), juntamente com os movimentos da economia solidária. Seu principal objetivo é promover o empreendedorismo social e cultural, juntamente com o desenvolvimento sustentável e organizar eventos coletivos com a finalidade de reunir centenas de trabalhadores criativos. Os eventos representam o esforço de interação entre o poder público local, entidades sociais e trabalhadores individuais na promoção de trabalho, renda e progresso social.

Tendo em vista o exposto, a presente pesquisa é motivada pelo projeto de extensão designado “Santa Maria, Cidade Cultura no coração do Rio Grande: Economia Criativa e as Dinâmicas de Desenvolvimento Local”, da Universidade Federal de Santa Maria (registro nº 058387). Seu principal objetivo é fazer um mapeamento da economia criativa nos dando maior visibilidade para os eventos do Brique da Vila Belga. Metodologicamente, realizou-se revisão bibliográfica, que foi construída a partir de artigos científicos sobre a temática que envolve economia criativa, desenvolvimento sustentável e empreendedorismo. Esta etapa serviu como embasamento teórico para o mapeamento dos eventos realizados mensalmente no Brique da Vila Belga. Além do mais, através da realização de um estudo exploratório, valeu-se de pesquisa documental para mapear as atividades desenvolvidas no âmbito do Brique da Vila Belga em Santa Maria (RS), além da observação in loco e aplicação de questionários a 30 expositores. Os principais resultados dessa pesquisa, que continua em andamento, são apresentados a seguir.

2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO CENTRO-GARE: BVB LOCAL DE INCENTIVO A CULTURA E A DIVERSIDADE

O debate entre o empreendedorismo social, cultural e a economia criativa é recente, especialmente quando associado à temática da inovação e novas oportunidades de negócios. O empreendedor deve ter a capacidade de inovar, criar, inventar tendo como fonte a curiosidade para identificar e reconhecer novas oportunidades e o diálogo para perceber necessidades e possuir habilidades e competências para encontrar as soluções. Uma das grandes alternativas

para geração de emprego e renda é o empreendedorismo, visando uma economia criativa voltada ao desenvolvimento sustentável com responsabilidade ambiental com geração de novos produtos e serviços “uma indústria limpa e sem chaminés” (NASCIMENTO; SOARES, 2006, p.11), que prioriza uma melhor qualidade de vida, a geração de fonte de renda e emprego, além da valorização do local.

Vale mencionar que “a economia criativa se estabelece nos setores da cultura, do design, da tecnologia, das inovações em quaisquer áreas, gerando novos modelos de negócio em todo o mundo” (ENGLER; MOURÃO, 2017, p. 308). Assim, inclui oportunidade para novos empreendedores que possuem talentos na música, dança, teatro, pintura, cinema, etc., com intuito de diminuir as desigualdades sociais por meio de incentivos culturais enfatizando a economia criativa.

O empreendedor social e cultural é influenciado por fatores pessoais, sociológicos, econômicos, geográficos, organizacionais e ambientais, que servem para identificar novas oportunidades que podem ser praticadas a partir de um plano de negócios. Para a economia criativa, a alternativa do empreendedorismo que capitaliza aspectos culturais locais serve para promover e formar uma rede de negócios sustentável. Segundo United Nations Educational, Scientific and Cultural (UNESCO, 2018), o empreendedorismo cultural utiliza-se da economia criativa para a produção de serviços culturais e artísticos, com grandes impactos culturais e históricos para uma cidade.

Nesse sentido, o Ministério da Cultura destacou a necessidade de iniciativas que promovam o empreendedorismo cultural, relacionado ao âmbito social, meio ambiente, priorizando o desenvolvimento econômico (BRASIL, 2018). O empreendedorismo cultural é uma grande alternativa para a economia criativa que priorize o desenvolvimento sustentável, voltados para a responsabilidade ambiental e o cuidado com a natureza e a qualidade de vida. São talentos jovens tendo visibilidade ao lado daqueles talentos consagrados, tendo a oportunidade de trocar experiências com o público sempre generoso que passeia e consome nos eventos mensais, além de promover novos produtos e serviços voltados para o emprego, fonte de consumo e renda. Para Chang e Wyszomirski (2015), o empreendedorismo cultural envolvendo a criatividade artística, abre possibilidades de valorização das capacidades e talentos de novos empreendedores, grande oportunidade para sua emancipação econômica e social.

Tendo em vista as experiências do Brique da Vila Belga (BVB) no município de Santa Maria (RS), o presente estudo visa conhecer as dinâmicas comerciais e sociais do referido coletivo, as inovações especialmente no tocante à geração de trabalho, renda e desenvolvimento local. Considerada uma das primeiras experiências para fortalecer a economia criativa da cidade de Santa Maria, os eventos do BVB abrem espaço para expositores de todas as regiões da cidade, pouco mais de 15% dos expositores são moradores do local e quase 30% conforme a pesquisa moram no centro.

A intenção da organização dos eventos é criar e fortalecer espaços colaborativos para a exposição de produtos e interação social, com uma linda paisagem cultural e um lindo patrimônio arquitetônico, espaço importante para resgatar a memória da cidade, especialmente suas origens históricas. Para Duarte (2015, p. 22), o “empreendedorismo social é tido como um fenômeno mundial, sendo o empreendedor social visto como um responsável na busca de soluções para os mais variados problemas sociais”. Dentre as problemáticas de atenção dos empreendedores sociais, estão o desemprego, a pobreza e a miséria, uma alternativa para compensar as desigualdades sociais.

Outra alternativa diferente da indústria capitalista que gera poluição e destruições ambientais, visando apenas o lucro, a nova modalidade “pois pressupõe que além de ser uma fonte de renda e emprego em áreas de desemprego terminal, esta atividade seja um contribuinte para a melhoria da qualidade de vida” (NASCIMENTO; SOARES, 2006, p.11). A economia criativa e o empreendedorismo social visam ao desenvolvimento sustentável por meio de iniciativas coletivas e responsáveis, ao tornarem as cidades mais humanas e os espaços de troca lugares de negócios e garantia de sustento.

Sobretudo, para promoção do desenvolvimento sustentável, os empreendedores sociais têm se dedicado a iniciativas no âmbito da economia criativa. Tal segmento embasa-se na criatividade para gerar bens e inovações sociais. Em especial:

Sua produção demanda alguma contribuição da criatividade humana; eles são veículos de mensagens simbólicas para aqueles que os consomem, isto é, eles são mais do que simplesmente utilitários, na medida em que também servem a um propósito comunicativo mais amplo; e eles contêm, pelo menos, potencialmente, alguma propriedade intelectual que possa ser atribuída ao indivíduo ou grupo que esteja produzindo o produto ou serviço (UNCTAD, 2010, p. 4).

Atualmente o Brique da Vila Belga é um grande evento que atrai muitas pessoas, que frequentam as ruas do local para prestigiar e participar dos eventos promovendo e incentivando o empreendedorismo e a economia criativa. Falcão (2010) ressalta a relevância do empreendedorismo social tal qual desenvolvido no âmbito do BVB, sendo que “para alguns empresários, seria a ‘galinha dos ovos de ouro’; para o governo, o aumento de suas receitas e a geração de empregos” (FALCÃO, 2010, p. 23). Em suma, as vantagens de ser um empreendedor são várias: independência financeira e o protagonismo que envolve a realização profissional, mais autonomia para explorar oportunidades etc.

Ressalta-se que o evento é financiado pela contribuição dos expositores e pelo incentivo público à cultura por parte do poder municipal e estadual. O fato que merece destaque é o crescimento elevado dos participantes expositores no pós-pandemia COVID 19, que já foi lembrado acima, antes em novembro de 2019 eram 121, atualmente são mais de 320 expositores. Muitas dessas pessoas estão inseridas no mercado de trabalho a partir do empreendedorismo e mais de 70% depende dessa iniciativa para possuírem renda. Em relação a economia criativa, o destaque do Brique da Vila Belga vai para iniciativas inovadoras dentro do distrito criativo, além de ser um espaço de comercialização de produtos, serve como fonte de renda complementar aos empreendedores que atuam em outros eventos, como o Projeto Esperança e outras organizações.

Do ponto de vista organizacional, o Brique da Vila Belga (BVB) ocorre duas vezes por mês, primeiro e terceiro domingo, geralmente das 15h às 19h, no município de Santa Maria (RS). Constitui-se de espaço de inclusão social e valorização dos talentos artísticos e culturais. São variados os perfis dos empreendedores reconhecidos com o BVB, mas quase 80% identificam-se na culinária, artes, música ou artesanato.

Nos seus eventos promovidos pela Brique da Vila Belga, percebe-se a promoção de uma nova realidade e incentivo ao desenvolvimento econômico, um local que os expositores colocam seus produtos à venda. Segundo a pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2016), destaca a importância da criatividade e da inovação na produção de serviços e transformações do sistema produtivo, que fortaleça a criação de novos empregos e a geração de renda e consumo. Situação que não é diferente nos eventos do BVB, devido à grande demanda de atividades criativas no âmbito local e a necessidade de encontrar alternativas para pessoas de baixa renda. Logo, a Associação dos Moradores do local, juntamente com a Prefeitura de Santa Maria, organizam os eventos.

Para que seja possível conhecer mais sobre as aptidões criativas e o perfil produtivo daqueles que participam do BVB, a seção seguinte apresenta os resultados parciais da pesquisa de campo. Tal mapeamento apresenta-se especialmente importante, pois há a participação exponencial de novos expositores nos eventos do pós pandemia de COVID-19. Em exemplo, dos 30 participantes desta pesquisa, 20 são novos empreendedores, cadastrados no BVB após os dois anos de fechamento do comércio e o retorno à partir de 2022, um aumento de 70%, reforçando que os mercados da economia criativa estão crescendo e são vistos localmente como uma alternativa para o desenvolvimento.

3 EMPREENDEDORES SOCIAIS, CRIATIVIDADE E O BRIQUE DA VILA BELGA

A economia criativa vem apresentando ampla expansão nas últimas décadas, responsável pela geração de trabalho e renda nas diferentes regiões do globo, promovendo o empreendedorismo cultural e o desenvolvimento sustentável. Existem diversidades culturais relacionadas a costumes, tradições, ritos, religiões, etc., alternativas que possibilitam a inovação e a criatividade, se forem bem trabalhadas poderão gerar emprego e renda para novos empreendedores culturais. Nesse sentido o empreendedorismo cultural, segundo a UNESCO (2018), é uma grande alternativa de inovação e economia criativa que promova o desenvolvimento sustentável para diversas cidades em todo mundo, tornando assim uma grande tendência mundial e uma estratégia para diminuir as desigualdades sociais e o desemprego, tendo em vistas à geração de trabalho e renda.

Especificamente, o Brique da Vila Belga contribui para a construção da identidade cultural de Santa Maria, especialmente ao resgatar a memória histórico-cultural da cidade. Ocupa hoje local que abrigou os funcionários que vieram construir a viação férrea que liga Porto Alegre-Uruguaiana (RS). Em particular, o território delimitado pelo Distrito Centro-Gare abriga casas com modelo arquitetônico desenvolvido na Bélgica, em formatos e cores variadas, em atenção à diversidade.

Da mesma forma, são variados os produtos e serviços ofertados durante a realização dos BVB. A maioria das atividades dos expositores inclui a oferta de produtos da culinária e do artesanato, com a exposição de bens artesanais, naturais, alimentos com produção caseira, entre outros. Além dos atrativos na parte artesanal e culinária, cada evento do Brique da Vila

Belga revela talentos artísticos: da dança, da música, artesãos, entre outros, atrações aceitas pela maioria dos expositores.

Em suma, o BVB constitui-se de local para exposição e criação de produtos tangíveis e não tangíveis. A seguir, são apresentados alguns resultados da pesquisa com 30 expositores. Ressalta-se que estes resultados são preliminares e correspondem a 9,26% do total dos empreendimentos criativos cadastrados junto ao BVB. Indagou-se aos participantes sobre algumas características socioeconômicas, de forma a traçarmos seu perfil.

O mapeamento preliminar realizado in loco no mês de novembro de 2022 indica que as mulheres estão mais envolvidas na economia criativa exposta no BVB, uma alternativa que elas encontram para solucionar seus problemas de renda e oportunidades para novos empreendedores inovar e desenvolver suas capacidades e habilidades. Dos respondentes à pesquisa ,ressalta-se que 83% eram mulheres.

Figura 01 - Faixa etárias dos atores participantes do BVB de Santa Maria-RS (2022)

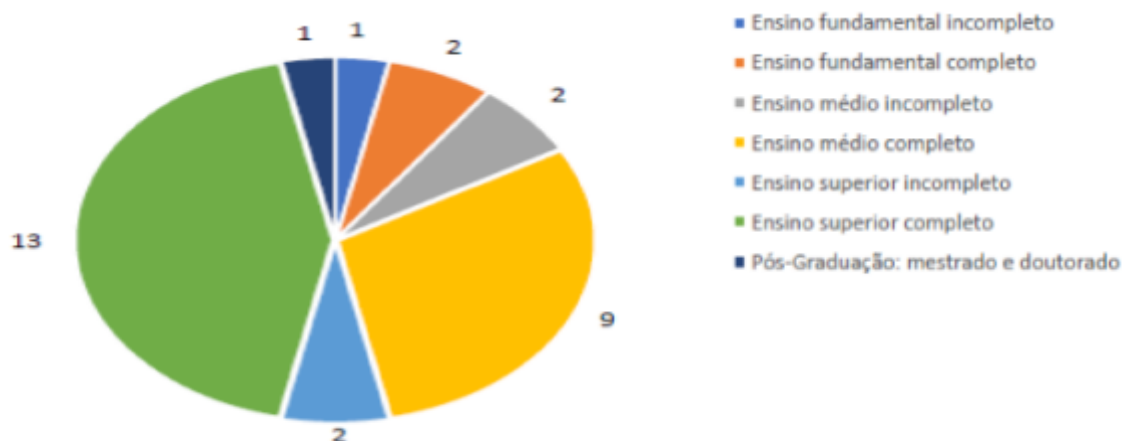


Fonte: Elaboração própria, com dados primários (2022).

No que se refere à faixa etária, percebe-se que a maioria das pessoas que participaram da pesquisa estão na faixa etária entre 40 e 59 anos (figura 01), totalizando 60% dos atores que participaram da pesquisa. Já no que se refere à questão da educação, a maioria dos

participantes da economia criativa em Santa Maria possui ensino superior completo (43%), seguidos por aqueles que completaram o ensino médio (30%) (figura 02).

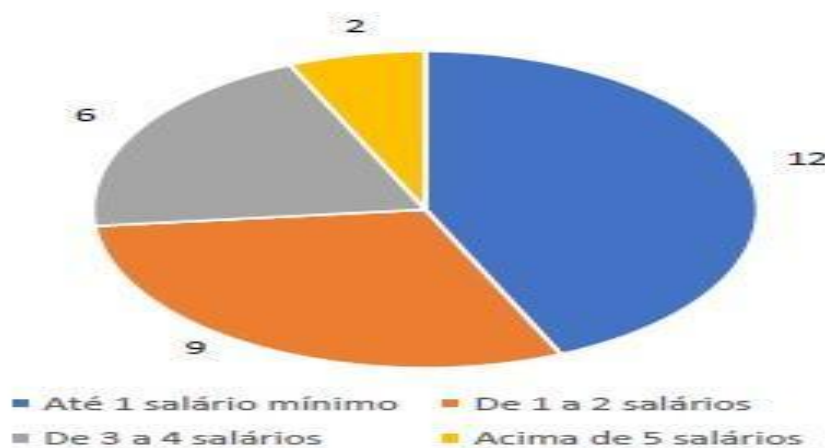
Figura 02 - Nível de escolaridade dos atores participantes do BVB de Santa Maria-RS (2022)



Fonte: Elaboração própria, com dados primários (2022).

Na variável idade, percebeu-se que em torno de 60% dos participantes da pesquisa estão na faixa de idade entre 40 a 60 anos de idade. No que se refere à renda, a maioria dos participantes (40%) está na faixa de renda de até um salário mínimo (figura 03). Outros 30% possuem rendas entre um e dois salários mínimos, enquanto que apenas 6,67% possuem renda superior a cinco salários mínimos. Destaca-se que um dos participantes preferiu não declarar a renda.

Figura 03 - Nível de renda dos atores participantes do BVB de Santa Maria-RS (2022)



Fonte: Elaboração própria, com dados primários (2022).

O Distrito Criativo Centro-Gare vem abrigando a maioria dos BVB, local de destaque em Santa Maria, próspero para muitas iniciativas de economia criativa. Sobretudo, a realização do BVB de maneira recorrente no município possui grande potencial para geração de trabalho e renda, além de proporcionar alternativas de consumo sustentável à população. Em exemplo, expõem seus bens no BVB trabalhadores da música, do teatro, da dança, entre outros. Dentre os bens e serviços expostos, estão o artesanato, culinária, brechós, artes, entre outros.

Por se constituir de um espaço coletivo de produção cultural e criativa, o BVB demonstra capacidade de promoção de desenvolvimento sustentável, especialmente ao fomentar o empreendedorismo social, gerar trabalho e oportunidades de renda a muitos trabalhadores informais. Apesar de ser verificado um quadro contraditório, que evidencia a dificuldade de inserção no mercado de trabalho de indivíduos com curso superior completo e renda reduzida auferida por esse segmento populacional, a economia criativa tem se apresentado como alternativa para inserção produtiva.

No cenário atual de crise econômica, o empreendedorismo cultural está se transformando em uma alternativa para a economia criativa e o desenvolvimento sustentável, fundamentada na inovação e valorização do espaço histórico. De fato, ao utilizar das

habilidades e talentos individuais para promover a criatividade, empregabilidade e renda, o BVB tem promovido também o desenvolvimento sustentável na cidade de Santa Maria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O evento do Brique da Vila Belga surgiu em 2015 e atualmente conta com variedade de empreendedores. O evento surgiu em esforços de valorização dos aspectos culturais e históricos de Santa Maria, constituindo-se de espaço para formulação de novas políticas públicas, fortalecendo o empreendedorismo cultural e a economia criativa.

Os resultados encontrados a partir da aplicação dos questionários mostrou que: a) parte expressiva dos empreendimentos sociais participantes da pesquisa são liderados por mulheres; b) a faixa etária dos respondentes insere-se na idade entre 40 e 60 anos e menos de 10% dos expositores são jovens; c) quase 50% dos respondentes possuem curso superior completo; d) $\frac{3}{4}$ dos respondentes recebem renda inferior a 2 salários mínimos e mais de 40% do total recebe até 1 salário mínimo. Portanto, verifica-se um quadro contraditório que evidencia a dificuldade de inserção no mercado de trabalho de indivíduos com curso superior completo e, a renda reduzida auferida por esse segmento populacional.

Conclui-se que a economia criativa de Santa Maria, com destaque àqueles que se inserem no Projeto do brique da Vila Belga é muito importante para a inovação na região e alternativa para a maioria dos participantes como única fonte de renda. Gera também oportunidades para os empreendedores para negociar seus produtos artesanais e de culinária.

A pesquisa de campo mostrou que a grande maioria dos empreendedores atuam em outros grupos sociais, especialmente na Economia Solidária de Santa Maria (Projeto Esperança/Coesperança). Em especial, a interação entre os empreendedores, entidades sociais e políticas, artistas e o público fortalece cada vez mais os eventos, oportunizando espaços de trocas e desenvolvimento social. Fortalece-se também o patrimônio histórico e cultural do município, ao ocupar espaços da cidade antes pouco movimentados.

Os debates sobre empreendedorismo social e cultural, e que envolvem a economia criativa, fazem parte da nova realidade mundial e merecem ser intensificados. Assim, julga-se importante a realização de mais pesquisas sobre as temáticas, de forma a pensarmos juntos vias ao desenvolvimento sustentável local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. **Guia do empreendedor sociocultural**: reflexões orientações, metodologias e práticas para amparar o desenho e a gestão de projetos socioculturais sustentáveis. Brasília: Editoria do Blog Sociocultural em Rede, 2018.

CHAN, W. J.; WYSZOMIRSKI, M. What is arts entrepreneurship? Tracking the development of its definition in scholarly journals. **Artivate: a Journal of Entrepreneurship in the Arts**, v. 4, n. 2, 2015.

DUQUE, S. F. **Economia Criativa: Empreendimentos culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa. , 2015.

ENGLER, R. C; MOURÃO, N. M. **Design, artesanato e empreendimento criativos: caminhos para sustentabilidade**. In: Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Blucher, 2017.

FALCÃO, M. T. S. **Sociologia do turismo**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010.

LARAIA, R. B. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,, 1994.

NASCIMENTO, A. F; SOARES, L. A. S. O Dilema Turístico. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 6, n. 4, 2006.

UNESCO, United Nations Educational Scientific and Cultural. **Organization Reshaping cultural policies: advancing creativity for development** – 2005. Paris, França, 2018.

UNCTAD, **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Relatório de economia criativa 2010**: economia criativa uma opção de desenvolvimento. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012

**IX SEMINÁRIO
DE JOVENS PESQUISADORES EM
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO**

21/nov. e 22/nov. de 2022



APOIO:



ORGANIZAÇÃO:



TRABALHO COMPLETO

Linha 3: Economia Social, Desigualdade e Desenvolvimento Sustentável

TÍTULO: Mapeamento da Economia Criativa

Anisme Assis¹

Sibele Vasconcelos²

Resumo: Economia Criativa é o conjunto que engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam como principal recurso produtivo a criatividade, ou seja, são atividades econômicas que combinam criatividade com técnicas e tecnologia, agregando valor aos ativos intelectuais (JAGER, 2014). Este estudo dedica-se a explorar a Economia Criativa em Santa Maria (RS). Objetiva-se a mapear as iniciativas em Economia Criativa no município, bem como identificar as contribuições econômicas dos empreendimentos criativos ao desenvolvimento local. Neste sentido, propõe-se uma análise conceitual da Economia Criativa, com base em plurais indicadores socioeconômicos. Por meio de pesquisa de campo e a análise de dados secundários, busca-se identificar as indústrias criativas mais expressivas no município e suas contribuições para o desenvolvimento local. Para responder ao problema proposto e atingir os objetivos, desenvolveu-se pesquisa de campo exploratória, com a implementação de técnicas de análise quantitativa e qualitativa, além da aplicação de métodos estatísticos para descrição dos resultados. Verificou-se que a área mais representativa em Santa Maria é a Cultura, com maior número de empreendimentos criativos e de vínculos empregatícios. Constatou-se que a área da Tecnologia gera maior remuneração aos trabalhadores criativos. A pandemia de COVID-19 teve efeito negativo para os participantes, impactando a habilidade criativa e consequentemente a capacidade de realizar pagamentos. Constatou-se que as principais barreiras ao avanço da Economia Criativa são a falta de financiamentos e investimentos em âmbito público e privado. Infere-se que a Economia Criativa impulsiona o desenvolvimento econômico e social em Santa Maria, ao impulsionar o setor criativo através da superação de desafios, ampliação de rede de compartilhamento criativo e geração de valores tangíveis e intangíveis.

Palavras-chave: Economia Criativa. Santa Maria. Indústria Criativa.

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestre em Economia e Desenvolvimento/Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento. UFSM. E-mail: anismeassis@hotmail.com

² Docente/PPGE&D. UFSM. Email: sibele.oliveira@ufsm.br

A Economia Criativa vem ganhando notoriedade desde suas pioneiras publicações tratando dessa nova organização social e econômica. Economia Criativa é o conjunto que engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam como principal recurso produtivo a criatividade, ou seja, são atividades econômicas que combinam criatividade com técnicas e tecnologia, agregando valor aos ativos intelectuais (JAGER, 2014). Portanto, é a associação do talento a objetivos econômicos, com forte presença de ativos intangíveis. Howkins (2001) e Florida (2011) trouxeram à tona a Economia Criativa como uma inovadora forma de geração de riqueza, trabalho e renda para cidades, estados e nações.

O emprego do termo Economia Criativa foi pioneiramente observado no relatório australiano *Creative Nation* (1994). Três anos após, em 1997, o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS, 2005) do Reino Unido, instituiu políticas públicas para promover e estabelecer uma força-tarefa de integração das suas Indústrias Criativas. Tal estratégia visou dinamizar e impulsionar a economia do país diante da competição internacional, tendo-se em vista a participação importante da Indústria Criativa no Produto Interno Bruto (PIB). Segundo Reis (2008) as indústrias criativas são o conjunto de setores econômicos específicos (ex.: Audiovisual, Design, Música, Teatro, entre outros), cuja seleção é variável segundo a região ou país, conforme seu impacto econômico potencial na geração de riqueza, trabalho, arrecadação tributária e divisas de exportações. A partir disso, desenvolveram-se múltiplos modelos de Economia Criativa, que perpassam o contexto cultural, do capital intelectual, direitos autorais e criatividade.

Segundo a Fundação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2019), os criativos buscam soluções, e não raro, formulam novas perguntas. Apontam tendências e permitem-se navegar de forma mais eficiente neste mundo cada vez mais digital, no qual as fronteiras físicas são menos relevantes. Utilizam instrumentos necessários para identificar e aproveitar as oportunidades, quando, onde e como surgirem. Na crise, inovam para sobreviver. Na recuperação, inovam para crescer. No futuro, inovam para existir (FIRJAN, 2019).

Em razão disso, este estudo dedica-se a explorar a Economia Criativa em Santa Maria. O município localiza-se na região central do Rio Grande do Sul (RS), com uma população estimada de 285.159 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Devido à forte presença de instituições de ensino e pelo perfil populacional, o índice de desenvolvimento humano municipal (0,784), revela as potencialidades locais para a reprodução das iniciativas em Economia Criativa.

De fato, o município de Santa Maria, por ser regionalmente conhecido como *Cidade Cultura*, mostra-se vocacionado para a diversidade cultural. Essa característica, somada à crescente

multiplicidade de ações culturais desenvolvidas atualmente nos bairros, distritos e centro, indica a necessidade de levantamentos que apontem para as contribuições dos segmentos criativos para o desenvolvimento municipal. Contudo, desde a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Santa Maria (PMCSM) em 2015, desconhece-se o alcance econômico das atividades desenvolvidas. Portanto, faz-se as seguintes perguntas: Como a Economia Criativa se organiza e se desenvolve no município de Santa Maria (RS)? Quais as contribuições socioeconômicas da Economia Criativa para o desenvolvimento local?

Assim sendo, o presente estudo objetiva a mapear as iniciativas em Economia Criativa em Santa Maria (RS), bem como identificar as contribuições econômicas das iniciativas dentro do município. Neste sentido, propõe-se análise conceitual da Economia Criativa, com base em plurais indicadores socioeconômicos. Por meio de pesquisa de campo e a análise de dados secundários, busca-se identificar as indústrias criativas mais expressivas no município e suas contribuições para o desenvolvimento local.

As ações de pesquisa aqui expressas vão ao encontro das mobilizações desencadeadas pelo Plano Municipal de Cultura de Santa Maria (PMCSM, 2015), em esforços para descentralização da cultura e promoção do Distrito Criativo Centro-Gare, ressaltando o potencial da Economia Criativa nos processos de desenvolvimento de Santa Maria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo de uma análise da produção bibliográfica pioneira a respeito da Economia Criativa, nota-se que esta era marcada pelo foco em indústrias criativas e em sua dinâmica econômica (Caves, 2000; Howkins, 2001) ou nas características e capacitação dos trabalhadores dessas indústrias (SELTZER; BENTLEY, 1999).

De fato, a noção de Economia Criativa é um conceito ainda em formação. Além disso, diversos outros termos podem ser confundidos, complementam e até precedem, de alguma forma, o conceito de Economia Criativa, sendo eles: Economia do conhecimento; Economia da Experiência; Economia da cultura; Indústria cultural e Indústria criativa (REIS; DEHEINSELIN, 2008). Especificamente o termo indústria cultural tem sofrido diversas transformações desde o início dos anos de 1980, quando ganhou importância em diversos países (HESMONDHALGH, 2007). Fato é que a indústria cultural possui grande parte das atividades denominadas criativas (MACHADO, 2011).

Para Caiado (2011), Economia Criativa é o ciclo que engloba a criação, a produção e a distribuição de produtos e serviços que usam a criatividade, o ativo intelectual e o conhecimento

como recursos produtivos fundamentais. A associação do talento e dos objetivos econômicos se dá a partir do desenvolvimento de atividades econômicas e da combinação de criatividade com técnicas e/ou tecnologias. Por incorporar elementos tangíveis e intangíveis, dotados de valor simbólico, não é, desta forma, caracterizado apenas como um ativo cultural, produto ou serviço comercializável (STANHKE, 2017, p. 29).

Ainda considerando a abordagem de Reis (2008), este estudo adota a abordagem de Economia Criativa que compreende setores e processos que têm como insumo a criatividade, em especial a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços, com valor simbólico e econômico.

O termo indústrias criativas é de origem relativamente recente. Conforme Cunningham (2002), surgiu na Austrália em 1994 com o lançamento do relatório *Creative Nation: Commonwealth Cultural Policy*. Ele ganhou maior exposição em 1997, quando os formuladores de políticas no Departamento do Reino Unido da Cultura, Mídia e Desporto criaram a Força Tarefa Indústrias Criativas, conforme o DCMS (2001). A partir de então a designação “indústrias criativas” se desenvolveu e ampliou o âmbito das indústrias culturais para além das artes e marcou uma mudança na abordagem a potenciais atividades comerciais que até recentemente eram consideradas somente em termos não econômicos.

O setor das indústrias criativas, em sua vasta gama de atividades, opera em importantes dimensões contemporâneas de produção e consumo cultural. Convergem, dentro deste conceito, as artes, as indústrias culturais e as novas tecnologias digitais de informação, o que promove o desenvolvimento nas sociedades baseadas no conhecimento (BENDASSOLLI et al., 2009). Jaguaribe (2006), traz as indústrias criativas como produtoras de bens e serviços por meio de imagens, textos e símbolos. Produzem inovação e avanços para as novas tecnologias da informação pela exploração da propriedade intelectual.

Para o extinto Ministério da Cultura do Brasil (2012), os setores criativos são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica, extrapolando setores tipicamente culturais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa atual é um dos resultados da parceria entre o Conselho Municipal de Política Cultural de Santa Maria, a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria, e o Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGE&D – UFSM). O projeto



original, registrado junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP)³, propunha-se a implementar ações de coleta e análise de informações para diagnóstico das especificidades das atividades criativas desenvolvidas no município de Santa Maria (RS).

Assim sendo, para responder ao problema proposto e atingir aos objetivos, desenvolveu-se pesquisa de campo exploratória, com a implementação de técnicas de análise quantitativa e qualitativa. Valendo-se de métodos estatísticos para descrição dos resultados, esclarece-se que a pesquisa exploratória, tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito, buscando o aprimoramento de ideias.

Para este estudo, a investigação ocorre por meio da aplicação de questionário (Apêndice A) elaborado com base nas informações preliminares sobre o cenário criativo de Santa Maria.

Cabe esclarecer que o instrumento de coleta de dados continha 36 questões divididas em 4 segmentos: Especificidade de Atuação, Ótica da Produção e Ótica do Mercado de Trabalho, Demandas Setoriais e de Políticas Públicas, Cenário Durante a Pandemia e Informações Sobre o Respondente.

Em particular, a primeira seção do instrumento de coleta de dados começa por abordar a indústria criativa na qual o respondente atua. Considerando a definição dada por Reis (2008) de que indústrias criativas são entendidas como um conjunto de setores econômicos específicos, cuja seleção é variável segundo a região ou país, conforme seu impacto econômico potencial na geração de riqueza, trabalho, arrecadação tributária e divisas de exportações, o modelo adotado para este trabalho baseia-se no proposto pelo cadastro cultural do Conselho Municipal de Política Cultural de Santa Maria.

As profissões são apresentadas em vinte segmentos criativos: Artes Visuais, Artesanato, Audiovisual, Circo, Cultura Afro-brasileira, Cultura Digital, Cultura Indígena, Cultura Popular, Cultura Viva, Dança, Design, Diversidade Sexual e de Gênero, Instituições de Ensino Superior, Livro, Leitura e Literatura, Moda, Música, Patrimônio Arquitetônico, Patrimônio Histórico e Cultural, Teatro, Tradição e Folclore.

A população utilizada na pesquisa, é de aproximadamente 450 respondentes, que constam no Cadastro de Entidades e Empreendedores Culturais de Santa Maria (RS), disponibilizado pelo Conselho Municipal de Política Cultural do referido município. Inicialmente, o instrumento de coleta de dados seria aplicado presencialmente, contudo, devido as medidas sanitárias de isolamento social para evitar a propagação do vírus da COVID-19, os questionários foram aplicados de forma virtual, via *Google Forms*, de novembro de 2021 a maio de 2022.

³ CAAE: 52738021.0.0000.5346

O período de coleta de dados estendeu-se devido as dificuldades em contatar os agentes impulsionadores da pesquisa, assim como os atores principais, respondentes do estudo. O número final de participantes foi de 65 indivíduos, tornando a amostra estatisticamente significativa ao grau de confiança de 90% e margem de erro de 10%.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de Santa Maria possui uma população estimada de 285.159 pessoas segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Com salário médio mensal de 3,1 salários mínimos para a população, apresenta a proporção de 27,9% de pessoas ocupadas em relação à população total. De acordo com dados do IBGE (2020), 30,5% dos domicílios possuem rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa.

O PIB per capita (2019) do município é de R\$ 31.074,58, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,784. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 7,61 para 1.000 nascidos vivos. Apresenta 82,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 83,3% de domicílios em vias públicas com arborização e ainda 49,1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2021).

Cidade alegre, cosmopolita e multifacetada, Santa Maria tem muito a oferecer a moradores e visitantes, apesar das problemáticas socioeconômicas comuns aos municípios interioranos. Seus diversos atrativos histórico-culturais se unem à gastronomia variada e às belezas naturais, com destaque para o patrimônio paleontológico, resultando em várias opções de lazer, cultura e entretenimento. Como referência em segurança pública, comércio e serviços, além de ser polo de educação e saúde, caracteriza-se por ser uma cidade acolhedora e coração do Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento de Santa Maria é historicamente atribuído a chegada da ferrovia, em meados de 1885, impulsionando o crescimento da cidade. Nesse ano foi concluído o assentamento dos trilhos da linha-tronco Porto Alegre - Uruguaiana até onde seria construída, posteriormente, a Estação Ferroviária de Santa Maria. A inauguração do trecho, conectando a cidade com a Capital, foi fundamental para o desenvolvimento social, econômico, cultural e populacional (PMSM, 2022).

Ao iniciar a análise dos dados, esclarece-se que devido a fatores diversos, a pesquisa não contou com grande aderência por parte dos participantes, resultando um número abaixo do esperado no volume de respostas. Por este motivo, os dados são analisados de forma agregada, para que pudessem ser realizadas inferências pertinentes ao decorrer da dissertação.

A amostra total é de 65 respondentes. Composta por 29 homens e 35 mulheres, com idades entre 19 e 77 anos com escolaridade média em nível superior. Os setores mais representativos foram Artes Visuais e Música, ambos com 11 participantes, seguidos pelo setor Audiovisual com 8 participantes, Teatro com 7, Artesanato com 6, Dança com 5, Design e Cultura Popular com 3, Cultura Digital, Livro, Leitura e Literatura e Patrimônio Histórico e Cultural, com 2 participantes, cada, Circo, Instituições de Ensino Superior, Moda e Tradição e Folclore, com 1 participante, respectivamente.

É importante destacar que, diante da heterogeneidade de performance econômica dos diferentes mercados que compõem a indústria criativa, diversas mudanças estruturais na distribuição ocupacional dos trabalhadores criativos estão ocorrendo nos últimos tempos. Segundo a FIRJAN (2022), em destaque um processo de forte mobilidade intersetorial parece estar acontecendo dentro dessa indústria, em menor ou maior grau, a depender do segmento analisado.

Os dados mostram que a indústria Audiovisual segue como a mais significativa na amostra, com 19 participantes. Artes Cênicas com 13 respondentes, Música e Expressões Culturais com 8, Patrimônio e Artes com 7, Design com 6, TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), Moda e Editorial com 1 participante, cada.

Considerando a classificação FIRJAN de indústrias criativas, segmentadas em quatro grandes áreas, pode-se verificar que a área mais representativa em Santa Maria é a Cultura (36 participantes), seguida pelas áreas de Mídias (20 participantes), Consumo (7 participantes) e Tecnologia (1 participante).

Para fins de complementação de análise, foram avaliados também informações do último levantamento construído pela FIRJAN, encontram-se dados sobre o município de Santa Maria. Considerando o método (o estudo é executado com base em dados do Ministério do Trabalho, em especial do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e do Cadastro Brasileiro de Ocupações - CBO) utilizado pela Federação do Estado do Rio de Janeiro, verifica-se algumas diferenças nos resultados. Neste cenário, observa-se que o Consumo passa a ser a área mais significativa em Santa Maria, seguida pela Tecnologia, Mídias e Cultura. Este resultado evidencia a importância da formalização dos vínculos trabalhistas no setor criativo, a fim de tornar conhecido a real participação da Economia Criativa no cenário econômico municipal.

A remuneração aos trabalhadores das iniciativas criativas é, em média, R\$ 1.126,00. No quadro 7, pode-se traçar um paralelo entre a remuneração observada pela metodologia FIRJAN (2022) e pela pesquisa de campo do presente estudo.

As duas inferências mostram a área da Tecnologia com a maior remuneração observada. Este dado é corroborado pelo fato da área de Tecnologia apresentar salário médio 3,3 vezes maior que o salário médio da economia brasileira (FIRJAN, 2022).

Ao serem questionados se os rendimentos auferidos da atividade criativa são suficientes para a manutenção do núcleo familiar, 44 respondentes afirmaram não conseguir o necessário para sua subsistência, e 20 auferem ganhos satisfatórios. Ao verificar se os participantes possuem algum vínculo ou participação em associação de classe, sindicato, coletivo ou similares, constatou-se que 38 participantes não se enquadraram na afirmativa, sendo que 26 respondentes mantêm vínculos em distintas organizações.

De acordo com a pesquisa *Global Payments Report*, da *Worldpay from FIS*, estamos vivenciando o crescimento substancial do e-commerce no mundo todo. Reflexo da pandemia e dos novos hábitos de consumo, o comércio eletrônico mundial deve crescer 55,3% nos próximos três anos de acordo com o relatório. O forte crescimento do varejo eletrônico na América Latina e no Brasil também foi destacado. Enquanto maior economia da América Latina, o Brasil experimenta rápido crescimento do comércio eletrônico, com 16% de aumento em relação ao ano de 2021. Segundo o levantamento, as vendas do e-commerce no Brasil devem avançar 95% até 2025 (CONSUMIDOR MODERNO, 2022).

Outrossim, a pesquisa buscou identificar impactos do cenário pandêmico sobre a Economia Criativa em Santa Maria. Ao passo que a própria pesquisa efetivou-se durante a pandemia da COVID-19, em um cenário de isolamento e distanciamento social, cortes no setor cultural e inúmeras modificações na realidade social e econômica, buscou-se explorar quais os impactos desta vivência para a classe criativa.

Para 43 participantes, a pandemia teve impacto negativo na sua qualidade de vida. O período marcado por inúmeras incertezas – na política, na economia e nas relações sociais – e choques exógenos relevantes, sendo o mais notável a eclosão da pandemia da Covid-19, que teve como consequência o isolamento social que trouxe compulsoriamente mudanças em tempo recorde nas formas de trabalho, no padrão de consumo, e nos canais de compra, trouxeram impactos para toda a economia. A interrupção das atividades presenciais alterou radicalmente o planejamento e a rotina de trabalho dos profissionais de quase todos os segmentos da indústria criativa. Para manter-se em atividade, profissionais precisaram dedicar parte substancial do seu tempo a outros tipos de tarefas.

Na maior parte da amostra, os efeitos foram negativos sobre a renda captada dos empreendimentos criativos, com estimativas que variam de 10 a 100% a menos na renda. Ainda assim, 64 respondentes permaneceram na atividade criativa. Apesar da resiliência observada no setor

criativo, o impacto da pandemia de Covid-19 sobre as diversas áreas da indústria criativa foi bastante heterogêneo. Segmentos dedicados às Artes (tal como espetáculos teatrais) e aqueles mais dependentes da interação física com o público (como, por exemplo, os ligados a bares e restaurantes) sofreram impactos consideráveis, por outro lado, áreas mais intensivas em tecnologia não foram tão afetadas e, em alguns casos, apresentaram avanços.

A pandemia, especialmente no seu início, teve um efeito muito regressivo – ou seja, afetou de forma desproporcional os mais pobres. As amplas políticas de isolamento social que foram implementadas em escala global – e que de início eram a única defesa possível contra um colapso sanitário – prejudicavam enormemente aquelas pessoas que precisavam ir à rua para trabalhar, em empregos não raro informais. O aumento da demanda relativa por alimentos e combustíveis foi outra questão relevante, levando a profundos movimentos de preços na economia, amplamente desfavoráveis aos mais pobres.

Considerando que as condições psicossociais afetam a atividade criativa para mais ou para menos, durante a pandemia, 24 participantes afirmaram ter tido uma diminuição na criatividade, enquanto 18 respondentes vivenciaram um aumento criativo. Esse dado corrobora as afirmações de 42 entrevistados acerca das dificuldades em arcar com pagamentos rotineiros, considerando que sua atividade criativa estava impactada pelas adversidades da pandemia.

Dentre os esforços de investigação da presente pesquisa, cita-se o levantamento de demandas do setor criativo de Santa Maria, buscando saber quais os principais desafios para o desenvolvimento da Economia Criativa na cidade, considerando que a escalada da pandemia foi algo inédito para esta geração de criativos, trazendo consigo um alto grau de incertezas às atividades realizadas.

Segundo os dados da pesquisa de campo, os participantes identificaram a captação de financiamentos/investimentos como a principal barreira ao desenvolvimento da Economia Criativa na cidade. A falta de incentivo público, falta de participação popular e escassez de pessoal qualificado também foram apontadas como dificuldades a serem vencidas.

Observa-se que 24 participantes julgaram serem indiferentes às políticas públicas municipais para o campo cultural de Santa Maria, enquanto 7 mostram-se muito insatisfeitos, 18 insatisfeitos, 10 satisfeitos e apenas 2 muito satisfeitos. Os respondentes apontam para a necessidade de ampliação e profissionalização das equipes atuantes nas Secretarias de Cultura. Também ressaltam a importância do planejamento das políticas públicas a curto, médio e longo prazo, bem como da articulação entre os governos federal, estadual e municipal.

A partir das contribuições é possível inferir que os indivíduos entendem que o desenvolvimento da Economia Criativa em Santa Maria vai demandar o fortalecimento institucional

dos órgãos públicos de cultura. Exemplos de iniciativas incluem cursos e capacitações, estímulo à criação de novos modelos de negócio, pesquisas de mercado, reorganização do calendário de eventos, criação de canais de comunicação, campanhas de divulgação e valorização da produção e do consumo cultural e medidas regulatórias.

Outro desafio a ser superado reflete-se no fato de que apenas 20 participantes possuem alguma ligação com instituições de ensino superior como a Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Franciscana, Instituto Federal Farroupilha e Universidade Luterana do Brasil, enquanto 44 respondentes atuam sem nenhuma ligação ou fomento de instituições de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos 30 anos, desde o relatório *Australian Creative Nation* e do plano do Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do Reino Unido (DCMS), o papel das indústrias criativas e da Economia Criativa como motores do desenvolvimento econômico e crescimento global tem sido amplamente reconhecido. A aceleração do processo de globalização dos mercados nos anos 1990 suscitou um interesse renovado pela economia da cultura e pela Economia Criativa, inicialmente a partir de uma abordagem de preservação e defesa de bens e ativos culturais ante uma “commoditização” da cultura em escala global, mas gradualmente migrando para uma abordagem de oportunidade de exploração de ganhos mediante o comércio de propriedade intelectual, e como fonte de desenvolvimento econômico. (FIRJAN, 2022)

Em paralelo à evolução do pensamento acerca da Economia Criativa, teorias endógenas do crescimento econômico reconheceram a importância do conhecimento e da criatividade como fontes de ganhos de produtividade e de crescimento econômico de longo prazo, posicionando a Economia Criativa no centro da geração de competitividade e crescimento para países e regiões. Esse desempenho é evidenciado pelos números da Economia Criativa no mundo.

Apesar dos olhares voltados à essa nova economia ao longo das últimas décadas, ainda não há um modelo teórico adequado e universal capaz de resolver os conflitos e desafios de mensuração e caracterização. O debate teórico é profícuo em linhas de pensamento, com autores que delimitam a Economia Criativa como uma classe criativa (FLORIDA, 2011), ou dentro de uma cidade criativa (REIS, 2011), ou ainda como uma economia formal, com indústrias criativas capazes de gerar patentes, direitos autorais e marcas registradas através de registros de propriedade intelectual (HOWKINS, 2011).

Sem ignorar os demais conceitos em Economia Criativa, e com o intuito de buscar uma definição que contribua na operacionalização, a pesquisa utilizou da abordagem de REIS (2008),

definindo-a como setores e processos que têm como insumo a criatividade, em especial a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços, com valor simbólico e econômico.

O estudo dedicou-se a mapear as iniciativas em Economia Criativa em Santa Maria (RS), bem como identificar as contribuições econômicas dos empreendimentos dentro do município. Através de análise conceitual da Economia Criativa, embasada em plurais indicadores econômicos atrelada a pesquisa de campo e utilização de dados secundários, buscou-se identificar as indústrias criativas mais expressivas no município e suas contribuições para o desenvolvimento local.

Os dados da pesquisa de campo (2021 – 2022), demonstram que a Cultura é a área mais significativa em Santa Maria, tanto no número de iniciativas criativas, como nos vínculos empregatícios estabelecidos. Cabe ressaltar que o estudo utilizou coleta de dados primários através de questionário via *Google Forms*, captando o cenário mais informal da Economia Criativa em Santa Maria. Em complementação, ao empregar metodologia diferente (com a manipulação de dados do Ministério do Trabalho, em especial do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas e do Cadastro Brasileiro de Ocupações), o estudo da FIRJAN verificou que a área do Consumo é mais representativa na geração de empregos formais na Economia Criativa santa-mariense.

Apesar de existir alguma diferença entre o cenário formal e informal, nas duas abordagens constatou-se que a área da Tecnologia gera maior remuneração aos trabalhadores criativos. Segundo a FIRJAN (2022), a Tecnologia apresenta salário médio 3,3 vezes maior que o salário médio da economia brasileira.

Comparar os dados da FIRJAN e da pesquisa de campo mostrou-se válida para embasar a importância do papel da Economia Criativa no desenvolvimento econômico de Santa Maria. Em ambas abordagens, verificou-se que a heterogeneidade do setor criativo propicia inovação nas formas de produzir e ofertar produtos e serviços. Ainda que os respondentes da pesquisa afirmem não auferir ganhos suficientes para sua subsistência, a atividade criativa é dinamismo para as conexões interpessoais, sendo um dos fatores de grande relevância aos criativos.

A coleta dos dados primários efetivou-se em meio a pandemia de COVID-19. Em um cenário de isolamento e distanciamento social, vivenciando cortes no setor cultural e inúmeras modificações na realidade social e econômica. Assim como para a maioria dos setores da economia mundial, o setor criativo sofreu não só com os impactos econômicos, mas também emocionais advindos da pandemia.

Para os participantes da pesquisa, houve diminuição na habilidade criativa e, conseqüentemente, na capacidade em arcar com pagamentos e rotinas diárias. Posto que o acesso ao auxílio emergencial federal e municipal ao setor criativo de Santa Maria foram considerados pelos

respondentes como atenuantes da crise, afirmaram ainda serem necessárias medidas permanentes de fomento a Economia Criativa, não só ao setor formal, mas também e, principalmente, aos informais.

Este estudo traz importantes contribuições ao entendimento da Economia Criativa em Santa Maria. Cumprindo com a proposta de mapear o cenário criativo, pôde-se conhecer como as iniciativas se organizam, o que produzem, o rendimento que obtém, o nível de salário ao setor, bem como demandas setoriais, desafios a serem vencidos e a forma como enfrentaram a pandemia.

Os resultados levantados pela pesquisa de campo encontram momento oportuno de serem analisados, considerando que a Prefeitura de Santa Maria emprega esforços em desenvolver a Economia Criativa através da criação de seu Distrito Criativo.

A Economia Criativa no município tem origens históricas. Hoje pode-se conceituá-la e entendê-la dessa forma. Entretanto, desde os primeiros anos das apresentações teatrais no Teatro Treze de Maio, a construção das edificações no estilo belga, o devotamento ao conhecimento e ciência na criação da Universidade Federal de Santa Maria, a Economia Criativa faz-se presente em Santa Maria, ainda que seus habitantes promovessem-na sem esta consciência.

Ao findar da pesquisa de campo, conclui-se o mapeamento da Economia Criativa em Santa Maria, informando as áreas criativas mais intensivas na geração de empregos, empreendimentos criativos e remuneração aos trabalhadores das diversas indústrias criativas. Nas afirmações dos participantes, pôde-se realizar a importância dos criativos para o desenvolvimento do município, considerando a promoção social e o bem-estar acrescidos àqueles que fazem parte dessa insigne economia.

A pesquisa conclui, portanto, sinalizando o êxito ao tonar conhecido como a Economia Criativa organiza-se no município, e evidenciando a contribuição econômica e social da classe criativa existe, que ganha cada vez mais espaço e apresenta grande potencial de impulsionar o desenvolvimento em Santa Maria.

Faz-se importante ressaltar algumas limitações do trabalho. A pandemia dificultou a aplicação do questionário ao público alvo da pesquisa. Primeiramente, planejou-se de forma que as inferências fossem presenciais, chegando a cada participante. Contudo, devido às medidas para a contenção do vírus da COVID-19, precisou-se utilizar o formato online de investigação. Em decorrência das estratégias metodológicas de coleta de dados, a pesquisa teve baixa aderência junto ao público alvo da análise. Os agentes impulsionadores da pesquisa eximiram-se de propagá-la, o que gerou dificuldade na obtenção das respostas, além de aumentar consideravelmente o tempo em que o questionário ficou em vigência.

Assim sendo, este estudo não encerra a discussão acerca da Economia Criativa. Pelo contrário, fomenta a continuidade de outros estudos, servindo como uma primeira análise panorâmica para a realidade de Santa Maria. Sugere-se que futuramente a Prefeitura Municipal de Santa Maria elabore um novo cadastro criativo, contemplando os indivíduos que atuam em âmbito formal e informal. Desta forma, saber-se-á quais as indústrias criativas intensivas no município, possibilitando a elaboração do melhor conceito acerca destes núcleos criativos em Santa Maria. A partir desta nova caracterização, sugere-se que os estudos a utilizem, afim de que tenhamos uma perspectiva fidedigna da Economia Criativa no município.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas. In: **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAVES, R. **Creative Industries** – Contracts between art and commerce. Cambridge: Harvard University Press, 2000. 454p.

CONSUMIDOR MODERNO. **Crescimento do e-commerce segue em alta**. Disponível em: <<https://www.consumidormoderno.com.br/2022/06/09/crescimento-ecommerce-brasil/>>. Acesso em: 07 de agosto de 2022.

CUNNINGHAM, S. D. **From cultural to creative industries**: theory, industry, and policy implications. Media international Australia incorporating culture and policy. Quarterly journal of media research and resources, n. 102, p. 54-65, 2002.

DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA AND SPORT. DCMS. **Resource Accounts 2005 to 2006**. 2005. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/78044/Resource_accounts_2005_2006.pdf>. Acesso em: 14 julho de 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FIRJAN. **Mapeamento da Economia Criativa**. 2019. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/economiacriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

_____. FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**, Análise Especial, RS. 2022 Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/economiacriativa/downloads/Mapeamento2022-RS.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2022.

_____. FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. 2022 Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/economiacriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa2022.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2022.



_____. FIRJAN. **Onde tem Indústria Criativa, tem Firjan**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/economiacriativa/pages/default.aspx>>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

FLORIDA, R. **A Ascensão da Classe Criativa**. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2011.

HESMONDHALGH, D. **The cultural industries**. [S.l.]. Sage, 2003.

HESMONDHALGH, D. **The Cultural Industries**. Second Edition. London: SAGE, 2007.

HOWKINS, J. **The Creative Economy: How people make money from ideas**. Londres: Penguin Books, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE**. 2003. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/pesquisa/36/0>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

_____. **IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santa-maria.html?>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

JAGER, G. F. B. **Economia Criativa e seus indicadores: uma proposta de índice para as cidades brasileiras**. São Paulo. Dissertação apresentada à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências. São Paulo, 2014. 150p.

LANDRY, C. **The creative city: the story of a concept**. In: REIS, A. C. F. & KAGEYAMA, P. (Orgs), **Creative city perspectives**. 2009. Disponível em: <<https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/CCP-EN-Final-2pg1.pdf>>. 7p. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

MACHADO, A. F. **Estudo 44: Cidades Criativas**. In: **Perspectivas dos Investimentos Sociais no Brasil**. 2011. Disponível em: <<https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pis/Estudo%2044.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2021.

MINISTERIO DA CULTURA - MinC. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: Política, diretrizes e ações 2011-2014**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+D+A+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>>. Acesso em: 19 de julho de 2021.

PMCSM. **Plano Municipal de Cultura de Santa Maria**. 2015. Disponível em: <<https://www.camara-sm.rs.gov.br/proposicoes/lei-ordinaria/2015/1/0/8903>>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

PRATT, A. C. **Creative cities: the cultural industries and the creative class**. LSE Research Online. London: London School of Economics, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA – PMSM. **Distrito Criativo**. Disponível em: <<http://www.districtocentrogare.com.br/index.php/pt/>>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA – PMSM. **Turismo**. Disponível em: <<http://www.santamariaturismo.com.br/index.php/pt/>>. Acesso em: 06 de julho de 2022.



REIS, A. C. F. **Cidades Criativas, burilando um conceito em formação.** São Paulo, Iara Revista de Moda, Cultura e Arte, abril 2011.v. 4 n° 1.

REIS, A. C. F.; DEHEINSELIN, L. **Caderno de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local.** SEBRAE/ES, 2008.

REIS, A.C.F.; KAGEYAMA, P. **Creative City Perspectives.** São Paulo: Garimpo de Soluções e Creative City Productions, 2009. 160p. Disponível em: <<http://www.garimpodesolucoes.com.br>>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

SELTZER, K.; BENTLEY, T. **The Creative Age: knowledge and skills for the new economy.** Londres: Demos, 1999. 98p.

STAHNKE, F. R. **3 dimensões da economia criativa: estudo e proposta de um painel de indicadores.** Dissertação (mestrado em Indústria Criativa). FEEVALE, Novo Hamburgo, 2017.

SJPE&D | IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento

TRABALHO COMPLETO

Linha (3): Economia Social, Desigualdade e Desenvolvimento Sustentável

DINÂMICA DE CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE EMPRESAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS MICROEMPRESAS DE SANTA MARIA/RS

Eduarda Lopes Porto¹
Ednalva Felix das Neves²
Sibele Vasconcelos de Oliveira³
Alexandre Troian⁴

Resumo:

Esta pesquisa tem o objetivo de conhecer a dinâmica de criação e extinção das empresas do município de Santa Maria, Região Central do Rio Grande do Sul. Através dele buscamos observar o número de empresas ativas, extintas e constituídas durante os anos de 2018 a 2021, com foco nas microempresas do município e no período da pandemia de COVID-19. Para conhecermos sobre o porte de empresa e período escolhido foi realizada, uma pesquisa documental e bibliográfica, principalmente em leis e decretos, além da utilização de dados secundários disponibilizados pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Os dados foram analisados e sintetizados por número de empresas ativas no município com separação por porte (microempresa, pequena empresa e porte normal) setor e tipo jurídico (comércio, serviços e indústria; EIRELI, empresário e LTDA), além da comparação do número de extinções e constituições de empresas durante o período, e a evolução da constituição e extinção de empresas separadas pelo porte. Surpreendentemente, as empresas do município estavam crescendo. Nos anos 2019, 2020 e 2021 as aberturas de empresas superaram o número de extinções das mesmas. Apenas no ano de 2018 menos empresas foram abertas e por pouco mais empresas foram fechadas no município. Nossa hipótese inicial de que mais empresas estariam fechando em comparação com o número de aberturas não se comprova. Assim partimos, para o segundo questionamento: que tipo de empresas estão sendo abertas? O aumento das empresas no município se deve principalmente às microempresas. Nossa segunda hipótese é de que a escolha da microempresa ocorre

¹ Graduanda do curso de Ciências Econômicas (UFSM) E-mail: elopesporto@gmail.com.

² Docente do Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFSM). E-mail: ednalva.felix@ufsm.br.

³ Docente do Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFSM). E-mail: sibele.oliveira@ufsm.br.

⁴ Pós-Doutorado em Extensão Rural (UFSM). E-mail: xtroian@gmail.com.

principalmente por suas facilidades e vantagens tanto na abertura da mesma quanto na sua permanência, além do grande número de desempregados durante a pandemia de COVID-19 no país.

Palavras-chave: Pandemia. Crise econômica. Pequenas Empresas.

1 INTRODUÇÃO

No início de 2020, a epidemia de COVID-19 passou a ser anunciada como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Com o conhecimento da gravidade e rapidez do contágio, foi necessária a adoção de medidas severas para diminuir a transmissão do mesmo. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2020).

O governo brasileiro em fevereiro de 2020, anunciou através do decreto legislativo nº/6, o reconhecimento do estado de calamidade pública. Permitia também que os trabalhos pudessem ser realizados de maneira virtual (BRASIL, 2020a). Já a primeira medida do Governo Brasileiro ocorreu em fevereiro de 2020 com a aprovação da Lei nº 13.979, que estabelece o seguinte em seu artigo terceiro:

Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras, as seguintes medidas: I - isolamento; II - quarentena; (...) III- A uso obrigatório de máscaras de proteção individual; IV - estudo ou investigação epidemiológica; V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; VI – restrição excepcional e temporária, por rodovias, portos ou aeroportos, de a) entrada e saída do País e b) locomoção interestadual e intermunicipal (BRASIL, 2020b, Artigo 3º).

Apesar de serem necessárias medidas para o controle da pandemia, todos os setores da economia foram afetados, gerando uma massa desempregada de mais de 13 milhões de pessoas em 2020 (AGÊNCIA BRASIL, 2021). As pequenas empresas que, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020), são responsáveis por gerar mais empregos formais no país, também foram largamente atingidas pela pandemia. A fim de conhecer, em um âmbito mais regional, os possíveis problemas enfrentados por empresas durante a pandemia, esta pesquisa teve como foco de análise o município de Santa Maria, localizado no Rio Grande do Sul. Para observarmos melhor este processo, optamos por incluir os dois anos que antecederam a pandemia – sendo, portanto, o período analisado os anos de 2018 até 2021. Tendo em vista, ainda, as especificidades das empresas menores, a pesquisa focou na análise deste porte de empresa.

Frente a este questionamento, foi levantada a hipótese inicial a seguir que deu margem a esta pesquisa: em virtude da pandemia causada pelo Covid-19, possivelmente, mais empresas estariam fechando seus negócios em comparação com a abertura de novas empresas. Diante disso, a pesquisa propôs analisar a situação das microempresas em Santa Maria/RS, buscando elucidar esta questão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Existem diversas maneiras de conceituar empresas e firmas, que neste trabalho possuem o mesmo significado. Desse modo, tomamos como base os conceitos definidos por Edith Penrose (2006), Montoro Filho et al (1996) e por fim Sandroni (2016). Iniciaremos a discussão com a definição dada pela economista estadunidense Edith Penrose, para quem:

A empresa mercantil, tal como a definimos, constitui simultaneamente uma organização administrativa e um conjunto de recursos produtivos; seu propósito geral é organizar o uso de seus “próprios” recursos junto com outros adquiridos fora da firma para a produção e venda de bens e serviços com lucro; seus recursos físicos proporcionam serviços essenciais para a execução dos planos de seu pessoal, cujas atividades são coordenadas por sua estrutura administrativa. (PENROSE, 2006, p. 71).

Observa-se que para Penrose (2006), a estrutura administrativa é quem articula todo o processo que envolve a empresa. A importância das pessoas na administração da empresa é capaz de modificar todo o resultado esperado tanto em sua expansão quanto em seu lucro. Já para Montoro Filho et al (1996) : “A ideia essencial é de que a firma seja uma unidade de produção, que atue racionalmente, procurando maximizar seus resultados em termos de produção e lucro.” (MONTORO FILHO et al.1996, p.137).

De acordo com Sandroni (2016, p. 646), a empresa é definida como uma “organização destinada à produção e/ou comercialização de bens e serviços, tendo como objetivo o lucro”. O autor destaca ainda que, “independentemente da natureza do produto, a empresa define-se por seu estatuto jurídico, podendo ser pública, privada ou de economia mista”. Outro ponto importante, destacado pelo autor na mesma obra é sobre a gestão realizada nas empresas, de acordo com seus tamanhos, na qual as pequenas e médias empresas geralmente são dirigidas pelo proprietário do empreendimento, o que não acontece em empresas de grande porte onde há contratação de administradores para assumir a gestão.

Como destacado por Sandroni (2016) anteriormente, as pequenas e médias empresas são naturalmente diferentes de grandes empresas, e isso não se reflete somente na gestão interna, mas afeta seu tempo de permanência no mercado e até mesmo a possível dificuldade em controlar as finanças ou atrair clientes. Percebe-se que a busca pelo lucro faz parte das empresas, ainda que, em alguns momentos, possa não ser seu principal objetivo – especialmente no caso das estratégias utilizadas pelas empresas oligopolistas.

Mesmo enfrentando a crise causada pela pandemia de Covid-19 em passos lentos, com queda de emprego e renda, o segmento de micro e pequenas empresas mostra resistência e suma importância na reestruturação da economia, dos mercados e da cadeia produtiva nacional, desempenhando clara função de recuperador da moção do funcionamento econômico brasileiro (PINHEIRO; NETO, 2019).

Considerados os motores da economia em diversos setores, as MPEs são responsáveis por gerar 27% do PIB do Brasil (SEBRAE, 2021). Conforme o disposto na Lei Complementar 123/2006, no artigo terceiro define-se micro e pequenas empresas a partir dos rendimentos auferidos. Com relação aos rendimentos, a Lei destaca que as MPEs são aqueles empreendimentos que:

No caso de microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e no caso de empresa de pequeno porte, aufera em cada ano- calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (BRASIL,2006).

Já a definição proposta pelo SEBRAE, apresentada por SANTOS et al. (2012), as micro e pequenas empresas podem ser definidas de acordo com a quantidade de funcionários contratados, dependendo do setor de atuação das mesmas. Assim, as MPEs são aquelas que, se forem do setor de comércio ou do serviço, devem empregar no máximo 9 pessoas. Mas as microempresas do setor industrial ou de construção podem contratar no máximo até 19 pessoas, ao passo que as pequenas empresas podem contratar um número maior de funcionários – podem ser contratados de 10 a 49 pessoas, desde que sejam do setor do comércio ou serviço. O número quase dobra se a pequena empresa for do ramo de indústria e construção, podendo contratar de 20 a 99 empregados (SANTOS et al., 2012, p. 17).

Segundo a Lei Complementar 147/2014 no artigo 18-E, uma das modalidades de MEs é o microempreendedor individual-MEI (BRASIL, 2014). Os requisitos principais para ser um microempreendedor individual são: receber receita bruta anual de no máximo R\$ 81.000,00, ser optante pelo Simples Nacional e ser empresário individual (BRASIL, 2006). A definição geral de empresário é definida na lei 10.406 (BRASIL, 2002, artigo 966).

3 METODOLOGIA

Para Lakatos e Marconi (1992, p. 43):

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento econômico reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

Desse modo, o método de abordagem selecionado para testar nossas hipóteses será o método indutivo, com o objetivo de realizar uma generalização acerca dos possíveis efeitos nas microempresas de Santa Maria/RS decorrentes da pandemia mundial de COVID-19. Ademais, essa pesquisa adotará uma abordagem qualitativa.

Como delimitação do tema, aproveitamos o estudo de caso para identificar o contexto da realidade das MEs na cidade de Santa Maria. Apresentaremos o uso da pesquisa documental, com o levantamento e análise de leis e regulamentos oficiais de enfrentamento à pandemia pelos governos federal, estadual e municipal. Além de pesquisa nos portais oficiais do governo como Ministério da Economia e Ministério da Saúde. E também no site do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Também foi feita análise de dados secundários disponibilizados pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCIS/RS), em que seu resultado será disposto em gráficos para a melhor visualização do leitor. Para tal, foram feitos contatos por e-mail, com envio de solicitação formal dos dados necessários através de ofício realizado pela orientadora da pesquisa, o qual foi destinado ao gabinete da presidência da JUCIS/RS.

Rapidamente os dados foram cedidos por meio de uma planilha de Excel. Os mesmos foram organizados e preparados para a análise, a partir de agrupamentos por tipos e tamanhos de empresas (Quadro 1). Por fim, a pesquisa contou, ainda, com um levantamento bibliográfico nas mais recentes pesquisas sobre micro e pequenas empresas.

Quadro 1 Variáveis JUCIS/RS

Por porte	Por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Por tipo Jurídico	
Microempresa (ME)	Comércio	Empresa Individual de Responsabilidade e Limitada (EIRELI)	Sociedade Anônima (S/A)
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Serviços	Empresário Individual	Cooperativa
Normal	Indústria	Sociedade Empresária Limitada (LTDA)	“Outros tipos”

Fonte: JUCIS/RS (2021).

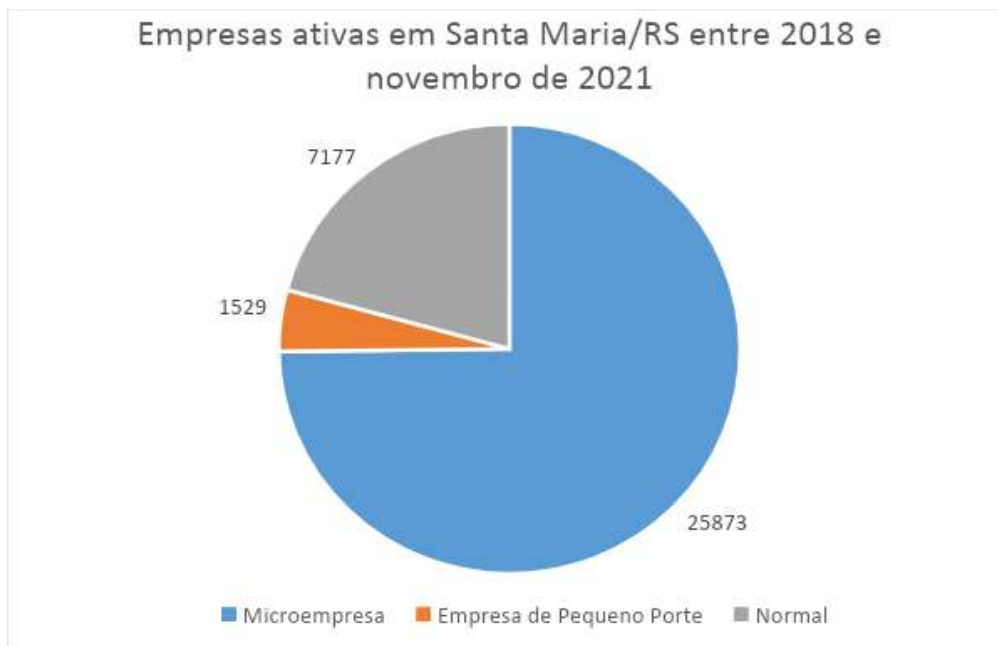
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O relatório disponibilizado pela JUCIS/RS por email é dividido categoricamente de acordo com o porte da empresa. Ainda separa-se por tipo jurídico: Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), Empresário, LTDA, S/A, Cooperativa e “outros tipos”. A EIRELI é aquela que não pode ter sócios, mas com responsabilidade limitada ao valor do investimento inicial. O Empresário Individual: “Exerce em nome próprio uma atividade empresarial. Atua individualmente, sem sociedade.” (SEBRAE, 2017). A Sociedade Empresária Limitada (LTDA), deve possuir no mínimo 2 sócios. Em caso de dívidas, o patrimônio da empresa não se confunde com o do sócio.

A Sociedade Anônima (S/A) pode ser dividida entre S/A de capital aberto ou fechado. (SEBRAE, 2019). Já as cooperativas são sociedades autônomas que buscam suprir as necessidades tanto econômicas quanto sociais e culturais.

Após os tipos jurídicos, é feito o recorte pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) – Serviço, Indústria e Comércio –, além de separar por meses e ano durante o período escolhido de 2018 a novembro de 2021, cada resultado obtido. Cabe ressaltar que os dados apresentados neste trabalho são referentes apenas ao município de Santa Maria/RS.

De acordo com os dados, o total de empresas ativas até o momento da pesquisa (Novembro de 2021) é o seguinte: 7.177 empresas de tamanho normal; 1.529 empresas de pequeno porte e 25.873 microempresas, conforme Figura 1.

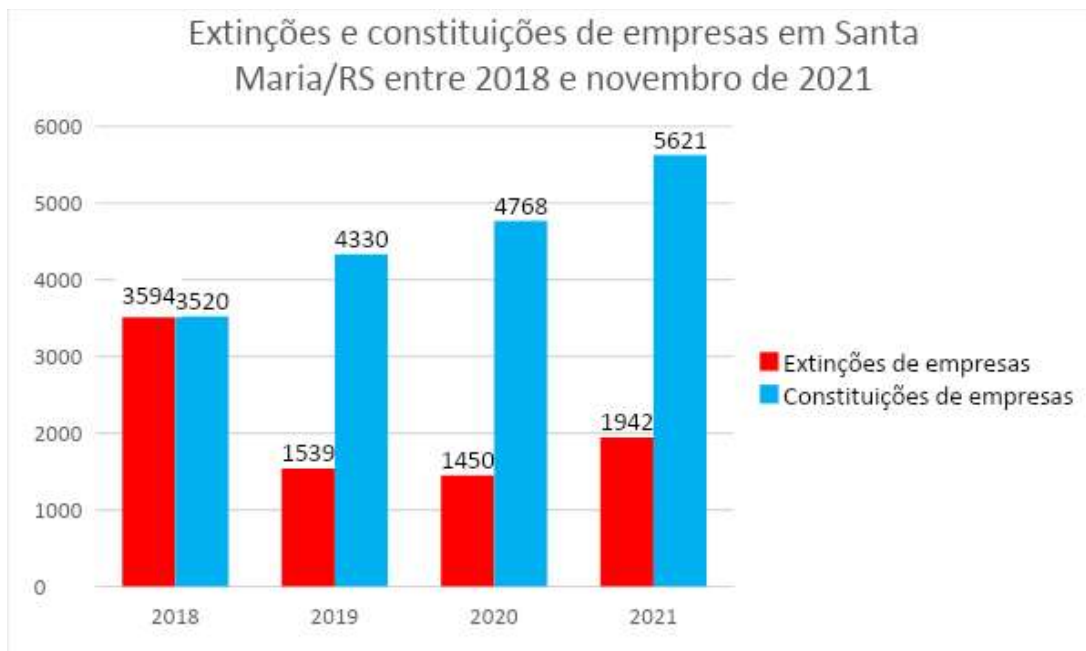


Fonte: JUCIS/RS (2021).

Com um resultado surpreendente, o município de Santa Maria possui 25.873 microempresas ativas até o momento da pesquisa. Desse total, aproximadamente 13.030 são do tipo jurídico empresário e o CNAE principal é ‘serviços’. Desse modo, podemos considerar que o comércio é o segundo setor mais escolhido para abrir MEs, totalizando uma parcela de aproximadamente 6.850

microempresas ativas. E o menos escolhido foi a indústria, tendo apenas 23 ativas que tem EIRELI⁵ como tipo jurídico.

Apesar disso, precisamos conhecer os dados sobre extinção e constituição de empresas no período estudado, para assim analisar com mais precisão e clareza a situação do município atribuindo maior ênfase às microempresas. Os números são apresentados a seguir na figura 2.



Fonte: JUCIS/RS (2021).

Na figura 2, observamos um aumento gradual nas aberturas de novas empresas na cidade, principalmente em 2021, quando foram abertas 5.621 empresas. Se compararmos com ano de 2020, ano do início da pandemia de COVID-19, obtemos um aumento percentual de aproximadamente 17,89%. Esse percentual sobe, ainda, para 59,59% se comparado ao ano de 2018.

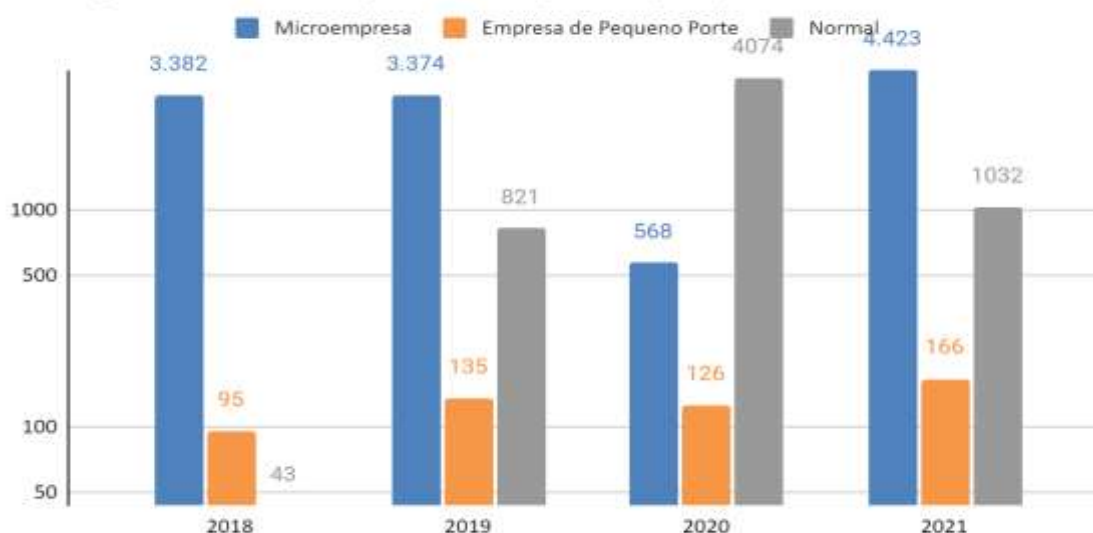
Com relação às extinções de empresas, surpreendentemente, ao contrário do que se imaginava, em princípio (e que era a primeira hipótese desta pesquisa), o ano de 2020 apresentou o menor resultado, ou seja, menos empresas fecharam suas portas no primeiro ano da pandemia. Podemos identificar também a existência de uma queda percentual de aproximadamente 45,96% nas extinções de empresas desde 2018 até novembro de 2021 em Santa Maria. Dessa maneira,

⁵ O tipo jurídico EIRELI foi extinto e substituído pela Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) na lei 14.195 de 2021.

21/nov. e 22/nov. de 2022

observamos que houve crescimento de empresas em Santa Maria, mesmo no ano de início da pandemia. Porém, a fim de descobrir se esse aumento também se aplica às microempresas do município, separamos os dados de constituições e extinções por porte de empresa. Como observado nas figuras 3 e 4 a seguir:

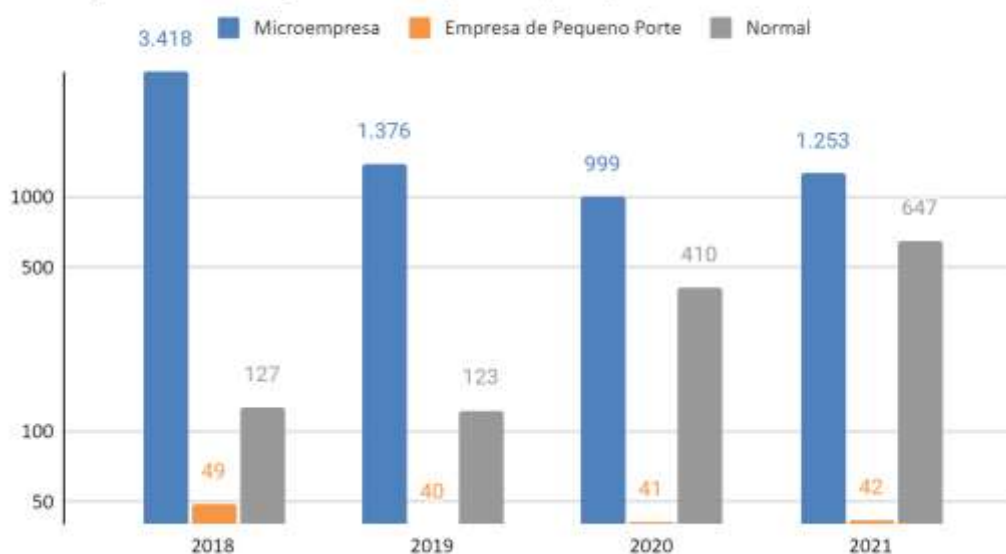
Evolução das constituições de empresas por porte entre 2018-2021



Fonte: JUCIS/RS (2021).

Iniciaremos a análise da evolução das empresas em Santa Maria, com o ano de 2018, quando a economia local apresenta resultados aproximados de empresas abrindo e fechando. Foram 3.418 microempreendedores que deixaram seus negócios, mas em contrapartida, no mesmo ano, foram abertas 3.382 microempresas. As EPPs não tiveram resultados alarmantes, em vista de que foram abertas 95 empresas de pequeno porte e extintas 49 no ano de 2018. Já com relação às empresas de porte normal, fecharam-se mais empresas do que abriram novas, em uma relação de 127 extinções para 43 constituições. Segundo Chiavenato (apud PEREIRA e SOUSA, 2009 p.5), os principais motivos para as falhas no negócio são: inexperiência, fatores econômicos, vendas insuficientes, despesas excessivas e outras causas. Analisando o contexto da crise econômica agravada pela pandemia, esses podem não ser os únicos fatores para a falha de um negócio.

Evolução das extinções de empresas por porte entre 2018-2021



Fonte: JUCIS/RS (2021).

Podemos observar no ano de 2019 que as extinções de microempresas tiveram uma queda percentual de aproximadamente 59,74% em comparação com o ano anterior. A abertura de 11 microempresas resultou uma pequena queda de aproximadamente 0,24% em comparação ao ano de 2018. O destaque do ano vai para o aumento de aberturas de empresas com porte normal, que passou de 43 em 2018 para 821 em 2019 (Figura 3). Quanto às EPPs, houve mais constituições (135) (Figura 3) do que extinções (40) (Figura 4).

No ano de 2020, quando fomos surpreendidos com a descoberta dos primeiros casos de COVID-19, a cidade de Santa Maria teve um resultado inesperado. As microempresas que antes eram as responsáveis por mais aberturas, agora dão lugar às empresas de porte normal. As empresas de porte normal desfrutaram um crescimento notável, partindo de 43 em 2018 para 4.074 em 2020 (Figura 3). Ao contrário da empresa de porte normal, foram fechadas 999 microempresas, o que representa a maior parcela de extinções desde 2018 na cidade de Santa Maria/RS. Com relação a abertura de microempresas, verificamos uma queda percentual de aproximadamente 83% em comparação com o ano de 2019.

De 2020 até novembro de 2021, foram obtidos os seguintes resultados: as constituições de microempresas aumentaram de 568 em 2020 para 4.423 em 2021. No entanto, as extinções tiveram aumento aproximado de 25,42% em comparação com o ano anterior. Já as empresas de porte normal, experienciaram uma queda aproximada de 74,67% nas constituições. Entretanto, os resultados de 2020 a 2021 foram os melhores desde 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a analisar a situação das microempresas no município de Santa Maria/RS entre os anos de 2018 a 2021, com especial enfoque no período de início da pandemia em 2020 e seu desenvolvimento em 2021.

No início do ano de 2020, a OMS declarou a pandemia de COVID-19. A nova doença poderia se manifestar de formas diferentes em cada pessoa, independentemente da idade e de condições de saúde. De modo a controlar os contágios, foi recomendado pela OMS o distanciamento social, uso de máscaras, etiqueta respiratória e uso de álcool em gel.

No Brasil, houve várias medidas do governo, estados e municípios com a intenção de frear a transmissão do vírus e minimizar os possíveis efeitos na economia. Foram realizadas publicações de leis, decretos e medidas provisórias como formas diferentes de supervisão. Como esperado, as medidas também afetaram a economia do país.

Quando a pesquisa foi proposta, a pergunta inicial era a seguinte: O que aconteceu com as empresas da cidade de Santa Maria/RS durante os anos de 2018 até 2021? A hipótese inicial era de que o número de empresas extintas seria maior do que o número de novas aberturas, isso, em virtude das consequências causadas pela pandemia de COVID-19, considerando o cenário de incertezas que a pandemia trouxe para os empreendedores.

Porém, verificamos o aumento de aberturas de empresas, principalmente as microempresas na cidade, durante os anos 2018, 2019 e 2021. Já no ano de 2020, a chegada inesperada da pandemia resultou em uma queda significativa nos números de constituição de microempresas, mas mesmo assim, foram constituídas mais de 500 microempresas naquele ano. As microempresas também foram as que mais fecharam naquele ano. Após quase um ano de pandemia, com retorno de serviços não essenciais e medidas menos rigorosas, as microempresas voltaram a crescer em ritmo maior ao dos anos anteriores.

Desse modo, nossa hipótese inicial não se comprovou. Mesmo com o cenário desafiador, as empresas da cidade de Santa Maria/RS estavam crescendo, não só no período de 2018 a 2019, mas também na pandemia. Em geral, o número de constituições de empresas foi maior do que o número de extinções nos anos 2019, 2020 e 2021. Apenas no ano de 2018, foram fechadas mais empresas do que abertas. Mas que tipo de empresas estão sendo abertas?

A principal responsável pela abertura de tantos novos empreendimentos no município foi a microempresa, que esteve em destaque nos últimos anos. A escolha da microempresa está ligada a tentativa do governo em formalizar os donos de pequenos negócios, ao escolher

a microempresa o empreendedor tem acesso a mais vantagens e facilidades, tanto na hora da formalização quanto no decorrer de suas atividades, esse pode ser o motivo primordial para a escolha desse porte, principalmente para quem inicia seu negócio com pouca ou nenhuma renda, visto que durante a pandemia de COVID-19 milhões de brasileiros entraram para a fila de desempregados.

Assim surgiu nosso segundo questionamento, gerando uma segunda hipótese: a de que a microempresa seria o tipo de empresa mais aberta no município. O microempresário pode iniciar seu negócio com pouco dinheiro, o que colabora também nesse aumento, principalmente durante o cenário da pandemia, em que um grande número de brasileiros perdeu seu emprego e teve que buscar alternativas para gerar renda além de se enquadrar na modalidade.

As extinções não eram maiores que o número de constituição de empresas no município. Esse resultado inesperado fez com que tivéssemos dificuldade em observar o crescimento de outras empresas, já que focamos na análise da microempresa. Desse modo, entendemos a importância da observação dos dados de crescimento da empresa de porte normal, visto que seu aumento foi de 821 em 2019 para 4.074 em 2020. Outra fragilidade da pesquisa é não conhecer o quantitativo de microempreendedores individuais dentro das microempresas do município. Já que utilizamos os dados gerais sem distinção.

Essa pesquisa não aborda profundamente a relação do número de desempregados, o aumento da informalidade e a relação do quantitativo de aberturas de pequenos negócios, sugerimos esses temas para as próximas pesquisas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Desemprego registrou taxa média de 13,5% em 2020**. Rio de Janeiro: AGÊNCIA BRASIL, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/desemprego-registrou-taxa-media-de-135-em-2020>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto legislativo nº 6, de 2020a**. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 7 jan. 2022. BRASIL.

BRASIL. **Lei complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014**. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006 e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp147.htm. Acesso em: 18 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#art966. Acesso em: 18 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020b**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979compilado.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.979%2C%20DE%206%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202020&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20medidas%20para,Art. Acesso em: 8 jan. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

MONTORO FILHO, André Franco et al. Manual de economia. 2 ed., 4ª. Tiragem. **São Paulo: Saraiva**, 1996, p. 137.



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo corona vírus.** Washington D.C.: 2020.

Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 5 jan. 2022.

PENROSE, Edith. A Teoria do Crescimento da Firma. **Editora Unicamp**, 2006, p. 71.

PEREIRA, Rodrigo Carlos Marques; SOUSA, Priscila Aparecida. Fatores de mortalidade de micro e pequenas empresas: um estudo sobre o setor de serviços. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. UFF, 2009.

PINHEIRO, Janaína Felix Diógenes; NETO, Macário Neri Ferreira. Fatores que contribuem para mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 11107-11122, 2019.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Editora Record, 2016.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. SP: SEBRAE, 2021.

Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 09 jan. 2022.

SEBRAE. **SEBRAE aponta que pequenas empresas geram mais empregos no Brasil**. Brasília:

PORTAL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2020. Disponível em:

<https://portaldodesenvolvimento.sebrae.com.br/sebrae-aponta-que-pequenas-empresas-geram-mais-empregos-no-brasil/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SEBRAE. **Categorias de formalização de empresas**. Brasília: SEBRAE, 2019. Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pr/artigos/categorias-de-formalizacao-de-empresas,4a0dca91c761e610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 11 jan. 2022

SEBRAE. **Quais são os tipos de empresas?** Brasília: SEBRAE, 2017. Disponível em:

https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/conteudo_uf/quais-sao-os-tipos-de-empresas,af3db28a582a0610VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 9 jan. 2022.

SJPE&D | IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento

TRABALHO COMPLETO

Linha 3: Economia Social, Desigualdade E Desenvolvimento Sustentável

OS IMPACTOS DOS PROGRAMAS EMERGENCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA ECONOMIA PARAENSE

Camila De Moura Vogt¹

Hiran Júlio da Fonseca Lobo²

Resumo: O presente trabalho analisa como as transferências de renda, realizadas em 2020 e 2021, como medidas de combate aos impactos econômicos gerados pela Covid-19, afetaram a economia paraense. Além disso, é discutido o impacto do auxílio como forma de suspensão do ciclo vicioso da pobreza, dado o aumento das liberdades dos indivíduos. Assim, o incremento da renda pode ser definido como um fator importante para a superação da situação de subdesenvolvimento do estado do Pará. A metodologia utilizada para a mensuração do impacto do auxílio é a Matriz Insumo-produto utilizada a partir da estrutura de consumo das famílias paraenses, conforme a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). Os resultados mostram os efeitos positivos provocados pelo auxílio, que resultou em um aumento do produto da economia do estado de 0,45% em 2020 e de 0,0842% em 2021.

Palavras-Chaves: Matriz insumo-produto. Auxílio emergencial. Ciclo vicioso da pobreza.

¹ Dr^a Ciências econômicas.. E-mail: vogt.camila@gmail.com

² Ciências econômicas. Universidade Federal Do Pará. E-mail: hiranlobo23.hl@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto do Auxílio Emergencial na economia do estado do Pará durante a pandemia da Covid-19. Como mais da metade da população do Pará se encontra em situação de pobreza, o Auxílio Emergencial foi significativo para a economia do estado. A metodologia utilizada inclui a revisão de literatura sobre pobreza e programas de transferência de renda, bem como o uso da matriz insumo-produto e o cálculo da matriz inversa de Leontief para estimar o impacto econômico. Os dados utilizados serão os valores transferidos entre abril de 2020 e dezembro de 2021, e será considerada a combinação de dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) com a Matriz Insumo-produto para o estado. O objetivo é avaliar como esse programa de transferência emergencial de renda afetou a superação da pobreza no estado. Além disso, serão discutidos os principais conceitos sobre pobreza e as forças circulares que mantêm a economia nesse estado, bem como as principais colocações sobre os mecanismos de transferência de renda para o país

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O CÍRCULO VICIOSO DA POBREZA

Existem diferentes tipos de pobreza, como pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta é definida como a privação de liberdades individuais, enquanto a pobreza relativa é quando um indivíduo é comparado a outro e pode ter mais ou menos de uma característica desejada. No Brasil, a análise da pobreza é geralmente feita de forma monetária. Silva (2022) define a situação de pobreza no país, tanto de uma perspectiva monetária quanto multidimensional. A pobreza monetária é dependente da renda, enquanto a pobreza multidimensional analisa a situação de pobreza a partir de uma perspectiva mais estrutural, como falta de liberdade, saneamento, saúde pública e educação. Esses aspectos de pobreza são perpetuados por uma gama de forças circulares.

O conceito de ciclo vicioso da pobreza foi trabalhado pelo economista Ragnar Nurkse (1953), onde ele descreve os empecilhos para a formação de capital e o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Segundo Nurkse, o problema central estaria na disponibilidade de capital e no tamanho do mercado consumidor, o que cria um círculo vicioso que mantém a economia subdesenvolvida. Para superar essas condições, ele defende que há duas formas principais:

investimentos públicos direcionados ao desenvolvimento de diversos setores e aumento real da renda da população. Com o aumento da renda, haveria maior incentivo a consumir e maior disponibilidade de capital, além de aumento na produção e emprego. No entanto, Raiher e Lima (2014) apresentam como o crescimento econômico sem políticas de distribuição de renda pode perpetuar o ciclo vicioso da pobreza. Assim, o simples aumento da renda pode não ser suficiente para superar o estado de pobreza, é necessário políticas públicas que ataquem as causas estruturais da pobreza. Sen (1999), decorre de que o aumento da renda do indivíduo provoca dentre outros efeitos o aumento da liberdade, em paralelo, a situação de pobreza agir de forma a limitar a liberdade dos indivíduos e provocaria uma série de sanções. Nesse sentido, para superação da pobreza seria necessário a expansão das liberdades instrumentais dos indivíduos, entendendo como liberdade instrumental a liberdade política, liberdade econômica, oportunidades sociais, garantias de transparência e proteção social.

Nesse sentido, o estado deve promover medidas para aumentar as oportunidades de participação da população pobre no processo de desenvolvimento. Assim podemos definir que o aumento da renda real da população, gerados pelos programas de transferência de renda, provocou um aumento nas liberdades individuais dos beneficiários, dado o aumento da segurança alimentar e do poder de consumo. Pode-se definir, portanto, que o aumento na renda real da população corrobora para o desenvolvimento da economia como um todo.

2.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os programas de transferência de renda são importantes para o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas, pois ajudam na superação da insegurança alimentar e da pobreza extrema. Fonseca e Roquete (2018) mostram que países latinos adotaram esses programas no século XX. Santos (2013) compara o Programa Oportunidades (México) e o Programa Bolsa Família (Brasil), ambos condicionais e destinados a população pobre, e mostra sua eficácia no combate à pobreza. Cohn (2004) apresenta o desenvolvimento dos programas de transferência de renda no Brasil, destacando sua importância para combater a miséria extrema. Veras et al (2006) e Tavares et al (2004) avaliam os impactos dos programas na redução da pobreza e desigualdade de renda e mostram sua eficácia.

Dado que, os programas de transferência de renda são eficientes quando entregues à população com maior propensão marginal a consumir, segundo princípios de Keynes. O efeito substituição da renda também é importante, pois populações com renda acima do necessário tendem a importar bens, ao invés de consumir produtos locais. Assim, é mais vantajoso para a economia quando os benefícios

são repassados para a população com menor renda, pois ela proporcionalmente destinará maior parte da sua renda em consumo, beneficiando a economia local.

2.3 PANDEMIA DA COVID-19.

Em 2020, a pandemia da COVID-19 tem se apresentado como um grande desafio na saúde pública mundial, especialmente no Brasil, devido a uma grande desigualdade social e aos baixos níveis de acesso à saúde, saneamento básico e itens básicos para garantia de qualidade de vida. Werneck e Carvalho (2020) destacam que esse desafio é ainda maior no Brasil, devido à falta de dados confiáveis e recomendações contraditórias das autoridades. Além disso, Bridi (2020) destaca que o mercado de trabalho no Brasil já vinha sendo afetado antes da pandemia devido às políticas econômicas e as contrarreformas implantadas pelo governo, o que levou a uma piora generalizada das condições do mercado de trabalho durante a pandemia.

2.4 O AUXÍLIO EMERGENCIAL

Dada a pandemia causada pela Covid-19, foi instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, o chamado Auxílio Emergencial, uma das maiores iniciativas do Governo Federal para minimizar os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus para população mais vulnerável, dentre eles os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), ou seja, cidadãos que já tinham acesso a políticas de assistência social. Assim, o Auxílio Emergencial foi instituído pelo Governo Federal em 2020 com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus para a população mais vulnerável, beneficiando os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), além de trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais (MEI). O benefício foi baseado na Renda Básica de Cidadania e no Programa do Seguro-Desemprego, e foi pago em 16 parcelas durante 2020 e 2021, com valores variando entre R\$ 600 e R\$ 375. O programa foi retomado em abril de 2021 com condições semelhantes.

2.5 A REALIDADE PARAENSE

O Pará é o segundo maior estado em extensão do território nacional e apresenta um dos piores índices de desenvolvimento humano do país. A renda familiar per capita do estado é de R\$ 847,00. Mello e Costa (2012) apontam que, apesar do interesse global na região amazônica, o Brasil durante muitos anos colocou a região num papel de auxiliar no desenvolvimento de outras regiões, definindo-a como

uma fornecedora de commodities, perpetuando a região como subdesenvolvida. Oliveira et al (2017) mostram que o crescimento econômico no estado tem ajudado a reduzir a pobreza, mas provocou um aumento da desigualdade de renda. Mathis (2020) apresenta dados do Cadastro Único (CADÚnico) que mostram que cerca de 54% da população do Pará estão cadastradas e que a grande parcela da população se enquadra no estado de extrema pobreza. O trabalho apresenta formas pelo qual o poder público poderia utilizar o CADÚnico como forma de instrumento de gestão para o combate dos efeitos da pandemia da Covid-19.

2.6 UTILIZAÇÃO DA MATRIZ INSUMO-PRODUTO

A matriz insumo-produto é um procedimento metodológico para analisar as relações intersetoriais e os efeitos de choques em uma economia. Machado e Sessa (2021) utilizaram essa metodologia para analisar as transferências de renda destinadas às famílias em 2020 no Espírito Santo e no Brasil, como medida de combate aos efeitos das medidas de controle da epidemia do coronavírus. Eles utilizaram matrizes nacionais desenvolvidas pela metodologia de Guilhoto e Sessa Filho (2005, 2010) e matrizes elaboradas pela equipe de Coordenação de Estudos Econômicos (CEE) do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) para analisar o impacto do auxílio emergencial na economia local. A metodologia proposta também foi utilizada para analisar a economia do Pará, como expressa Filho, Guilhoto et al (2009), onde foi elaborado um mapeamento estrutural da economia paraense através da matriz insumo-produto do estado. A metodologia de desenvolvimento da matriz utilizada foi a elaborada por Guilhoto e Sessa Filho (2005). Através dos trabalhos descritos, é possível observar a relevância da metodologia Insumo-Produto, para a criação de cenário e estudos de impacto. O que possibilita a estimação dos impactos provocados pelos programas emergenciais de renda.

3 METODOLOGIA

Para a realização da análise de como o auxílio emergencial impacta na economia paraense, será adotado como perspectiva principal o processo histórico dedutivo, e tomaremos como forma secundária e ilustrativa os processos quantitativos desenvolvidos pelo método hipotético dedutivo.

Para visualização quantitativa desses impactos é necessário a inserção dos valores repassados na economia paraense e avaliar como esse montante se distribui na estrutura econômica. A metodologia proposta se assemelha ao empregado por Machado e Sessa (2021), será analisado através da metodologia de insumo-produto, como esse valor impacta a economia e se distribui pelos demais setores, assim será possível analisar qual o impacto dos programas de transferência na economia Paraense. Entretanto, será necessário a compreensão das estruturas de gastos da população, com esse

fim será utilizada a Pesquisa De Orçamento Familiar (POF). A POF mais atual, tem como período 11/07/2017 até 11/07/2018 e são essas publicações que foram utilizadas para estimação do impacto. Foi relacionado cada item da POF, com seu respectivo setor na matriz insumo produto, para que o incremento gerado pelo auxílio emergencial se distribua pelos setores da matriz-insumo produto de acordo com a sua proporção apresentada na POF. Dessa maneira, será possível determinar o impacto que o programa de transferência de renda emergencial provocou para a economia paraense.

3.1 METODOLOGIA PARA UTILIZAÇÃO DA MATRIZ INSUMO-PRODUTO

Com o objetivo de desenvolver uma forma de mapear o comportamento de uma economia, em um período específico, e assim poder analisar de que forma os setores econômicos interagem entre si, Wassily Leontief desenvolveu em 1936, a análise de insumo-produto. Se baseando nos trabalhos de Quesnay, especialmente o pressuposto clássico que a economia de um lugar é um sistema simples e independente, sendo possível mapear as relações entre os setores econômicos. Nesse sentido, Leontief desenvolve um trabalho de mapeamento das interações entre os setores da economia dos Estados Unidos no período entre 1919 e 1929. Apesar de ao longo dos anos as técnicas de elaboração e cálculo da matriz insumo produto se modernizarem, dado o avanço tecnológico, a teoria de análise insumo-produto ainda permanece atrelado aos conceitos determinados por Leontief. (Grijó, Eduardo e Bêrni, Duilio.2006)

Leontief desenvolveu uma metodologia que possibilitasse analisar as interações que ocorriam em uma economia, mapeando qual setor é responsável por produzir o que é consumido por outro setor, e assim por diante. O resultado dessas informações é a tabela de insumo produto. Onde é descrito de maneira geral que, o que é vendido dentro de um dado setor e é utilizado pelos demais setores ou consumidos pelos integrantes da demanda final, sendo esses as famílias, o governo, os investimentos e as exportações. Além disso, para essa produção são necessários insumos, pagamento de impostos, importação de produtos, ou seja, o que resulta na geração de empregos. O modelo, portanto, permite determinar as relações entre os setores. (Guilhoto, 2004) descreve o modelo fechado baseado em equações lineares, não homogêneas, que se baseia na representação de n atividades econômicas, representadas por X_i , onde o valor monetário que é transferido de um setor para o outro é chamado de Z_{ij} . Essas transferências permitem calcular a razão dessas transferências e chegar ao coeficiente técnico da produção, a_{ij} , que indica a quantidade de insumo do setor i necessária para a produção de uma unidade do setor j . Dessa forma é possível chegar na equação

$$X = (I - A)^{-1}y$$

Onde $(I-A)^{-1}$ é a matriz de coeficientes diretos e indiretos que deve ser interpretado como o total da produção do setor i , para que seja produzido uma quantidade da demanda final do setor j . Onde através dessa equação se torna possível mensurar como a variação dos componentes da demanda final Y , impactam a produção total.

3.2 METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA MATRIZ INSUMO-PRODUTO

A matriz utilizada como base para o cálculo da matriz inversa de Leontief, e posterior análise dos impactos do Auxílio emergencial na economia paraense, é a matriz desenvolvida pelo Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (NEREUS-USP). Será utilizado a matriz inter-regional de Insumo-produto, de autoria de Guilhoto (2005). A matriz foi produzida a partir da metodologia de estimação dada as contas nacionais, apresenta 26 setores econômicos sendo o ano da matriz o de 2008 e tendo como ano base o ano de 2000.

É importante destacar que se torna viável a utilização dessa matriz insumo produto apesar da diferença de tempo entre o ano da matriz e o período que foi inserido o auxílio na economia dada a baixa modificação estrutural econômica. Assim, a diferença de tempo não desvalida a análise sobre o impacto do programa Auxílio Emergencial.

3.3 AUXÍLIO EMERGENCIAL

Os valores repassados pelo governo para a população como auxílio emergencial foram divulgados pelo Ministério da Economia no Portal da Transparência. Os dados foram disponibilizados de forma desagregada e contêm informações sobre o mês da transferência, nome do beneficiário, CPF, NIS, município de residência e se o beneficiário é parte do Bolsa Família, CadÚnico ou extracad. Foram analisados 120 gigabytes de dados dos anos de 2020 e 2021 para obter o valor monetário repassado para o estado do Pará. Utilizou-se o software Power BI para filtrar os dados e calcular o impacto econômico. O valor adicionado à economia do Pará em 2020 e 2021 foi de 14,7 bilhões e 2,7 bilhões, respectivamente. No entanto, houve erros nos dados divulgados pelo ministério e alguns pagamentos remanescentes foram realizados em 2022, valores esses que não serão considerados nesta análise.

3.4 PESQUISA DE ORÇAMENTO FAMILIAR – POF

A POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) é uma pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com o objetivo de analisar a estrutura de consumo e rendimentos das famílias brasileiras. Ela é baseada em amostragem domiciliar e utiliza a técnica de entrevista pessoal

assistida por computador, permitindo uma análise precisa da estrutura de gastos das famílias por categoria de rendimento. A POF permite compreender as disparidades regionais e de renda, bem como as condições de qualidade de vida da população. Ela é essencial para saber em quais setores os auxílios foram alocados pela população que os recebeu.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 RELAÇÃO ENTRE A RENDA MÉDIA FAMILIAR PER CAPITA E OS VALORES DE AUXÍLIO EMERGENCIAL

Outro ponto importante a se analisar é a renda familiar per capita mensal do estado e os valores do auxílio emergencial. O IBGE publica a partir do censo, a média de rendimentos por membro familiar das famílias, a partir desse valor, é possível estimar o quanto se incrementou a renda média das famílias que foram beneficiárias do Auxílio Emergencial.

Conforme o destacado por Mathis (2020) a renda média familiar per capita da população cadastrada no CADÚnico, para o estado é de R\$ 209,42. Assim o incremento de renda dessa população causado pelo auxílio é significativo, dado a que as parcelas mais baixas pagas pelo Auxílio emergencial, R\$ 150, provocaram um aumento de 71% na renda familiar per capita.

4.2 ANÁLISE DE IMPACTO A PARTIR DA MATRIZ INSUMO PRODUTO.

A partir dos valores dos auxílios levantados é possível inseri-los na matriz insumo-produto, para assim ser possível analisar quais são os setores da economia paraense que mais se beneficiam dos programas de transferência de renda. Além disso, qual o real impacto do aumento de renda em poder do público.

Para determinar a distribuição percentual dos valores do auxílio dentro da economia paraense, será utilizado a pesquisa de orçamento familiar POF. Como na POF, é estimado como cada faixa de renda distribui seu consumo, será compatibilizado as informações dos valores de consumo dado faixas de renda da POF junto aos setores determinados na matriz insumo produto.

Onde cada classe de consumo está concatenada a um respectivo setor na matriz insumo-produto, assim é possível determinar qual a porcentagem que será distribuído o montante do auxílio dentro da economia paraense. Levantado os valores de auxílio que o estado recebeu nos anos de 2020 e 2021, junto a matriz insumo-produto para o estado do Pará levando em conta a estrutura de consumo da

população que recebe até R\$ 1908,00 disponibilizada pela POF. Se pode analisar qual o impacto que o auxílio emergencial trouxe para a economia paraense.

No ano de 2020, foi analisado o impacto que R\$ 14,7 bilhões de aumento na renda da população com renda familiar de até R\$ 1908,00 provocou na estrutura econômica do estado do Pará. Com a inserção deste valor no período de abril até dezembro de 2020, foi gerado uma variação positiva de 0,45% na produção do estado. Onde o setor com a maior absorção na economia para essa faixa de renda, foi o setor de comércio, com 18,5% e a segunda maior absorção se deu no setor de alimentos, bebidas e fumos com 17,9% de absorção. Já no que tange a variação por setor, a maior variação para esse período analisado foi a no setor de alimentos, bebidas e fumo com, 83,92% de variação a segunda maior variação foi no comércio com 54,54%.

Já para o ano de 2021, foi analisado o impacto da inserção de, R\$ 2,7 bilhões para o período de janeiro a dezembro. Com a inserção do auxílio para esse ano, a produção da economia paraense varia positivamente em 0,0842%, onde a maior variação ocorre no setor de alimentos, bebidas e fumos com 15,42% e maior absorção se apresenta no comércio com 18,5% de absorção e a segunda maior absorção também foi o setor de alimentos, bebidas e fumos com 17,9%.

Assim, pode ser definido que, se o governo realizar um investimento em auxílio o valor de R\$ 1.000.000,00, para a população que recebe até R \$1908,00, provocara um impacto de R\$ 1,66 no produto paraense.

Além disso, a partir do exposto, é possível analisar qual a condição de pobreza está presente em maior predominância no estado paraense. No sentido que, a população que foi beneficiária se enquadra em uma baixa faixa de renda, e pela forma que alocaram o incremento da renda, é possível determinar que a pobreza absoluta no estado é significativa. Dado que, quando a população teve sua renda incrementada pelo auxílio, a destinação dessa renda adicional foi para a compra de alimento e bens de primeira necessidade.

Além disso, dentro dessa discussão sobre os auxílios e programas de seguridade social, e já levantado a presença de benefícios nestes programas sociais, é importante avaliar qual a faixa de renda que a transferência de renda traia maior benefício para a economia.

Como a POF disponibiliza a estrutura de consumo para as sete faixas de renda, é possível estipular qual seria o impacto se o público-alvo fosse pertencente a faixas de renda diferentes. Assim, foi analisado o impacto da inserção do Auxílio Emergencial, para as faixas de renda até R\$ 1908,00,

mais de R\$ 1 908 a R\$ 2862,00, mais de R\$ 2862,00 a R\$ 5724,00, mais de R\$ 5724,00 a R\$ 9540,00, mais de R\$ 9540,00 a R\$ 14310,00, mais de R\$14310,00 a R\$ 23850,00 e mais de R\$ 23850,00.

Tabela 02 – variação do efeito do auxílio emergencial em diferentes faixas de renda – elaboração própria.

ANO	Até 1 908	Mais de	Mais de	Mais de	Mais de	Mais de	Mais de
		1 908	2 862	5 724	9 540	14 310	
		a	a	a	a	a	23 850
		2 862	5 724	9 540	14 310	23 850	
2020	0,4583%	0,4458%	0,4409%	0,4387%	0,4185%	0,4539%	0,4115%
2021	0,0842%	0,0819%	0,0810%	0,0806%	0,0769%	0,0834%	0,0756%

Fonte: Elaboração própria.

Podemos analisar que, quanto maior a faixa de renda da população que receberia o auxílio, menor é os retornos para a economia do Pará, exceto para a faixa de renda de R\$ 14310,00 a R\$ 23850,00 isso se dá, segundo os dados da POF pela grande parcela da renda que essa população destinada a gastos com transportes e automóveis (Tabela 02).

Podemos definir a partir disso, que dados os aspectos comportamentais, de como as populações com faixas de renda diferentes alocam sua renda, o pagamento de auxílios para a população de menor renda gera mais impacto para a economia paraense como um todo. Assim, é coerente que os programas de renda sejam focados para essas populações, já que além de serem as que mais necessitam para o atendimento de suas necessidades fisiológicas básicas, a renda para essa população é a que gera maior benefício para a economia como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia gerada pela Covid-19 atingiu o estado paraense em um cenário onde parte significativa dos habitantes já se encontravam em situação de pobreza e insegurança alimentar. Assim, compreender se o auxílio emergencial foi eficaz em melhorar as condições econômicas é de suma importância para direcionamento de políticas de desenvolvimento que possuem foco na erradicação da pobreza extrema no estado paraense. A análise contida aqui se faz possível graças à disponibilidade de dados, assim a partir da compatibilização da POF junto a matriz insumo produto do estado é possível estimar impacto que a inserção na economia paraense de R\$ 14.7 bilhões em 2020 e 2.7 bilhões em 2021. Apesar de erros nos dados disponibilizados pelo Ministério da Economia no Portal da Transparência acerca dos valores repassados para população, foi possível determinar que a

inserção do auxílio resultou em impactos positivos para o produto do estado. É importante destacar que os efeitos só perduraram apenas durante a existência do auxílio, assim se faz necessário à sua substituição por um programa de transferência de renda robusto e mais duradouro.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. Impactos Distributivos de um Imposto sobre Emissões no Brasil. Orientador: Henrique Morrone. 2022. 83 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2022.

BARBOSA R.; PRATES I. Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da Pandemia. Repositório do Conhecimento do IPEA, 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020 Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria nº 351, de 7 de abril de 2020 regulamenta os procedimentos de que trata o Decreto nº 10.316/2020, a respeito do Auxílio Emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

BRIDI, M. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. In: Estudos Avançados, v. 34, n. 100, p. 141-165, 2020.

COHN, A. Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CRUZ, A.; TEIXEIRA, E.; GOMES, M. O PIB do agronegócio no estado de Minas Gerais: uma análise insumo-produto. *Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, v. 47, n. 4, p.805-830, 2009.

DA SILVA, M.; DA SILVA, R. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. *Observatório Socioeconômico da COVID-FAPERGS*. 2020.

FONSECA; A. M. M. de; ROQUETE, C. Proteção Social e Programas de Transferência de Renda: Bolsa-Família. *Caderno de Pesquisa NEPP*, 86. Proteção social e transferência de renda edição especial em homenagem à Ana Fonseca, organização Lilian Montali. ISSN: 2527- 1946, junho 2018.

GRIJÓ, EDUARDO E BÊRNI, DUILIO. *Metodologia Completa Para A Estimativa De Matrizes De Insumo-Produto*. Teoria e evidência econômica, 2006 UPF.

GUILHOTO, J.J.M. (2004). *Análise De Insumo-Produto: Teoria E Fundamentos*. FEAUSP.

GUILHOTO, J.J.M. E U. SESSO FILHO (2005). “Estimação da Matriz Insumo-Produto a Partir de Dados Preliminares das Contas Nacionais”. *Economia Aplicada*. Vol. 9. N. 2. Abril-Junho. pp. 277-299

GUILHOTO, J.J.M., C.R. AZZONI, S.M. ICHIHARA, D.K. KADOTA, E.A. HADDAD (2010). *Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados: Metodologia e Resultados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. ISBN: 978.85.7791.110.3. 289 p.

GUILHOTO, J.J.M., U.A. SESSO FILHO (2010). “Estimação da Matriz Insumo-Produto Utilizando Dados Preliminares das Contas Nacionais: Aplicação e Análise de Indicadores Econômicos para o Brasil em 2005”. *Economia & Tecnologia*. UFPR/TECPAR. Ano 6, Vol 23, Out.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Índice de Desenvolvimento Humano, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1 de julho de 2021

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2020

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Área territorial brasileira 2021. Rio de Janeiro: 2022

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Editora Atlas, 1990. Original, 1936.

LUZ, A.; FOCHEZATTO, A. O transbordamento do PIB do Agronegócio do Brasil: uma análise da importância setorial via Matrizes de Insumo-Produto. *Revista de Economia e Sociologia Rural* [online], v. 61, n. 1, 2023.

MACHADO, D.; SESSA, C. Do Impacto do Auxílio Emergencial no Espírito Santo e no Brasil: uma análise insumo-produto. In: VIII Encontro de Economia do Espírito Santo - Vitória/ES, 2021.

MATHIS, Armin. Cadastro Único, espelho da pobreza e vulnerabilidade social no Pará, e as possibilidades de seu uso como instrumento de gestão no combate da pandemia de Covid-19. *Papers do NAEA*, v. 29, n. 1, 2020.

NURKSE, R. Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos (1952). Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1957.

OLIVEIRA MELO, M. V., & MOREIRA DA SILVA, V. C.. (2022). O Panorama da pobreza no Brasil de 2016 a 2018. *Diversitas Journal*,

OLIVEIRA, C.; SIMÕES, J.; SILVA, D. Análise da desigualdade de renda e pobreza no estado do Pará. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, p. 1–18, 2017.

RAIHER, A.; LIMA, J. Desenvolvimento humano municipal no sul do Brasil: evolução recente e o círculo vicioso da pobreza. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 36(2), 147-154, 2014.

SANTOS, S. Transferência de Renda, Pobreza e Educação: estudo comparado entre o Programa Oportunidades (México) e o Programa Bolsa Família (Brasil). Orientador: Sônia Selene Baçal de Oliveira. Relatório Final PIB – SA/0037/2012 (Programa Institucional De Iniciação Científica). Universidade Federal do Amazonas, 2013.

SEN, AMARTYA. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SESSO FILHO, U. A.; GUILHOTO, J. J. M. Estrutura Produtiva do Pará: Uma Análise de Insumo-Produto. In: VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2009, São Paulo. Anais do VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2009.

SOARES, F.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSORIO R. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Texto para Discussão (IPEA), v. 1228. Brasília, outubro, 2006.

TAVARES, P. A.; PAZELLO, E. T.; FERNANDES, R.; CAMELO, R. S. Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. Ribeirão Preto [s.n.], 2008.

WERNECK G.; CARVALHO M. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. Cad. Saúde Pública; 36(5):e00068820, 2020.

SJPE&D | IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento

LINHA 3: ECONOMIA SOCIAL, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ANÁLISE DAS ESPECIFICIDADES E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

Jaqueline Gomes Pereira¹

Sibele Vasconcelos de Oliveira²

Resumo: A criação de oportunidades socioeconômicas e do desenvolvimento humano perpassam o acesso aos sistemas de ensino formal. O acesso à educação, além de se constituir de direito fundamental, também é condição necessária para a cidadania, autonomia e liberdades individuais. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as especificidades e a evolução da oferta da Educação Profissional e Tecnológica, considerando a disponibilidade de dados estatísticos sobre o Brasil e Rio Grande do Sul, através do estudo dos resultados do Censo Escolar 2021. Como resultados, verificou-se que as Instituições Particulares apresentaram maior insuficiência nas condições de infraestrutura, acima da média das Instituições de EPT no Rio Grande do Sul. Dentre as Instituições que apresentaram melhor situação infraestrutural estão as Federais. Todas as 443 Instituições EPT em funcionamento em 2021, tiveram melhor desempenho à infraestrutura relacionada ao acesso aos serviços básicos, onde todas as Instituições estudadas apresentavam esgoto sanitário. Sugere-se que em estudos futuros sejam realizadas análises sobre a Educação Profissional e Tecnológica no tocante aos investimentos que são realizados no âmbito educacional, nessa modalidade de ensino, para que sejam supridas algumas exiguidades apresentadas por algumas Instituições.

Palavras-chave: Educação; Desenvolvimento Econômico; Educação Profissional e Tecnológica.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento (UFSM). E-mail: jaquelinegomespereira55@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento (UFSM). E-mail: sibele.oliveira@ufsm.br

1 INTRODUÇÃO

Apesar de terem ocorrido mudanças institucionais inclusive na contemporaneidade, cabe evidenciar que as primeiras iniciativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil datam de 1909, com as Escolas de Aprendizes Artífices. Já a regulamentação do Ensino Industrial acontece no governo de Getúlio Vargas, em 1942, ano de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Cabe evidenciar que têm sido intensos os embates teórico-políticos em torno da formação para o trabalho, em geral, e da reforma do ensino médio e técnico, em particular, pela tramitação do projeto que culminou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 e da elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), passando pela promulgação do Decreto 2.208/97 e de sua revogação pelo Decreto 5.154/200418, pela Lei 11.741/2008, pelas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, até o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Dos referenciais institucionais citados, constrói-se a concepção de educação tecnológica voltada para a formação do cidadão trabalhador.

Desde os anos 1960, um conjunto de ações em torno da política educacional atrelam a educação às dinâmicas do processo de globalização econômica, aos desenvolvimentos econômico e científico-tecnológico, bem como voltando a escola do trabalho para as necessidades estritas do mercado. A EPT hoje abrange cursos de qualificação profissional, habilitação técnica, graduação tecnológica e de pós-graduação, além de prever a integração com os diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (IFECT,2010)

Historicamente, vale lembrar que em 1978 foram criados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) e, depois de quase duas décadas, a Educação Profissional foi reconhecida com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996). Uma década depois, em 2008, outro marco histórico vem com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir dos Cefets, das Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais (IFECT,2010).

Mais recentemente, criou-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e procedeu-se com a reforma do ensino médio, que estabeleceu a formação técnica e profissional como um possível trajeto formativo para os estudantes. Em suma, os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais necessárias ao exercício profissional com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais (SUEPRO, 2022).

Com a expansão das instituições ofertantes da EPTS intensificaram-se os debates sobre a natureza da qualidade de ensino e da infraestrutura oferecida por estes órgãos no Rio Grande do Sul. Segundo Gadotti (2010), na educação, a qualidade está ligada diretamente ao bem-viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. Sendo assim, a qualidade é um conceito histórico e não estático, que se altera no tempo e no espaço, vinculando-se às demandas e exigências sociais (BRASIL,2009a).

Tendo em vista o exposto, esta proposta de pesquisa almeja apresentar algumas considerações acerca do papel da educação no desenvolvimento das diferentes regiões, com destaque sobre as contribuições da Educação Profissional e Tecnológica para o desenvolvimento humano no estado do Rio Grande do Sul. Especificamente, o presente estudo tem como objetivo analisar as especificidades e a evolução da oferta da Educação Profissional e Tecnológica, considerando a disponibilidade de dados estatísticos sobre o Brasil e Rio Grande do Sul.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A EDUCAÇÃO ENQUANTO VETOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O termo capital humano vem sendo empregado em diferentes áreas do conhecimento científico, além de compor os discursos de representantes políticos dos mais variados segmentos sociais. Em suma, segundo Sandroni (1994), refere-se ao conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. Também é empregado para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de capital humano faz referência também às noções de capacidade ao trabalho (SANDRONI,1994, p. 41).

Ademais, considera-se que os processos de composição do capital humano são centrais para a delimitação de estratégias de crescimento e modernização econômica. Sobretudo nas ciências sociais aplicadas, a discussão sobre as interfaces entre o capital humano, a educação e o desenvolvimento são cada vez mais recorrentes. Sua emergência dá-se com a Teoria do Capital Humano, difundida largamente pelos Estados Unidos com a publicação de *The economic value of education*, de Theodore Schultz, em 1963, e de *Human Capital*, de Gary Becker, em 1964.

Sobretudo, de acordo com Lins (2011), existem relações muito próximas entre a produção de capital humano, as estruturas de oferta da educação e o desenvolvimento econômico. Evidências

empíricas apontam que países com níveis educacionais elevados passam a experimentar transformações sociais importantes, a qual tende a elevar-se culturalmente e politicamente (LINS, 2011).

Ao analisarmos a importância do papel da educação no desenvolvimento econômico devemos avaliar sua importância e seu significado, dimensão, concedidos ao fenômeno que se denomina por desenvolvimento. Para Perroux (1977) o “desenvolvimento é a combinação das transformações mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer cumulativamente e de uma forma durável o seu produto real global”. De acordo com Lins (2011), a relação entre educação e economia, bem como o sistema educacional e sistema econômico, na ciência econômica e na sociologia, se dá de maneira multifacetada: como o primeiro influencia o segundo; como demandas econômicas devem ser respondidas por mudanças no sistema educacional; evidências de retornos financeiros maiores para indivíduos mais escolarizados; investimentos altos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) pelos países desenvolvidos, que requerem um corpo de mão-de-obra extremamente qualificada; a crescente demanda por profissionais qualificados nos países em desenvolvimento; entre outros exemplos.

Em síntese, o nível educacional da população exerce repercussões sobre o desempenho socioeconômico de um país, pois por meio dele se criam diversas oportunidades profissionais e pessoais para quem tem um nível educacional melhor. Além disso, uma melhor qualificação para atuar em suas profissões, tenderá a aumentar seus salários e sua capacidade de progredir socialmente. Países com níveis educacionais elevados também passam a experimentar uma transformação da sociedade, a qual tende a elevar-se culturalmente e politicamente. Desta forma, a educação possibilita diferentes tipos de capitais, tais como o econômico, cultural e social. Apesar disso, historicamente ela foi associada somente ao crescimento econômico (LINS 2011).

2.2 ESPECIFICIDADES DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Os estudos que envolvem a História da Educação no Brasil demonstram que nosso país sempre foi excessivo na criação de leis e privilégios. No início das origens coloniais já fomos evidenciados pelas marcas de uma educação, pois quando os primeiros jesuítas chegaram ao nosso país, guiados pelo espírito da Contra Reforma, o projeto educacional tinha como objetivo implantar um sistema dirigido pela *Ratio Studiorum*, que apresentava um rígido código de conduta, princípios e ideias, que norteiam o ensino. Portugal até à proclamação da Independência era o que detinha das

direções da educação do Brasil. Desde então, os responsáveis pela sucessão do Império dirigiam a legislação (VIEIRA, 2008).

Dentre esta primeira tentativa de ruptura com as deliberações lusitanas e o advento da Proclamação da República, em novembro de 1889, algumas medidas legais foram propostas. As principais iniciativas relativas ao Império foram: a Constituição de 1824, a Reforma Couto Ferraz (1854), a Reforma Januário da Cunha Barbosa (1827) e a Reforma Leôncio de Carvalho (1878-79). Ao demonstrar sua importância para o entendimento do período, também é importante citar o Ato Adicional de 1834, que ainda que não seja uma lei específica da educação, veio a ser uma ferramenta legal muito conhecida nesse campo (VIEIRA, 2008b). Somente após a Primeira Guerra Mundial, com a chegada dos imigrantes e o início da industrialização, começou a aparecer uma maior preocupação com a escola. Com a globalização, as mudanças na legislação brasileira corresponderam com transformações expandidas derivadas do sistema de reordenamento mundial (CASTELLS, 2000; CARNOY, 1999; VIEIRA, 2002). Desde então, aumentaram as demandas por educação. A situação ocorre simultaneamente ao processo de redemocratização do país, quando crescem as reivindicações participativas por parte de diversos atores sociais. Tais circunstâncias geram pressões por formas de operacionalização mais abertas e eficazes de políticas e de gestão educacional (AFONSO, 2005).

2.3 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL: REFERENCIAIS E INDICADORES

Nas duas últimas décadas, o Brasil tem passado por mudanças significativas em diversas áreas da vida social e econômica. A estrutura e organização do sistema educacional também passaram por inúmeras transformações, especialmente na base legal. As mudanças na legislação brasileira conjugam com transformações desenvolvidas decorrentes do processo de reorganização mundial renomado como globalização (CASTELLS, 2000), a partir do qual se intensificaram as demandas por educação. O desenvolvimento das avaliações dos sistemas educacionais no Brasil aconteceu pós-Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jontien, Tailândia, realizada em 1990 pela Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO). Tal conferência teve como objetivo planejar as prioridades para a educação nos países periféricos (PINTO, 2011). Neste momento, tendo essas reformas como elementos básicos para uma nova qualidade educativa, implicando mudanças nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na profissionalização dos professores (LIBÂNEO, 2009, p. 35).

Conforme Afonso (2005, p. 18), há diversas maneiras ou especificidades de avaliação e cada uma compreende vários resultados. No Brasil, a partir da reforma da década de 1990, iniciou-se o

surgimento de várias avaliações em larga escala, sendo componente fundamental das políticas educacionais: nacionais, estaduais e municipais. Dentre as avaliações nacionais, estão o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Seguindo a propensão das avaliações nacionais, vários estados e municípios também criaram seus próprios sistemas de avaliação. Em termos nacionais, temos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (CASTRO, 2009).

De acordo com o site do Governo Federal brasileiro, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes.

Já o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi criado em 1990 e teve várias adequações durante seu caminho, com o propósito de se tornar um sistema de avaliação em larga escala, que disponibilizasse indicadores capazes de contribuir para a formulação, reformulação e controle das políticas educacionais. Por volta de 2005, o SAEB começou a ser composto por duas avaliações que são complementares: a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEBC) ou Prova Brasil (PINTO, 2011). A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) (também denominada "Prova Brasil") é uma avaliação censitária para os alunos da 4ª avaliação/5ºano e 8ª avaliação série/9ºano do ensino fundamental regular das escolas públicas das redes municipal, estadual e federal.

Além das avaliações citadas acima, tivemos avanços na área das avaliações educacionais no Brasil, de forma que vários projetos foram realizados para que se fosse possível melhorar os resultados nas políticas de avaliação educacional. Tendo nos últimos 25 anos a criação do Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior (ENADE), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos (ENCCEJA), o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) (CASTRO, 2009a).

O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. Especificamente, o Censo Escolar tem por objetivo ser um recurso que possibilita reproduzir uma base de dados de grande relevância para a política educacional sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ao Ministério da Educação (MEC).

O Censo Escolar através de sua base histórica construída, tem grande relevância aos planejadores de políticas educacionais possibilitando direcionarem ações e definirem metas a serem atingidas no médio e longo prazo. Em relação à qualidade do sistema educacional, o Censo Escolar pesquisa, todos os anos, dados relativos à aprovação, reprovação e abandono, e elabora as chamadas

taxas de rendimento que contribuem com informações sobre a eficiência do sistema escolar (VIEIRA, 2015) e apresenta dados sobre as EPT, como matrículas, instituições, entre outros.

E além dos Sistemas de Avaliação da Educação, temos como indicador o PNE (O Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação) que engloba tabelas e gráficos, análises por regiões, Unidades da Federação e perfis socioeconômicos, assim por diante – onde está dívida por 20 metas. Os dados são atualizados a cada dois anos, de acordo com a conclusão dos relatórios dos ciclos de acompanhamento das metas do Inep (BRASIL, 2022).

Interessante observar que sobre a realidade da EPT é divulgado o Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica, que reúne estatísticas relacionadas à área de maneira compreensiva e sistemática, buscando formar uma referência oficial de fácil acesso para subsidiar análises e o acompanhamento desta modalidade de ensino. Assim como o Censo Escolar, a publicação reúne números de matrículas, instituições, divisões por estado, entre outros dados sobre as EPT.

Os resultados obtidos através das avaliações e indicadores são de grande importância para o desenvolvimento de políticas públicas. Com o intuito do estabelecimento de metas para a educação. Assim como, os dados são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições (BRASIL, 2022).

3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tem como propósito, capacitar “para o exercício de profissões”, auxiliando para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade (MEC,2021). Segundo Moura (2007), até o século XIX a educação brasileira era composta pela dualidade. De um lado, tinha-se os operários e os filhos de operários; de outro, a elite e os filhos da elite. Em relação aos primeiros, dá-se uma educação braçal, mecânica, trabalho duro; já para os segundos, uma educação intensa e constante, uma educação para os dirigentes, uma educação propedêutica, na qual as propostas pedagógicas eram articuladas aos cursos superiores. Apenas quem havia concluído a 5ª série do curso ginásial poderia acessá-lo (KUENZER, 1997, p. 12).

No início dos anos 60 surgiram muitas escolas agrícolas e industriais no RS, a EPT contou então com maior financiamento sendo parte de um projeto que buscava superar o analfabetismo e ampliar a representação da classe trabalhadora. Segundo Ferreira (2020), a criação das Rede Federal

de Educação Profissional e Tecnológica no ano de 2008, foi umas das mais importantes iniciativas de integração epistemológica e pedagógica da EPT. As iniciativas de criação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica e de implementação de Institutos Federais, estendendo se às pequenas cidades do estado com diretrizes mais elaboradas.

Em síntese, a EPT tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento integral dos sujeitos. De acordo com Araújo e Frigoto (2019, p. 251), a EPT possui como um princípio pedagógico orientador de práticas formativas focadas na necessidade de ampliar nas pessoas (crianças, jovens e adultos) sua capacidade de compreensão de sua realidade específica e da relação desta com a totalidade social. Sobretudo, a EPT é uma política pública que destaca na sua construção social:

[...] orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboração, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010, p. 06).

No entanto, a EPT é um tipo de educação explícita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tendo como propósito ofertar cursos de qualificação profissional técnica e tecnológica, licenciaturas, pós-graduação integrando e articulando diferentes níveis e modalidades de ensino ao trabalho, ciência e tecnologia (MEC, 2020). Além disso, na EPT a “educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal. Ela resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da sociedade pela ação do conjunto das organizações em geral” (PACHECO, 2011, p. 8).

Com esta concepção, a LDB situa a Educação Profissional e Tecnológica na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Isso a coloca em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal, ao incluir o direito a “educação” e a “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos “com absoluta prioridade”.

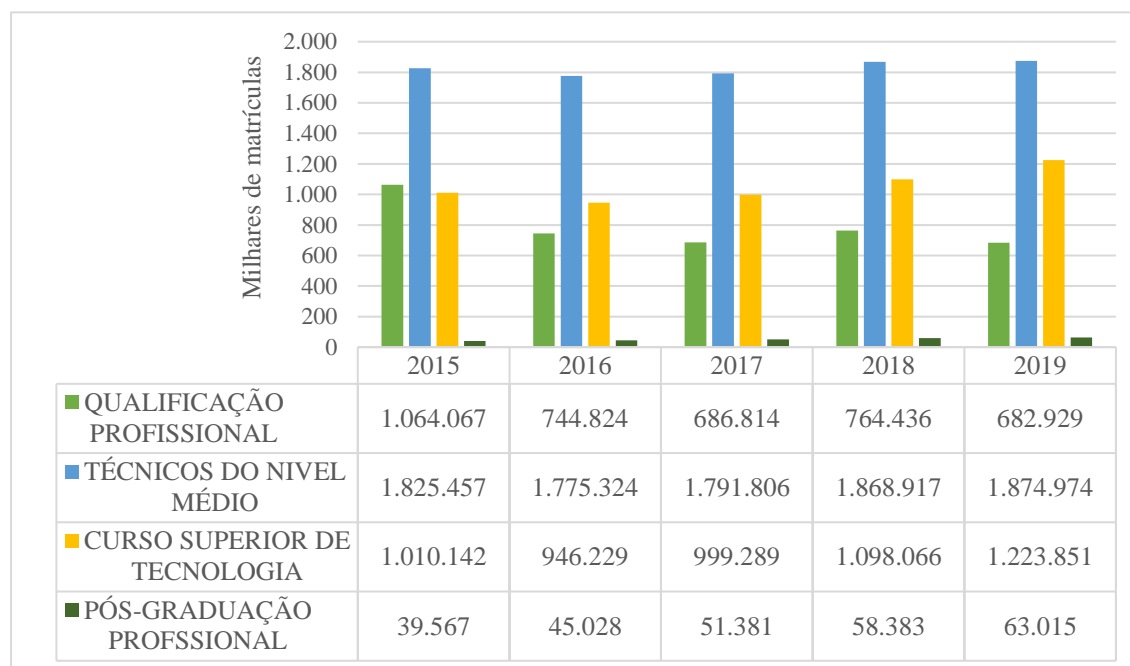
A EPT, apresenta a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Básica no Nível do Ensino Médio na forma articulada de oferta : a) Integrada ao ensino médio e técnico, em que se tem uma única matrícula na mesma instituição de ensino; b) Concomitante matrícula distintas, para o ensino médio e o técnico, em diferentes unidades de ensino ou na mesma escola; e Concomitante intercomplementar matrículas distintas, em diferentes instituições ou redes de ensino, com convênio ou acordo para execução de projeto pedagógico unificado (BRASIL, 2022).

Diante das especificações das subdivisões da educação EPT e o crescimento que essa modalidade de ensino apresentou no decorrer dos tempos, surgiu a preocupação com a análise e acompanhamento de indicadores. O Ministério da Educação publicou a Portaria nº 1.954, de 7 de

novembro de 2019, e constitui uma Comissão Técnica de Trabalho para definição da metodologia e elaboração do Anuário de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para composição de indicadores com o objetivo de fomentar políticas e estudos de EPT (MEC, 2019).

Para fins de compreensão acerca da evolução da oferta de EPT no Brasil nos últimos anos, são analisados dados estatísticos sobre o tema. A Figura 1 apresenta a evolução da Educação Profissional no Brasil durante os anos de 2015 a 2019. Percebe-se que os cursos de Qualificação demonstraram queda nas matrículas nos anos mais recentes, de 2015 com 1.064.067 para 682.929 em 2019. Por outro lado, os cursos de Pós-Graduação tiveram aumento no número de inscritos no decorrer dos anos, com 39.567 em 2015 para 63.015 em 2019.

Figura 1 - Evolução da Educação Profissional no Brasil (2015-2019).



Fonte Anuário da Educação Profissional e Tecnológica (INEP, 2019).

A Tabela 1 apresenta as divisões das matrículas da Educação Profissional e Tecnológica por Dependência Administrativa (2019). Onde apresenta as Dependências Administrativa Brasil: Federal, Estadual, Municipal, Privada, destacando a rede Privada nos cursos Técnico de Nível Médio com 768.418 de matrículas e os Cursos Superior de Tecnologia com 1.050.830 de matrículas.

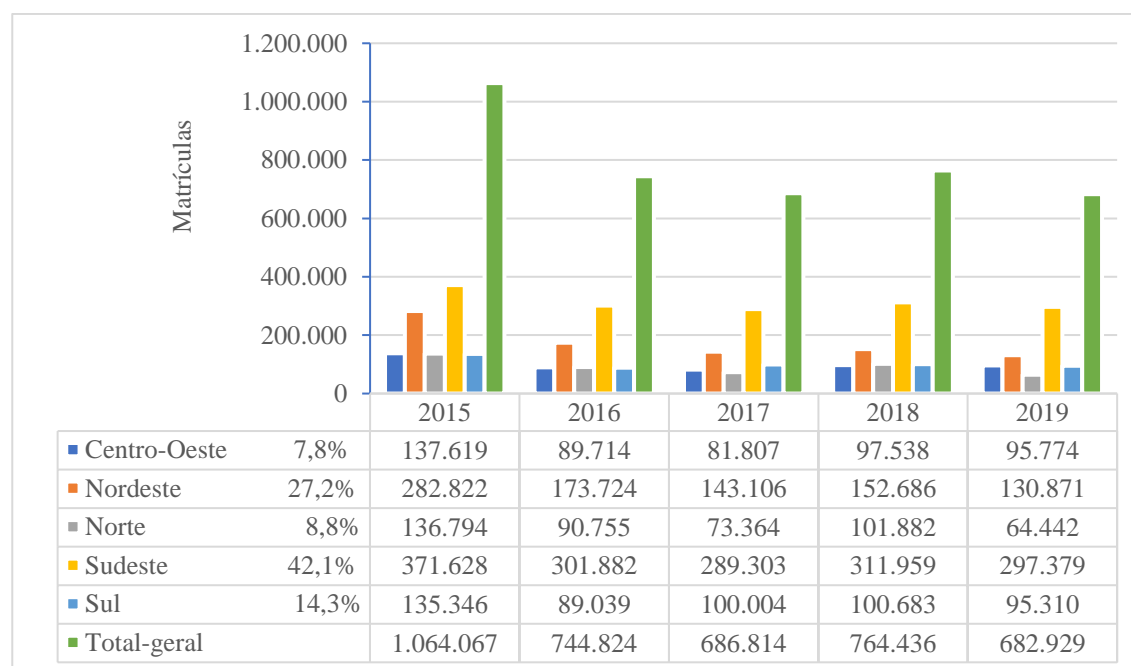
Tabela 1 - Matrículas da EPT por Dependência Administrativa (2019)

Dependência Administrativa	Qualificação Profissional	Técnico de Nível Médio	Curso Superior de Tecnologia	Pós-graduação Profissional
BRASIL	682.929	1.874.974	1.223.851	63.015
FEDERAL	41.601	355.315	78.934	35.108
ESTADUAL	23.004	724.775	91.462	11.656
MUNICIPAL	0	26.466	2.625	684
PRIVADA	619.929	768.418	1.050.830	15.567

Fonte: Anuário da Educação Profissional e Tecnológica (INEP, 2021).

A Figura 2 apresenta a divisão de oferta de vagas por região do país nos anos de 2015 a 2019, nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, assim como o total de vagas da EPT. Observa-se uma queda nas vagas no total Brasil no período avaliado, em 2015 de 1.064.067 de vagas para 682.929 em 2019. Destaca-se a região Sudeste com 42,1% total das ofertas e, em segundo, a região Nordeste com 27,2%.

Figura 3 - Oferta de vagas na EPT por região do Brasil (2015-2019)



Fonte: Anuário da Educação Profissional e Tecnológica (INEP, 2021).

A Educação Profissionalizante Tecnológica no ano 2015 teve um destaque em matrículas, tendo uma queda no ano de 2019, os dados apresentam um aumento nos números de matrículas principalmente nos cursos Técnicos de Nível Médio. Por isso, pretende-se dar continuidade a esta pesquisa, com uma análise mais detalhada sobre as EPT, através dos dados Censo Escolar 2021, com ênfase na infraestrutura oferecida pelas Instituições aos seus alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o objetivo deste estudo, qual almeja analisar a infraestrutura das Instituições de Ensino Profissionalizante e Tecnológico no Rio Grande do Sul. Assim, realizou-se o levantamento de dados e informações sobre a situação educacional do Rio Grande do Sul, sendo explorados com mais detalhamento os microdados do Censo Escolar 2021. O Censo Escolar é uma pesquisa realizada anualmente que divulga o diagnóstico sobre as escolas de ensino básico do Brasil, e divulga o acompanhamento da efetividade das políticas públicas.

Analisa-se as condições de infraestrutura das Instituições de Ensino do Rio Grande do Sul, e que tiveram em 2021 alunos matriculados na Educação Profissional e Educação Profissional Técnica, tanto em Instituições Federais, Estaduais, Municipais quanto em Instituições Particulares. Responderam ao Censo 2021 o total de 479 Instituições ofertantes da EPT. Para fins de análise foram avaliadas 443 Instituições, divididas em 46 Instituições Federais, 196 Instituições Estaduais e 190 Instituições Particulares. A totalidade de Instituições analisadas demonstram 130.151 matrículas na Educação Profissional e 129.743 matrículas na Educação Profissional Técnica.

Assim sendo, as Instituições Particulares apresentaram maior índice de insuficiência nas condições de infraestrutura, acima da média das Instituições de EPT no Rio Grande do Sul.

Entre as Instituições que apresentaram melhor situação infraestrutural estão as Federais. Cabe esclarecer que os Institutos Federais (IFs) são órgãos vinculados ao Ministério da Educação com o objetivo de promover a educação básica, profissional e superior e integram o rol de Instituições

(BRASIL, 2008). A qualidade que a educação Federal tem apresentado frente às demais instituições traduz-se nos expressivos resultados no âmbito Federais da EPT no Rio Grande do Sul do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Foi possível observar que as Instituições particulares são as que possuem maior déficit em infraestrutura, tanto em termos de proporção quanto intensidade. Das 190 Instituições, 76 apresentam insuficiências na infraestrutura. O melhor desempenho observado é das Instituições Federais e Estaduais, sendo que as Instituições Federais não apresentaram carecimento na infraestrutura.

Entre as EPT do Rio Grande do Sul, o melhor desempenho dentre os indicadores estudados, apresentam-se para o *Acesso aos Serviços Básicos*. Todas as 443 Instituições EPT em funcionamento em 2021 apresentavam *esgoto sanitário*. No entanto, nem todas as Instituições possuem *acesso à internet* para uso nos processos de ensino e aprendizagem. Sendo que o acesso à internet para uso nos processos de ensino é fundamental para qualificar as atividades propostas aos alunos. Assim, é comum que os professores utilizem muitas vezes os próprios dispositivos para dar conta do acesso a dados e informações.

Em relação à *Infraestrutura Básica da Escola*, destaca-se que a maioria das Instituições Particulares não apresentam refeitório. Mas no âmbito como a alimentação para os alunos, as Instituições Municipais se destacam, pois não apresentam privações neste quesito.

Porém, o modelo conceitual elaborado não representa uma completude ao fenômeno correlacionado à qualidade da educação. Logo, são necessárias análises complementares, de forma a compor um estudo mais amplo sobre a situação das Instituições no estado gaúcho.

Visando apresentar a importância das diferenças entre as Instituições que ofertam a educação EPT (Ensino Profissionalizante e Tecnológico), constata-se a relevância de investimentos, nas Instituições que apresentam maior insuficiência no tocante à infraestrutura no âmbito educacional. Com isso, investimentos mais significativos precisariam ser realizados para que as Instituições, possam ter condições de oferecer uma infraestrutura condizentes com as necessidades dos alunos, na busca de uma estabilidade entre as Instituições estudadas.

Os cursos da Educação Profissional Técnica têm por finalidade proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais necessárias ao exercício profissional com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio históricos e culturais. A elaboração e planejamento de políticas públicas para a educação brasileira exige o estudo dos dados existentes sobre a extensão e qualidade da oferta dos diferentes níveis de ensino.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo. J. Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Educação básica. Disponível em: < <http://inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em 8 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação: Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Brasília, Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar> em: 21 de set 2022.

CARNOY, Martin. Globalization and educational reform: what planners need to know. Paris: UNESCO, 1999.

CASTELLS, Manoel. A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, M. H. G. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. Meta: Avaliação, v. 1, n. 3, p. 271-296, 2009b.

FERREIRA. S.L. “Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Sul”. Curitiba: CRV, 2020 <https://doi.org/10.5585/eccos.n61.21747> .Acesso: 10 novembro 2022.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. Seminário Direito à educação: solução para todos os problemas ou problema sem solução? Institut International Des Droits De L'enfant (Ide), Suíça, 2005.



GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa, 4. ed. - São Paulo. Atlas, 2002.

IFECT, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Um Novo Modelo Em Educação Profissional E Tecnológica, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LARAZETTI, Lauana Rosseto. Ensaio em economia da educação: Evidências a partir da criação de escolas, da seleção de alunos e da multisseriação de turmas. Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

LINS, Leonardo. Educação, qualificação, produtividade e crescimento econômico: a harmonia colocada em questão. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, IPEA, 2011.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. Revista Holos - ISSN 1807 – 1600. Ano 23. V.2. p. 4-30, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 22 set. 2022.

OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos de. Análise da Qualidade Infraestrutural das Escolas e do Desempenho de alunos do ensino básico do Rio Grande do Sul. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Matemática Licenciatura Plena). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PERROUX, François. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, 1977.

SANDRONI, Paulo, org. Novo dicionário de economia. 4. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SCHULTZ, Theodore W. O capital humano: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro, 1973.

SUEPRO, 2022. Superintendência da Educação Profissional do Estado. Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Rio Grande do Sul. Disponível: <https://educacao.rs.gov.br/suepro>. Acesso em: 9 de outubro de 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convention on Technical and Vocational Education. Paris: Unesco, 1989.

VIEIRA, Sofia L. Leis de Reforma da Educação no Brasil: Império e República publicadas pelo Inep, em 2008, como parte da coleção Documentos da Educação Brasileira Zahar, 1973.

TRABALHO COMPLETO

Linha (3): Economia Social, Desigualdade e Desenvolvimento Sustentável

ANÁLISE ESPACIAL DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL EM 2011 E 2021

Jéssica Antunes de Oliveira¹; Rômulo César Reisdorfer da Silva²; Kalinca Léia Becker³

Resumo: O Brasil é conhecido por ser um país de proporções continentais e, em seu território existem enormes desigualdades regionais, principalmente na educação, que é essencial para alcançarmos um desenvolvimento com igualdade de oportunidades. Tendo isso em vista, o objetivo deste estudo é analisar a evolução do Ideb – Índice da Educação Básica – desde a sua implementação e, avaliar como se dá a distribuição espacial deste índice em uma comparação de 10 anos (2011-2021), a fim de identificar padrões espaciais por meio da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). Os resultados demonstram que a educação no Brasil se deteriorou neste período, observado na redução dos clusters alto-alto de educação tanto para os anos iniciais de educação quanto para os anos finais. A exceção é o estado do Ceará, que apresentou um novo cluster alto-alto na região nordeste em 2021. Dessa forma, faz-se necessário rever o sistema de ensino brasileiro a fim de evitar que este continue se deteriorando e, com base nos resultados do estado do Ceará, que se utilizem os aspectos do sucesso educacional dessa região em demais regiões do país.

Palavras-Chave: educação, Ideb, análise espacial

Abstract: Brazil is known for being a country of continental proportions and, in its territory, there are huge regional inequalities, especially in education, which is essential for achieving development with equal opportunities. With this in mind, the objective of this study is to analyze the evolution of the Ideb - Basic Education Index - since its implementation, and to evaluate how the spatial distribution of this index occurs in a 10-year comparison (2011-2021), in order to identify spatial patterns through Exploratory Spatial Data Analysis (AEDE). The results showed that education in Brazil deteriorated in this period, observed in the reduction of high-high education clusters both for the initial years of education and for the final years. The exception is the state of Ceará, which presented a new high-high cluster in the northeast region. Thus, it is necessary to review the Brazilian education system in order to prevent it from continuing to deteriorate and, based on the success of the state of Ceará, to use aspects of the educational success of this region in other regions of the country.

Keywords: education, Ideb, spatial analysis

¹ Economista e Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: jssicantunes@gmail.com

² Administrador pela Universidade Franciscana (UFN) e Mestrando em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: rcreisdorfer@gmail.com

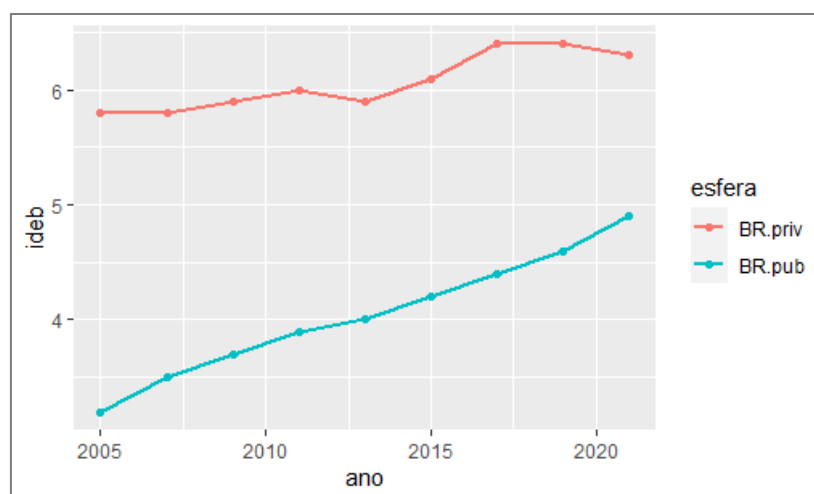
³ Doutora e Mestre em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: kalincaecker@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação é uma variável chave para o desenvolvimento de uma nação e, nos últimos anos, o Brasil avançou em alguns indicadores educacionais, como a média de anos de estudo, que passou de 7,54 em 2012 para 8,22 em 2017 e, a taxa de analfabetismo, que reduziu de 8,68 em 2012 para 7,10 em 2017 (ATLAS BRASIL, 2017), no entanto, em termos de proficiência escolar, o país está bastante aquém do esperado.

Apesar do Brasil ter melhorado seu desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que varia de 0 a 10, passando de 4,9 em 2019 para alcançar em 2021 um índice de 5,8 para os anos finais do ensino fundamental, a distância entre o resultado das escolas públicas e privadas continua significativa. Em 2021, a rede pública de ensino Brasileira alcançou uma nota de 5,5, enquanto que a rede privada pontua 7,0 (INEP, 2021). Dessa forma, a figura 1 mostra a diferença da evolução de escolas públicas e privadas.

Figura 1 – Evolução do Ideb ao longo dos anos para escolas Públicas e Privadas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Já em comparação com outros países, a qualidade da educação brasileira ainda é um grande problema. O Brasil possui um dos piores desempenhos nos exames de aprendizado escolar, sendo que a média de proficiência dos jovens brasileiros em matemática no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) em 2018 foi de 384 pontos, 105 pontos abaixo da média dos estudantes dos países da OCDE (489). Os resultados do país também são inferiores quando comparados a outros países em desenvolvimento, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Médias do Pisa 2018

Países	Leitura	Matemática	Ciências
OCDE (média)	487	489	489
China (Hong Kong)	524	551	517
Japão	504	527	529
Estados Unidos	505	478	502
Turquia	466	454	468
Chile	452	417	444
México	420	409	419
Brasil	413	384	404
Argentina	402	379	404
Colômbia	412	391	413
Peru	401	400	404

Fonte: OCDE. Elaboração Própria

Além disso, o Brasil é conhecido por ser um país de proporções continentais, isso faz com que ele seja marcado por disparidades regionais e locais. Barros (2011), ao analisar as evidências das desigualdades regionais no Brasil, observou que as diferenças na disponibilidade de capital humano são importantes para entender essa dinâmica de disparidades. Segundo o autor, o capital humano tem três componentes básicos e, o referente à educação é tido como o mais relevante para gerar desigualdades regionais, particularmente no que diz respeito à quantidade de anos de estudo e à qualidade da educação recebida.

Em relação a isso, podemos verificar que a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade em 2017 é de 18,2 em Alagoas, 17,1 no Piauí e 16,9 na Paraíba, ao passo que em Santa Catarina é de 2,74, em São Paulo é de 2,93 e no Rio de Janeiro de 2,62, o que mostra claramente que as regiões Norte e Nordeste do país estão em situação alarmante. A população dessas regiões está entre as mais vulneráveis do país, onde a taxa de pobreza é mais alta, estando acima de 20% em grande parte dos estados do Norte e Nordeste e abaixo dos 10% na maioria dos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste (ATLAS BRASIL, 2017).

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é contribuir para a literatura da economia da educação, por meio da análise da evolução do Ideb ao longo dos anos e, da sua distribuição espacial no território brasileiro, em 2011 e 2021. Para isso, será utilizada a metodologia da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), que verifica a existência de padrão espacial sistemático.

Seguindo esta introdução, apresenta-se uma breve revisão da literatura acerca dos desafios da educação num contexto de pandemia e dos determinantes da proficiência escolar.

Na terceira seção, tem-se a descrição da metodologia utilizada. Na seção quatro os resultados e discussões e, por fim, na quinta seção as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção aborda-se inicialmente os desafios da educação num contexto de pandemia, e, em seguida, busca-se elucidar os fatores que influenciam a proficiência escolar.

2.1 Os desafios da educação num contexto de pandemia

Conforme Rudenko et al. (2020) a pandemia de COVID-19 causou fortes mudanças nos sistemas educacionais e não permitiu uma cuidadosa deliberação sobre os melhores métodos de aprendizado online, muito menos uma transição suave e gradativa para este modelo. Os professores foram incumbidos da tarefa de disponibilizar o máximo de informações e da forma mais rápida possível em plataformas online. É impossível englobar todos desafios encontrados ao se deparar com essa tarefa, mas alguns mais notáveis foram: dificuldade em lidar com uma ampla variedade de ferramentas e aplicativos de ensino; dificuldade para adaptar o conteúdo para um ambiente online; dificuldade em manter os alunos engajados.

Em 2021, o Ideb alcançou o maior valor de toda a série histórica, mas esse resultado não está relacionado efetivamente com uma melhoria da qualidade da educação básica Brasileira, visto que se deu de forma extraordinária. Por um lado, tem-se uma variação positiva em termos das taxas de aprovação, mas ao analisarmos o desempenho nas provas de português e matemática, observa-se retrocesso.

Isso está relacionado a pandemia de COVID-19, que causou uma disrupção na educação em uma escala sem precedentes, com sistemas educacionais por todo o mundo sendo afetados, levando a fechamento e a mudanças abruptas nas operações das escolas (UNESCO, 2022). De acordo com o Instituto Unibanco (2021) a pandemia teve efeitos sobre os componentes de rendimento do Ideb, visto que as escolas foram afetadas por mudanças no formato da oferta de aulas e no acompanhamento dos alunos. O registro de frequência se deu de formas variadas, tais como o acompanhamento de atividades remotas síncronas por parte dos estudantes, a entrega de cadernos de atividades ou simplesmente a troca de mensagens com o professor.

Rudenko et al. (2020) destacam os desafios que educadores enfrentam ao usar tecnologias de informação para lecionar. Estes precisam aprender uma grande variedade de ferramentas e aplicativos, adaptar suas aulas para um ambiente totalmente online e mesmo

assim precisam aumentar o engajamento dos alunos. Sugere-se que haja um forte preparo desses docentes e dos alunos em aprender a utilizar os ambientes virtuais. O sucesso das estratégias também está atrelado a plataforma utilizada, sendo que esta deve ser intuitiva e deve suprir o máximo de necessidades quanto possível, evitando o uso de múltiplas ferramentas para se atingir o objetivo.

Conforme o DataSenado (2022), foi possível identificar grandes impactos nos estudantes nesse período. Foram relatadas dificuldades em adaptar a rotina dos pais com as aulas dos filhos, problemas na aprendizagem, anos perdidos na educação e também foram constatados efeitos negativos em questões emocionais e relacionais dos estudantes, tendo em vista que o contato com outras pessoas da mesma idade é muito importante para o desenvolvimento e amadurecimento de crianças e adolescentes.

As ações mais adotadas pelas escolas/secretarias de educação com os professores para continuidade das atividades pedagógicas durante a suspensão das atividades presenciais no ano de 2020 foram: a reorganização/adaptação do planejamento/plano de aula com priorização de habilidades e conteúdo específicos (90,4%) e a realização de reuniões virtuais de planejamento, coordenação e monitoramento das atividades (89,6%). Destaca-se, ainda, que mais da metade das escolas das redes federal (61,1%) e privada (50,6%) disponibilizou equipamentos (computador, notebook, tablets, smartphones etc.) para os professores (CENSO ESCOLAR 2021).

Além disso, a adaptação dos estados em relação às adversidades da pandemia, também foi desigual. O percentual de escolas municipais, que realizaram aulas ao vivo (síncronas) mediadas pela internet e com possibilidade de interação direta entre os alunos e o professor foi bastante inferior na região Norte do país (INEP, 2021).

2.2 Determinantes da qualidade da educação

Todos os líderes prometem ao seu povo educação de qualidade. Promessas são feitas sem que a população veja de fato uma melhora nessa área. Líderes, presidentes e instituições dispõem grandes quantias financeiras para assegurar que isto ocorra, contudo, em grande parte dos casos, esses gastos não são eficientes. Assim, é importante avaliar a situação da educação brasileira de forma contínua, a fim de orientar os gestores públicos na tomada de decisões mais assertivas. Dessa forma, faz-se necessário explorar mais a fundo os conceitos de educação de qualidade (EZE, 2009).

Muitos são os fatores que podem estar associados à qualidade do ensino no Brasil. Um dos fatores que pode interferir nos resultados escolares são os associados às características socioeconômicas das famílias, que são importantes no processo educativo e civilizatório, cujos principais fatores de risco incluem negligência e desestruturação familiar.

Oliveira, Souza e Annegues (2018) mostram que variáveis ligadas ao *background* familiar exercem grande influência no desempenho escolar dos alunos. Além disso, os autores mostram que os alunos com histórico de reprovações e filhos de pais que nunca frequentaram a escola tendem a apresentar um pior desempenho. Outra evidência importante diz respeito a uma correlação negativa encontrada entre violência e desempenho escolar. Nesse sentido, Santo, Mariano e Costa (2019), mostram pais mais escolarizados possuem, em média, melhores condições socioeconômicas, potencializando-se, assim, o efeito indireto da educação dos mesmos sobre o rendimento escolar dos filhos via condição socioeconômica da família.

Outro fator que pode estar relacionado a proficiência escolar é o ambiente em que a escola e o aluno estão inseridos, visto que o meio tem forte influência no comportamento dos indivíduos. A literatura nacional e internacional mostra que regiões com maiores índices de violência urbana afetam o espaço escolar, prejudicando os resultados escolares e, conseqüentemente, o desenvolvimento das regiões (BARTZ, QUARTIERI E QUEIROZ, 2019; HENRICH ET AL. 2004; MACEDO E BOMFIM, 2009; ASSINK ET AL., 2015).

Bartz, Quartieri e Freitas (2017) mostram que as escolas localizadas em regiões com maior violência urbana são as que mais registram eventos violentos dentro da unidade escolar. Monteiro e Arruda (2011) apontam que escolas em um ambiente violento tendem a ter uma maior evasão escolar e, nesse sentido, Teixeira e Kassouf (2015) observaram que a violência nas escolas paulistas diminuiu em 0,54% a probabilidade de os alunos do terceiro ano do ensino médio apresentarem um desempenho satisfatório em matemática.

Annegues, Júnior e Figueiredo (2020) ao investigarem a relação entre o tamanho da classe e o desempenho acadêmico de estudantes do ensino superior, mostraram que, em média, há uma relação negativa entre as notas dos alunos e o tamanho da turma. Os alunos com melhor desempenho aumentam suas notas em 0,0132 pontos com um aluno adicional, enquanto que os alunos com pior desempenho apresentam redução de 0,0149 pontos. Em suma, turmas maiores geram efeitos negativos sobre o desempenho dos alunos que já vem apresentando baixa performance, porém tendem a melhorar o desempenho dos estudantes com melhor rendimento.

Datta (2017) afirma que alguns indicadores podem ser utilizados para mensurar a qualidade da educação. A grade curricular deve se manter atualizada e ser relevante para o ambiente contemporâneo. Os métodos de ensino e de avaliação devem estar adaptados para as condições onde a instituição de ensino está inserida. A proporção identificada de professores-alunos varia conforme a disciplina, mas deve-se atentar para não sobrecarregar os docentes. Faz-se necessário também uma infraestrutura adequada em questão de espaço e laboratórios para práticas. Além disso, o acesso a sistemas de informação para estudo e pesquisa no ambiente escolar é de extrema relevância. Além disso, recomenda-se uma certa autonomia da instituição para adaptar alguns aspectos a sua realidade local.

Becker (2017), ao analisar o efeito das interações sociais dos jovens nas escolas, pública e privada, sobre as decisões de consumo de drogas ilícitas, álcool ou cigarro, mostra que o efeito destas interações nas decisões de consumo de substâncias ilícitas é maior em comparação à influência das características da família. A autora argumenta que transferir um jovem de escola pública, onde 80% dos alunos fumam, para uma escola onde esta taxa é de 50%, compensaria completamente o maior risco de o jovem fumar associado ao fato de um dos pais fumar.

Soma-se a isso o estudo de Roposo e Gonçalves (2018), que ao investigarem se existe alguma relação entre a saúde dos amigos e o desempenho acadêmico, encontram que os alunos apresentam melhor desempenho acadêmico quando se relacionam com amigos de sala de aula que possuem um bom estado geral de saúde. Um aumento de 1 desvio padrão (d.p.) na proporção de amigos saudáveis, leva a um acréscimo de aproximadamente 9% do d.p. da nota média de matemática do aluno ao final do ano letivo. Na próxima seção, será discutida a metodologia empregada na pesquisa.

3 METODOLOGIA

Nesta seção apresenta-se os instrumentos metodológicos que serão utilizados para o desenvolvimento do presente estudo. Inicialmente aborda-se o cálculo do Ideb e, num segundo momento, a análise exploratória de dados espaciais.

3.1 O Cálculo do Índice da Educação Básica (Ideb)

O Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados, obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino, com informações sobre rendimento escolar (aprovação). O indicador é resultado do produto

entre o desempenho e o rendimento escolar. Assim, a forma geral do Ideb é dada pela equação (1), conforme segue:

$$IDEB_{ji} = N_{ji}P_{ji} \quad 0 \leq N_{ji} \leq 10; \quad 0 \leq P_{ji} \leq 1; \quad 0 \leq IDEB_j \leq 10 \quad (1)$$

Em que i é o ano do exame (Saeb ou Prova Brasil) e do censo escolar; N_{ji} corresponde à média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino; P_{ji} é um indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j . Na próxima seção, será demonstrado a análise exploratória de dados espaciais.

3.2 Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE)

A econometria espacial objetiva especificar, testar e prever modelos teóricos influenciados pelos efeitos espaciais. Dessa forma, utiliza-se a metodologia de análise exploratória de dados espaciais (AEDE) a fim de visualizar distribuições espaciais, outliers espaciais e clusters espaciais (ALMEIDA, 2012).

Busca-se observar se o Ideb segue distribuição espacial aleatória, ou se segue um padrão espacial sistemático. Não havendo aleatoriedade, há autocorrelação espacial (AE). O coeficiente da autocorrelação espacial é construído usando uma matriz de ponderação espacial e a razão da covariância pela variância total dos dados. Para a análise espacial será utilizado o software Geoda. Parte-se então para o teste da autocorrelação espacial, e para este, utiliza-se o I de Moran global univariado e o I de Moran Local Univariado (ALMEIDA, 2012).

Algebricamente, a estatística I de Moran Global, segundo Almeida (2012) é dada por:

$$I = \left(\frac{n}{\sum_{i=1}^n W_{ij}} \right) \frac{z'Wz}{z'z} \quad (2)$$

Em que I é o índice de Moran global, n é o número de unidades espaciais; $\sum_{i=1}^n W_{ij}$ é somatório dos elementos da matriz de contiguidade, z é o vetor de n observações e W é a própria matriz de contiguidade.

Uma indicação de autocorrelação positiva revela que há uma similaridade entre os valores do atributo estudado e de sua localização espacial, ou seja, altos valores de uma variável tendem a estar circundados por altos valores desta variável em regiões vizinhas. Por outro lado, uma indicação de autocorrelação negativa revela uma dissimilaridade, ou seja, um alto valor da

variável de interesse de uma região tende a estar rodeado por baixos valores desta mesma variável nas regiões vizinhas. Já o I de Moran Local para uma variável y padronizada, observada na região i , z_j , pode ser expresso como:

$$I_i = z_i \sum_{j=1}^j w_{ij} z_j \quad (3)$$

Onde I é o índice de Moran local, $\sum_{j=1}^j w_{ij} z_j$ são o somatório dos elementos da matriz de contiguidade multiplicado pelo vetor z de n observações. Essa estatística tem a capacidade de capturar padrões locais de autocorrelação espacial, estatisticamente significativos, os chamados *Local Indicator of Spatial Association* (LISA).

Assim, esse coeficiente faz uma decomposição do indicador global de autocorrelação na contribuição local de cada observação em quatro categorias (AA, BB, AB e BA), cada uma individualmente correspondendo a um quadrante no diagrama de dispersão de Moran (ALMEIDA,2012). Neste caso, o I de Moran local maior que zero indica valores similares em sua vizinhança, quando negativos indicam valores diferentes em sua vizinhança.

4 RESULTADOS

Para a realização do cálculo do I de Moran Global, inicialmente, verificou-se qual a matriz de contiguidade mais adequada para cada caso. Para isso, foram analisadas as matrizes Queen, Rook e com sete, dez e quinze vizinhos mais próximos. A tabela 4 mostra os resultados para cada matriz de contiguidade testada para ambos os índices. A matriz que melhor representou a interação espacial para o ano de 2011 foi a matriz queen, para ambas as etapas de ensino. Já no ano de 2021, a matriz que melhor representou a interação espacial nos anos iniciais (AI) do ensino fundamental foi a com sete vizinhos mais próximos, enquanto para os anos finais (AF) do ensino fundamental foi a matriz rook.

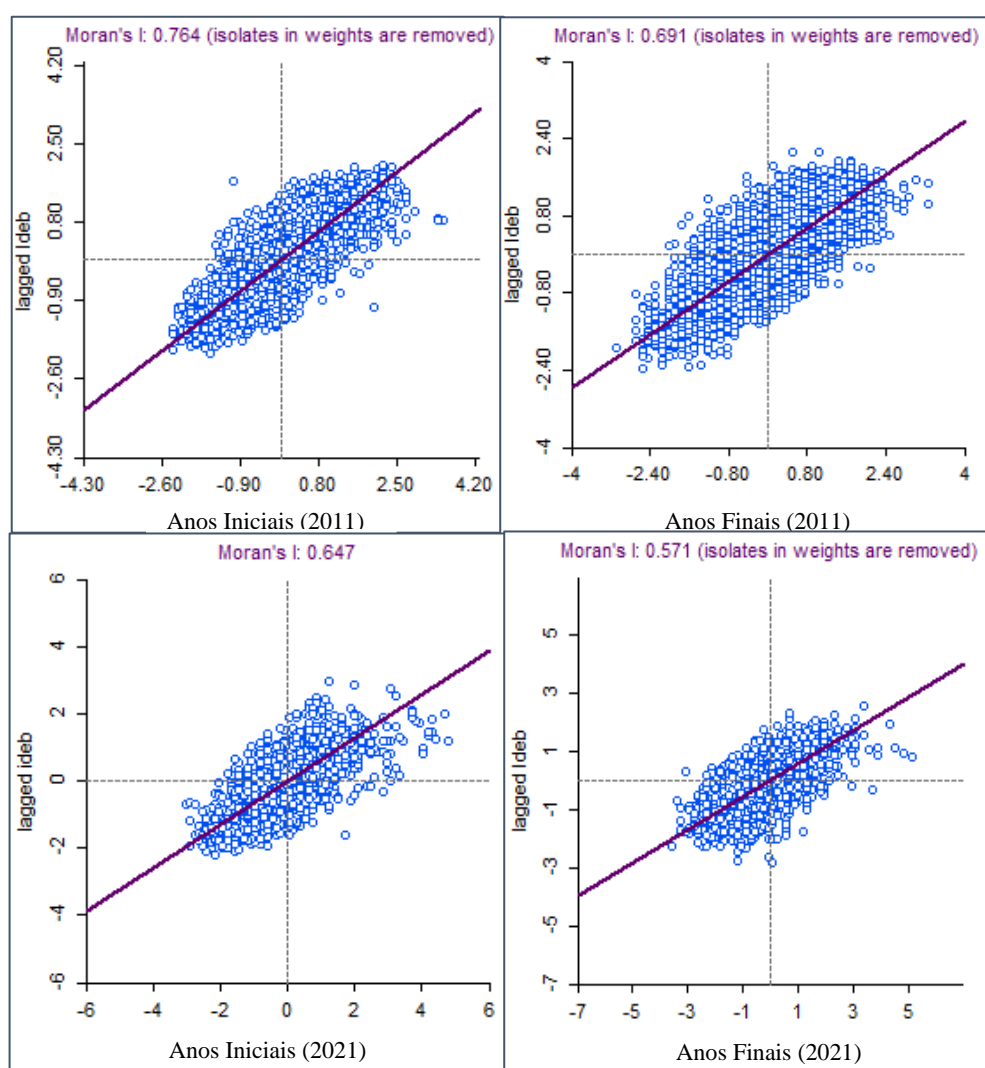
Tabela 2 – Resultados da Matriz de Contiguidade

Ano	Queen	Rook	N(7)	N (10)	N(15)
2011 (AI)	<u>0,764</u> (0,001)	0,764 (0,001)	0,759 (0,001)	0,755 (0,001)	0,747 (0,001)
2011 (AF)	<u>0,691</u> (0,001)	0,691 (0,001)	0,690 (0,001)	0,682 (0,001)	0,673 (0,001)
2021 (AI)	0,641 (0,001)	0,642 (0,001)	<u>0,647</u> (0,001)	0,633 (0,001)	0,618 (0,001)
2021 (AF)	0,568 (0,001)	<u>0,571</u> (0,001)	0,562 (0,001)	0,555 (0,001)	0,541 (0,001)

Fonte: INEP. Elaboração Própria. Nota: AI - Anos Iniciais, AF- Anos Finais. p-valor entre parênteses, pseudo-significância, com 999 permutações

Para estimar a significância do índice I Global de Moran, foi realizado o teste de pseudo-significância, com 999 permutações. A distribuição simulada do teste resultou em valor de $p\text{-value} = 0,001$, indicando que o conjunto de dados possui significância estatística. Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula quanto de aleatoriedade espacial, indicando autocorrelação espacial. Parte-se então para a verificação desses valores na forma do diagrama de dispersão do I de Moran Global univariado, conforme a figura 2.

Figura 2 - Dispersão do I de Moran Global para o Ideb nos anos finais e iniciais de 2011-2021



Fonte: Elaborado pelos autores

Os valores calculados para ambos os anos foram positivos, revelando que o Ideb está autocorrelacionado positivamente no espaço, ou seja, está ocorrendo uma concentração da qualidade da educação pública no território brasileiro, de forma que locais com alto (ou baixo) Ideb estão cercados por regiões com comportamento semelhante, formando áreas homogêneas.

Um ponto interessante a se destacar é que o ano de 2011 apresentou um valor maior do Índice de Moran para ambas as etapas de ensino analisadas, enquanto que 2021 apresenta valores menores, indicando uma diminuição da concentração da qualidade da educação pública no período recente.

Dessa forma, a fim de verificar os padrões espaciais e as regiões de maior concentração da qualidade da educação pública, a figura 3 mostra o Índice de Moran Local Univariado, apresentadas nos mapas de *cluster* LISA.

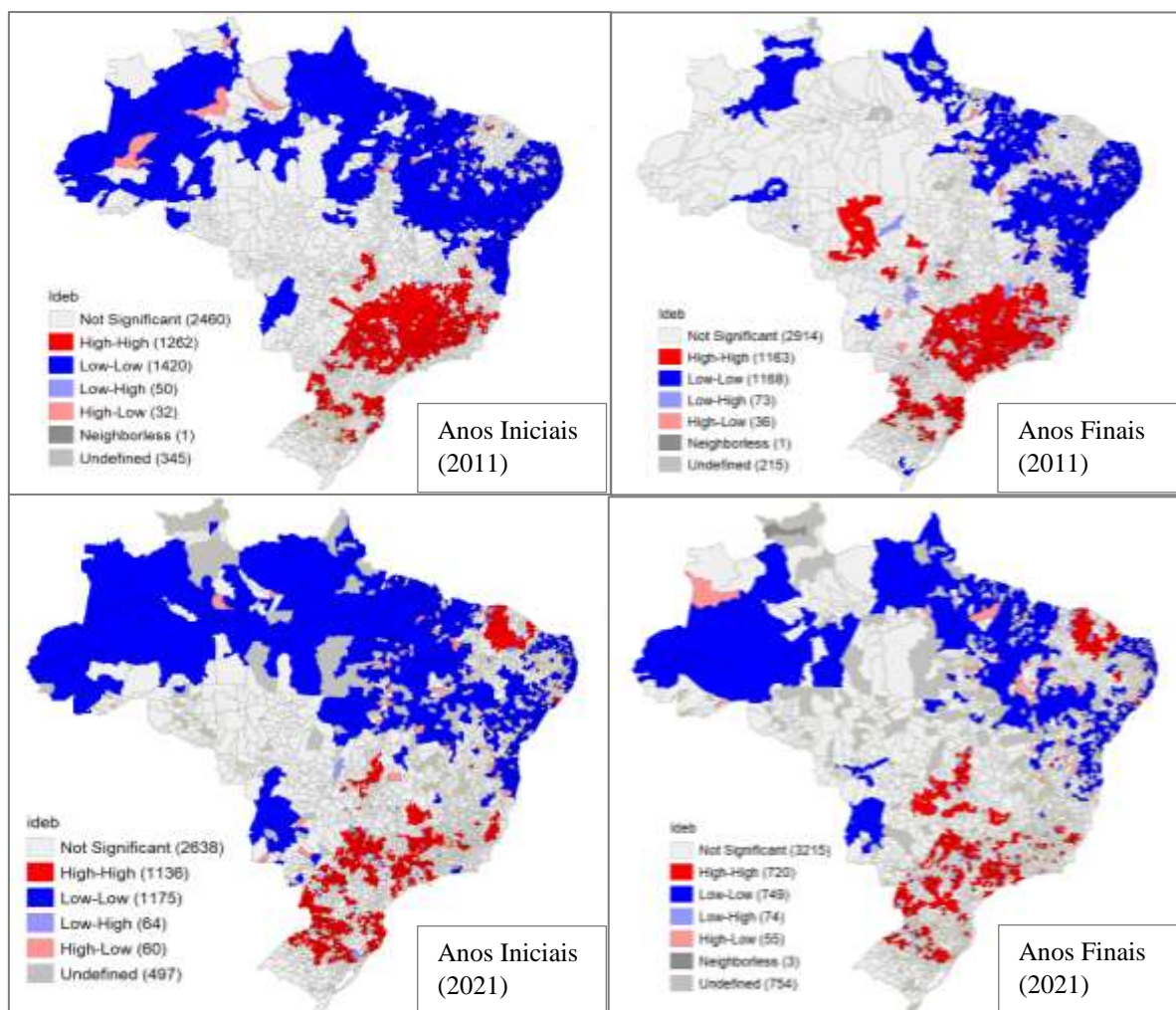
Os *clusters* podem ser formados a partir de quatro tipos de padrões diferentes: alto-alto, baixo-baixo, alto-baixo e baixo-alto. As aglomerações do tipo alto-alto indicam que, por exemplo, regiões com alto valor do Ideb estão próximas de outras regiões com alto valor do indicador.

O contrário ocorre nos casos de padrões baixo-baixo, onde regiões com baixa qualidade educacional estão também próximas de regiões que apresentam baixa qualidade educacional. Já os padrões alto-baixo e baixo-alto indicam regiões com alto Ideb estão aproximadas de outras regiões com baixo Ideb, e vice-versa.

No mapa abaixo apresentado, como pode ser observado, em ambos os anos e etapas de ensino analisados, obteve-se a formação dos quatro diferentes tipos de padrões de *cluster*. No entanto, o padrão do tipo alto-alto, representado pela cor vermelha, e o padrão do tipo baixo-baixo, representado pela cor azul, foram os que mais se descaram em quantidade, evidenciando novamente forte concentração da qualidade da educação pública no Brasil. A cor cinza indica ausência de *clusters*.

Os *cluster* baixo-baixo caracterizam as regiões com baixo valor do Ideb que estão cercadas por outras regiões possuem comportamento semelhante, ou seja, que também possuem baixo Ideb, como destacado anteriormente. As localidades que compõem esses *cluster* estão, em sua grande maioria, concentradas nas regiões norte e nordeste do país e pode ser observada para ambos os anos e etapas de ensino analisadas. Salienta-se que essas regiões que apresentam conglomerados baixo-baixo converge com o PIB *per capita* dessas regiões, que também é baixo (SIQUEIRA; BECKER; FREITAS,2022; BECKER,2020; BECKER, 2022).

Figura 3 - Análise espacial do Índice I de Moran



Fonte: INEP. Elaboração Própria

Enquanto isso, as regiões que compuseram os *cluster* do tipo alto-alto estão, em sua grande parte, distribuídas na região Sul e Sudeste do país. É possível que esses resultados estejam associados ao dinamismo econômico e desenvolvimento das regiões, que proporciona maior acesso a escolas e recursos necessários para maior qualificação. No entanto, percebe-se que esse aglomerado se dispersa nessa região, de modo que em 2021 verificou-se uma proporção visivelmente menor em comparação com 2011.

Destaca-se o *cluster* do tipo alto-alto que surge em 2021 na região do estado cearense, que apesar de estar entre os mais pobres do Brasil, seus resultados educacionais estão entre os mais altos do país. Em 2021, o Ideb das escolas públicas do Ceará ficou entre as melhores do país em todas as redes de ensino. Nos anos iniciais do ensino fundamental o indicador foi de

6,1, colocando o estado em 2º lugar no Brasil. Para os anos finais do ensino fundamental o estado ficou em 1º lugar, com índice de 5,3. Já para o ensino médio, o estado alcançou o 3º lugar com índice de 4,4 para as escolas estaduais (INEP, 2021).

Mas nem sempre foi assim, em 2005, o Ceará estava entre a metade inferior dos estados brasileiros na avaliação nacional da qualidade da educação. No entanto, tornou-se uma referência mundial em educação pública, visto que teve um avanço considerável nos últimos anos nos indicadores de proficiência escolar, fruto de políticas públicas e medidas de gestão eficientes e assertivas.

Em 2020, o Banco Mundial publicou o chamado “Getting Education Right: State and Municipal Success in Reform for Universal Literacy in Brazil”, destacando os altos índices da educação pública do estado do Ceará no Ideb. O relatório mostra que o município de Sobral foi pioneiro nas reformas que inspiraram melhorias na educação em todo o estado. Sendo assim, o documento afirma que o Ceará fornece um modelo para reformar a educação, por meio de liderança política focada combinada com uma série iterativa de reformas educacionais ao longo de mais de uma década (EVANS; LOUREIRO, 2020).

Em Sobral, as medidas se organizaram em três grandes áreas: no campo pedagógico, em 2001, antes de se tornar uma prática nacional, ampliou-se em um ano o Ensino Fundamental, com foco na alfabetização; foi desenvolvido um material didático unificado; criou-se uma escola para professores em 2005 e, a prefeitura de Sobral também passou a pagar salários maiores que o piso nacional, valorizando o magistério. Na área administrativa, a prefeitura instituiu uma nova seleção de diretores, buscando basear suas escolhas em critérios técnicos. Em relação a avaliação, Sobral criou um sistema próprio, onde cada aluno da rede pública faz duas avaliações externas por ano e, a prefeitura começou a pagar bônus mensais aos professores e uma premiação anual baseados nos rendimentos dos alunos e das escolas (ROCHA, MENEZES-FILHO; KOMATSU, 2018)

5 CONCLUSÃO

Por meio do estudo econométrico espacial conduzido, foi possível atingir os objetivos propostos, observando uma indicação da deterioração da educação Brasileira nos últimos dez anos abrangendo tanto os anos iniciais quanto os anos finais, observado na redução dos clusters alto-alto. Identificou-se também a correlação espacial, apontando para um potencial transbordando no campo da educação, ou seja, regiões próximas tendem a ter um comportamento similar.

Observou-se uma grande disparidade no quesito educação entre as regiões norte e nordeste em relação as regiões sul e sudeste. Enquanto na parte superior do país predominaram clusters de baixo índice de educação, na região inferior do país predominam clusters de alto índice de educação. De qualquer maneira, observou-se uma forte redução dos clusters alto-alto no país, especialmente nos anos finais, passando de 1163 em 2011 para 720 em 2021. Esse dado levanta uma grande preocupação e aponta para o deterioramento da educação dos anos finais no país.

Um raro outlier no presente estudo é o estado do Ceará. O mesmo apresentou uma evidente melhora na educação e criou um cluster alto-alto na região nordeste. Este caso deve ser avaliado com mais detalhamento para que se possa replicá-lo em outras regiões, tendo em vista o sucesso observado a partir deste estudo.

A partir dos resultados obtidos, faz-se extremamente relevante revisar o sistema educacional Brasileiro. Nos anos de 2011, onde havia uma situação melhor, o Brasil já obtinha resultados ruins se comparado a outros países tendo como referência a prova do PISA. De lá pra cá observou-se uma deterioração, o que ressalta a urgência de se tomar atitudes e de se revisar o formato atual da educação brasileira.

A fim de obter mais avanços neste campo, recomenda-se que estudos futuros identifiquem os fatores que estão causando tal deterioramento e que, baseado no caso do Ceará, proponha mudanças no sistema educacional brasileiro a fim de que o novo cluster alto-alto identificado nesta região possa ser observado em mais regiões, especialmente nas que historicamente apresentam resultados insatisfatório.

REFERÊNCIAS

ANNEGUES, A. C.; JÚNIOR, S. P.; FIGUEIREDO, E. Tamanho da Turma e Desempenho Acadêmico dos Universitários: evidência para a UFPB. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 99-124, jan-mar 2020.

ASSINK, M. et al. Risk factors for persistent delinquent behavior among juveniles: A meta-analytic review. **Clinical psychology review**, v. 42, p. 47-61, 2015.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2017. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 21 setembro 2022.

BARROS, A. R. **Desigualdades regionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BARTZ, M. L.; QUARTIER, E. D. S.; QUEIROZ., V. D. S. Fatores que afetam a prática de violência por alunos dentro do ambiente escolar no estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 13, n. 2, p. 142-157, 2019.

BARTZ, M. L.; QUARTIERI, E. D. S.; FREITAS, T. A. D. Indisciplina e violência escolar: uma análise das escolas públicas do Rio Grande do Sul. **Estudo e Debate**, Lajeado, v. 24, p. 241-263, Outubro 2017.

BECKER, K. L. O efeito da interação social entre os jovens nas decisões de consumo de álcool, cigarros e outras drogas ilícitas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 65-92, jan-mar 2017.

BECKER, K. L. **QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO IDEB EM 2007 E 2017**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental n°22. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua22art15>. 2020.

BECKER, K. L. An analysis of Fundeb's contribution to the quality of public education in Brazilian municipalities. **Review of Development Economics**, 2022.

CENSO ESCOLAR. Ministério da Educação. **Censo Escolar Resultados**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 29 setembro 2022.

DATTA, B. A study of Quality of Higher Education: Quality of Faculty in the Departments of Economics in Kerala. **Kerala State Planning Board**. 2017. Disponível em: <<https://spb.kerala.gov.in/sites/default/files/inline-files/Study-QualityOfHigherEducation.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2023

EVANS, D. K.; LOUREIRO, A. **Getting Education Right: State and Municipal Success in Reform for Universal Literacy in Brazil**. World Bank Group. [S.l.]. 2020.

EZE, S. G. N. Features of Quality Education. **Faculty of Education**, ESUT, Enugu, 2009. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/317570906_FEATURES_OF_QUALITY_EDUCATION>. Acesso em: 10 jan 2023.

HENRICH, C. C. et al. The association of community violence exposure with middle-school achievement: A prospective study. **Journal of applied developmental psychology**, v. 25, n. 3, p. 327-348, 2004.

INSTITUTO DATASENADO. Impactos da pandemia na educação no Brasil. **Senado Federal**, 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil>>. Acesso em: 29 setembro 29.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Ministério da Educação**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br>>. Acesso em: 21 setembro 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. NOTA TÉCNICA IDEB 2021 – INSTITUTO UNIBANCO, 2022. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/nota-tecnica-ideb-2021-instituto-unibanco/>>. Acesso em: 29 setembro 2022.

MACEDO, R. M. D. A.; BOMFIM, M. D. C. A. Violências na escola. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 28, p. 605-618, 2009.

MEINCK; FRAILLON; STRIETHOLT. The Impact of the COVID-19 Pandemic on Education: International Evidence from the Responses to Educational Disruption Survey (REDS). **International Association for the Evaluation of Educational Achievement**, 2022.

OLIVEIRA, V. R. D.; SOUZA, W. P. S. D. F.; ANNEGUES, A. C. Eficiência e Autonomia Escolar: Evidências para o período 2007-2013. **Economia Aplicada**, v. 22, n. 2, p. 197-238, 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **PISA 2018 Results**. OCDE.. 2019.

RAPOSO, I. P. D. A.; GONÇALVES, M. B. C. A Saúde dos Amigos de Sala de Aula Interfere no Desempenho Escolar do Aluno? **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 311-337, abr-jun 2018.

ROCHA, R. H.; MENEZES-FILHO, N.; KOMATSU, B. K. AVALIANDO O IMPACTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM SOBRAL. **Economia Aplicada**, v. 22, n. 4, p. 5-30, 2018.

RUDENKO, E.; BACHIEVA, R.; ALIGADZHIEVA, A.; TEMIRHANOVA, Z.; ARCHILAEVA, A. Distance learning during the pandemic: managing the challenges. **E3S Web of Conferences** 210. 2020. Disponível em: <https://www.e3s-conferences.org/articles/e3sconf/pdf/2020/70/e3sconf_itse2020_18038.pdf> Acesso em: 11 jan. 2023.

SANTO, M. M. D.; MARIANO, F. Z.; COSTA, E. M. Efeitos da Educação dos Pais sobre o Rendimento Escolar dos Filhos via Mediação das Condições Socioeconômicas. **Economia Aplicada**, v. 23, n. 2, p. 145-182, 2019.

SIQUEIRA, W. L.; BECKER, K. L.; FREITAS, C. A. D. Determinantes da proficiência dos alunos das escolas públicas brasileiras. **ANPEC NACIONAL**, 2022.

SJPE&D | IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento

Linha 3: Economia Social, Desigualdade e Desenvolvimento Sustentável

A FACE FRÁGIL: FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Luise Rodrigues Antunes¹

Alessandra Troian²

Resumo: A feminização da pobreza é um termo que faz alusão ao crescente aumento da desigualdade de padrões de vida entre homens e mulheres em razão das distinções de gênero. Nesse sentido, a presente pesquisa buscou evidenciar o processo de feminização da pobreza no Brasil. Para alcançar o propósito do estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica em base de dados como: Google Acadêmico, Periódicos CAPES, Portal Scielo, Scopus e Oxfam. Os resultados indicam que as mulheres são mais afetadas pela pobreza, devido às suas diferenças laborais, seus salários reduzidos e pelo aumento de famílias chefiadas por elas. Outro ponto a ser considerado é por representarem 70% da população pobre no mundo.

Palavras-chave: Mulheres; Pobreza; Renda

Abstract: The feminization of poverty is a term that alludes to the growing inequality of living standards between men and women due to gender distinctions. In this sense, this research sought to highlight the process of feminization of poverty in Brazil. To achieve the purpose of the study, a bibliographical research was carried out in databases such as: Google Scholar, Periodicals CAPES, Portal Scielo, Scopus and Oxfam. The results indicate that women are more affected by poverty, due to their labor differences, their reduced wages and the increase in families headed by them. Another point to be considered is that they represent 70% of the poor population in the world.

¹ Mestranda em Administração. UNIPAMPA. Email: luiseantunes.aluno@unipampa.edu.br.

² Doutora em Desenvolvimento Rural. UNIPAMPA. Email: alessandratroian@unipampa.edu.br.

Keywords: Women; Poverty; Income

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social é composta por fenômenos econômicos, sociais, políticos e culturais que derivam de cada sociedade, em que o principal gerador de desigualdade é a pobreza e o crescente estado de miséria com as enormes disparidades sociais. No Brasil, quando se trata de desigualdade social, não é referente a centenas de pessoas, mas sim milhões vivendo na pobreza e pobreza extrema, pessoas sobrevivendo com $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo, ou nem isso, o que caracteriza o Brasil como um país com mais da metade de população sem recursos para a sobrevivência básica (SOUZA; SILVA, 2019). O Brasil encontra-se como o 7º país com maiores desigualdades no mundo. Concentrando 48% de toda riqueza nacional no 1% mais rico da população, o que faz com que 50% da sociedade viva apenas com 3% da riqueza do país. Às diferenças de renda e riqueza somam-se as de gênero, étnica, raça, educação, entre outras (ALBUQUERQUE; RIBEIRO, 2020).

Conforme Couto (2007), as mulheres que enfrentam a pobreza são uma parcela vulnerável da população, pois, sofrem consequências pelo fato apenas de serem “mulheres”, o que as levam para um cenário de miséria, fome, falta de moradia, trabalho precário, falta de políticas eficazes, escasso acesso a saúde, educação e lazer. O processo de feminização da pobreza é considerado como um fenômeno contemporâneo de destaque, diante do aumento de pobres em escala no mundo, surgindo assim uma categoria de indivíduos com características propensas a enfrentar fragilidades por ser do sexo feminino e ser carente (LAVINAS, 1996).

A conjuntura da pobreza entre as mulheres ter se agravado ao longo dos anos não é um ponto pacífico entre os pesquisadores do tema, pois, as reflexões e questões que permeiam a discussão são uma dificuldade frequentemente nomeada por aqueles que tentam verificar a hipótese que a pobreza feminina é maior que a masculina, visto que, dados existentes para medir o grau da pobreza mostram distribuição dos recursos igual dentro dos domicílios para ambos os sexos (COSTA *et al.*, 2005).

Lima (2018), destaca que as mulheres passaram ao longo dos séculos pelas profissões menos valorizadas e menos reconhecidas pelo mercado de trabalho, como por exemplo o de empregadas domésticas. Profissão esta que existe desde a época da escravidão e ao longo dos anos foi marcado como o lugar típico das mulheres. Nesse sentido, muitas continuam nos seus

afazeres e recebendo muito pouco pelo que trabalham, aos olhos das sociedades elas se encontram no setor mais desqualificados do mercado laboral (RIBEIRO FILHO; RIBEIRO, 2016). Sendo um dos motivos para as mulheres enfrentarem a pobreza em um grau diferente dos homens.

Assim, o presente estudo tem como objetivo evidenciar o processo de feminização da pobreza no Brasil. O estudo justifica-se pela parcela crescente de mulheres em situação de vulnerabilidade, sendo que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), expos em seu Relatório de 1995, que 70% dos pobres no mundo eram mulheres. Ao passo, esse processo vem deixando a pobreza com o rosto feminino (COSTA *et al.*, 2005).

Outro ponto a ser considerado é relativo à pobreza e exclusão social atingir ambos os sexos de uma forma diferente, pois, para as mulheres suas realidades de carências sociais são mais extensas, uma vez que são responsáveis por atividades não remuneradas, tanto laborais, quanto familiares (MELO, 2005).

Visando responder o objetivo, a pesquisa possui abordagem qualitativa, caráter descritivo e a técnica de coleta de dados adotada foi a pesquisa bibliográfica. Segundo Creswell (2021), a pesquisa qualitativa é uma abordagem voltada para a exploração e para compreensão dos significados que grupos ou indivíduos atribuem a um problema social. Já o caráter descritivo, conforme Gil (2017), visa de descrever características referentes a um fenômeno ou uma população. A técnica da pesquisa bibliográfica é realizada através de dados e materiais já publicados, esta modalidade tradicionalmente é coletada através de livros, revistas, jornais, teses, dissertações, e anais de eventos científicos (GIL, 2017).

As plataformas de dados utilizadas na pesquisa foram: Google Acadêmico, Periódicos CAPES, Portal Scielo, Scopus e Oxfam, por meio de artigos, dissertações e teses relacionadas à temática. A busca considerou as publicações dos últimos vinte e dois anos (2000 - 2022). Nas plataformas foram anexados os termos “feminização da pobreza, gênero e pobreza, pobreza e desigualdade social”. Por fim, foi empregado a análise interpretativa das informações reunidas. Conforme Gil (2019), a análise interpretativa serve para interpretar ações, acontecimentos e demais elementos que para serem significativos vão além da descrição.

O presente texto está estruturado em quatro seções, a contar desta breve introdução. A próxima seção contempla o referencial teórico que tratará da feminização da pobreza. A seguir serão apresentados os resultados encontrados a partir da revisão bibliográfica da literatura abordando desigualdade e gênero: a face frágil, por uma última seção de conclusão, e por fim, as referências que concederam suporte ao estudo.

2 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

O Brasil é um país com muitas desigualdades sociais, ao mesmo tempo que tem uma tendência a assimétricos níveis de distribuição de renda trazendo como consequência o aumento da pobreza (BARROS *et al.*, 2000). A pobreza é um fenômeno, pois, o Brasil é um país com produto nacional suficientemente elevado para garantir o mínimo para todos, assim, a pobreza resulta da má distribuição de renda. (ROCHA, 2000). Definir a pobreza é um fenômeno complexo devido o mesmo ser atribuído a diversos fatores sociais, econômicos, históricos e culturais, os quais, tem o foco principal a concentração de renda e a sua escassez para a maioria da população, sendo perceptível o consenso do cenário econômico do Brasil não ser um país pobre, mas com a renda má distribuída entre a população, impossibilitando a vida igualitária sem tamanha disparidade econômica e social (SOUZA; SILVA, 2019).

Silva (2006), aponta que nesse cenário de desigualdade as mulheres acabam sendo as mais limitadas de tempo e recursos, devidos as suas triplas cargas horarias (trabalho doméstico, cuidados com filhos e empregos). Conforme Pereirinha *et al.*, (2008), a perspectiva do gênero na pobreza não é um fenômeno neutro, pois é vivido diferente por homens e mulheres. Para as mulheres as suas trajetórias de carência social são mais longas, devido as suas triplas jornadas.

O termo de “feminização da pobreza” incorporado em 1978 por Diana Pearce em seu artigo publicado na *Urban and Social Change Review*, a qual a principal conclusão foi que a pobreza estava se tornando cada vez mais uma mazela feminina. O termo ficou popularizado no Brasil a partir de 1990, alguns anos após eclodir o feminismo na década de 1970 (SOUZA, *et al.*, 2020). O termo feminização da pobreza remete a existência de um aumento na diferença dos níveis de pobreza entre homens e mulheres, também apontam que esse não é um termo recente e não surgiu na década de 1970, mas sim de um processo histórico de desigualdades patriarcais (SOUZA, *et al.*, 2020).

Szul e Silva (2017), apontam que na discussão do termo feminização da pobreza é pertinente apontar dois pontos: o gênero e a pobreza são considerados aliados dos vieses de desigualdade da sociedade, ou seja, o gênero é uma categoria história que resulta das relações sociais e a pobreza não é apenas isolada a renda, mas sim, aliada dos indicadores multidimensionais. COSTA *et al.*, (2005), discutem que o termo feminização da pobreza pode ter seis definições:

a) aumento da proporção de mulheres entre os pobres; b) aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres; c) aumento absoluto na incidência ou na intensidade da pobreza entre as mulheres; d) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens; e) aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres; e f) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens.(COSTA et al., p.16 2005).

Os relacionamentos de gênero são compreendidos como uma construção social baseada na distinção biológica dos sexos, acarretando relações de poder e subordinação, assim, conseqüentemente gerando discriminação entre funções e atividades desempenhadas por homens e mulheres (SILVA, 2012). Conforme Cyfer (2010), o termo feminismo é caracterizado, pela associação de uma suposta inferioridade feminina, exprimindo sexismo do discurso que inferioriza mulheres.

Existem algumas determinantes que cooperam para que mulheres sejam mais propensas a experimentar a pobreza: a disparidade na participação trabalhista, salários reduzidos; depreciação social das tarefas desempenhadas pelas mulheres; desigualdade em oportunidades de tomadas de decisão, demonstrando a baixa presença feminina em cargos de lideranças e no setor público (COSTA *et al.*, 2005).

Conforme Butler (2014), as desigualdades de gênero são reforçadas em quatro eixos e se iniciam desde o nascimento, estendendo-se ao longo de toda a vida, são elas: sexualidade; reprodução; cidadania e divisão do trabalho. Tais âmbitos que acentuam a evolução das mulheres. É perceptível a presença de mulheres em grande proporção negras entre as pessoas pobres, sendo um reflexo de um processo histórico de reprodução de desigualdade sociais, as quais, tem como pilares estruturados os marcadores de gênero, raça e etnia, assim, é possível definir sexo e cor como medidores de desigualdades sociais. (MARIANO, 2009).

A gravidez indesejada também pode ser identificada como um fator para prejudica a mobilidade social das mulheres e seu desenvolvimento, pois, são elas que desempenham as funções de cuidados com as crianças e idosos, principalmente em famílias monoparentais femininas. Prejudicando a mulher de três maneiras: quando acontece de interrupção de gravidez de maneira insegura e resulta em maiores mortalidades e morbidades materna; com mais filhos que deseja significa menores recursos materiais e conseqüentemente culturais e o mais número de filhos indesejados

Para Carmo (2019), a relevância de estudar a pobreza com o foco em mulheres se dá pelo fato de que a feminização da pobreza ocorre com o sexo feminino e as empobrecem em

maior escala pelo fato de serem mulheres e pelas mazelas que enfrentam desde seu nascimento. Assim as políticas públicas por não atenderem a esse fato não reduzem o efeito da pobreza sobre elas. Para tanto, a próxima seção será composta pelos resultados encontrados a partir da revisão bibliográfica da literatura, e abordara a temática, desigualdade e gênero: a face frágil.

3 DESIGUALDADE E GÊNERO: A FACE FRÁGIL

Em torno de 51 milhões de brasileiros vivem na condição de pobreza, com uma renda per capita de R\$ 450 por mês, conforme o marco de rendimento utilizado pelo Banco Mundial de US\$ 5,50 por pessoa/dia (OXFAM, 2022). A maior parcela da população em vulnerabilidade social se dá por grande parte da sociedade se encontrar desempregada, ocupando cargos informais, pela carência de proteção social, e pela instabilidade do mercado de trabalho (CEPAL, 2000 *apud* CECCON; PORTES, 2019).

No ano de 1995, aproximadamente 30% da população do Brasil ganhava menos que um salário-mínimo (menos que US\$ 150,00). Em 1990, a mulheres negras, estavam ganhando em média dois salários-mínimos por mês, enquanto as brancas o dobro, já os homens negros três salários e meio e os brancos sete salários e meio (MELO 1996 *apud* CASTRO 2001). É perceptível que as diferenças salariais entre homens e mulheres ainda persistem ao longo dos anos. Conforme dados da PNAD continuada, mulheres ganhavam aproximadamente 72% do que ganhavam os homens em 2016, caindo para 70% em 2017. Ainda em 2017, a renda média feminina era de R\$ 1.798,72, enquanto a masculina era de R\$ 2.578,15 (OXFAM, 2018).

Outro ponto a ser considerado é referente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 10, que faz parte da Agenda 2030, composta por temas ligados a dimensões ambientais, social, econômico, institucional do desenvolvimento sustentável, sendo integrada por 17 objetivos, 169 metas e 232 indicadores. (SILVEIRA; PEREIRA, 2018). O ODS 10, indica “a redução de desigualdades dentro dos países e entre eles”. Ao longo de 2016 e 2017, os 40% mais pobres obtiveram uma renda pior que a média nacional, indo contra o princípio da ODS 10. Ressaltando-se que nesse período, o pior desempenho foi das mulheres e da população negra (OXFAM, 2018).

A partir da revisão de literatura identificou-se que o processo de feminização da pobreza se dá pela, principalmente pela diferença salarial entre homens e mulheres. Corrêa (2004), indicam em seu estudo que dados e índices, corroboram com a evolução do papel

feminino em ambientes socioeconômicos, no entanto, sua participação ainda é problematizada e desigual se comparada com o sexo masculino.

Conforme Ceccon e Portes (2019), circunstâncias de pobreza em sociedades patriarcais aumentam as desigualdades de gênero, pois, possibilitam detectar a permanência de níveis mais elevados de pobreza entre as mulheres, como já visto no relatório da PNUD, que representavam 70% da população pobre. Pois com o cenário dos últimos anos de aumentar as famílias chefiadas por mulheres, salários mais baixos, ocuparem os piores postos, as suas desigualdades perante os homens continuam marcadas pelas diferenças e subordinação (CECCON; PORTES, 2019).

Silveira e Silva (2013) apontam que ocorreu um aumento significativo no número de famílias chefiadas por mulheres, sendo um dos fatores impactantes no aumento da sua pobreza e exclusão social, pois, a conjuntura da maternidade e a necessidade de adentrar no mercado de trabalho seria um dos elementos para explicar suas maiores vulnerabilidades, devido a estas se submeterem a situações de subocupações.

Com a pandemia do coronavírus em 2019, também foi acentuada as desigualdades com as mulheres, devido ao aumento da violência doméstica, sobrecarga de suas tarefas desempenhadas com a casa e filhos, pois, com a conjuntura do isolamento social as famílias ficaram por tempos indeterminados em casa, fazendo com que as mulheres necessitassem dar conta de todas as tarefas ao mesmo tempo (SILVA et al. 2020).

A Fundação João Pinheiro (2020), aponta quatro motivos para a feminização da pobreza estar acentuada no Brasil, a saber: a) a divisão sexual do trabalho, a qual gera menor participação feminina na força laboral e as coloca em trabalhos precários; b) discriminação do mercado de trabalho fazendo com que as mesmas ganhem os menores salários; c) as mudanças sociais e o aumento de divórcios, com as mulheres prevalecendo com as guardas dos filhos e se tornando as chefes de famílias e d) o impacto das políticas sociais que atingem as mulheres de uma forma contundente.

Assim, com o exposto torna-se pertinente refutar o argumento já apresentado de Costa *et al.*, (2005), de que não é consenso entre os estudiosos que a situação de pobreza entre as mulheres ao longo dos anos tem aumentado, e que enfrentam uma distribuição de recursos irregular dentro de seus domicílios, pois, os dados aqui apresentados dão margem para corroborar com a feminização da pobreza, onde as mulheres encontram-se mais propensas a enfrentarem desigualdades sociais em âmbito público e privado. A próxima seção será composta pelas considerações finais do estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feminização da pobreza mostrou ser um fenômeno que abrange grandes desigualdades no Brasil, deixando as mulheres como antagonistas mais uma vez da história masculina, pelas tripas jornadas que precisam enfrentar e as fazem mais propensas a enfrentar a pobreza. Nesse sentido, os resultados da pesquisa indicam que a feminização da pobreza se dá pela diferença salarial entre homens e mulheres, pelo aumento de famílias chefiadas por mulheres e por fim pela parte da população mais afetada com a desigualdade social ser as mesmas. Em decorrência dos fatos aqui apresentados, é demonstrando a importância da atenção a esses fatores por agentes públicos, ajudando a diminuir o impacto negativo do gênero na pobreza.

As principais contribuições deste estudo são em evidenciar o processo de feminização da pobreza no Brasil e mostrar que as mulheres são as mais afetadas pela insuficiência de renda, por trabalhos precários, e pela conjuntura do gênero. O Brasil vem caminhando para mudar a face da pobreza e as desigualdades de gênero com a agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo sua grande aposta para diminuir as desigualdades sociais enfrentadas pelo país.

Como limitações desse estudo destaca-se a ausência de coleta de dados primários para entender como o processo de feminização da pobreza se dá a partir da vivência das mulheres e do seu dia a dia. Nesse sentido, como sugestões de estudo futuro pretende-se dar continuidade a essa pesquisa coletando os dados primários e indo a campo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M.V; RIBEIRO, L. H. L. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia d COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 36, v. 12, Rio de Janeiro, dezembro, 2020.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, p. 249-274, 2014.

FERREIRA, N. et al. **Formas para a diminuição da miséria no Brasil**. Revista Projetos Extensionistas, v. 1, n. 2, 2021.

BARROS, R. P; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, p. 123-142, 2000.

BRASIL, Oxfam. Nós e as desigualdades. Relatório da pesquisa de opinião Oxfam Brasil/Datafolha, 2022 Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/>

CASTRO, M. G. **Feminização da pobreza em cenário neoliberal**. Mulher e trabalho, v. 1, 2001.

CARMO, C. L. B. **Feminização da pobreza no Brasil no período 2004-2015**, monografia (bacharel em economia) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília 2019.

CECCON, R. F; PORTES, V. M. Mulheres em situação de pobreza extrema: gênero, raça e classe social. **Saúde Redes**, p. 43-57, 2019.

CRESWELL, J. W. **Métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 5° ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

COSTA, J. S. et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. **IPEA**, texto para discussão n°1137, novembro, Brasília, 2019.

COUTO, V. O. **Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência**. monografia (bacharel em psicologia) Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2007.

CORRÊA, A. M. H. **O assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes: evidências nas histórias de vida**. Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CYFER, I. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. **Revista de sociologia e política**, v. 18, p. 135-146, Curitiba, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. DA POBREZA, A. FEMINIZAÇÃO. **Pobreza, Substantivo Feminino**. Boletim N°8, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas Ltda, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIMA, D. R. **Com afincos e com afetos: um estudo das atividades laborais das empregadas domésticas no município de Vitória/ES**. Monografia (bacharel em direito) Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2018.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza o caso brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 464-464, 1996.

MARIANO, S. A; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 901-908, Florianópolis, 2009.

MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. CEPAL, 2005.

OXFAM. País estagnado: Um Retrato das Desigualdades brasileiras. Brief comunicação: São Paulo, 2018 Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_esta. Acessado em: 29/09/2022

PEREIRINHA, A (coord); NUNES, F; BASTOS, A; CASACA, S. F; FERNANDES, R; MACHADO, C. Gênero e Pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino. **Coleções estudos de gênero**, 2008.

RIBEIRO FILHO, F. D; RIBEIRO, S. R. P. Evolução histórico-jurídica do trabalho doméstico. **Lex Humana**, v. 8, n. 2, p. 45-71, Petrópolis, 2016.

ROCHA, S. Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. **IPEA**, texto para discussão nº 721, Rio de Janeiro, abril de 2000/2000.

SILVEIRA, V. O; PEREIRA, T. M. L. Uma nova compreensão dos direitos humanos na contemporaneidade a partir dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 18, n. 3, p. 909-931, 2018.

SILVEIRA, E. C; SILVA, S. F. M. Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. **IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**, v. 29, Fortaleza, 2013.

SILVA, C. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Revista Direito em Foco**, v. 5, p. 1-9 São Paulo, 2012.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, L. S. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. *Revista Feminismos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2020.

SILVA, M. F. Chefia feminina domiciliar: indicador de maior pobreza das mulheres? **Revista Gênero**, v. 7, n. 1, Niterói, 2006.

SOUZA, M. I. D. de; DE FÁTIMA E SILVA, M. do R. Pobreza, Desigualdade Social e Território: ambiência de atuação da Política Pública de Assistência Social (Poverty, Social Inequality and Territory: acting ambience of Public Policies in Welfare). **Emancipação**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1-17, 2019.

SOUZA, V. PENTEADO, C. NASCIMENTO, R. RAIHER, A. P. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **Informe Gepec**, v. 24, n. 1, p. 53-72, 2020.

SORDI, J.O. D. **Elaboração de pesquisa científica**, 1ºed. São Paulo: Editora Saraiva,2013.

SZUL, K. D; SILVA, L. M. da. **Feminização da pobreza no Brasil**. 2017.

SJPE&D | IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento

TRABALHO COMPLETO

Linha 3: Economia Social, Desigualdade e Desenvolvimento Sustentável

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

Mitali Daian Alves Maciel¹

Alessandra Troian²

Resumo: Os agricultores familiares agroecológicos têm adotado práticas inovadoras como forma de potencializar a reprodução socioeconômica familiar em um cenário adverso e em oposição ao modelo hegemônico de produção agrícola. O estudo visa descrever a contribuição da agricultura familiar agroecológica de Santana do Livramento no desenvolvimento sustentável. A pesquisa se caracteriza como qualitativa e as técnicas de coleta de dados utilizadas foram entrevistas e observação participante. Entrevistaram-se nove agricultores entre outubro de 2021 e janeiro de 2022, os dados foram tratados pela análise de conteúdo. A produção familiar agroecológica em Santana do Livramento contribui para o desenvolvimento sustentável rompendo com o paradigma do modelo convencional de agricultura, protagonizando a produção e oferta de alimentos saudáveis, vinculando-se a promoção das dimensões ecológica, social, econômica e cultural.

Palavras-chave: Agrobiodiversidade; Sustentabilidade; Segurança alimentar.

1 INTRODUÇÃO

As questões associadas à qualidade dos alimentos, saúde pública, segurança alimentar, condições sociais de agricultores e, especialmente, sustentabilidade são temáticas cada vez mais emergentes, consolidando discussões e preocupações sobre o tipo de alimento que chega às mesas das populações e as externalidades geradas na sua produção (MUÑOZ, 2021). O contexto aponta para a necessidade da transição para sistemas alimentares sustentáveis à exemplo da produção agroecológica (MACIEL; TROIAN; OLIVEIRA, 2022). Os sistemas

¹ Mestra em Administração. Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento. E-mail: mitali.maciel@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento rural. Docente na Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento. E-mail: alessandratroian@unipampa.edu.br

alimentares sustentáveis podem se apresentar como um desafio e, principalmente, uma oportunidade para a agricultura familiar (MACIEL; TROIAN, 2022).

A expressão ‘agricultura familiar’ não é um termo novo no Brasil, sendo entendida como um conjunto de unidades produtivas agropecuárias que compreendem atividades realizadas em pequenas e médias propriedades com mão de obra familiar (ABRAMOVAY, 2007). Caracteriza-se por ser diversa e heterogênea, resultado da formação histórica da estrutura agrária brasileira, e, representa uma das expressões mais importantes na produção de alimentos e na geração de empregos no Brasil (AQUINO; SCHNEIDER, 2021). Assim, a agricultura familiar é o setor com potencial de fornecer a produção de alimentos saudáveis por meio de técnicas que cooperam com a preservação da biodiversidade e do meio ambiente natural, além de garantir o consumo de produtos naturais de qualidade e procedência, colaborando para o desenvolvimento sustentável (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).

Como forma de manter a reprodução socioeconômica da família, agricultores familiares agroecológicos têm buscado soluções inovativas. E, ao se revelar eventos inovadores, a produção de novidades vem a ser um termo-chave. Conforme Oliveira et al. (2011, p. 92), a produção de novidades é percebida como “um processo contínuo de criação de novas e melhores maneiras de otimizar o uso dos fatores de produção e de praticar agricultura, que tem como base as práticas e os saberes locais e a integração de conhecimentos científicos com conhecimentos tradicionais”. Ademais, as novidades rompem com as regras e os padrões do paradigma da modernização agrícola, são, potencialmente, produtoras de mudanças e se manifestam em novas práticas e processos, as quais carregam a expectativa de atuar de uma nova forma. Assim, os modelos convencionais para modelos sustentáveis de agricultura reorientam os processos produtivos de forma a reduzir os danos ambientais e ampliar os aspectos de inclusão socioeconômica, o que impacta na oferta de produtos e alimentos saudáveis (CHARÃO-MARQUES, 2011).

Para tanto, a presente pesquisa visa descrever a contribuição da agricultura familiar agroecológica de Santana do Livramento no desenvolvimento sustentável. Em Santana do Livramento constam 2.962 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 673.164 hectares. Desse total, 58% se enquadram na dinâmica da agricultura familiar, dos quais a área ocupada é de 56.494 hectares, menos de 9% da terra (IBGE, 2019). Ocorrem ainda problemas de ordem ambiental, econômica e social, resultantes da desigualdade agrária, das grandes propriedades rurais, dos monocultivos, principalmente da soja, como hegemonia do agronegócio brasileiro (MACIEL; TROIAN, OLIVEIRA, 2022).

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AGROECOLOGIA E INOVAÇÃO: AS CONEXÕES COM AGRICULTURA FAMILIAR

O presente estudo adotou a linha teórica preconizada por Sachs (2002; 2008), baseada em pilares, em que o desenvolvimento é aquele que se reproduz por uma via economicamente viável, através de ações socialmente responsáveis e práticas ambientalmente prudentes. Para Sachs (2008), os pilares econômico, social e ecológico se complementam e se interceptam, isto é, quando se aproxima o âmbito econômico do social, tem-se um desenvolvimento equitativo; na união do campo social e o ecológico, obtém-se um desenvolvimento suportável; ao se aproximar o contexto ecológico e o econômico, alcança-se o desenvolvimento viável, e; na medida em que se consegue unir as três ideias em uma mesma abordagem, conquista-se o desenvolvimento sustentável. A relação se concentra em atender as necessidades das pessoas, proteger o meio ambiente e tornar isso economicamente viável.

Sachs (2002) definiu oito dimensões para a sustentabilidade, a saber: ecológica, econômica, social, cultural, ambiental, territorial, de política nacional e de política internacional. Sendo as quatro primeiras o escopo desta pesquisa. Inicialmente, na dimensão ecológica, atenta-se para a manutenção dos ecossistemas naturais, redução do volume de resíduos e de poluição gerada através da produção ao ambiente e nenhuma adição de insumos externos na agricultura, como adubos químicos, agrotóxicos, fertilizantes, pesticidas e/ou herbicidas. No que se refere à dimensão econômica, observa-se a organização e manutenção econômica, alocação e gestão eficiente dos recursos monetários e a capacidade de investimentos nos instrumentos da produção. No que tange à dimensão social, refere-se aos princípios da segurança alimentar, igualdade social por meio de infraestrutura, satisfação das necessidades básicas, qualidade de vida. No que concerne à dimensão cultural, equilíbrio entre a tradição dos costumes e inovação, reconhecimento da história, tradição e identidade e promovendo a inovação (SACHS, 2002).

A inovação, por sua vez, na perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável, necessita estar alinhada às dimensões da sustentabilidade e aos aspectos que propiciam acontecimentos diferenciados, os quais têm potencial de introduzir novos processos e produtos ao mercado, através de relações eficazes e usos eficientes dos fatores produtivos (SCHUMPETER, 1997). Para Schumpeter (1997), as relações inovadoras se estabelecem nos seguintes pilares: 1) na introdução de um novo bem/produto; 2) na introdução de um novo método/processo de produção, na adoção de novos modelos produtivos fundamentados em uma descoberta cientificamente inovadora; 3) na conquista/abertura de um novo mercado; 4) no

descobrimto de uma nova fonte de matéria-prima; 5) na criação, implantação ou fragmentação de um novo modo de organização.

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, caracteriza-se pelo caráter exploratório e descritivo e método de estudo de caso. O fenômeno estudado foi a produção agroecológica desempenhada pela agricultura familiar em Santana do Livramento. Consideraram-se como ações inovativas aquelas que se diferenciam, contrapondo-se ao que se configura como padrão na agricultura do município. Caracteriza-se como convencional, em Santana do Livramento, a monocultura, a produção em larga escala, a homogeneização no campo e a adição de agroquímicos no processo produtivo. Assim, os (as) agricultores (as) familiares entrevistados (as), encontram-se na contramão da lógica convencional do município, no contramovimento hegemônico da agricultura moderna (MACIEL, 2022). A Figura 01 situa geograficamente Santana do Livramento.

Figura 1- Mapa do Rio Grande do Sul, em destaque o município de Santana do Livramento/RS



Fonte: Elaboração própria, com base no Google Maps (2022).

A coleta de dados utilizou a entrevista semiestruturada, mediante o uso de roteiros e observação não participante. As entrevistas ocorreram entre outubro de 2021 e janeiro de 2022. Foram efetuadas nove entrevistas com agricultores familiares agroecológicos. A observação foi realizada nas unidades de produção familiares e no local de comercialização de duas agricultoras. As observações foram anotadas num caderno de campo e serviram para a triangulação dos dados. A escolha dos entrevistados se deu pelo método de bola de neve e a

delimitação do número de entrevistas ocorreu pelo critério de saturação, quando os dados apresentaram sinais de exaustão.

O tratamento dos dados, após coleta e transcrição das entrevistas, deu-se pela técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), gerando categorias, a partir de padrões que emergiram de conteúdos similares entre as entrevistas e observações. Para preservar a identidade dos participantes do estudo eles foram chamados de entrevistados, seguindo a ordem de realização das entrevistas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pampa, sob o número de registro CAAE 50839221.2.0000.5323.

4 A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AS PRÁTICAS INOVADORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Entre os (as) agricultores(as) familiares agroecológicos(as), as principais características são: a predominância do sexo feminino, idade entre 30 e 72 anos, preponderância de formação em nível superior, naturalidade santanense e a maioria de núcleos familiares composto por dois integrantes. A maior parte das unidades de produção familiares se localiza na zona rural do município, com área de plantio variando entre um e 33 hectares. Ainda, destaca-se que dois agricultores possuem a certificação social através da Organização de Controle Social (OCS)³, denominada Agroecologia Pampa, Terra e Fronteira, formalizada no ano de 2015.

A análise inicia pelo pilar **fonte de matéria-prima**, em que as práticas inovadoras identificadas são as trocas de sementes crioulas, a produção de insumos realizada localmente pelos próprios agricultores e o resgate de práticas e saberes das gerações passadas (uso de biofertilizantes e inseticidas naturais). Quatro agricultores evidenciaram a prática de **trocas de sementes crioulas**, em que, sempre que possível, têm o hábito de trocar sementes com agricultores locais que compartilham de formas similares de produção, de acordo com o discurso: [...] “*a gente consegue mudas em trocas de sementes, nas trocas de sementes crioulas [...]*” (Entrevistada AF 07). Limberger e Costa (2021) destacam que as famílias agricultoras desempenham um papel central na conservação de sementes crioulas e na consolidação do sistema agroecológico.

Para seis entrevistados a **produção de adubo é local**, ou seja, dentro da unidade de produção. A fala a seguir ilustra as principais formas de adubação empregadas, as quais buscam

³Caracteriza-se como um mecanismo participativo de legalização da produção orgânica, que concede um atestado de cadastro de produtor orgânico, por meio de registro realizado junto ao Ministério da Agricultura, o qual consta na relação geral do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), concedendo o direito de comercializar produtos orgânicos não certificados, diretamente ao consumidor.

manter o equilíbrio do processo produtivo: “[...] a gente usa o esterco de vaca, de ovelha, de galinha, as folhas de árvores, frutas, tudo que cai da natureza [...]” (Entrevistada AF 01). Conforme Dahlke et al. (2019), a adubação orgânica é uma alternativa para a produção de alimentos saudáveis, ao impulsionar mudanças nas formas de pensar e produzir os alimentos de forma que não agridam o ambiente, contribuindo para a conservação dos recursos naturais.

Cinco entrevistados destacaram a **produção e aplicação de biofertilizantes e inseticidas naturais**, como o resgate dos principais insumos empregados na unidade de produção, usados para a nutrição e proteção dos cultivos: “[...] os antigos já diziam, as bolinhas de cinamomo, tu fermenta com álcool e um pouquinho de água é bom pra afastar os insetos [...] as urtigas nós também usamos bastante, trabalha a imunidade da planta e ela é biofertilizante também” (Entrevistada AF 09). Segundo Lapicciarella et al. (2022), o uso de biofertilizantes de origem orgânica é fundamental no manejo da agricultura sustentável ao controlar doenças, melhorando as características químicas e físicas do solo, reduzindo a dependência de insumos externos e o risco de contaminação da água.

Tais aspectos inovativos se relacionam ao fortalecimento de exterioridades sustentáveis das dimensões **ecológica e cultural**. Isso porque, o sistema de produção agroecológico se desenvolve de maneira antagônica à agricultura convencional, pautando-se na agricultura de base sustentável, com a sinergia de aproveitamento e bom uso dos recursos naturais, de maneira a equilibrar o solo, o meio ambiente e a biodiversidade. Torna-se uma opção viável para a manutenção dos níveis de fertilidade, produtividade, aumentando a eficiência e qualidade nutricional nos sistemas de produção. Ainda, vale-se da promoção e do fortalecimento das relações entre os agricultores, com compartilhamento de saberes produtivos e valorização do conhecimento local por meio da preservação e troca de saberes entre os atores sociais.

No pilar **produto**, as ações inovativas fomentadas pelos agricultores familiares agroecológicos, caracterizam-se pela diversificação alimentar e qualidade nos alimentos produzidos por serem totalmente orgânicos. Oito entrevistados relataram possuir **diversificação** nas culturas, produzem respeitando a sazonalidade, o que permite a variedade de alimentos ao longo do ano. O discurso a seguir, ilustra o contexto:

[...] a gente não é especialista em nenhum cultivo, já plantamos de tudo o que a estação permite, no verão vem todos os cultivos de verão, melancia, morango, melão, tomate [...] no inverno vem todos os cultivos de inverno. E a gente foi se dando conta que aqui, algumas coisas a terra, o clima, ambiente permite mais ou não produzir [...] então tem alguns [alimentos] que são principais, a gente tem mandioca, batata doce no inverno, depois todas as folhas verdes de verão e de inverno (Entrevistada AF 07).

A diversificação na produção de alimentos no sistema agroecológico promove a estabilidade por aumentar a capacidade de superação às flutuações climáticas e mercadológicas, potencializando a aptidão de autorreprodução e a incorporação de padrões de qualidade aos produtos.

Para outros quatro entrevistados, a novidade concerne em ser um **alimento integralmente orgânico**. Para os agricultores, essa é a notável diferença que se apresenta como novidade em relação aos alimentos produzidos, considerando o contexto do município. Destacam que não produzem nada diferente do que outros agricultores já produzem, contudo, os alimentos ofertados são alimentos sustentáveis, cultivados de forma orgânica:

Basicamente a produção ser orgânica, porque hortaliças um monte de gente planta na cidade e os produtos também não têm algo que possa destacar assim, brócolis todos têm na cidade, não é uma coisa que a gente inovou, manjerição, manjerona também, mas nada que seja significativo, em termos da cidade, mas em termos de orgânico sim, porque a maioria dizem que usam adubação orgânica, mas na real, num contexto geral, a gente sabe que não é [...] por isso que nos enxergamos como inovadores nesse sentido [...] o pessoal elogia muito a alface, chega ser doce o sabor por esse diferencial, (Entrevistado AF 02).

Constata-se que a inovação no pilar produto, relaciona-se à qualidade do alimento produzido pelos agricultores, os quais dispõem como diferencial a capacidade de produzir respeitando a sazonalidade, livre de agroquímicos, com maior valor nutricional e segurança no consumo, contrapondo-se ao *mainstream* local que é a produção de *commodities* agrícolas e utilização de agrotóxicos. Além disso, a produção de alimentos promove a autossuficiência alimentar, garantindo a autonomia na produção de modo permanente e sustentável. Para Pereira, Franceschini e Priore (2020), a produção e oferta de alimentos de qualidade são essenciais para o desenvolvimento humano, melhorar condições de saúde, segurança alimentar e nutricional das populações. Segundo as autoras, os cultivos de base ecológica produzem alimentos de melhor qualidade nutricional e sanitária em comparação ao modelo de produção convencional, o qual possui contaminação por resíduos de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, que podem causar danos à saúde, ao meio ambiente e levar à insegurança alimentar e nutricional.

Desse modo, as ações se relacionam às dimensões **social, econômica e cultural**. Produzir alimentos diversificados potencializa a promoção à segurança alimentar, sob o ponto de vista nutricional e da sustentabilidade. Além disso, propicia maior autonomia e autogestão por não se restringir ao rendimento de um único produto, gerando menor dependência dos mercados e oscilações de preços. Os agricultores familiares agroecológicos ao gerenciarem sistemas agrícolas diversificados, salvaguardam as culturas locais e os produtos alimentares tradicionais, contribuindo para dietas equilibradas e proteção da agrobiodiversidade.

Identificou-se no pilar **processo** que os agricultores familiares agroecológicos se desenvolvem com menores custos de produção, adquirem conhecimentos através de cursos palestras e/ou seminários - num processo de construção e apropriação de saberes - e possuem proatividade ao serem agentes ativos na busca por soluções para os desafios por meio de trocas de experiências com outros agricultores. Sete agricultores mencionaram que possuem **baixos custos de produção** no sistema agroecológico por manterem um sistema manual de produção e recorrerem a insumos orgânicos, conforme a fala: “*No orgânico a gente leva quase a zero nosso custo de produção, porque praticamente tu usa o teu insumo ou de vizinhos, não se compra nada. A mão de obra é grandíssima, é braçal, é limpeza, é plantio, adubação, tudo sistema manual*” (Entrevistado AF 02).

Segundo Campanhola e Valarini (2001), existem diversos benefícios para o agricultor familiar na prática da agricultura agroecológica, já que demonstra baixa dependência de insumos externos à produção (produção própria) e eliminação do uso de agrotóxicos, o que coopera para diminuição de custos na produção, em função da redução de *inputs* no sistema produtivo.

Sete agricultores sinalizaram que costumam buscar **novos aprendizados e conhecimentos** por meio de cursos, palestras e/ou seminários ao relatarem ser importante a constante aquisição de informações. Posto que permite assimilar novos saberes sobre as atividades do dia a dia na unidade produtiva, além de adicionar conhecimento pessoal, como menciona a agricultora:

Já participei de palestras, de cursos, eu gosto. Recentemente participei de uma palestra sobre agrotóxicos, gostaria que muita gente tivesse ido assistir, pra saber a gravidade, as consequências do uso do agrotóxico. É muito bom saber, saber não ocupa espaço e em cada coisa se aprende algo novo[...] (Entrevistada AF 09).

Ainda, cinco entrevistados buscam auxílio e informações por meio de **trocas de experiências com outros agricultores**, em que ocorre o intercâmbio de saberes e práticas. O fato tem ajudado no desenvolvimento e aprimoramento da produção, conforme a fala da agricultora: “[...] *a gente sempre conversa e troca muita coisa com outros produtores, a experiência deles com os cultivos, com a região, sempre se aprende muito [...]*” (Entrevistada AF 08).

A produção agroecológica é uma importante ferramenta para a produção agrícola de alimentos ao envolver processos ecossociais. A valorização do conhecimento dos agricultores é um dos princípios da agroecologia, a partir das especificidades e ressignificação das práticas, que valorizam as peculiaridades inerentes do espaço onde ocorre a produção, sem deixar à parte

os conhecimentos construídos historicamente (ALTIERI, 2011). Logo, as práticas elencadas relacionam-se às dimensões **ecológica, econômica, cultural e social**. Assim, ao aproveitarem os insumos produzidos dentro da unidade produtiva, além de ser uma ação ecológica de conservação do ecossistema produtivo, torna-se uma maneira de otimizar, alocar e gerenciar de forma eficiente os recursos monetários, garantindo organização e manutenção econômica. Para mais, fomentam a cultura de aquisição de conhecimentos, seja pela aprendizagem adquirida por meio de cursos ou pela interação de saberes produtivos com outros agricultores e com a sociedade de maneira geral, propiciando relações sociais fortalecidas e mais sustentáveis entre os produtores e os consumidores.

No pilar **mercado**, as condutas inovadoras, vinculam-se à comercialização direta, aplicativo de mensagens, canais curtos de comercialização, parcerias criadas entre os produtores, plataformas digitais e feiras agroecológicas. Sete entrevistados realizam a **comercialização direta** dos alimentos e relataram a relação de proximidade com os consumidores, como menciona a agricultora: “[...] *entrego na casa, eu mando a lista [pelo WhatsApp], daí me dizem o que precisam, montamos as sacolas e a gente leva pronto, com os valores*” (Entrevistada AF 09).

Entre os agricultores que realizam a comercialização direta, quatro destacaram o **aplicativo WhatsApp** como ferramenta essencial para a comunicação com os clientes e para a comercialização. Efetua a entrega diretamente em domicílio, em dias específicos da semana, conforme menciona a agricultora: “*Vendo só no WhatsApp, tenho um grupo de clientes, ofereço o que eu tenho na semana e eles dizem o que querem, daí eu entrego nas casas, nas terças-feiras*” (Entrevistada AF 08).

O aplicativo de mensagem WhatsApp é uma ferramenta que tem auxiliado os agricultores na dinâmica de comercialização, sendo usado para: a) contato entre produtores; b) recebimento de pedidos; c) divulgação de produtos disponíveis; d) grupos de comercialização em que é possível interagir diretamente com os consumidores, fazendo com que ocorra a lógica dos circuitos curtos e busca por parcerias, ao passo que, dúvidas sobre os produtos ou produtores podem ser sanadas, ocorrendo uma (re)conexão e fortalecimento da economia local (GAZOLLA; AQUINO, 2021).

Sete entrevistados que realizam a comercialização direta de alimentos têm a consciência que os **canais curtos de comercialização**, agregam valor ao produto, segundo o agricultor: “[...] *com a comercialização direta a gente consegue agregar mais valor no produto, com o*

preço direto não tem que passar por intermediário e isso valoriza o produto [...]” (Entrevistado AF 02).

Importa destacar que, para quatro entrevistados, a diversificação nos produtos ofertados ocorre através de **parcerias com agricultores** que produzem livre de agroquímicos, visando suprir a lacuna dos alimentos que ainda não conseguem produzir, conforme o discurso: *“[...] a gente oferece três, quatro produtos ninguém quer, aí tu tem que complementar, a gente fez parceria com outros produtores, que vende produtos naturais pra comercializar e aí tu tem mais diversificação e tá sendo algo muito bom [...]*” (Entrevistada AF 04).

Duas entrevistadas realizam a comercialização de seus alimentos através de **plataformas digitais**, onde os clientes realizam os pedidos que são entregues uma vez por semana, conforme o relato: *“O canal de distribuição dos nossos produtos é o site, que é a nossa loja virtual [...] a gente entrega na cidade uma vez por semana [...] têm as pessoas que nos visitam e acabam comprando aqui mesmo conosco”* (Entrevistada AF 07).

A modalidade de cadeia curta alimentar ancorada em ferramentas digitais é considerada uma novidade comercial construída pelos atores sociais juntamente com os agricultores familiares, que foi acelerada pela crise sanitária ocasionada pela pandemia da COVID-19 (BREITENBACH, 2021). Assim, evidencia-se o caráter inovador, uma vez que na trajetória dos agricultores familiares e de suas organizações, a forma digital de comercializar não era utilizada, sendo a maioria das iniciativas recentes, menos de cinco anos (SCHWANKE, 2020). Na venda *on-line* a interação é mediada pelas Tecnologias Informação Comunicação, em que os agricultores familiares além da produção de alimentos, necessitam comunicar claramente, para que os consumidores sejam atraídos às plataformas digitais e adquiram os alimentos, além de fidelizá-los (GAZOLLA; AQUINO 2021).

Duas agricultoras comercializam em **feiras agroecológicas** na área central do município, em dias e locais distintos. Além disso, também realizam entregas em domicílio e fazem parte de um grupo de mulheres em que, de forma comunitária, comercializam além dos próprios alimentos, os produtos de um coletivo de mulheres, conforme o discurso:

Nós temos um grupo de mulheres, que comercializa os produtos, quando eu venho e trago a feira, eu não trago só o meu produto eu trago de um grupo de mulheres. Quando vem outra, ela não traz só o produto dela, traz de todo o grupo [...] nós temos uma organização, nas quartas-feiras a gente faz as entregas, de casa em casa, aí na sexta eu venho, no sábado vem outra e assim por diante (Entrevistada AF 03).

Gazolla e Schneider (2017) evidenciam que as cadeias agroalimentares curtas de abastecimento resgatam a procedência e a identidade dos produtos, assentadas não apenas em

critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais. A escolha de comercializar em circuitos curtos influencia positivamente a agrobiodiversidade do sistema produtivo, fortalecendo esse pilar chave da agroecologia.

As práticas identificadas se relacionam às dimensões **econômica, social e cultural**. Dado que, através da comercialização direta, têm-se menos intermediários e preços mais justos ao consumidor. Fomenta-se as relações de confiança, reciprocidade e respeito aos saberes e sabores locais, através da troca de informações entre os agricultores e os consumidores, caracterizando-se como uma forma de valorização do comércio local e dos mercados de proximidade. Ao acompanharem uma tendência de mercado, os agricultores familiares agroecológicos, estabelecem uma cultura de (re)conexão com o mercado consumidor. As compras *on-line*, através de aplicativo de mensagens e/ou plataformas digitais, tornam-se um meio para que os alimentos produzidos localmente sejam priorizados. Ao se inserirem nos mercados digitais, esses agricultores apresentam resiliência e criatividade, a partir da construção de canais de comercialização que atuam como uma interface tecnológica com os consumidores.

No pilar **organização da produção**, configuram-se como práticas inovadoras o compartilhamento de saberes através da participação de grupos e/ou associação de agricultores e a constituição do mecanismo de certificação participativa entre os agricultores agroecológicos. Oito entrevistados relataram participar de, pelo menos, um **grupo e/ou associação de agricultores** e relataram possuir um grupo informal de parceiros, a partir da construção de relações de confiança, adquirem produtos que não produzem na unidade produtiva, de maneira a ampliar a diversificação e a oferta de alimentos, como menciona o agricultor: “[...] *no início a gente não tinha todos os produtos, ainda hoje a gente pega alguns produtos com os parceiros, temos um grupo de parceiros, porque eu sei como eles trabalham*” (Entrevistada AF 04).

Três agricultores relataram participar da Associação Santanense de Produtores de Hortifrutigranjeiros (ASPH). Desse modo, através da associação são promovidos encontros entre os agricultores, palestras e cursos de aperfeiçoamento da produção, conforme relato:

Participo da ASPH, na real sobre o sistema de produção, muita coisa eu aprendi com eles, ter uma experiência na forma de colher, coisa que eu nunca vi falar, a couve mesmo, colhia de qualquer jeito e eles não, colhe assim que ela dá melhor. (Entrevistado AF 02).

Segundo Caporal e Costabeber (2004), os valores culturais são elementos importantes para a agrobiodiversidade, como a correspondência das técnicas agrícolas com a cultura local, a incorporação do conhecimento nas formas de manejo, bem como o resgate e aplicação dos saberes locais sobre a biodiversidade. A construção de processos de produção agrícola sustentáveis necessita partir do conhecimento das anteriores formas de coevolução do homem e da natureza.

Já dois agricultores integram a **Organização de Controle Social** composta por famílias agricultoras, atores sociais locais como o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Secretaria Municipal de Agricultura e consumidores, os quais realizam o controle social de forma a garantir a conformidade à produção orgânica, a partir da organização dos próprios agricultores, como relata o agricultor:

[...] agora com a pandemia não aconteceu, mas a cada dois mês a gente se visita, vai vendo como tá sendo produzido, se teve alguma mudança, dificuldade a gente mesmo vai se vigilando, nós somos responsáveis por todos, se um de nós produzir com algum químico, algum veneno, todos somos punidos (Entrevistado AF 06).

Becker, Neske e Guimarães (2016), analisaram a construção da OCS em Santana do Livramento e destacaram que, através de uma série de reuniões, foram elaboradas coletivamente regras de convivência ao grupo e aos processos que garantem a qualidade agroecológica da produção. A experiência em questão representa um processo de ação coletiva, que tem mobilizado agricultores familiares, consumidores, poder público e organizações de ensino e extensão rural no fomento de sistemas agroalimentares sustentáveis no Pampa Gaúcho.

As ações se relacionam à sustentabilidade **social, cultural e econômica**. Posto que, a OCS representa mecanismo de reconhecimento e legitimidade dos alimentos orgânicos produzidos pelos agricultores familiares, bem como de valorização da produção agroecológica, ao estabelecer relações de confiança e maior proximidade entre produtores e consumidores no âmbito local. Os grupos de agricultores visam à qualidade no processo de produção e consumo de alimentos e na relação social entre as pessoas envolvidas, além de melhorar as condições econômicas das famílias agricultoras, pela possibilidade de acesso a novos mercados, valendo-se do trabalho coletivo como gerador de confiança e credibilidade do grupo. Ademais, fortalece o contexto sociocultural por meio de compartilhamento do conhecimento prático construído e pela aquisição de saberes adquiridos de outras formas, seja em palestras, cursos, pesquisas, seminários e/ou visitas técnicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a pesquisa foi possível concluir que as práticas inovadoras fomentadas pela agricultura familiar agroecológica em Santana de Livramento contribuem para o desenvolvimento sustentável. As ações em prol da sustentabilidade são alinhadas ao princípio de respeito aos recursos naturais, à biodiversidade e aos seres humanos. A agricultura familiar baseada no sistema agroecológico demonstra ser flexível e adaptável. Devido a isso, possuem o papel protagonista na produção e oferta de alimentos saudáveis, o que contribui para a soberania, segurança alimentar e conservação da cultura agroalimentar local, medidas que, em síntese, ampliam a sustentabilidade agrícola.

Através das práticas inovadoras e produção de novidades executadas pelos agricultores familiares agroecológicos, ocorre a promoção da sustentabilidade tanto econômica, social, como ambiental, e o fomento de uma produção justa, equitativa e humanizada, criando condições para fortalecer a agricultura familiar. Reconhece-se que a categoria social produz valor e não só extrai valor da terra, oportunizando uma economia da qualidade, ao passo que os agricultores despendem seus rendimentos nos mercados locais e regionais, gerando empregos agrícolas e não agrícolas. Esses aspectos evidenciam a capacidade dos agricultores familiares agroecológicos em gerar renda e abastecer a sociedade com alimentos qualificados, saudáveis e sustentáveis.

Por fim, através dos resultados obtidos, acredita-se que a pesquisa possa contribuir socialmente para que os agricultores familiares agroecológicos sejam vistos como agentes ativos na promoção do desenvolvimento sustentável no setor agrícola. Além de evidenciar que produções mais “limpas” são passíveis de serem praticadas pela agricultura familiar de base sustentável e que políticas públicas efetivas precisam ser estudadas e executadas em prol da alimentação de qualidade e de sistemas de produção mais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **De volta para o futuro**: mudanças recentes na agricultura familiar. 1. ed. Petrolina: EMBRAPA, 2007.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. O papel da agricultura familiar na superação da crise atual. **Brasil debate**. (Site). Publicado em: 27 abr. 2021. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/o-papel-da-agricultura-familiar-na-superacao-da-crise-atual/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, C.; NESKE, M. Z.; GUIMARÃES, L. A. Inovações agroalimentares na agricultura do Pampa Gaúcho: construção coletiva de um mecanismo de certificação participativa em Santana do Livramento, RS. **Cadernos de Agroecologia**, Belém, v. 10, n. 3, 2016.

BREITENBACH, R. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na agricultura familiar. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 9, n. 1, 2021.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 18, n. 3, 69-101, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. 1. ed. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CHARÃO-MARQUES, F. Nicho e novidade: nuances de uma possível radicalização inovadora na agricultura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os Atores de desenvolvimento rural**: práticas produtivas e processos sociais emergentes. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

DAHLKE, I. et al. Desempenho produtivo do tomateiro sob cultivo protegido utilizando caldas agroecológicas. **Revista Cultura Agronômica**, Ilha Solteira, v. 28, n. 2, p. 204-214, 2019.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. de. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 427-460, 2021.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. "Produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/pesquisa/24/76693>. Acesso em 23 set. 2022.

LAPICCIRELLA, J. Do N. et al. O uso de Biofertilizantes na Agricultura Orgânica. In: **Anais... 2º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade**, Dourados, de 01 a 04 de dezembro de 2021, 2022.

LIMBERGER, D. H.; COSTA, J. P. R. Sementes Crioulas e a Formação dos Jovens do Campo na Efasc-Promovendo e fortalecendo a Agroecologia no Vale do Rio Pardo/RS. **Ágora – Revista de História e Geografia**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 126-143, 2021.

MACIEL, M. D. A. **Desenvolvimento sustentável e as práticas inovadoras da agricultura familiar**: O caso de Santana do Livramento/RS. 272 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, 2022.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A. A produção de novidades da agricultura familiar: O protagonismo dos sistemas orgânicos e agroecológicos no desenvolvimento sustentável. **Desafio Online**, Campo Grande, v.10, n.3, 2022.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A.; OLIVEIRA, S. V. de. Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 31, n. 3, p. 23-41, 2022.

MUÑOZ, E. F. P. et al. Agri-Food Markets towards Agroecology: Tensions and Compromises Faced by Small-Scale Farmers in Brazil and Chile. **Sustainability**, Basiléia, v. 13, n. 3096, 2021.

OLIVEIRA, D. et al. A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente?. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do Desenvolvimento Rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PEREIRA, N.; FRANCESCHINI, S.; PRIORE, S. Qualidade dos alimentos segundo o sistema de produção e sua relação com a segurança alimentar e nutricional: revisão sistemática. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 4, 2020.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. Da armadilha da pobreza ao desenvolvimento includente em países menos desenvolvidos. In: SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Trad. Maria Silvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHWANKE, J. **O comércio eletrônico como alternativa de mercado para a agricultura familiar**. 2020. 98 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.

SJPE&D | IX Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento

Linha (3): Economia Social, Desigualdade e Desenvolvimento Sustentável

Relação entre Produção de Alimentos, População Urbana, IDH e Desmatamento na América do Sul: Uma análise econométrica

Thiago Santos da Silva¹

Resumo: O desmatamento é uma ação humana que atinge as próximas gerações diminuindo a área de florestas primárias e diminuindo a biodiversidade no ambiente. O artigo busca investigar através de um exercício econométrico se a perda da área de floresta tem relação com a produção de cereais e o crescimento na população urbana. A produção de cereais significa que a área que antes era florestal passa a ser usada para o plantio de cereais e a concentração urbana ocupa áreas que anteriormente eram florestas. A pesquisa demonstrou que a variável de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - educação, longevidade e renda) contribui com a diminuição no desmatamento. O artigo visa fornecer resultados que levem a políticas saudáveis para o mantimento das florestas e trazer à tona o debate sobre a importância do mantimento das florestas primárias para promover o desenvolvimento econômico sustentável.

Palavras-chave: Desmatamento, crescimento urbano, produção de cereais, IDH, corrupção.

1 Introdução

A América do Sul e Central detém a maior parte das florestas tropicais remanescentes do mundo. Mais de 97% das florestas desta região são encontradas na América do Sul, incluindo a maior floresta tropical do mundo, a Amazônia, com maior biodiversidade. Entre o ano de 2000 a 2005 sabe-se que foram desmatados 4,3 milhões de hectares por ano e a maior dessas perdas foi na floresta amazônica, no qual as maiores extensões de floresta são desmatadas em função da pecuária, plantações de soja e agricultura de subsistência.

Segundo o *Animal Business*, A pecuária ocupou uma área de 350 milhões de hectares entre os anos de 1995 a 2006. A soja ocupa uma área de 36 milhões de hectares, representando 4,3% do território nacional, e sua maior área está na região do Cerrado onde a soja avançou 16,8 milhões de hectares nos últimos 36 anos.

¹ Mestrando em Economia e Desenvolvimento (UFSM). E-mail: thiago.santos@acad.ufsm.br

De acordo com o site Mongabay, 60 milhões de hectares de floresta primária já foram destruídos desde 2002 e só no Pará, um estudo apontou que 70% da madeira explorada é comercializada ilegalmente. Durante o desmatamento também ocorrem de maneira generalizada extrações ilegais de madeira. A preocupação da comunidade científica é de que a perda de floresta possa aumentar devido às condições cada vez mais secas, um processo que pode se desencadear devido a que existe um equilíbrio hídrico realizado pela floresta tropical e sua retirada implica em acontecimentos inesperados como desequilíbrios ambientais e que claramente contribuem para o aquecimento global.

Segundo o site Clima Info, a América do Sul perdeu 16% da sua cobertura florestal entre 1985 e 2018. Neste período, houve um aumento de 56% em áreas de uso extensivo: pastagem, lavoura e reflorestamento. Especificamente, a área das pastagens aumentou em 16%, a de lavouras em 160% e a dos reflorestamentos em quase 300%. Nesta análise o Brasil aparece como o país que mais desmata, em função da área do Brasil ser maior que a dos outros países da América do Sul. As áreas com alteração de solo ou vegetação aumentaram 64% e neste incluíram-se as cidades, passando de pouco mais de 240 milhões para quase 400 milhões de hectares, grande parte derrubando matas nativas dos principais biomas.

O presente trabalho visa avaliar o impacto da perda de florestas nos países da América do Sul a fim de descobrir se a produção de cereais e o crescimento urbano impactam a perda de florestas. Como variáveis de controle, serão avaliados os parâmetros de voz, empoderamento e responsabilidade (voice accountability), controle de corrupção estimada e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos países da América do Sul. Em vista de que o tipo estabelecido de desenvolvimento econômico nestes países, em desenvolvimento, tende a causar maior impacto sobre os recursos naturais finitos e como consequência pode resultar num maior declínio da cobertura florestal e como consequência a perda de biodiversidade. Dentre os países selecionados estão o Brasil, Paraguai, Venezuela, Peru, Argentina, Equador, Uruguai, Chile, Bolívia e Colômbia. O período analisado compreende os anos de 2005 até 2015 com dados abertos extraídos do Banco Mundial.

A hipótese do trabalho é de que a migração urbana e a produção de cereais possam impactar a perda de florestas, pois a área utilizada para produção de cereais era uma floresta outrora e a migração urbana implica num maior consumo de alimentos que não são produzidos pelas famílias que consomem. A produção de alimentos em larga escala implica em uma agricultura mecanizada com utilização de pesticidas que fazem mal tanto para o ser humano

que consome quanto para o solo que absorve os agrotóxicos. O que se supõe é que a produção de cereais e o crescimento urbano impactem a perda de riquezas naturais como as florestas e com elas toda a biodiversidade. Os resultados desta pesquisa são de interesse para os formuladores de políticas, ONGs e ambientalistas da América do Sul.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar como a produção de cereais e o crescimento urbano afetam a cobertura florestal nos países da América do Sul. Utilizando como variáveis de controle o controle de corrupção estimada (indica se a população confia no governo), responsabilidade de voz (voice accountability) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), denotando a variável educação. Baseia-se na pesquisa existente de Chang (2017), que investigou a perda de florestas na América Central sobre o crescimento industrial utilizando o exercício econométrico, e fornece argumentos sobre os desafios ambientais a respeito do mantimento dos recursos naturais.

Esta pesquisa busca responder às seguintes perguntas por meio de uma análise quantitativa:

1. Quanto a produção de cereais impacta na redução de cobertura florestal?
2. A migração urbana implica na redução de cobertura florestal?
3. Um aumento no Índice de Desenvolvimento Humano contribui com o mantimento das florestas?
4. Um maior grau de transparência pelo governo inibe o desmatamento?
5. Um governo menos conivente com a corrupção é capaz de aumentar a preservação de seu meio ambiente?

A estratégia empírica será descrita e explicada em detalhes com o fornecimento de equação funcional envolvendo os devidos fatores de consideração. O resultado da análise dos dados em painel serão apresentados em forma de tabela. Por fim, este trabalho realiza interpretações sobre o modelo econométrico aplicado e indica as implicações das atuais atividades de desenvolvimento econômico e como podem ser melhoradas para evitar mais desmatamento na América do Sul. O próximo capítulo aborda a contribuição dos autores acerca de investigações sobre o desenvolvimento econômico e a perda de área florestal.

2 Referencial Teórico

Dentre os estudos econométricos que contribuíram com a temática, o trabalho mais recente encontrado foi de Chang Chia-Wei (2017), sobre a relação entre o crescimento econômico e desmatamento na América Central e Caribe comparado com o avanço industrial

nestes países. Chang (2017) teve seu fundamento em trabalhos de Pare's-Ramos et al. (2008), que escreveu sobre o abandono agrícola, crescimento suburbano e expansão florestal em Porto Rico entre os anos de 1991 e 2000, e Dourojeanni (1999), que escreveu sobre o Futuro das Florestas Naturais na América Latina.

Dourojeanni (1999) pesquisou as tendências de desmatamento e degradação florestal nas décadas anteriores na América Latina, pois tinha preocupações quanto ao desenvolvimento sustentável. Ele afirma que as desigualdades sociais e a pobreza associadas são as principais causas da perda de áreas florestais que são agravadas pelas políticas de crescimento econômico e favorecem a exploração descuidada das florestas naturais.

Théry e Caron (2020, p. 6) afirmam que há controvérsias entre a produção de alimentos e a preservação ambiental. Dentre os efeitos negativos da produção de alimentos está o uso dos solos, pois a conversão de ecossistemas em solo agrícola encadeia, na maioria das vezes, o aumento de emissões de CO₂, a eutrofização (poluição dos corpos d'água), perda de produtividade, energia e recursos naturais.

Esse processo decorre da necessidade de expansão para novas áreas nos ecossistemas florestais tropicais ou da intensificação da produção agropecuária, baseada no uso de fertilizantes e agrotóxicos. Em alguns países, mesmo havendo consciência dos impactos da conversão de ecossistemas em áreas agrícolas esse processo continua. (Théry et Caron, 2020 apud FAO, 2006; SVB, 2015).

Como solução, Théry e Caron (2020) indicam o land sparing, que significa separar a terra entre áreas dedicadas à proteção da biodiversidade, sem produção agrícola das áreas de produção agrícola e o land sharing, que significa uma produção ecológica por meio do compartilhamento de terras e do fomento desses serviços em ambientes agrícolas.

Gomes e Braga (2007, p. 17) apontam que o aumento no IDH se aplica sobre o fator de educação para a diminuição no índice de desmatamento, e que a redução do impacto sobre o meio ambiente só será alcançado caso sejam implementadas políticas de proteção, educação ambiental e a melhora dos sistemas produtivos da região. Como solução, Gomes e Braga (2007, p. 18) apontam para a necessidade de infraestrutura, investimento em pesquisa, tecnologia e inovação, política de implantação de áreas protegidas, reservas florestais, a regulação dos títulos de terra e a política macroeconômica regional e nacional.

O motivo de escolher essas variáveis foi trazer à tona a questão do desenvolvimento econômico insustentável que, de acordo com a ONU, apontam para o aquecimento global para as próximas gerações. O aquecimento global remete à impossibilidade de manter o atual modelo

de sistema produtivo e portanto significa uma diminuição dos padrões de consumo. De acordo com a pesquisa realizada, os parâmetros de *voice accountability* (liberdade de expressão, liberdade de associação e mídia livre) apontam para menos desmatamento, bem como graus maiores de corrupção significam maiores perdas de floresta. O desafio no momento é trazer à tona o crescimento econômico insustentável fundamentado na destruição de florestas em prol da geração de recursos privados para posteriormente propor modelos de organização social sustentáveis. A próxima seção aborda com maior profundidade a literatura sobre o tema da perda de floresta.

Revisão de Literatura

Esta seção fornece uma visão geral da teoria existente sobre o desmatamento e os argumentos empíricos sobre a tendência do desmatamento, especificamente na América do Sul. Este artigo revisita a pesquisa realizada sobre os recursos florestais e examina sua relação com as atividades de desenvolvimento econômico. O autor se concentra em apresentar as causas potenciais do desmatamento na região declarada.

A América do Sul abriga a maior floresta tropical do mundo, com cerca de 60 mil espécies e a floresta possui a maior biodiversidade. De acordo com a FAO, existem cerca de 864 milhões de hectares de área arbórea na América do Sul e entre os anos de 1990 e 2010 o continente perdeu uma média de 4.105.150 hectares, o que significa uma perda de 0,43% ao ano. Entre 1985 e 2018 a América do Sul perdeu cerca de 16% de sua cobertura arbórea. Entre 2000 e 2005 cerca de 4,3 milhões de hectares foram desmatados por ano e a maior perda de floresta ocorreu na floresta amazônica.

Para Chang (2017, p.3), o desmatamento não pode ser definido adequadamente sem esclarecer o conceito de “floresta”. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) divulgou os critérios comuns para florestas na Avaliação Global de Recursos Florestais, afirmando que são terras de mais de 0,5 hectares, com uma cobertura de árvores de mais de 10 por cento, que não estão principalmente sob uso agrícola. Essa definição contribui para uma medida comum para o cálculo da cobertura florestal entre os países e é possível alinhar os dados dispostos por bancos de dados de organizações internacionais como o Banco Mundial e a FAO. Por conseguinte, o termo desmatamento sugere a derrubada de floresta específica existente ou a conversão dessas áreas em outro uso da terra (CHANG apud FAO, 2015).

A questão do desmatamento é um dos principais temas para essa e as próximas gerações, pois se trata de um recurso finito fundamental para o mantimento do equilíbrio climático e hídrico, bem como o mantimento da biodiversidade. Em vista de que as gerações anteriores não fizeram uso consciente deste recurso e os esforços científicos (MARSDEN, 2011) apontam para um colapso iminente. Na visão de Marsden, nosso processo econômico de produção e consumo tem como principal impacto o efeito estufa, causado por emissões de gás carbônico. Esse efeito estufa pode aumentar a temperatura de tal maneira a ocasionar o derretimento do permafrost, congelado há mais de 10.000 anos. Esse derretimento implica a liberação de mais carbono na atmosfera, acelerando ainda mais o aquecimento global.

Para Terry Marsden (2011), é fundamental a substituição dos modelos de consumo de alimento das agriculturas mecanizadas para modelos agroflorestais. Pois a agrofloresta abrange o mantimento da biodiversidade, mantém espécies nativas e alimenta a população sem o uso de agrotóxicos. Para Burigo e Porto (2021, p. 4418), as abordagens agroecológicas reconhecem que os sistemas agroalimentares são sistemas sociais e ecológicos combinados que vão da produção ao consumo de alimentos e envolvem a participação da ciência, da prática e de um movimento social, bem como sua integração holística, para abordar a segurança alimentar e a nutrição.

Para evitar um aquecimento global, o raciocínio é de que as árvores fixam o carbono na atmosfera e contribuem na diminuição do impacto industrial (emissão de CO₂). A Floresta Amazônica (Brasil, Peru, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Guiana, Suriname, Equador e Guiana Francesa) é a maior reserva de florestas tropicais no mundo e desde 2018 vêm quebrando recordes de desmatamento, em vista de sua referência para a biodiversidade.

Segundo Chang (2017), os países em desenvolvimento têm experimentado um sério trade-off entre o meio ambiente e o crescimento econômico desde o seu estágio inicial de desenvolvimento. A ONU afirma que os países em desenvolvimento com alto crescimento econômico, tal como o Brasil, geralmente extraem matérias-primas da floresta e do mar para atividades de subsistência, causando um impacto significativo em sua biosfera (CHANG apud BRUNDTLAND, 1987). Mas o destaque que deve ser considerado para o Brasil a respeito do plantio de soja para fins de exportação, tema que não será abordado neste trabalho.

Chang (2017, p. 4) afirma que os fatores geográficos e de infraestrutura que promovem o desenvolvimento econômico também impulsionam o desmatamento (CHANG apud GRIMM, 2009). E aponta que outros estudos sugeriram que a floresta tropical desaparecerá

completamente já na década de 2060 se nenhum ajuste de política e gerenciamento adequado das atividades humanas em desenvolvimento forem realizados (CHANG Apud MEADOW et al., 2006).

Dentre os estudos que promoveram esta temática é possível assinalar a contribuição de Chia-Wei Chang (2017) que desenvolveu um modelo econométrico para a América Central sobre o desmatamento e o desenvolvimento econômico de grandes empresas locais, também incluiu em sua análise o desenvolvimento da agricultura na região. Chang ainda afirma que há um consenso entre os estudiosos de que as economias em expansão representam ameaças significativas para a floresta na América Latina (CHANG apud LAMBIN et al, 2001 & PARE'S-RAMOS, 2008).

Segundo Chang (2017, p. 5 apud Kaimowitz et al, 1996 & FAO 2015), a expansão em larga escala de plantações agrícolas para fins comerciais leva a floresta a diminuir, bem como o crescimento da pecuária também piora a situação do desmatamento por meio da expansão das pastagens (CHANG apud WEAVER, 1999 & TOLE, 1998). O que se supõe é que a América do Sul faz seu crescimento em cima da venda de commodities, tal qual a venda de carne e cereais para exportação.

Para Chang (2017, p. 6), o mantimento de um sistema florestal sustentável e intacto produz muitas implicações positivas para o ambiente, a fixação do carbono atmosférico em biomassa, a regeneração do oxigênio e o fornecimento de abrigo a milhões de animais selvagens no planeta, que permite a manutenção do equilíbrio biológico no reino animal. E o desmatamento ameaça principalmente os países que dependem de setores agrícolas, que são sensíveis às mudanças de temperatura e chuva.

Como consequência, poderão haver dificuldades maiores na implementação de estratégias de alívio da pobreza nesses países (CHANG apud COMBES MOTEL et al, 2014). A alteração de ambientes ecológicos naturais por plantações agrícolas cria distúrbios ecológicos, surgimento de doenças zoonóticas, como Ebola, MERS, e SARS (como o Coronavírus), que aparecem por conta das mudanças ambientais e ameaçam a manutenção da saúde pública e do sistema médico. Chang (2017, p.7) afirma que, segundo a UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2016), os custos no combate a essas doenças ultrapassaram US\$ 100 bilhões entre 2005 e 2015.

Perda de florestas no mundo

Segundo o Banco Mundial, a área florestal é a terra sob povoamentos naturais ou plantados de árvores de pelo menos 5 metros, produtivas ou não, e exclui povoamentos de árvores em sistemas de produção agrícola (fruteiras e sistemas agroflorestais) e árvores em parques e jardins urbanos. No presente trabalho entra como variável dependente. Estes dados foram retirados do Banco Mundial, licenciados sob creative commons 4.0.

	2005	2015	Diferença
Argentina	11,61%	10,63%	-1%
Bolívia	49,93%	48,02%	-1,91%
Brasil	63,57%	60,28%	-3,28%
Chile	21,88%	23,66%	+1,78%
Colômbia	55,67%	54,19%	-1,48%
Equador	53,87%	51,61%	-2,26%
Peru	58,33%	57,18%	-1,15%
Paraguai	53,56%	44%	-9,52%
Uruguai	8,8%	10,97%	+2,12%
Venezuela	54,79%	52,92%	-1,87%
Mundo	30,99%	30,74%	-0,25%

Na medida em que as ameaças à biodiversidade aumentam, a comunidade internacional se concentra mais na conservação da diversidade. O desmatamento é uma das principais causas da perda de biodiversidade, e a conservação do habitat é vital para conter essa perda. Os esforços de conservação têm se concentrado na proteção de áreas de alta biodiversidade. Mais de um terço de toda a floresta é floresta primária, que são florestas de espécies nativas onde não há indicações de atividades humanas e os processos ecológicos não foram significativamente perturbados.

As florestas primárias, em particular as florestas tropicais úmidas, incluem os ecossistemas terrestres mais diversificados e ricos em espécies. A destruição das florestas tropicais continua sendo um problema ambiental significativo, pois o que resta das florestas tropicais do mundo

está na bacia amazônica, onde a Floresta Amazônica cobre aproximadamente 4 milhões de quilômetros quadrados. As florestas cobrem cerca de 31% da área total do mundo; a área florestal total do mundo é de pouco mais de 4 bilhões de hectares. As florestas primárias, em particular as florestas tropicais úmidas, incluem os ecossistemas terrestres mais diversificados e ricos em espécies.

População Urbana (% da população total)

De acordo com os dados do Banco Mundial, todos os países apresentaram um crescimento voltado para as cidades, significando uma transição do meio rural para o urbano. No ano de 2005 havia 49,15% de pessoas morando no meio urbano e em 2015 passou para 53,91% que significou uma média de migração de 4,76% em todo o mundo para a indústria de massa, tecnologia e serviços. Isso porque as cidades oferecem empregos e renda, bem como educação, saúde e outros serviços que proporcionam conforto e bem-estar. Não existe um padrão consistente e universalmente aceito para distinguir as áreas urbanas das rurais.

José Eli da Veiga em seu livro *Cidades Imaginárias* afirma que pode existir um equívoco sobre a noção de cidade, em que no Brasil, vários municípios recebem o título de cidade, visto que não possuem 20 mil habitantes, portanto esses municípios inferiores a 20 mil habitantes podem ser considerados rurais e não urbanos. Alguns países definem a área urbana por apresentar infraestrutura e serviços, outros países designam áreas urbanas com base em arranjos administrativos. Conforme definido pelos institutos nacionais de estatística, os dados referentes à população urbana referem-se às pessoas que vivem em áreas urbanas. Os dados foram coletados pela Divisão de Populações das Nações Unidas e divulgados pelo Banco Mundial.

	2005	2015	Migração
Argentina	90,03%	91,5%	1,5%
Bolívia	64,17%	68,39%	4,2%
Brasil	82,83%	85,77%	2,94%

Chile	86,78%	87,36%	0,58%
Colômbia	76,02%	79,76%	3,74%
Equador	61,71%	63,39%	1,68%
Peru	75,03%	77,35%	2,32%
Paraguai	57,63%	60,75%	3,12%
Uruguai	93,31%	95,04%	1,73%
Venezuela	87,95%	88,15%	0,2%
Mundo	49,15%	53,91%	4,76%

O aumento populacional em áreas urbanas indica um consumo maior de áreas rurais para satisfazer as necessidades urbanas, como por exemplo o plantio e a pecuária para o consumo de carne. Nas cidades tudo vem de longe, os alimentos vêm dos campos e os produtos derivam de outros municípios, bem como de toda parte do mundo.

Produção de Cereais (medido em toneladas)

Os dados de produção de cereais referem-se a culturas colhidas apenas para grãos secos. As culturas de cereais colhidas para feno ou colhidas verdes para alimentação, ração ou silagem e aquelas usadas para pastagem são excluídas. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estima que os cereais fornecem 51% das calorias e 47% das proteínas na dieta média e estima que o milho, trigo e arroz juntos representam mais de três quartos de toda a produção de grãos em todo o mundo. Nos países em desenvolvimento, uma variedade de métodos de colheita é usada no cultivo de cereais, dependendo do custo da mão de obra, bem como o uso de máquinas específicas para a colheita.

Os sistemas de produção de culturas evoluíram ao longo do século passado e resultaram em um aumento significativo do rendimento das culturas, mas o motivo de estar nesta pesquisa econométrica é que contribuem com efeitos colaterais ambientais indesejáveis, como degradação e erosão do solo, poluição por fertilizantes químicos e agroquímicos e perda de biodiversidade. Os dados foram fornecidos pela Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO), divulgados pelo Banco Mundial e licenciados em Creative Commons 4.0.

	2005	2015	Diferença
Argentina	41 mi	55,97 mi	34%
Bolívia	1,6 mi	2,93 mi	76,82%
Brasil	55,67 mi	106 mi	90,45%
Chile	3,98 mi	3,78 mi	- 5,29%
Colômbia	4,10 mi	4,0 mi	- 2,5%
Equador	2,3 mi	3,56 mi	54,78%
Peru	4,13 mi	5,46 mi	32,2%
Paraguai	1,97 mi	7 mi	255%
Uruguai	2,35 mi	3,61 mi	53,6%
Venezuela	3,58 mi	2,29 mi	- 56,33%
Mundo	2,25 bi	2,85 bi	26,66%

A produção de cereais só não aumentou no Chile, Colômbia e Venezuela. Enquanto nos outros países e a média no mundo também tiveram um considerável aumento. A produção de cereais afeta diretamente o desmatamento, porque a área de plantio na América Latina era outrora uma floresta com tal biodiversidade.

3 Metodologia

Fonte e base dos dados

Com o objetivo de identificar a relação entre a produção de cereais, o crescimento urbano e o desmatamento, 10 países da América do Sul foram selecionados para apresentar uma análise econométrica com base em dados em painel entre 2005-2015. Os dados utilizados foram coletados por meio do Banco de Dados do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) com o objetivo de garantir a conclusão dos dados e a medição coerente entre os países da região estudada. Os 11 anos de dados são usados para uma avaliação sobre a tendência de mudanças em termos de diferentes resultados de produção e indicadores ambientais, com o objetivo de moldar o quadro geral do desenvolvimento regional. Abaixo fonte das variáveis:

FA – Área Florestal – variável em nível. Fonte: Banco Mundial & FAO - 2005-2015;

CP – Produção de Cereais medidas em toneladas métricas, escala logarítmica – Fonte: Banco Mundial & FAO - 2005-2015;

UP – População Urbana medida como percentual da população total do país. Variável medida em nível. – Fonte: Banco Mundial & FAO - 2005-2015;

HDI – Índice de desenvolvimento humano. Variável em nível. Fonte: ONU 2005-2015;

VA – Voice and Accountability – representa a percepção da população com relação a: participação popular, liberdade de expressão e mídia livre. Variável medida em nível, varia de -2,5 a 2,5. Fonte: Banco Mundial 2005-2015;

CC – Controle de Corrupção – representa a percepção da população com relação a: o poder público ser usado para ganhos privados. Variável medida em nível, de -2,5 a 2,5. Fonte: Banco Mundial 2005-2015;

Avaliação econométrica

A análise empírica segue a metodologia de dados em painel. As técnicas de estimação dos dados em painel podem levar em consideração a heterogeneidade explicitamente, permitindo variáveis específicas ao sujeito. Ao combinarmos observações de corte transversal com séries temporais, temos mais informação, maior variação nos dados, menor colinearidade entre as variáveis, mais graus de liberdade e aumento da eficiência dos estimadores de mínimos quadrados. Para atingir nossos objetivos de pesquisa, vamos utilizar duas técnicas econométricas: a primeira consiste no **Modelo de efeitos Fixos dentro de um Grupo** – *Fixed Effects Within-group model*, cujas variáveis serão expressas como um desvio do seu valor médio e, então, estimamos uma regressão de MQO contra esses valores corrigidos para a média. A segunda diz respeito ao **Modelo de Efeitos Aleatórios (MEA) ou MCE – Modelo de Componentes de Erros** (GUJARATI, p. 585-586). A hipótese adjacente à técnica é os valores de intercepto do nosso modelo sejam extraídos aleatoriamente de uma população bem maior de sujeitos. Com objetivo de descobrir qual técnica será mais adequada aos dados, será realizado um teste de *Hausman* (GUJARATI, p. 596). A hipótese nula é que os estimadores do modelo de efeito fixo e efeitos aleatórios não diferem substancialmente. Caso seja rejeitada, optaremos pelo método de efeitos fixos.

De modo a verificar se a produção de cereais (CP), população urbana (UP) e Índice de Desenvolvimento Humano (HDI) afetam a perda de área florestal (FA), o estudo utiliza uma amostra de 10 países da América do Sul. O período analisado compreende o intervalo de 2005 até 2015. Para atingir tal objetivo, foram estimadas as seguintes equações:

$$FA_{i,t} = \alpha_i + \beta_1 CP_{i,t} + \beta_2 UP_{i,t} + u_{i,t} \quad (1)$$

$$FA_{i,t} = \alpha_i + \beta_1 CP_{i,t} + \beta_2 UP_{i,t} + \beta_3 HDI_{i,t} + u_{i,t} \quad (2)$$

$$FA_{i,t} = \alpha_i + \beta_1 CP_{i,t} + \beta_2 UP_{i,t} + \beta_3 HDI_{i,t} + \beta_4 VA_{i,t} + u_{i,t} \quad (3)$$

$$FA_{i,t} = \alpha_i + \beta_1 CP_{i,t} + \beta_2 UP_{i,t} + \beta_3 HDI_{i,t} + \beta_4 VA_{i,t} + \beta_5 CC_{i,t} + u_{i,t} \quad (4)$$

Em que o subscrito $i=1, 2, \dots, 12$ é um determinado país e $t = 1, \dots, 11$ representa os períodos. As variáveis VA – Voice Accountability e CC – Controle de Corrupção representam as variáveis de controle. O termo $u_{i,t}$ representa o termo de erro aleatório. Por outro lado, $\alpha_i = \alpha_0 + \epsilon_i$ representa um intercepto aleatório, em que ϵ_i é um termo de erro com valor médio nulo e 2. Em relação aos coeficientes β_1 e β_2 , respectivamente o coeficiente das variáveis produção de cereais (CP) e população urbana (UP), esperamos um sinal negativo, isto é, um impacto negativo sobre a área florestal. No que tange à variável HDI, esperamos um coeficiente positivo sobre a área florestal. As variáveis VA (voice accountability) e CC (controle de corrupção), são esperados coeficientes positivos sobre a variável dependente (FA).

4 Análise e Discussão dos Resultados

A tabela 1 apresenta as estimações das equações 1, 2, 3 e 4, respectivamente. A tabela ora mencionada apresenta as estimações utilizando a amostra completa, isto é, com países da América do Sul. Vale lembrar que em todas as especificações os sinais ocorreram de acordo com o esperado e apresentaram significância estatística. Além disso, lançamos mão do teste de Hausman cuja hipótese nula não foi rejeitada, isto é, os estimadores se equivalem (estimadores de efeito fixo e estimadores de efeitos aleatórios). Ou seja, o estimador de efeitos aleatórios é o preferido nessa ocasião.

Em relação às variáveis de interesse (CP, UP e HDI), é possível observar que as duas primeiras apresentaram coeficiente negativo e significância estatística. Portanto, um aumento da população urbana e produção de cereais impactam negativamente a área florestal. Já a terceira variável apresenta sinal positivo e significância estatística. Portanto, há indícios de que

um aumento do índice de desenvolvimento humano impacta positivamente a área florestal. As variáveis de controle, VA e CC, não apresentaram significância estatística.

Tabela 1 – Estimações de Dados em painel - Efeitos Aleatórios - FA (Dependente) - Produção de Cereais (CP), População Urbana (UP) e HDI (Exógenas)

	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4
Regressors				
CP	-2.717*** (9.534)	-3.013*** (0.571)	-3.033*** (0.581)	-2.651*** (0.619)
UP	-0.447*** (0.132)	-1.015*** (0.225)	-1.015*** (0.229)	-1.004*** (0.220)
HDI	-	33.823*** (11.491)	34.059*** (11.670)	28.037** (11.871)
VA	-	-	-0.067 (1.731)	-0.461 (1.813)
CC	-	-	-	-0.624 (0.386)
Obs	319	419	529	639
R-Quadrado	0.52	0.55	0.55	0.54
R-Quadrado Ajustado	0.51	0.53	0.53	0.52

Nota: Nível de Significância: (***) denota 0.01, (**) denota 0.05, e (*) denota 0.1.
Constantes omitidas por conveniência

No primeiro modelo, a produção de cereais impacta seis vezes mais a perda de área florestal do que o crescimento da população urbana. Isso significa que a produção de cereais impacta seis vezes mais na perda de florestas do que o crescimento urbano. O segundo modelo inclui o parâmetro IDH, que implica nos índices de educação, longevidade e renda, mas o aspecto de grande impacto é realmente a educação, que contribui fortemente para a diminuição dos impactos causados pela produção de cereais e crescimento urbano. Ou seja, a presença do parâmetro IDH é altamente significante. O contrário também pode se verificar, por exemplo em municípios com baixos índices de IDH que podem apresentar maiores chances de perder suas áreas florestais.

As variáveis de *voice accountability* (VA) e controle de corrupção estimada (CC) aparecem no modelo como variáveis de controle. O terceiro modelo inclui *voice accountability* (VA), que significa liberdade de expressão, liberdade de associação e mídia livre, não impactou significativamente o modelo. E o quarto modelo inclui o controle de corrupção estimada somado com outros parâmetros apontados anteriormente. Um aumento do controle de corrupção e um aumento do *voice and accountability* causam uma redução na área de florestas, mas não tem significância estatística. Parece um contra-senso, no entanto são variáveis secundárias e não possuem muita importância no modelo.

Conforme apresentado anteriormente na discussão de literatura, Chang (2017) já havia informado o impacto da produção agrícola na perda de florestas, o exercício econométrico demonstrou significância da produção de cereais e crescimento da população urbana na perda de área florestal.

Através do modelo econométrico, se percebeu o grande impacto da educação, manifestado pelo IDH (educação, longevidade e renda), para a contribuição florestal. Que podem servir tanto para reduzir o desmatamento quanto para o plantio de árvores que venham a contribuir com a noção de florestas. E realmente, o fator significativo para a reversão deste quadro é a educação e aprendizagem que podem agregar em mudanças favoráveis para frear o desmatamento na América do Sul.

5 Considerações Finais

O que se verificou de acordo com a pesquisa é que 80% da América do Sul reside em áreas urbanas, este é um valor altíssimo que implica também um alto grau de dependência de áreas rurais que plantam. O modelo de plantio para satisfazer quase 337 milhões de pessoas (80% da América do Sul) é mecanizado, para suprir as necessidades de mercado. O modelo de crescimento econômico é dependente porque a concentração urbana implica em setores de produção para satisfazer as necessidades do meio urbano, ao passo que o desenvolvimento sustentável significa sobretudo reduzir distâncias entre a produção e o consumo.

Considera-se que o modelo de produção agrícola mecanizado avaliado neste modelo econométrico causa impacto às áreas florestais, pois significa a troca de um ambiente repleto de biodiversidade para um ambiente de monocultura. Uma opção de produção alimentícia seria o modelo agroecológico, pois nestes não são utilizados pesticidas e consideram a presença da biodiversidade importante, bem como proporcionam relações humanas saudáveis.

Conforme abordado na revisão de literatura, as abordagens agroecológicas reconhecem que os sistemas agroalimentares são sistemas sociais e ecológicos combinados que vão da produção ao consumo de alimentos e envolvem a participação da ciência, da prática e de um movimento social, bem como sua integração holística, para abordar a segurança alimentar e a nutrição (Burigo e Porto, 2021, p. 4418).

A redução de área florestal está intimamente ligada ao *modus vivendi* da sociedade contemporânea e faz parte do seu processo de desenvolvimento econômico. Considera-se que

a migração para o ambiente rural realiza contribuições positivas para o meio ambiente, em função da independência que o fator terra pode promover.

O que se verificou de acordo com o exercício econométrico e é de altíssima significância é a presença da variável IDH nos modelos 2, 3 e 4. Segundo o estudo realizado, espaços com maiores educação, longevidade e renda significam menores índices de desmatamento. E parece fazer muito sentido, pois a educação contribui na conscientização da população local, o aumento de longevidade implica que as pessoas também vivem mais e, portanto, é um local seguro e o fator de renda aponta que quanto maior a renda coletiva, há mais propensão a diminuir o desmatamento no local.

As variáveis de controle *voice accountability* não tiveram níveis de significância estimados, no entanto sua presença no modelo econométrico apontou estabilidade nas outras variáveis sobre a perda de área florestal.

A questão sobre a perda de áreas florestais impacta diretamente as futuras gerações, e portanto o crescimento econômico fundamentado nessa prática implica em um paradigma de desenvolvimento adotado para a geração de riquezas fundamentado na premissa de que o que vem da natureza é “gratuito”. O que pode-se verificar de antemão é um crescimento econômico predatório porque cresce às custas do desmatamento e diminuição da biodiversidade.

Esta pesquisa buscou contribuir com o estudo de economistas, pois serve como verificação de validade externa para as teorias e resultados que foram gerados em estudos anteriores. A pesquisa afirma a importância de políticas de desenvolvimento econômico sustentável a fim de minimizar o esgotamento dos recursos naturais durante o curso do desenvolvimento.

O desmatamento é um crime que diminui a diversidade biológica e que será pago pelas próximas gerações em função dos estragos causados por esta geração que acredita ser o PIB mais importante do que a riqueza natural. O sistema econômico é um subsistema da biosfera e isso significa dizer que a natureza sempre será maior do que o processo econômico e, portanto, é fundamental a preservação de florestas principalmente por conta dos serviços que as florestas prestam para a estabilidade das condições climáticas.

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. Forest area. Food and Agriculture Organization. Disponível em:
<<https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.FRST.ZS>>.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. Control of Corruption. World Bank. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/databases/control-of-corruption>>.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. Urban population. United Nations Population Division. Disponível em:
<<https://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS>>.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. Government expenditure on education. UNESCO Institute for Statistics. Disponível em:
<<https://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GD.ZS>>.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. Cereal production (metric tons). Food and Agriculture Organization. Disponível em:
<<https://data.worldbank.org/indicator/AG.PRD.CREL.MT>>.

BURIGO, A. C.; PORTO, M. F.. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 10, p. 4411-4424, 2021.

CHANG, Chia-Wei. Relationship Between GDP Growth and Deforestation in the Central American and Caribbean Countries with Further Analysis on the Major GDP Earning Industries Among These Countries and Their Contribution to Deforestation. KDI School of Public Policy and Management. 2017

DOUROJEANNI, M. (1999). The Future of the Latin American Natural Forests. Environment Division

GOMES, Sergio Castro. BRAGA, Marcelo José. Desenvolvimento Econômico e Desmatamento na Amazônia Legal: Uma Análise Econométrica. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). 46th Congress, July 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brazil.

GUJARATI, Damodar N. PORTER, Dawn C. *Econometria Básica*. Editora AMGH. Quinta edição. 2011

MARSDEN, Terry. Denial or diversity? creating new spaces for sustainable development. 2011. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 8:2, 183-198, DOI: [10.1080/15239080600794674](https://doi.org/10.1080/15239080600794674)

PARE´S-RAMOS, I.K., Gould, W.A., Aide, T.M. (2008). Agricultural abandonment, suburban growth, and forest expansion in Puerto Rico between 1991 and 2000. *Ecology and Society* 13 (2), 1.

RAIN FORESTS, América do Sul. Acesso em 20 de janeiro de 2022



Disponível em: https://rainforests.mongabay.com/deforestation/2000/South_America.htm

THÉRY, Neli de Mello; CARON, Patrick. CONTROVERSIES AND TRANSITIONS FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Mercator, Fortaleza, v. 19, oct. 2020. ISSN 1984-2201.